



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO



CINTHYA KARINA VENTURA DE MACÊDO

**TRABALHO DO(C)ENTE: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL
DAS/DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA**

CAMPINA GRANDE
2025

CINTHYA KARINA VENTURA DE MACÊDO

**TRABALHO DO(C)ENTE: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL
DAS/DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, vinculada Linha de Pesquisa 1: História, Política e Gestão Educacionais, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Leandro da Silva

**CAMPINA GRANDE
2025**

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

M141t

Macêdo, Cinthya Karina Ventura de.

Trabalho do(c)ente: análise das condições de saúde mental das/dos professores da Rede Estadual da Paraíba / Cinthya Karina Ventura de Macêdo. – 2026.

223 f. ; il. color.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.

“Orientação: Profa. Dra. Luciana Leandro da Silva”.

Referências.

1. Trabalho Docente. 2. Saúde Mental. 3. Adoecimento Psíquico – Pós-pandemia – Rede Estadual da Paraíba. I. Silva, Luciana Leandro da. II. Título.

UFCG/BC

CDU 331:37:613.86(813.3)(043.3)


CINTHYA KARINA VENTURA DE MACÊDO

**TRABALHO DO(C)ENTE: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL
DAS/DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, vinculada Linha de Pesquisa 1: História, Política e Gestão Educacionais, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em 26 de junho de 2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA LEANDRO DA SILVA**
Data: 03/03/2026 22:01:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof^ª. Dr^ª. Luciana Leandro da Silva
(Orientadora – PPGEd/UFCG)

Documento assinado digitalmente
 **ANDREIA FERREIRA DA SILVA**
Data: 05/03/2026 10:23:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Andréia Ferreira da Silva
(Examinadora Interna – PPGEd/UFCG)

Documento assinado digitalmente
 **PALOMA DE SOUSA PINHO**
Data: 04/03/2026 10:54:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Paloma de Sousa Pinho
(Examinadora Externa – UFRB/UEFS/PPGSC)

Documento assinado digitalmente
 **TIAGO IWASAWA NEVES**
Data: 04/03/2026 14:37:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Tiago Iwasawa Neves
(Examinador Externo – UFCG/UAPSI)

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação somente foi possível graças ao apoio e colaboração de diversas pessoas, às quais expresso minha profunda gratidão.

À minha orientadora, Profa. Dra. Luciana Leandro da Silva, pela grandiosa contribuição na escrita deste trabalho, pela escuta atenta e constante incentivo à participação em eventos acadêmicos e apresentação de trabalhos, oportunidades nas quais pude amadurecer como pesquisadora e aprofundar o contato com importantes referências que fundamentam esta pesquisa.

Aos membros da banca de avaliação, Profa.. Dra. Andréia Ferreira da Silva, Profa. Dra Paloma de Sousa Pinho e Prof. Dr. Tiago Iwasawa Neves, pela generosidade em aceitarem participar das bancas de qualificação e defesa, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições e questionamentos, os quais foram fundamentais para o aprimoramento desta dissertação. Reconheço que o processo de escrita não foi simples, e a atuação da banca foi muito importante nesse período.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Campina Grande-PB (PPGE/UFPG), meu agradecimento pelo espaço formativo de excelência. A todos/as docentes do Programa pela seriedade e comprometimento com que contribuíram nessa jornada formativa, bem como às secretárias do programa, que sempre estiveram disponíveis com presteza e profissionalismo.

Ao INCT GESTRADO, pelo apoio financeiro através da CAPES, por meio do projeto Observatório da educação básica: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente, que viabilizou minha participação em diversos eventos acadêmicos, proporcionando um aprofundamento significativo para o meu objeto de estudo, enriquecendo este trabalho.

Aos meus colegas da turma 8, pela convivência e parceria ao longo da jornada, com destaque especial a Arlindo Caitano, Tatiane Inácio, Stefany Marques e Andrêssa Glaucyara, por representarem apoio, incentivo e acolhimento nos momentos mais desafiadores deste percurso.

Aos integrantes do Grupos de Pesquisa: Direito à educação e a ruptura político-institucional de 2016, no Brasil: o projeto de educação em curso, em especial ao Prof. Dr. Carlos Augusto de Medeiros, cujas contribuições foram fundamentais desde as disciplinas cursadas até os debates no grupo. Igualmente, agradeço ao Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional, nas pessoas da Profa. Dra. Andréia Ferreira da Silva e Profa. Dra. Luciana

Leandro da Silva, pela troca de conhecimentos e ampliação do arcabouço teórico relacionado ao objeto de estudo. A participação em ambos os grupos foi de grande aprendizado e me fez refletir sobre o papel do pesquisador na educação.

Ao estatístico Edmilson Pereira, pela essencial colaboração na organização dos dados estatísticos, e a Victor Giacomini, pelo suporte técnico na elaboração do questionário no *RedCap*, inserção no banco de dados e geração dos resultados.

Aos/às discentes do curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação da UFCG, Campus Campina Grande, agradeço pela rica troca de durante a realização do estágio em docência, na disciplina de Pesquisa Educacional I, que permitiu a integrar a minha investigação e a formação discente.

Ao SINTEP-PB, em nome de Felipe Baunilha e Hedgard Silva, e à SEECT-PB, pelo apoio na divulgação da pesquisa entre os/as docentes da Rede Estadual da Paraíba, bem como escolas que gentilmente colaboraram abrindo suas portas e permitindo o contato com os participantes da investigação, para divulgar a importância da pesquisa. Às demais pessoas que colaboraram com a divulgação, meu muito obrigada.

Aos meus gestores e colegas de trabalho, pela compreensão e apoio ao longo dessa trajetória acadêmica.

Aos meus amigos e amigas, que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado e me incentivaram desde o início dessa jornada e ao longo desta caminhada. Em especial às minhas companheiras do grupo de dança, que foram um importante fator de proteção à minha saúde mental neste último ano.

Ao meu sobrinho, que, mesmo sem entender, me ensina diariamente a olhar a vida com mais leveza — seu nascimento foi um verdadeiro renascimento para mim.

À minha família, em especial aos meus pais, que, mesmo sem compreenderem por completo a dimensão de uma pós-graduação, sempre me apoiaram com amor e orgulho.

Ao meu esposo, por estar ao meu lado desde sempre, incentivando meus sonhos e compreendendo com paciência as ausências necessárias durante esse percurso.

À minha espiritualidade, que me sustentou e me fortaleceu nos momentos mais desafiadores desta caminhada.

A todas e todos que, de alguma forma, caminharam comigo até aqui, deixo meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito da Linha 1 – História, Política e Gestão Educacionais do PPGEd/UFCG, com financiamento de bolsa pela CAPES, vinculada a pesquisa em rede intitulada “Observatório da Educação Básica: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente”. Em março de 2020 a Covid-19 foi classificada como uma pandemia e, em decorrência disso, as aulas foram interrompidas e políticas públicas foram anunciadas, substituindo as aulas presenciais por aulas remotas. Tal cenário contribuiu para o aumento da carga de trabalho dos/as docentes, potencializando situações de desgaste físico e emocional, o que por sua vez, pode ter favorecido o adoecimento desses profissionais. Diante disso, a pesquisa teve como finalidade analisar as condições de trabalho e de saúde mental dos docentes da Rede Estadual da Paraíba no pós-pandemia, considerando os impactos do contexto pandêmico e suas consequências para a saúde mental da categoria. A pesquisa fundamentou-se no materialismo histórico-dialético utilizando como categorias metodológicas a historicidade, a totalidade, a contradição e a mediação, que proporcionaram uma visão abrangente do tema em estudo. As categorias de conteúdo selecionadas foram: trabalho docente, saúde mental e adoecimento psíquico, que possibilitaram uma análise mais organizada e detalhada do objeto investigado. Inicialmente foi realizado um levantamento dos estudos produzidos desde o início da pandemia, assim como a análise dos documentos legais educacionais a nível federal e estadual, elaborados para o enfrentamento da pandemia no contexto educacional nacional e paraibano. Para compreender a situação atual das condições de trabalho e a saúde mental dos/as professores/as, foi elaborado um questionário eletrônico contendo questões sociodemográficas, caracterização do trabalho docente na pandemia e na atualidade, situação da saúde mental e instrumentos para rastreio das condições de saúde mental. Participaram 103 docentes, sendo a maioria do sexo feminino (56,3%). Cerca de 85% das participantes declararam ter sido impactadas pelas novas demandas surgidas durante a pandemia; mais de 65% relataram um aumento no controle sobre o trabalho após o período pandêmico e 56,3% afirmaram ter percebido alterações na sua saúde mental nesse contexto. Constatou-se alta prevalência de sintomas ansiosos (45,5%), depressivos (51,5%), transtornos mentais comuns (58,4%), distúrbios do sono (78,7%) e desequilíbrio esforço-recompensa ($ER=1,28$). A correlação entre os instrumentos também revelou que as mulheres apresentaram índices mais elevados de adoecimento psíquico, o que evidencia os efeitos da sobrecarga de gênero e as desigualdades estruturais que atravessam o trabalho docente. Além disso, o vínculo efetivo, tradicionalmente compreendido como fato de estabilidade, não demonstrou oferecer proteção psíquica. Pelo contrário, foi associado a uma maior incidência de sintomas ansiosos, depressivos e distúrbios do sono, indicando que a estabilidade contratual, quando dissociada de reconhecimento ou valorização profissional e condições adequadas de trabalho, não configura um fator protetivo. Neste contexto, torna-se cada vez mais urgente que políticas públicas intersetoriais sejam pautadas por uma abordagem preventiva e sensível às especificidades etárias, de gênero, raça e condições laborais. Somente por meio de uma perspectiva estrutural, coletiva e interseccional será possível enfrentar as causas profundas do sofrimento e do adoecimento psíquico docente, assegurando condições de trabalho dignas e de bem-estar, prevenindo processos de adoecimento que tem afetado de forma crescente essa categoria.

Palavras-chave: Trabalho docente. Saúde mental. Adoecimento psíquico. Rede Estadual da Paraíba. Pós-pandemia.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of Line 1 – History, Policy and Educational Management of the PPGEd/UFCG, with funding from a scholarship by CAPES, linked to the network research entitled “Observatório da Educação Básica: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente” (Basic Education Observatory: impacts of the pandemic on the right to education and the reconfiguration of teaching work). In March 2020, Covid-19 was classified as a pandemic and, as a result, classes were interrupted and public policies were announced, replacing in-person classes with remote classes. This scenario contributed to the increase in the workload of teachers, increasing situations of physical and emotional exhaustion, which in turn may have favored the illness of these professionals. In view of this, the research aimed to analyze the working conditions and mental health of teachers in the Paraíba state school system in the post-pandemic period, considering the impacts of the pandemic context and its consequences for the mental health of the category. The research was based on historical-dialectical materialism using historicity, totality, contradiction and mediation as methodological categories, which provided a comprehensive view of the topic under study. The content categories selected were: teaching work, mental health and mental illness, which allowed a more organized and detailed analysis of the object investigated. Initially, a survey of studies produced since the beginning of the pandemic was carried out, as well as an analysis of educational legal documents at the federal and state levels, prepared to face the pandemic in the national and Paraíba educational context. To understand the current situation of teachers' working conditions and mental health, an electronic questionnaire was prepared containing sociodemographic questions, characterization of teaching work during the pandemic and today, mental health status and instruments for screening mental health conditions. A total of 103 teachers participated, the majority of whom were female (56.3%). Approximately 85% of the participants stated that they had been impacted by the new demands that emerged during the pandemic; more than 65% reported an increase in control over their work after the pandemic period and 56.3% stated that they had noticed changes in their mental health in this context. There was a high prevalence of anxiety symptoms (45.5%), depression (51.5%), common mental disorders (58.4%), sleep disorders (78.7%) and effort-reward imbalance (ER=1.28). The correlation between the instruments also revealed that women had higher rates of mental illness, which highlights the effects of gender overload and the structural inequalities that permeate teaching work. In addition, the effective employment relationship, traditionally understood as a factor of stability, did not prove to offer psychological protection. On the contrary, it was associated with a higher incidence of anxiety, depression and sleep disorders, indicating that contractual stability, when dissociated from professional recognition or appreciation and adequate working conditions, does not constitute a protective factor. In this context, it is becoming increasingly urgent that intersectoral public policies be guided by a preventive approach that is sensitive to the specificities of age, gender, race and working conditions. Only through a structural, collective and intersectional perspective will it be possible to address the root causes of suffering and mental illness among teachers, ensuring decent working conditions and well-being, and preventing illness processes that have increasingly affected this category.

Keywords: Teaching work. Mental health. Psychological distress. State Network of Paraíba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Paraíba.....	41
Figura 2 - Indicadores do desempenho docente no Programa Paulo Freire - Conectando Saberes.....	62
Figura 3 - Mapa das Gerências Regionais da Educação do Estado da Paraíba	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das referências encontradas na revisão de literatura, segundo fontes de dados e palavras-chaves*	34
Quadro 2 - Distribuição de docentes da Rede Estadual da Paraíba segundo sexo e vínculo empregatício (2024).....	44
Quadro 3 - Quantidade de pessoas contaminadas e de óbitos pela Covid-19	50
Quadro 4 - Distribuição de escolas por GRE no estado da Paraíba	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sintomas desenvolvidos em decorrência do trabalho na pandemia em professores/as da rede estadual durante a pandemia, Paraíba, 2021	51
Tabela 2 - Dados sociodemográficos da amostra.....	89
Tabela 3 - Distribuição de professores/as no Brasil segundo sexo e etapa da educação básica	91
Tabela 4 - Distribuição do vínculo empregatício dos/as professores/as da rede estadual da Paraíba, segundo a titulação máxima, Paraíba, 2024.....	93
Tabela 5 - Percepção dos/as Professores/as acerca do Exercício da Docência	100
Tabela 6 - Relação entre as demandas de trabalho e o tempo disponível para atendê-las....	103
Tabela 7 - Práticas Adotadas pelos/as Docentes para o Cuidado com a Saúde Mental.....	108
Tabela 8 - Percepção dos/as Professores/as sobre o Acolhimento e Cuidado em Saúde Mental pela Rede de Ensino.....	113
Tabela 9 - Distribuição dos/as docentes com pontuação acima do ponto de corte para TMC segundo variáveis sociodemográficas e laborais	115
Tabela 10 - Índice médio de Esforço–Recompensa (ERI) segundo características sociodemográficas e laborais dos/as docentes.....	122
Tabela 11 - Distribuição dos/as docentes com má qualidade do sono segundo variáveis sociodemográficas e laborais	128
Tabela 12 - Distribuição dos/as docentes com sintomas compatíveis com depressão moderada ou grave segundo variáveis sociodemográficas e laborais.....	133
Tabela 13 - Distribuição dos(as) docentes com escores indicativos de ansiedade moderada ou grave ($GAD-7 \geq 10$) segundo variáveis sociodemográficas e laborais.....	139

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANLE	Avaliações Nacionais em Larga Escala
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ASU	<i>Arizona State University</i>
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE/PB	Conselho Estadual de Educação da Paraíba
CEP/HUAC	Comitê de Ética e Pesquisa/Hospital Universitário Alcides Carneiro
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLP	Centro de Liderança Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPG	Conselho Nacional de Procuradores-Gerais
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CODATA	Companhia de Processamento de Dados da Paraíba
COPEDH	Comissão Permanente da Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito
COPEDPDI	Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência e Idoso
COPEDS	Comissão Permanente da Defesa da Saúde
COPEDOC	Comissão Permanente da Educação
COPEIJ	Comissão Permanente da Infância e Juventude
Covid-19	<i>Corona Virus Disease</i>
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DSM-V	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EaD	Educação a Distância
EESP	Escola de Economia de São Paulo

Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
ERI	<i>Effort-Reward Imbalance</i>
Even3	Plataforma de Eventos
FACIT	Faculdade de Ciências do Tocantins
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getulio Vargas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Fucamp	Fundação Carmelitana Mário Palmério
GAD-7	<i>Generalized Anxiety Disorder</i>
GERM	<i>Global Education Reform Moviment</i>
GESTRADO	Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente
GNDH	Grupo Nacional de Direitos Humanos
GRE	Gerências Regionais de Ensino
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto Corresponsabilidade pela Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDECAN	Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistência Nacional
INCT-Gestrado	Instituto Nacional de Política Educacional e Trabalho Docente
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INR	<i>International Research Network</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MSQ	<i>Mini-Sleep Questionnaire</i>
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEPI	Núcleo de Epidemiologia
NR1	Norma Regulamentadora nº 1
NSET	Núcleo de Saúde, Educação e Trabalho
O.S	Organização Social

OJS	<i>Open Journal Systems</i>
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCCR	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
PEE	Plano Estadual de Educação
PEIPB	Política de Educação Integral para o Ensino Médio em Tempo Integral na Paraíba
PET-PB	Plano Educação para Todos em Tempos de Pandemia
PEV	Prêmios Escola de Valor
PHQ-9	<i>Patient Health Questionnaire-9</i>
PMEd	Programa Mestres da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNNE/PB	Plano Novo Normal para a Educação da Paraíba
PPGEd	Programa de Pós-Graduação em Educação
PSD	Partido Social Democrático
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RDDI	Regime de Dedicção Docente Integral
RedCap	<i>Research Eletronic Data Capture</i>
Rede ESTRADO	Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente
RPS	Rede de Pesquisa Solidária
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SARS-CoV-2	Vírus da família dos coronavírus causador da Covid-19
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEAD	Secretaria de Estado da Administração
SEEC	Sociedad Española de Educación Comparada
SEECT	Secretaria Estadual da Educação e da Ciência e Tecnologia
SEE-PB	Secretaria de Estado da Educação da Paraíba
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão

SINTEP-PB	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba
SQR-20	<i>Self-Reporting Questionnaire</i>
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal da Paraíba
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFSC	Universidade Federal Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
Univasf	Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP	Universidade de São Paulo
WERA	<i>World Education Research Association</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Apresentação, justificativa e delimitação do tema	17
1.2 Referencial teórico-metodológico e procedimentos de coleta e análise de dados	25
1.2.1 Trabalho Docente	27
1.2.2 Saúde Mental	28
1.2.3 Adoecimento Psíquico	32
1.3 Procedimentos Metodológicos	33
1.3.1 Procedimentos e instrumentos	35
1.3.2 Instrumentos de Mensuração	36
1.3.3 Aspectos Éticos	40
1.4 Breve apresentação do contexto educacional da Paraíba	41
2 NEOLIBERALISMO, PANDEMIA E CONDIÇÕES DE SAÚDE E TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INSTITUÍDAS NO ESTADO DA PARAÍBA	46
2.1 Pandemia e saúde mental das/dos docentes	50
2.2 Análise das políticas educacionais do estado da Paraíba na pandemia e no pós pandemia	56
2.3 O programa paraíba educa: do prêmio ao adoecimento	65
2.4 Trabalho docente e adoecimento na rede estadual de ensino da Paraíba	72
2.5 Da pandemia ao retorno presencial: a ausência de suporte do estado aos docentes	76
3. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DA PARAÍBA	87
3.1 Características sociodemográficas das/dos participantes da pesquisa.....	88
3.2 Características do trabalho docente na pandemia e no pós pandemia.....	97
3.3 Características das condições de saúde mental dos docentes.....	104
3.4 Análise das questões psicossociais do trabalho docente	114
3.4.1 Transtornos Mentais Comuns.....	115
3.4.2 Desequilíbrio esforço-recompensa	121
3.4.3 Distúrbios do sono	127
3.4.4 Sintomas depressivos.....	133
3.4.5 Sintomas ansiosos.....	138
3.5 Análise integrada da saúde mental dos/das docentes da rede estadual da Paraíba no pós- pandemia	142
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS.....	151
ANEXO A - AUTORIZAÇÃO DA SEE/PB PARA O DESENVOLVIMENTO DA	

PESQUISA	177
ANEXO B - PARECER FAVORÁVEL DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA.....	178
ANEXO C - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO	179
ANEXO D - PROCESSO DA SOLICITAÇÃO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PARAÍBA	184
APÊNDICE A - ARTIGOS PUBLICADOS NO PORTAL SCIELO	185
APÊNDICE B - ARTIGOS PUBLICADOS EM DEMAIS BASES DE DADOS.....	189
APÊNDICE C - TRABALHOS ACADÊMICOS	196
APÊNDICE D - POLÍTICAS EDUCACIONAIS A NÍVEL NACIONAL RELACIONADAS AO CENÁRIO PANDÊMICO (2020 A 2022)	198
APÊNDICE E - POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DA PARAÍBA RELACIONADAS AO CENÁRIO PANDÊMICO (2020 A 2022)	200
APÊNDICE F - MUNICÍPIOS SEDES E MUNICÍPIOS QUE ABRANGEM AS GRE'S NO ESTADO DA PARAÍBA	204
APÊNDICE G - SOLICITAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA PESQUISA	207
APÊNDICE H - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE AFASTAMENTO.....	209
APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	210
APÊNDICE J - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	213

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação, justificativa e delimitação do tema

A presente dissertação de mestrado foi desenvolvida no âmbito da Linha 1 – História, Política e Gestão Educacionais do PPGEd/UFMG, com financiamento de bolsa pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e está vinculada a uma pesquisa mais abrangente e em rede intitulada “Observatório da Educação Básica: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente”. Um projeto que é resultado de estudos precedentes realizados na Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente (Rede ESTRADO) e pela *International Research Network* (INR), no âmbito da *World Education Research Association* (WERA). Envolve pesquisadores de vários programas de pós-graduação, tendo como principal foco estudar os impactos da pandemia sobre os aspectos como o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente e criar ferramentas para monitorar as políticas públicas educacionais, levando em conta a perspectiva internacional (Gestrado, 2023).

Desde 2023 a pesquisa compõe o escopo do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Política Educacional e Trabalho Docente (INCT Gestrado), sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O INCT reúne cerca de 140 pesquisadores/as de diversas instituições nacionais e internacionais, com o objetivo de produzir conhecimento científico de alto impacto para subsidiar políticas públicas educacionais (Gestrado-INCT, 2025). A pesquisa aqui apresentada está inserida na **Frente de Trabalho ‘Saúde Docente’**, uma das oito frentes temáticas que compõem o INCT-Gestrado.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em janeiro de 2020, que o mundo enfrentava uma emergência de saúde pública em razão da descoberta de um novo tipo de Coronavírus, causador da Covid-19¹. Este vírus provoca sintomas semelhantes a um resfriado, porém, com uma síndrome respiratória aguda. Em março do mesmo ano, a Covid-19 foi classificada como uma pandemia, devido à sua disseminação por vários países e regiões do mundo. A pandemia da Covid-19, “considerada uma das maiores crises infecciosas da história” (Lima *et al* 2022, p. 729), causou grandes efeitos na sociedade, sendo a educação um dos setores mais afetados.

¹ O nome covid é a junção de letras que se referem a (*co*)rona (*vi*)rus (*d*)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado ao ano de 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados (Fiocruz, 2020).

A partir de então, no Brasil, os estados federados foram, gradativamente, tomando medidas para evitar a propagação do vírus. Em decorrência disso, as aulas foram interrompidas e políticas públicas foram anunciadas com a finalidade de substituir as aulas presenciais por aulas online, através do chamado ensino remoto. Segundo Moreira e Schlemmer (2020), o ensino remoto é uma forma de ensino implementada durante a pandemia da Covid-19, em razão da necessidade do distanciamento geográfico entre professores e estudantes. Entretanto é importante enfatizar que o chamado “ensino remoto” difere completamente da modalidade de Ensino a Distância (EaD), estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei n. 9394/96) em seu art. 80 e, posteriormente, regulamentada pelo Decreto nº 9.057/2017. Este dispositivo legal, em seu art. 1º, refere-se à Educação a Distância como uma modalidade educacional que utiliza Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s) com profissionais qualificados, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis.

Duarte e Hypolito (2020) apontam que a urgência em adaptar as instituições de ensino ao cenário pandêmico evidenciou a precariedade da estrutura material para a oferta de um ensino remoto que se assemelhasse ao estabelecido para o EaD pelo Decreto nº 9.057/2017, que trata da garantia das condições de acessibilidade aos locais e meios utilizados, estrutura material e pessoal adequada e qualificação pessoal. Ademais, essa escolha ignora as disparidades sociais, o que inclui o acesso à internet. Silva (2023a) afirma que as condições de saúde e habitação dos alunos e professores foram completamente ignoradas. Desse modo, o trabalho remoto não foi simplesmente uma imposição da pandemia, mas uma decisão política, posto que para a lógica capitalista hegemônica vigente, a vida econômica e produtiva deveria prosseguir, independentemente do estado de emergência e das condições sociais e de saúde da população. Assim, entende-se o “ensino” remoto como um formato improvisado e precarizado de ensino considerado conveniente para este determinado momento em que foram desconsideradas as desigualdades sociais, incluindo o acesso à internet.

Conforme dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) referentes ao último trimestre do ano de 2021, observou-se um aumento no acesso à internet entre os estudantes, em comparação ao ano anterior. Na rede pública, 87% dos estudantes declararam ter acesso à internet, o que representa um avanço, mas ainda se mantém 11,2 pontos percentuais abaixo do índice verificado entre os estudantes da rede privada, evidenciando desigualdades estruturais no acesso às tecnologias digitais. No que se refere à posse de dispositivos, apenas 64,8% dos estudantes da rede pública possuíam aparelho celular para uso pessoal, e mesmo entre esses, o acesso à internet não era universal. Em contraste, na rede privada, 92,6% dos estudantes declararam possuir telefone móvel, o que revela

disparidades significativas quanto aos recursos tecnológicos disponíveis para o acompanhamento das atividades escolares. Quando analisados os dados por região, o Nordeste apresentou um percentual de 83,2% de estudantes com acesso à internet, valor inferior aos registrados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em todas as regiões do país, os estudantes da rede privada apresentaram índices superiores a 96% de acesso, reforçando a desigualdade entre redes de ensino (IBGE, 2022a). No contexto específico do Estado da Paraíba, o percentual de domicílios com acesso à internet em 2021 foi de 84,3%. Já no ano de 2022, esse número subiu para 87,7%, aproximando-se da média da região Nordeste, mas ainda permanecendo abaixo da média nacional, que foi de 91,5% (A União, 2023a). Esses dados ressaltam as desigualdades regionais e socioeconômicas no acesso às tecnologias da informação e comunicação, com impactos diretos sobre as condições de aprendizagem, especialmente durante após o período da pandemia.

Segundo Saviani e Galvão (2021), o discurso de adesão das aulas remotas por falta de alternativa é falacioso, já que foi criada uma forte narrativa de lógica formal em que a oposição ao “ensino” remoto seria a volta ao presencial, colocando em risco a vida das pessoas. Essa crítica é relevante, pois evidencia a falta de debate sobre outras soluções possíveis, como a melhoria das condições do ensino remoto. Nesse sentido, Diniz (2020, p. 142) menciona que “há situações em que, no limite, não existem recursos para, por exemplo, garantir medidas mínimas de controle epidemiológico, como água e sabão, o que dizer dos equipamentos e redes de infraestrutura que permitam o acesso a ambientes e plataformas de EaD?”. O autor destaca a situação de várias escolas situadas em regiões de extrema carência, que nem sequer tinham recursos para implementar medidas básicas de saúde pública. Portanto, além dos cuidados sanitários básicos, havia escassez no acesso a ferramentas essenciais para a educação remota. A ausência dessas condições de infraestrutura, além de comprometer a qualidade da educação, intensifica as desigualdades já presentes, pois muitos alunos e professores não possuíam tecnologia necessária para participar efetivamente do ensino à distância. Sendo assim, para que o ensino remoto se tornasse uma solução viável para todos seria crucial assegurar condições básicas de acesso e suporte para todos os participantes do processo educativo.

Castro e Amaral (2023), em uma análise sobre a implementação do ensino remoto no estado do Rio de Janeiro, defendem que essa política reflete um oportunismo que atende aos interesses econômicos. Elas enfatizam a necessidade de se pensar formas mais igualitárias de socializar o acesso ao conhecimento mediados por tecnologias, considerando a desigualdade histórica existente no Brasil. Também questionam como essa modalidade de ensino pode intensificar essa discrepância, sobretudo em relação aos estudantes que residem em áreas de

difícil acesso e com escasso ou nenhum suporte familiar. As autoras reconhecem o potencial das tecnologias digitais como ferramenta de aprendizagem, no entanto, argumentam que é necessário haver um planejamento pedagógico que considere o acesso aos recursos digitais, promovendo uma educação mais inclusiva e democrática.

Mediante essa realidade, em certas regiões, os/as professores/as além de ministrar as aulas remotamente, tiveram de gravar vídeos adicionais e, até mesmo, elaborar materiais impressos para serem distribuídos aos estudantes que não possuíam acesso às tecnologias digitais (Governo da Paraíba, 2020a; Santana; Barbosa; Máximo, 2022). Portanto, observou-se um aumento do tempo investido no trabalho, devido à necessidade de formação para um novo modelo de ensino, bem como no planejamento das aulas.

Para responder às necessidades geradas pela interrupção das aulas presenciais os/as professores/as tiveram de responder de forma imediata, mesmo sem formação apropriada e sem condições adequadas de trabalho. Isso foi constatado por meio de uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado, UFMG) em colaboração com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). O estudo revelou que quase 90% dos/as professores/as não tinham experiências com aulas remotas antes da pandemia, e quase 42% não possuíam formação para tal (Gestrado, 2020). Considerando as desigualdades sociais e a falta de infraestrutura nas escolas públicas, a maioria não estava preparada para lidar com esse novo cenário.

É importante destacar que o mundo estava enfrentando uma doença letal, cuja imunização demandou um tempo considerável para ser desenvolvida e disponibilizada. No caso brasileiro, esse processo foi agravado pela condução governamental marcada por posturas negacionistas e pela adoção de práticas alinhadas a uma lógica de necropolítica², o que contribuiu para o aprofundamento da crise sanitária e social (Mbembe, 2018). Portanto, além de cumprir as demandas para continuidade das aulas, tendo de se adequar a uma nova normalidade sustentada pelo discurso capitalista, os/as docentes tiveram de lidar com a angústia e aflição de se preocuparem com suas vidas e de seus familiares.

Ademais, a condição de trabalho imposta aos/as professores/as durante a pandemia resultou em uma hiperconexão³, pois não havia distinção entre o local de trabalho e o lar, além

² Necropolítica é um conceito filosófico criado por Achille Mbembe que se refere ao uso do poder político e social, especialmente por parte do Estado, de forma a determinar, por meio de ações ou omissões (gerando condições de risco para alguns grupos ou setores da sociedade, em contextos de desigualdade, em zonas de exclusão e violência, em condições de vida precárias, por exemplo), quem pode permanecer vivo ou deve morrer.

³ Embora ainda não reconhecido oficialmente por especialistas, é um termo usado para se referir à dificuldade de

da noção de que os mesmos deveriam estar constantemente a disposição para atender as demandas laborais e atingir as metas estabelecidas (Carneiro Junior; Cardoso, 2023). Um exemplo disso é que mesmo diante da suspensão das aulas presenciais e dos inúmeros desafios causados pela pandemia da Covid-19, as avaliações externas mantiveram-se em vigor, e inclusive foram fortalecidas, conforme indica publicação no portal oficial do Governo da Paraíba, que revela os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴ de 2021 obtidos por meio da aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁵: “A Educação Pública Estadual da Paraíba apresentou crescimento nos índices de 2021 em relação aos números de 2019, mesmo em um contexto de pandemia” (Governo da Paraíba, 2022a). Tal cenário pode ter contribuído para o aumento da carga de trabalho dos/as docentes, potencializando situações de desgaste físico e emocional, o que, por sua vez, pode ter favorecido o adoecimento desses profissionais.

Carneiro Junior e Cardoso (2023, p. 10) mencionam que “para que a saúde mental seja preservada, é necessário o respeito ao direito à desconexão”. Contudo, durante as aulas remotas os/as docentes estavam constantemente conectados/as de alguma forma, seja durante as aulas, participando de reuniões, no seu planejamento ou até mesmo atendendo às necessidades da gestão, alunos e familiares através do aplicativo de mensagens, inclusive fora do seu horário de trabalho. Mesmo após o retorno das aulas presenciais, o uso intensivo ainda persiste devido às novas formas de trabalho herdadas do período pandêmico, tanto na educação básica, quanto na superior (Souza; Santos; Rodrigues, 2024).

Importante considerar que, mesmo antes da pandemia, as condições de trabalho dos/as professores/as já estavam provocando adoecimento na categoria. Conforme destacam Araújo e Ramos (2023), as reformas educacionais implementadas no início da década de 1990 vieram para subsidiar a lógica de uma nova ordem mundial, acarretando modificações no trabalho docente, dentre as quais se destacam a ampliação da jornada de trabalho, acumulação de funções e responsabilidades, intensificação e autointensificação do trabalho, bem como a emergência de novas divisões técnicas do trabalho nas unidades educacionais.

Na pesquisa desenvolvida por Araújo, Pinho e Masson (2019), as autoras analisam

lidar com a necessidade de conectividade incessante (Carneiro Junior; Cardoso, 2023).

⁴ O IDEB é um indicador que visa mensurar a qualidade da educação básica no Brasil. Seu cálculo é realizado com base em dois componentes principais: os dados de rendimento escolar (taxas de aprovação dos/as estudantes extraídas do Censo Escolar) e o desempenho dos alunos em exames padronizados de larga escala aplicados pelo INEP (Freire, 2020).

⁵ O SAEB é um dos principais instrumentos de avaliação educacional utilizados no Brasil para medir o desempenho dos estudantes. Aplicado em alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental, por meio de testes padronizados que avaliam as competências em língua portuguesa e matemática (Freire, 2020).

dados que evidenciam o crescimento do adoecimento docente no país, fenômeno frequentemente interpretado de forma individualizada, mas que se configura, sobretudo, como resultado de processos estruturais, tais como a precarização do trabalho, as exigências de produtividade, a intensificação no controle, entre outros fatores. Também destacam resultados de estudos realizados no país, que indicam que os transtornos psíquicos lideram os diagnósticos de afastamento do trabalho desde a década de 1990.

Mesmo diante dos desafios enfrentados pela rede estadual de ensino, com a implementação do chamado Regime Especial de Ensino, a Paraíba obteve a melhor avaliação nacional do país em 2021, no que diz respeito ao ensino remoto. A pesquisa foi conduzida pela Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas⁶ (FGV/EESP), onde o estado se sobressaiu por possuir uma cobertura mais ampla e tempo de implementação mais curto para o ensino remoto para estudantes das Escolas Estaduais. No mesmo ano, foi destaque em educação e recebeu o Prêmio Excelência em Competitividade⁷, na categoria Boas Práticas, pela implantação do Paraíba Educa, uma política pública que possibilitou a continuidade dos processos de ensino e aprendizagem e segurança alimentar. Em mais uma pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Solidária⁸ (RPS), desta vez focada no retorno às aulas presenciais, a Paraíba alcançou o melhor desempenho nacional no que se refere à segurança sanitária (Governo da Paraíba, 2021a; 2021b; 2022e).

Apesar de o estado da Paraíba ter sido reconhecido nacionalmente pela condução do ensino remoto durante a pandemia, é necessário analisar o discurso do sucesso educacional difundido. As premiações atribuídas ao programa Paraíba Educa, conferidas por instituições como a FGV e a RPS, partem de entidades privadas, cujos critérios de avaliação nem sempre refletem de forma aprofundada os impactos concretos sobre a aprendizagem e o cotidiano dos estudantes, especialmente os mais vulneráveis. Esse reconhecimento contrasta com a persistência das desigualdades estruturais do estado. Dados do IBGE apontam que o acesso à internet e dispositivos digitais por parte dos estudantes da rede pública, ainda representa um obstáculo significativo, sobretudo no contexto do ensino remoto emergencial. Essa realidade evidencia que o êxito institucional, medido por prêmios e indicadores, pode não contemplar integralmente a efetividade das políticas implementadas. Além disso, como argumentam Tarlau

⁶ Definida como instituição de caráter técnico-educativo, criada para desenvolver atividades de interesse do Estado (Fernandes, 2010).

⁷ Promovido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), visa conhecer e reconhecer os estados que têm desenvolvido políticas de impacto em competitividade.

⁸ Criada com o objetivo de propor medidas que pudessem melhorar a qualidade de políticas públicas, nos âmbitos federal, municipal e estadual, em meio à crise causada por SARS-CoV-2, com rigoroso levantamento de dados (Pizzinga, 2021).

e Moeller (2020), as entidades privadas que atuam no campo educacional frequentemente utilizam seus recursos materiais e simbólicos para influenciar a formulação das políticas públicas, moldando a agenda educacional conforme interesses específicos, promovendo um modelo de gestão alinhado às lógicas mercadológicas e tecnocráticas.

À vista disso, torna-se oportuno analisar como esta e outras medidas adotadas durante o período pandêmico repercutiram na saúde mental dos/as docentes da Educação Básica da Rede Estadual da Paraíba.

Considerando o levantamento realizado, a pesquisa se orienta pelo seguinte problema: De que modo a intensificação do trabalho e a cobrança por resultados durante a pandemia contribuíram para o adoecimento psíquico dos/as docentes da Rede Estadual da Paraíba? Como as condições de trabalho pós-pandemia influenciam na saúde mental desses profissionais?

Sendo assim, o **Objetivo Geral** da pesquisa é analisar como as condições de trabalho no período pós-pandêmico influenciam a saúde mental dos/as docentes da Rede Estadual da Paraíba.

Objetivos Específicos:

- Analisar os efeitos da intensificação do trabalho e das exigências por resultados sobre a saúde mental dos/as docentes no período pandêmico.
- Examinar a relação entre as condições de trabalho no período pós-pandêmico e a persistência ou agravamento do adoecimento psíquico docente.
- Discutir os resultados à luz das políticas educacionais e de saúde do trabalhador, considerando os limites e desafios para a promoção da saúde mental docente.

O recorte temporal foi de 2020 a 2024, tendo em vista que em 2020 foi decretado o início da pandemia da Covid-19 e em consequência disso, a suspensão das aulas presenciais. Em 2022 ocorreu o retorno com o formato híbrido⁹ no mês de fevereiro, e totalmente presencial no mês de abril, após portaria do Ministério da Saúde decretar o fim da emergência em saúde pública (Brasil, 2022; Governo da Paraíba, 2022b; A União, 2022). No entanto, o fim da pandemia a nível mundial só foi declarado em maio de 2023 (OPAS, 2023). Portanto serão analisadas as consequências do chamado “novo normal”.

A definição do tema foi motivada pela minha formação na área da saúde mental, obtida no curso de Psicologia, onde sempre tive interesse em me aprofundar nos estudos sobre a saúde mental do/a trabalhador/a. Ademais, durante a instauração da crise sanitária mundial, tive a oportunidade de acompanhar de perto os desafios e angústias das professoras e professores da

⁹No contexto educacional é formado pelo ensino presencial e o digital, onde ora o aluno está inserido no contexto presencial, ora ele está aprendendo de forma virtual (Santos; Nascimento, 2022, p. 94).

educação básica, já que atuava como psicóloga escolar em uma instituição privada, e também ocasionalmente realizava intervenções psicológicas em uma Escola Cidadã Integral, da rede estadual de ensino da Paraíba, tendo em vista a ausência de um/a psicólogo/a da rede na instituição. Assim, escutava os relatos dos/as professores/as acerca das dificuldades enfrentadas durante esse período. Muitas dessas questões envolviam a adaptação ao novo modelo de ensino, a sobrecarga de trabalho, a falta de preparo adequado para o uso das tecnologias digitais, as cobranças vindas dos superiores, além da ansiedade e do estresse gerados pela insegurança frente ao novo.

Além disso, a vivência em dois contextos distintos, me proporcionou uma visão ampla das diferentes realidades vivenciadas pelos/as docentes, tendo em vista que na rede pública enfrentam-se desafios mais relevantes, com a escassez de infraestrutura e apoio. Portanto, o interesse por investigar a saúde mental dos/as professores/as no pós-pandemia, surge da necessidade de compreender e abordar os impactos desse período nas condições psicológicas desses profissionais. A escuta ativa dos relatos de professores, sejam em momentos formais ou informais, evidenciou o quanto a saúde mental tem sido negligenciada no contexto educacional, sobretudo após um período tão desafiador.

Ao iniciar os estudos no Programa de Pós-Graduação em Educação e ter o contato com as leituras e discussões, pude me aprofundar nas questões sociais, políticas e econômicas que influenciam o processo de adoecimento do/a professor/a. A ascensão do neoliberalismo na educação se reflete na prática docente. Isso ocorre porque ao adotar o modelo gerencialista, há uma maior intensificação no trabalho do/a professor/a, que é considerado como único/a responsável pelo sucesso e/ou fracasso do aluno, sendo obrigado/a a aderir a procedimentos padronizados em busca de resultados quantitativos e vendo o seu trabalho constantemente monitorado, com pouco ou nenhum espaço para autonomia. Esse conjunto de fatores é motivo para afetar a sua saúde, sobretudo a mental (Araújo; Pinho; Masson, 2019; Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021).

Por se tratar de uma temática atual, faz-se necessário analisar como as exigências das políticas educacionais repercutiu na saúde dos/as docentes do Estado da Paraíba e se houve omissão por parte do Estado, no que se refere aos cuidados com a saúde mental desses profissionais, considerando os reflexos disso no período pós-pandêmico. Além disso, contribuirá com uma pesquisa mais ampla acerca dos impactos da pandemia, por estar vinculado ao Observatório da Educação Básica. Sendo assim, a relevância desta pesquisa reside na necessidade urgente de se compreender e tratar os efeitos prolongados da pandemia na saúde mental dos/as docentes.

1.2 Referencial teórico-metodológico e procedimentos de coleta e análise de dados

Buscar-se-á, ao longo do trabalho, mobilizar algumas das categorias do Materialismo Histórico-Dialético, o qual fundamenta-se no pensamento marxista e caracteriza-se como método de análise da sociedade em que é considerada a conjuntura econômica, política, histórica, cultural e social para a contextualização do problema a ser pesquisado e a explicação da realidade, não apenas para compreendê-la, mas para transformá-la. Assim sendo, conforme Wachowicz (2001, p. 3) “a teoria não muda o mundo, mas é uma das condições para sua mudança”. Desta maneira, a escolha do método dar-se-á pelo fato de se tratar de uma perspectiva mais ampla de análise, com a qual nos identificamos.

Gomide e Jacomeli (2016, p. 65) reforçam essa ideia ao citar,

A realidade sobre a qual a concepção materialista se debruça traz consigo todas suas contradições, conflitos e transformações, evidenciando que as ideias são, de fato, reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos e que, por isso, são representações do real.

Para tanto, o método emprega categorias para auxiliar o pesquisador a se aproximar do seu objeto de estudo. Cury (2000) destaca que no âmbito educacional, as categorias são utilizadas para compreender o fenômeno educativo. Ainda podemos acrescentar o raciocínio de Kuenzer (1998), que afirma que as categorias metodológicas dão suporte à relação pesquisador-objeto. Essas categorias são fundamentais para o/a pesquisador/a se aproximar do objeto de pesquisa, facilitando a organização e compreensão da realidade. Sendo assim, serão utilizadas as categorias metodológicas: **historicidade**, **totalidade**, **contradição**, e **mediação**.

No que se refere à **historicidade**, trata do objeto sob uma perspectiva histórica, partindo de suas raízes, buscando na história as origens do problema (Anes; Bernardes; Ferreira, 2012). Esta categoria é fundamental, pois dá sentido aos fatos, auxiliando na compreensão de como as coisas chegaram ao ponto atual, proporcionando uma visão mais abrangente e contextualizada. Ao analisar o fenômeno sem considerar a sua trajetória histórica, podemos perder de vista o contexto mais amplo no qual está inserido. Quanto ao estudo das políticas educacionais, é necessário analisar o fenômeno a partir de uma perspectiva histórica para obter uma compreensão global do fenômeno, pois não podemos compreender o presente sem examinar o passado (Gomide; Jacomeli, 2016). As políticas educacionais são formuladas dentro de um contexto político, econômico e social, e as decisões tomadas no passado influenciam diretamente as políticas vigentes.

Quanto à **totalidade**, para Cury (2000) é crucial ter uma visão abrangente do fenômeno educativo e como ele se posiciona em relação a si mesmo e ao todo. É impossível analisar o cenário educacional sem levar em consideração os aspectos sociais, econômicos e políticos. Para compreender a educação de maneira completa, é necessário considerar as interações e os elementos externos que a influenciam. Nesse sentido, a totalidade é a visão que integra as dimensões que afetam o processo educacional. Kosik (1969, p. 41) cita que “os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade”. Portanto, não conseguimos compreender a verdadeira essência de um fenômeno ao analisá-lo de forma fragmentada e fora do contexto.

Com relação à **contradição**, são dois opostos que compartilham algo em comum, que produzem um ao outro e que não podem ser separados, pois cada coisa demanda a existência do seu oposto. Para compreender um fenômeno, é necessário observar a conexão entre os opostos e como eles se constroem mutuamente. Kuenzer (1998) enfatiza que uma totalidade sem contradição é vazia, e que um estudo deve reconhecer a tensão entre os contrários, detectando a riqueza do movimento. Se as contradições não forem identificadas ou ignoradas, o fenômeno permanece inalterado e incompleto, sem a capacidade de mudança, já que são as tensões que provocam o processo de transformação.

Bezerra (2022) destaca a relevância da categoria contradição na análise das incoerências entre a política e a sua implantação, tendo em vista que nem sempre são criadas condições reais para a aplicação, uma vez que não se consideram as desigualdades presentes em uma sociedade capitalista. É essencial identificar as contradições para um entendimento mais aprofundado da política. Isso requer uma avaliação crítica que ultrapasse a superficialidade das propostas e considere as condições materiais, estruturas sociais e as desigualdades já existentes que afetam a execução da política.

Sobre a categoria **mediação**, Saviani (2015, p. 26) destaca que “é uma categoria central da dialética [...] compõe com a “totalidade” e a “contradição”, o arcabouço categorial básico da concepção dialética da realidade e do conhecimento”. Isto reforça que nenhum acontecimento ocorre de forma isolada. Portanto, não há como estudar e analisar um fenômeno sem contextualizá-lo. Isso ocorre por serem influenciados por condições históricas, sociais, culturais e econômicas, sendo imprescindível entendê-lo considerando as influências que o atravessam. Ao abordar a realidade de forma mediada, os/as pesquisadores/as são capazes de entender as múltiplas relações que compõem a totalidade social e histórica, possibilitando uma compreensão mais profunda e crítica.

Em relação às categorias de conteúdo, são definidas a partir do objeto e da finalidade da pesquisa, auxiliando o pesquisador a coletar e organizar os dados (Kuenzer, 1998). São estruturadas para refletir o que o/a pesquisador/a busca entender, investigar e explicar. Funcionam como ferramentas de organização e classificação das informações coletadas ao longo da pesquisa, tornando o processo de análise mais claro e sistemático. Asseguram que a pesquisa seja focada, estruturada e alinhada com os objetivos do estudo, além de possibilitar uma análise mais organizada e detalhada dos fenômenos investigados. Para tal fim, foram escolhidas: **Trabalho docente, saúde mental e adoecimento psíquico**.

1.2.1 Trabalho Docente

O **trabalho docente** vem sofrendo mudanças consideráveis, principalmente a partir da década de 1990, com o avanço do neoliberalismo na educação, que teve como consequência a imposição de novas funções e responsabilidades, ampliando ainda mais a sua jornada de trabalho. O trabalho docente possui particularidades específicas, pois trata-se de um trabalho não material e que, por caracterizar-se como trabalho educativo, passa por um processo de subsunção formal e não real aos determinantes do sistema capitalista, recebendo influências e influenciando os processos de reestruturação do trabalho e de ajuste ao neoliberalismo, pois sabe-se que a educação e a docência são campos estratégicos na construção de processos de mediação e de hegemonia. O trabalho docente refere-se à produção e à transmissão de conhecimentos, não se restringindo apenas à sala de aula, pois envolve planejamento, avaliação e formação, posto que o próprio educador deve ser educado (Marx; Engels, 2007)¹⁰.

Historicamente, os educadores têm lutado para que a educação brasileira seja tratada como política e prioridade de Estado, no entanto, sabe-se que a desvalorização da educação pública e a precarização das condições de trabalho dos/as professores/as acabam por exercer hegemonia, especialmente a partir do avanço das políticas neoliberais. Para embasar essa questão, Esteve (1999, p. 31) menciona que “Essa situação é agravada pelo fato de que o professor se depara, frequentemente, com a necessidade de desempenhar vários papéis contraditórios que lhe exigem manter um equilíbrio muito instável em vários terrenos”. Sendo assim, o trabalho docente tem sido considerado um dos mais desafiadores, pois enfrenta

¹⁰ Referimo-nos aqui à terceira tese de Marx sobre Feuerbach, na qual este afirma que: “A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado” (2007, p. 533-534), e que refere-se ao papel ativo do ser humano em seu processo de autoconstrução humana, de modo que o trabalho docente pode constituir-se como uma prática revolucionária, mas também pode estar a serviço da reprodução social.

condições que podem impactar negativamente em sua saúde, sobretudo a mental.

No período da pandemia houve um aumento no nível de exigência que estes profissionais tiveram de atender, acarretando uma jornada de trabalho mais exaustiva, assim como a dificuldade em separar sua vida privada da profissional.

Com o trabalho em home office, os docentes passaram a ser mais cobrados na prestação de relatórios, listas de presença online e até mesmo em atividades como a entrega de cestas básicas e de material impresso aos alunos que não conseguiam acompanhar as aulas remotas (Santana; Barbosa; Máximo, 2022).

A adoção do trabalho remoto extrapolou a dimensão estritamente pedagógica da docência, ampliando de forma significativa as atribuições dos professores. Além das demandas relacionadas ao planejamento e à mediação do ensino remoto, os/as docentes passaram a assumir tarefas de natureza administrativa e assistencial. Tal cenário revela um processo de intensificação e diversificação do trabalho docente, marcado pela carga laboral e pela diluição dos limites entre as funções pedagógicas e outras responsabilidades institucionais, o que contribui para a precarização das condições de trabalho e para o desgaste físico e psíquico desses profissionais. Este conjunto de exigências estabelece uma relação direta com o comprometimento da saúde mental docente.

1.2.2 Saúde Mental

É importante compreender que os conceitos de saúde e **saúde mental** vão além da simples ausência de doença, abrangendo algo mais amplo. Em 1946, a OMS estabeleceu a definição de saúde como “um estado completo de bem-estar físico, mental e social”. Todavia, esse “completo estado de bem-estar” é utópico, surgindo novas discussões. Em 1986, na Conferência Nacional de Saúde propôs-se a incorporação de elementos como educação, alimentação, trabalho, condições de moradia e renda e acesso a serviços de saúde.

O mesmo se aplica à saúde mental, definida pela OMS como “um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade” (Gaino *et al.*, 2018). Esta perspectiva compreende a saúde mental para além do ponto de vista clínico, incluindo o autoconhecimento, estratégias para enfrentar os desafios e as pressões cotidianas, habilidade de atribuir sentido ao trabalho, sentimento de propósito e satisfação.

Na década de 1960 o psiquiatra italiano Franco Basaglia propôs uma revisão do conceito de loucura, contemplando elementos de cidadania e inclusão social. Essa ideia foi se expandindo, inspirando a Reforma Psiquiátrica Brasileira (Gaino *et al.*, 2018). Essa proposta

representou uma quebra com os padrões tradicionais de assistência psiquiátrica. Basaglia não considerava a loucura como algo a ser erradicado ou isolado, mas um fenômeno que deve ser tratado com respeito.

No livro *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*, Amarante (1996) dedica um capítulo para destacar a relevância de Basaglia. Ao assumir a direção do Hospital Provincial Psiquiátrico de Gorizia em 1961, ele se deparou com a dura e desumana realidade dos manicômios, onde a estrutura institucional era permeada pela violência. Diante disso, iniciou uma transformação significativa na perspectiva da saúde mental, enfatizando a importância de questionar a posição dos profissionais de saúde na formação da hegemonia. Criticava o modelo médico convencional que defendia uma medicalização excessiva. Assim, buscava uma abordagem centrada no paciente, considerando suas necessidades, direitos e suas experiências pessoais. A abordagem tradicional ignora suas necessidades emocionais e sociais, concentrando-se apenas em diagnósticos e tratamentos farmacológicos, cujas soluções seriam meramente técnicas e medicamentosas. Ele foi um dos pioneiros na desinstitucionalização, defendendo que a saúde mental não podia ser dissociada do contexto social e cultural. Para ele, isso é essencial para a recuperação do paciente, a reintegração à sociedade com a preservação dos direitos humanos e da sua dignidade. Portanto, visava transformar a forma como a saúde mental era compreendida e tratada na sociedade

No entanto, ainda prevalece o discurso hegemônico do modelo biomédico, que limita a compreensão de saúde mental, no qual o foco é a doença, vista de maneira individual. Robalino (2012) defende que a saúde deve ser entendida como um processo social, devendo ser compreendida de modo integral. Além disso, a saúde dos profissionais da educação não deve ser abordada de forma individual, mas sim como um assunto de política pública, envolvendo ações públicas, intersetoriais e interinstitucionais. De acordo com essa perspectiva, Almeida Filho, Coelho e Peres (1999) apresentam os autores que contribuíram com esse conceito. O primeiro citado é Arthur Kleinman, psiquiatra americano, que destaca a necessidade de considerar a saúde e a doença como resultados da interação complexa de múltiplos fatores, abrangendo biológicos, psicológicos e sociológicos. O mesmo tece uma crítica ao modelo biomédico, argumentando a importância de métodos multidisciplinares, sendo a saúde melhor compreendida quando há interação entre dados etnográficos, clínicos e sociais.

Gilles Bibeau e Ellen Corin, herdeiros da escola canadense de Psiquiatria Transcultural, ambos antropólogos, para abordar a complexidade do processo saúde e doença, pretendem integrar elementos semiológicos, interpretativos e pragmáticos, que são essenciais para a abordagem cultural da saúde mental. Defendem que as experiências subjetivas são formadas

por representações culturais. Com isso, identificam os laços que unem a cultura e a história pessoal. Sendo assim, os indivíduos se assemelham em algumas experiências considerando o plano cultural, mas distanciam-se no plano subjetivo (Almeida Filho; Coelho; Peres, 1999).

Allan Young, antropólogo norteamericano, contribuiu com a sociologia da saúde e influência das construções sociais sobre a percepção de saúde mental. Tece uma crítica ao modelo biomédico, no qual a doença é reduzida ao nível biológico, individual, desconsiderando a dimensão social, política e história. Ainda afirma que as práticas médicas são ideológicas e de poder, pois obedecem aos interesses hegemônicos (Almeida Filho; Coelho; Peres, 1999).

Byron Good antropólogo médico, psicológico e psiquiátrico e Mary-Jo Delvecchio Good, médica e professora de Saúde Global e Medicina Social, ambos discorrem sobre a pluralidade e diversidade cultural na compreensão da saúde mental, abordando como a desigualdade social e diferenças culturais impactam sobre a constituição do imaginário social sobre a saúde mental, sendo necessário levar em conta essas variáveis nas políticas de cuidado (Almeida Filho; Coelho; Peres, 1999).

Georges Canguilhem, médico e filósofo, defende que saúde não é apenas a ausência da doença, mas um estado de capacidade e adaptação ao meio, em que a normatividade e subjetividade são importantes aspectos para definir o que é considerado saudável (Almeida Filho; Coelho; Peres, 1999). Para ele, deve-se ter uma visão integral da saúde, necessitando de uma abordagem holística no cuidado, considerando não apenas aspectos clínicos, mas sociais, emocionais e culturais. No entanto, essa perspectiva ampliada ainda não foi naturalizada e o paradigma biomédico continua limitando a compreensão e o tratamento da saúde mental (Safatle, 2011).

Por fim, Almeida Filho, Coelho e Peres (1999) trazem a contribuição de Michel Foucault, filósofo e historiador, que analisa de forma crítica as instituições de saúde e as práticas de controle social. Explora como a saúde mental é construída socialmente e, além disso, como as normas e os discursos sobre saúde e doença são utilizados para exercer poder e controle sobre os indivíduos. Sobre essas questões, Safatle (2021) questiona como os processos sociais geram sofrimento, podendo levar os sujeitos aos hospitais e consultórios e em que medida o hospital psiquiátrico é parte do problema, ao invés de ser parte da solução. Para ele, há uma relação de poder entre médico e paciente, pois a definição de um padrão adequado consiste na subjetividade do médico.

O cuidado com a saúde dos/as docentes está previsto em lei, através dos Planos Nacional e Estadual de Educação (PEE). No estado da Paraíba, o Plano Estadual de Educação, regido pela Lei nº 10.488/2015, busca, por meio da Meta 19, **Fomentar a qualidade da educação**

básica, e tem como Estratégia 19.27 - **Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional** (grifo nosso). Assim como no PEE, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, regido pela Lei nº 13.005/2014, está incluso na Meta 7, Estratégia 7.31. Ou seja, mesmo antes da pandemia, já estava colocada em pauta a relevância dos cuidados com a integridade física e mental desses profissionais, reconhecendo que o bem-estar desses profissionais é um fator que contribui para a qualidade da educação. Esta estratégia abrange **quatro aspectos** essenciais para assegurar a saúde destes.

A **promoção da saúde**, que envolve a prevenção de doenças e melhoria nas condições gerais de saúde, através de incentivo a hábitos saudáveis, ambiente de trabalho seguro e iniciativas voltadas para a melhoria do bem-estar. A **prevenção**, que pode abarcar estratégias de apoio psicológico, juntamente com políticas públicas que busquem reduzir a carga emocional relacionada ao trabalho. A **atenção à saúde**, que inclui o monitoramento para identificar sinais de desgaste, estresse excessivo ou questões de saúde mental. E, por fim, o **atendimento à saúde**, que abrange o acesso aos serviços médicos, psicológicos e psiquiátricos. No entanto, o texto não especifica como essas ações deveriam ser implementadas e monitoradas, abrindo espaço para interpretações vagas, dificultando a responsabilização dos gestores. Além disso, não aborda diretamente as condições do trabalho docente, que influenciam diretamente na integridade física e mental mencionadas no texto.

Neste sentido, a previsão legal expressa nos Planos Educacionais evidencia que o adoecimento psíquico entre os/as docentes não constitui um fenômeno circunstancial ou restrito ao contexto pandêmico, mas um problema estrutural historicamente reconhecido pelas políticas públicas educacionais. A intensificação do trabalho, a ampliação das responsabilidades profissionais, a precarização das condições laborais e a fragilização dos vínculos institucionais configuram fatores de risco permanentes à saúde mental desses trabalhadores. Assim, o aumento de quadros de adoecimento psíquico entre os/as docentes revela a distância existente entre o que está formalmente assegurado nos dispositivos legais e a efetivação concreta de ações de promoção, prevenção e cuidado com a saúde mental.

Esse descompasso contribui para a naturalização do adoecimento psíquico no exercício da docência, impactando a vida e o bem-estar dos/as profissionais, e além disso, a qualidade do processo educativo e das relações pedagógicas estabelecidas no cotidiano escolar.

1.2.3 Adoecimento Psíquico

Quanto ao **adoecimento psíquico**, é importante destacar que embora alguns autores utilizem os termos “sofrimento psíquico” e “adoecimento psíquico” como sinônimos, eles apresentam distinções conceituais relevantes. O sofrimento configura-se como uma experiência subjetiva do indivíduo, podendo se manifestar de diversas formas, como angústia, tristeza ou ansiedade. Trata-se de uma resposta emocional frente a situações adversas e não implica necessariamente em um quadro patológico. Por outro lado, o adoecimento psíquico diz respeito a uma condição clínica diagnosticável, que pode comprometer a capacidade de exercer suas funções profissionais. No entanto, o processo de adoecimento é influenciado por fatores sociais, culturais e organizacionais, e não apenas por predisposições individuais (Brant; Minayo-Gomes, 2004).

Seixas (2022) enumera alguns estudos realizados no Brasil (Carlotto, 2002; Ludemir; Melo Filho, 2002; Freitas; Cruz, 2008; Diehl; Marin, 2016; Do Vale; Aguilera, 2016; entre outros), nos quais fica claro que existe um alto índice de sujeitos que compõem o mercado de trabalho que padecem de alguma patologia ligada diretamente com estresse e *Burnout*. No cenário capitalista, há uma priorização da eficiência, produtividade e a pressão para atingir os resultados das metas impostas pelo modelo neoliberal, no qual a educação também está inserida.

O número de professores/as adoecidos e afastados têm crescido significativamente, levando à percepção de que o trabalho docente seja uma atividade nociva. Um estudo recente expôs que há uma “escassez mundial de professores”. Devido ao crescente número de adoecimento físico e psíquico, esses profissionais estão abandonando o ensino, tendo em vista que sua saúde está sendo comprometida (Silva; Fischer, 2023). Seixas (2022) irá reforçar essa afirmação destacando o ritmo intenso de trabalho com jornadas extensas, ausência de reconhecimento, desvalorização salarial e social, perda de autonomia, condições precárias, sobrecarga mental e falta de respaldo das políticas públicas. Há também conflitos institucionais, o modo como o sistema educacional está estruturado, a desvalorização social da profissão, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, condições laborais precárias, entre outros (Morais; Leão, 2017). Além disso, a docência é vista como um apostolado, no qual o/a professor/a tem de estar disposto a aceitar trabalhar em condições inadequadas (Robalino, 2012).

É evidente que o adoecimento afeta a qualidade do ensino, atingindo professores/as e alunos. Sendo assim, é crucial abordar este fenômeno e considerá-lo como uma questão de saúde pública, além de promover políticas efetivas de valorização real dos profissionais e da própria educação. Ao considerar o adoecimento dos/as docentes como uma questão de saúde

pública, torna-se necessário implementar políticas específicas, voltadas para a prevenção, promoção de saúde e tratamento adequado das condições de trabalho, que contribuem para o estresse e a exaustão

1.3 Procedimentos Metodológicos

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico dos estudos produzidos desde o início da pandemia, através de livros e artigos científicos publicados em periódicos eletrônicos. De acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 65) “a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas”. Ou seja, é um estudo aprofundado de fontes já publicadas, que realiza análise e revisão do que já foi apresentado para obter informações mais recentes sobre o assunto, expandindo e atualizando o conhecimento existente.

Marconi e Lakatos (2003) apontam que essa é a fase de reconhecimento do assunto ao qual o tema da pesquisa se refere, reunindo sistematicamente o material que pode estar inserido em livros, revistas, entre outros. É a etapa inicial de qualquer pesquisa científica, que busca realizar uma exploração preliminar do assunto, de forma organizada e metódica, selecionando o que é mais relevante para a pesquisa para construir uma base sólida de investigação.

Para realizar a revisão bibliográfica, que é um processo de investigação para solucionar, responder ou aprofundar uma indagação no estudo de um fenômeno (Sousa; Oliveira; Alves, 2021), foi realizada uma busca no Portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), repositórios, periódicos e anais de eventos acadêmicos. Foram utilizados os seguintes descritores: (Pós)Pandemia, Saúde mental docente, Trabalho docente, Professores, Covid-19, Aulas remotas, Adoecimento psíquico. Como critério de inclusão, buscou-se artigos que tratam do impacto da pandemia para o/a docente, publicados entre 2020 e 2024. Também foram utilizados relatórios de pesquisas (Gestrado, 2020; UFPB; SINTEP-PB, 2021), livros e capítulos de livros publicados para fundamentar e aprofundar o estudo realizado (Saviani, 1991; Kuenzer, 1998; Esteve, 1999; Harvey, 2005; Antunes, 2006; Marx; Engels, 2007; Oliveira; Vieira, 2012; Sahlberg, 2015; Dardot; Laval, 2016; Neves, 2018; Mbembe, 2018; Hypolito, 2020; Calazans; Matozinho, 2021; Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021; Leher, 2023).

Quadro 1 - Distribuição das referências encontradas na revisão de literatura, segundo fontes de dados e palavras-chaves*¹¹

Fonte	Artigo	TCC	Dissertação	Tese	Total
Scielo	32	-	-	-	32
UFCG	1	-	4	-	5
BDTD	-	-	4	2	6
Demais Bases de Dados	52	3	2	-	57
TOTAL					100

* (pós)pandemia, saúde mental docente, trabalho docente, professores, covid-19, aulas remotas, adoecimento psíquico.

Ademais, foi realizada a análise em documentos legislativos educacionais a nível federal e estadual (Apêndices D e E), decretados para o enfrentamento da pandemia no contexto educacional, concentrando-se principalmente nas publicações referentes ao estado da Paraíba.

De acordo com Evangelista (2012), “trabalhar com documentos significa aceder à história, à consciência do homem e às suas prioridades de transformação”. A autora destaca que os documentos contêm informações que não apenas descrevem acontecimentos, mas também revelam os valores, intenções e projetos sociais de uma época ou sociedade. Os documentos servem para documentar ações e decisões, sejam elas de natureza política, econômica ou social.

Quando analisados minuciosamente, possibilitam ao pesquisador/a construir uma linha do tempo que os conecta com as mudanças e continuidades que marcaram a sociedade ao longo do tempo. Esses registros são reflexos das preocupações, visões de mundo e prioridades da sociedade que os produziu, carregando motivações e intencionalidades de quem os elaborou. Os documentos também refletem as prioridades de transformação de uma época, já que ao longo da história, diferentes sociedades e governos buscam modificar realidades sociais, econômicas ou políticas através de ações registradas em documentos. Portanto, ao analisar tais documentos, é possível identificar as intenções e os objetivos que orientam essas mudanças, compreendendo as transformações sociais que pretendem implementar. Diante disso, a análise das informações foi realizada por meio de uma leitura exploratória e analítica do material encontrado.

Por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)¹², foram coletados dados sobre a

¹¹ Detalhado nos Apêndices A, B, C

¹² O SIC é um canal oficial criado para garantir que qualquer cidadão possa ter acesso às informações públicas dos

quantidade de docentes, escolas, gerências regionais e psicólogos da rede estadual da Paraíba. Também foram solicitados dados relativos ao afastamento dos/as professores/as, entre os anos de 2019 e 2023, no entanto o SIC não dispunha de tal informação e sugeriu recorrer à Junta Médica Estadual. Após contato telefônico, fomos orientados a solicitar através de um e-mail endereçado a Secretaria de Administração do Estado da Paraíba¹³.

1.3.1 Procedimentos e instrumentos

Para compreender a situação atual das condições de trabalho e a saúde mental dos/as professores/as da Paraíba, foi elaborado um questionário com o auxílio do Software RedCap (*Research Electronic Data Capture*), utilizado para coleta eletrônica de dados, desenvolvido pela Universidade de Vanderbilt. Esse software busca otimizar o processo de coleta e gerenciamento de dados, oferecendo recursos para monitoramento e segurança de dados, assegurando a integridade e confiabilidade das informações coletadas (Barros *et al.* 2022).

O questionário¹⁴ contém 5 blocos de perguntas, com questões sociodemográficas, caracterização do trabalho docente na pandemia (2020 a 2022) e no momento atual (2024), situação da saúde mental e instrumentos para rastreamento das condições de saúde mental. O envio do questionário foi autorizado pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB)¹⁵, por meio da Gerência Regional da Educação. Uma fase experimental foi conduzida, na qual alguns docentes examinaram a operação do link e apresentaram sugestões. Depois de concluído, o estudo foi encaminhado aos professores da rede estadual através de e-mail, com a colaboração da SEE-PB e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP-PB)¹⁶, assim como por aplicativo de mensagens instantâneas, diretamente nos grupos dos professores. Além disso, foram realizadas visitas em algumas escolas da rede para divulgar a pesquisa e enfatizar a relevância da participação. Os critérios adotados contemplaram os/as professores/as da rede estadual de ensino da Paraíba, que estavam em exercício no período da coleta e apresentaram interesse e disponibilidade para participar do estudo. Quanto aos critérios de exclusão, os/as profissionais que estiverem afastados por motivo de licença e os/as que se recusem a participar da pesquisa.

órgãos do Poder Executivo Estadual da Paraíba, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Anexo C

¹³ Apêndice H

¹⁴ Apêndice J

¹⁵ Anexo A

¹⁶ Apêndice G

Para gerenciamento e segurança dos dados obtidos, contou-se com o suporte do Núcleo de Epidemiologia (NEPI) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e do Núcleo de Saúde, Educação e Trabalho (NSET) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), coordenado pela Professora Dr^a Tânia Maria de Araújo.

1.3.2 Instrumentos de Mensuração

As escalas escolhidas para avaliar os aspectos psicossociais relacionados ao trabalho foram: o *Self-Reporting Questionnaire (SQR-20)*, um instrumento de rastreio desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para avaliar indicadores de Transtornos Mentais Comuns (TMC). Ele analisa sintomas como insônia, fadiga, apetite, pensamento, humor e problemas somáticos, que são característicos desses transtornos. O mesmo contém vinte questões com respostas de “SIM” ou “NÃO”, onde cada resposta SIM vale um ponto e NÃO, vale 0 pontos. Para obter o score total, deve-se somar o número de respostas SIM (Silveira *et al.*, 2021).

As autoras esclarecem que as perguntas são baseadas em sintomas que podem estar relacionados a transtornos mentais, incluindo sinais de depressão, ansiedade e outros quadros psicológicos. Cada pergunta avalia um sintoma ou característica emocional do sujeito, como sentimentos de tristeza, nervosismo, cansaço ou pensamentos depressivos. Cada afirmação positiva indica a existência de um sintoma associado a um transtorno mental. A pontuação total é calculada e utilizada para sinalizar a probabilidade de o indivíduo estar sofrendo de algum transtorno mental.

De acordo com Santos *et al.* (2010), o ponto de corte estabelecido é de ≥ 7 para mulheres e ≥ 5 para homens. Portanto, se o resultado superar o limite de corte, o indivíduo pode ser considerado como mais propenso a desenvolver um transtorno mental. Ultrapassá-lo não equivale a um diagnóstico, mas indica a necessidade de atenção. É uma ferramenta que permite uma avaliação rápida eficiente e confiável dos TMCs, que contribui para a prática clínica e para pesquisas em saúde mental. Por ter sido desenvolvido pela OMS, possui ampla aceitação e aplicabilidade em diversos países, o que facilita estudos multicêntricos e comparativos internacionais (Silveira *et al.*, 2021).

Santos *et al.* (2010) indicam que o SQR-20 é um instrumento válido e útil para pesquisas sobre morbidade psíquica, especialmente no rastreio de Transtornos Mentais Comuns (TMC) em contextos populacionais ou ocupacionais, desde que seus pontos de corte e limites sejam considerados conforme o perfil da amostra e as finalidades do estudo.

A Escala **Desequilíbrio Esforço-recompensa** (*Effort-Reward Imbalance - ERI*), é uma ferramenta utilizada para avaliar o desequilíbrio entre o esforço que o/a trabalhador/a dedica ao seu trabalho e as recompensas que recebe em troca. Foi desenvolvida para mensurar esse desequilíbrio, apresentando um modelo que propõe que a exposição a situações de desequilíbrio entre o esforço empregado e a recompensa recebida no ambiente de trabalho pode resultar em estresse, e conseqüentemente, em problemas de saúde mental. Trata-se de uma ferramenta crucial para compreender a relação entre estresse ocupacional e saúde mental em trabalhadores (Oliveira; Araújo, 2018).

Contempla componentes extrínsecos: condições do trabalho indicativas do esforço (demandas, obrigações), tendo como recompensas: dinheiro, apoio, oportunidades na carreira e segurança; e intrínsecos: conjunto de atitudes, comportamentos e emoções que refletem esforço excessivo combinado com forte desejo de ser aprovado e estimado. O modelo ERI é construído a partir de um questionário autorrespondido, contendo 23 itens em sua versão reduzida, com respostas que utilizam escala do tipo likert, uma avaliação onde o/a respondente classifica o seu nível de concordância com as afirmações: 1 = discordo fortemente, 2 = discordo, 3 = concordo e 4 = concordo fortemente. A mesma é dividida em 3 escalas, sendo elas: Escala de esforço: avalia a quantidade de esforço que o/a trabalhador/a sente que está fazendo no seu trabalho. Escala de recompensa: mede o quanto o/a trabalhador/a percebe que está sendo recompensado/a pelo esforço dedicado, seja por meio de salário, reconhecimento ou outras formas de recompensa. Escala de comprometimento excessivo: refere-se ao grau em que o/a trabalhador/a se dedica excessivamente ao trabalho, possivelmente em detrimento da sua saúde ou equilíbrio entre vida pessoal e profissional (Silva; Barreto, 2010; Oliveira; Araújo, 2018). Em determinados contextos, um dos itens da escala de esforço é excluído, a depender da natureza de ocupação analisada. Em amostras compostas por atividades laborais que não demandam esforço físico significativo, tal item é removido por se mostrar em menor relevância para o escopo da avaliação. Essa diretriz é aplicável ao presente estudo (Siegrist *et al*, 2006).

Para calcular o índice de cada escala, realiza-se o somatório das respostas de todas as questões que avaliam cada uma das escalas, gerando um valor para cada. Para categorizar os resultados, os escores obtidos são divididos em baixo e alto esforço, baixa e alta recompensa, baixo e alto comprometimento. A mediana é utilizada como ponto de corte para classificar os/as participantes, dividindo-os em duas partes: aqueles que têm valores menores ou iguais à mediana são classificados com “baixo esforço”, “baixa recompensa” ou “baixo comprometimento”, enquanto os escores maiores que a mediana são classificados como “alto esforço”, “alta recompensa” ou “alto comprometimento”. Para calcular o desequilíbrio entre

esforço e recompensa, utiliza-se a fórmula $ER = \text{esforço} / (\text{recompensa} \times 0,4545)$. Esse fator é utilizado para ajustar a relação entre esforço e recompensa, ajudando a calibrar o cálculo de acordo com o modelo do ERI. O fator de correção 0,4545 é adotado conforme recomendação do modelo teórico proposto por Siegrist, com o objetivo de ajustar as escalas de forma proporcional. Esse fator é determinado com base na razão entre o número de itens da escala de esforço (5 ou 6) e o número de itens da escala recompensa (11), assegurando a compatibilidade dos escores entre diferentes versões da escala. A escolha do fator de correção depende da composição da escala de esforço, que pode variar em função das características da população estudada. No presente estudo, considerando a natureza das atividades laborais avaliadas, um item da escala de esforço foi excluído. Dessa forma, aplica-se o fator de correção 0,4545 ($5 \div 11$). Por outro lado, nas versões em que todos os itens são utilizados, utiliza-se o fator de correção de 0,5454 ($6 \div 11$). Se o valor de *ER* for maior que 1, a situação é considerada de desequilíbrio esforço-recompensa, sendo interpretado como exposição a risco psicossocial. Já valores iguais ou inferiores a 1 são considerados indicativos de equilíbrio entre as demandas e as recompensas de trabalho (Siegrist *et al.*, 2006).

Esses passos permitem avaliar como o desequilíbrio entre esforço e recompensa pode estar relacionado com problemas de saúde mental nos/as trabalhadores/as, sendo uma maneira estruturada de medir a sobrecarga emocional e o estresse ocupacional (Siegrist *et al.*, 2006). Esse instrumento tem mostrado bom desempenho em diversos estudos epidemiológicos, se configurando como uma escala eficaz para avaliar as condições laborais e sua relação com o bem-estar psicológico dos trabalhadores. Além disso, contribui para a identificação de grupos sob maior risco de adoecimento psíquico devido ao contexto ocupacional marcado por desequilíbrio esforço-recompensa (Oliveira; Araujo, 2018).

O ***Mini-Sleep Questionnaire (MSQ)***, uma ferramenta validada e amplamente utilizada em estudos sobre saúde mental, foi utilizado para avaliar a qualidade do sono, uma variável diretamente relacionada à saúde mental, cuja finalidade é identificar possíveis problemas relacionados ao sono, tais como insônia, sonolência excessiva e distúrbios do sono. Consiste em 10 perguntas que abordam elementos cruciais da qualidade do sono, como a dificuldade para adormecer, o tempo do sono, a presença de distúrbios durante o sono e a sensação de descanso após o sono. Segue o formato de escala do tipo Likert, na qual o participante classifica a frequência ou intensidade de determinados sintomas, oferecendo as alternativas: “Nunca”, “Muito raramente”, “Raramente”, “Às vezes”, “Frequentemente”, “Muito frequentemente” e “Sempre”. Essas auxiliam a mensurar a gravidade dos problemas relacionados ao sono. Os escores mais baixos podem sinalizar uma boa qualidade de sono, enquanto os mais elevados

sugerem a presença de distúrbios do sono, como insônia, dificuldade de adormecer, entre outros relacionados à qualidade do descanso. Para fins analíticos, os escores foram tratados de forma dicotômica, onde pontuações de 0 a 27 foram classificadas como indicativas de uma boa qualidade de sono, enquanto escores iguais ou superiores a 28 foram considerados representativos de má qualidade do sono (Freitas *et al.*, 2021a).

O ***Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9)*** é uma ferramenta prática e autoaplicável utilizada para identificar e avaliar a severidade de sintomas depressivos. Ela se fundamenta nos critérios do DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e é amplamente utilizado na prática clínica e em pesquisas para detectar episódios depressivos. O PHQ-9 avalia a frequência com que os sintomas ocorreram nas últimas duas semanas, por meio de nove itens relacionados a problemas característicos da patologia.

Consiste em 9 perguntas, cada uma relacionada a um dos principais sintomas da depressão, tais como humor deprimido, perda de interesse, alterações no apetite, problemas de sono, fadiga, sentimentos de inutilidade ou culpa, dificuldades de concentração, psicomotricidade e pensamentos suicidas. Oferece alternativas, onde as respostas são fornecidas em uma escala de 0 a 3, onde: 0 = Nenhum dia, 1 = Alguns dias, 2 = Mais da metade dos dias e 3 = Quase todos os dias. As pontuações são somadas, resultando em um total que varia de 0 a 27. A interpretação dos escores segue o critério de que pontuações iguais ou superiores a 10 indicam maior risco para o desenvolvimento de quadros depressivos, sinalizando a necessidade de atenção e encaminhamento para acompanhamento psicológico (Souza *et al.*, 2021).

Essa pontuação permite identificar a gravidade dos sintomas em níveis progressivos, que vão desde a ausência de sintomas até depressão grave, facilitando a identificação de casos clínicos e a definição das condutas terapêuticas. Souza *et al.* (2021) informam que pode-se estabelecer um ponto de corte para identificar sintomas de depressão maior ou risco de ideação suicida, sendo que uma pontuação igual ou superior a dez, indica maior sensibilidade na detecção de casos significativos de depressão.

E, por fim, o ***Generalized Anxiety Disorder (GAD-7)***, um instrumento utilizado para avaliar sintomas ansiosos que apresenta boas propriedades psicométricas. Trata-se de um instrumento que determina a severidade dos sintomas de ansiedade generalizada. Consiste em 7 itens que questionam a frequência com que o indivíduo tem se sentido ansioso, preocupado ou inquieto nas duas últimas semanas. Cada item recebe uma pontuação de 0 a 3, onde: 0 = Nada, 1 = Pouco, 2 = Moderadamente e 3 = Muito. Os itens abordam sintomas como preocupação excessiva, dificuldade em controlar a preocupação, inquietação, fadiga e dificuldade de concentração, irritabilidade, entre outros. A pontuação varia de 0 a 21, onde os

escores mais elevados sinalizam uma maior severidade dos sintomas de ansiedade. A classificação da intensidade dos sintomas é feita com base nos seguintes pontos de corte: 0 a 4 indicam ansiedade mínima ou ausência de sintomas; 5 a 9 correspondem a ansiedade leve; 10 a 14, ansiedade moderada; e 15 a 21, à ansiedade grave. Pontuações iguais ou superiores a 10 sugerem a presença de sintomas ansiosos clinicamente significativos, representando risco elevado para o desenvolvimento de TAG. Trata-se de um instrumento amplamente utilizado na prática clínica e em pesquisas científicas, em virtude da sua simplicidade, brevidade e robustez psicométrica (Silva *et al.*, 2023a).

1.3.3 Aspectos Éticos

A pesquisa foi submetida ao comitê de ética e aprovada conforme parecer nº 6.831.645 CAAE¹⁷: 78969724.7.0000.5182 (Anexo B). Sendo assim, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução nº 510/2016 e suas normatizações complementares, homologadas nos termos do Decreto de delegação de competências de 12 de novembro de 1991, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao(s) sujeito(s) da pesquisa e ao Estado. Nos comprometemos a realizar a coleta de dados indicada no projeto somente após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Campina Grande (CEP/HUAC-UFCG).

Como parte do processo ético e legal da pesquisa, os/as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁸, que estava disponível no questionário. Esse documento foi elaborado para garantir que todos/as os/as participantes tivessem plena ciência sobre os objetivos do estudo, os procedimentos envolvidos e os possíveis riscos e benefícios relacionados à sua participação.

Ao assinar o TCLE os/as docentes confirmaram que foram informados de maneira clara e compreensível sobre os elementos do estudo e que concordaram voluntariamente em participar. Esse procedimento assegura o respeito aos direitos dos/as participantes e à transparência no desenvolvimento da pesquisa.

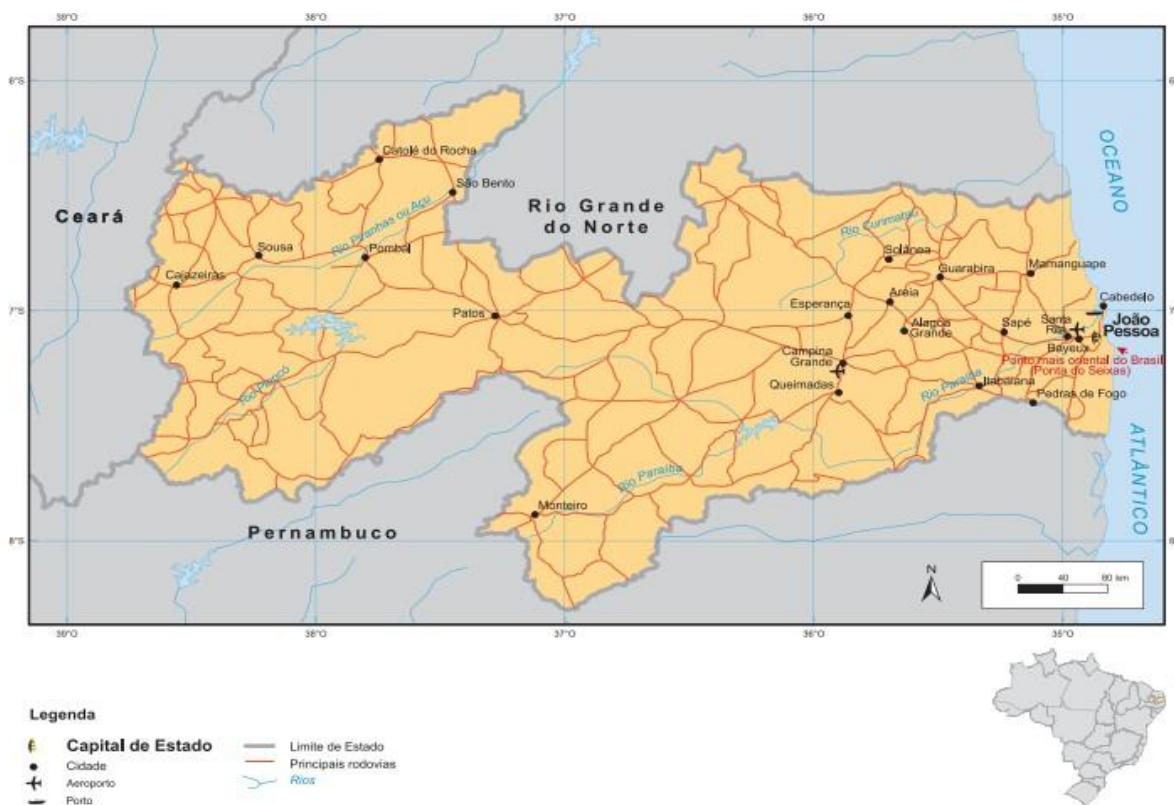
¹⁷ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

¹⁸ Apêndice I

1.4 Breve apresentação do contexto educacional da Paraíba

O Estado da Paraíba está localizado na Região Nordeste do Brasil, possui uma área territorial de 56.467,242 km² e contém 223 municípios, tendo como capital a cidade de João Pessoa. Está sendo governado, no momento, por João Azevedo Lins Filho, que foi reeleito no ano de 2022 e encontra-se filiado ao Partido Socialista Brasileiro (IBGE, 2023a).

Figura 1 - Mapa da Paraíba



Fonte: IBGE (2023b)

De acordo com os dados do último censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, a Paraíba tem uma população de 3.974.687, com Densidade Demográfica (habitantes por quilômetro quadrado) de 70,39 (IBGE, 2023a). Há 16 Gerências Regionais de Ensino no Estado, as quais contam com 597 escolas, sendo 304 destas, Escolas Cidadãs Integrais (SIC, 2024a). No final do ano de 2023 a quantidade de Gerências Regionais de Ensino (GRE) foi modificada através da Lei Estadual nº 12.792, de iniciativa do poder executivo, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 3 de outubro de 2023. Dentre diversas mudanças na organização administrativa da educação estadual da Paraíba, houve a adição de 2 GRE's, aumentando de 14 para 16, com a reestruturação dos municípios

pertencentes aos municípios sede (Apêndice F). Também é importante destacar que a implantação das Escolas Cidadãs Integrais tem sido um dos principais projetos da gestão dos últimos anos no estado da Paraíba. Esse modelo de escola foi idealizado por uma Organização Social (O.S.), o Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e ocasionou grande mudança na gestão, no currículo e nas condições do trabalho docente, pois os mesmos vêm sofrendo um processo de proletarização do trabalho em decorrência da perda de autonomia e padronização em excesso (Rodrigues; Penha, 2022).

A rede estadual de ensino conta com 33 psicólogos em efetivo exercício (SIC, 2024d). Considerando a quantidade de escolas, presume-se a dificuldade em realizar um trabalho eficiente focado nas questões socioemocionais, tendo em vista as demandas apresentadas nas instituições de ensino. Esta informação sugere que deve haver uma sobrecarga de trabalho para os próprios profissionais de saúde mental, bem como uma lacuna na oferta de um suporte adequado na rede de ensino. Em um cenário ideal, o suporte psicológico escolar deveria ser contínuo, preventivo e acessível, algo que parece ser inatingível com uma quantidade tão limitada de profissionais na rede de ensino.

É fundamental compreender o papel do/a profissional da psicologia no ambiente escolar. De acordo com a *Cartilha Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica* (CFP, 2019), a prática da psicologia deve se fundamentar no princípio de que a educação é um direito humano fundamental. Assim, deve considerar as especificidades de cada comunidade escolar, considerando os fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam no processo educativo, adotando uma postura crítica frente às desigualdades e injustiças presentes no ambiente escolar. Dentre as várias funções, é mencionada a orientação e o apoio aos professores/as. Sendo assim, a presença do/a psicólogo/a na escola deve ser ativa, reflexiva e transformadora. Sua ação precisa ser contextualizada, levando em consideração a realidade concreta da instituição, pois ao ignorar esse fator, leva a uma prática puramente técnica e despolitizada.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao ano de 2021, a rede estadual de ensino apresentou um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 5,1 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 4,6 nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 3,9 no Ensino Médio (INEP, 2023a). Conforme estabelecido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a meta nacional era alcançar a meta 6,0 até o ano de 2022. Embora os indicadores apontem avanços nos anos iniciais e finais, a meta não foi atingida, revelando limitações no alcance das políticas educacionais em vigor (Sarmiento; Ferreira; Arossi, 2024). No caso específico da

Paraíba, a média dos Anos Iniciais aponta para um desempenho razoável, embora ainda abaixo da média ideal. Quanto aos Anos Finais, os resultados são inferiores, e no Ensino Médio o cenário se mostra ainda mais preocupante. Estes dados podem significar que o sistema de ensino não está conseguindo garantir o mesmo nível de aprendizado ao longo da trajetória escolar. Nesse contexto, observa-se a intensificação de políticas educacionais baseadas em mecanismos de responsabilização e controle, centradas no cumprimento de metas e na elevação de indicadores quantitativos. Essas estratégias, influenciadas por lógicas gerencialistas, tendem a reduzir o processo educativo a indicadores numéricos, desconsiderando a complexidade do trabalho docente e os múltiplos fatores (sociais, econômicos, culturais e institucionais) que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, tais políticas contribuem para a intensificação do trabalho docente, por meio do aumento das exigências, metas e responsabilidade, ao passo que reduz a autonomia dos/as professores/as, afetando sua saúde e bem-estar (Freire, 2020).

Conforme o Censo Escolar de 2023, a quantidade de alunos matriculados na rede estadual foi de 162.827. Quanto à distorção idade-série, que é a condição em que se encontra o aluno que está cursando uma série com idade superior à que seria recomendada ou prevista, na Paraíba, a taxa no ensino fundamental é de 27%, enquanto no ensino médio é de 29,4% (INEP, 2023a). O valor da distorção é calculado em anos e reflete a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. A distorção idade-série é um elemento marcante da desigualdade regional na educação, representando um grave problema da educação no Brasil. Um dado interessante é que os sistemas escolares com altas taxas de evasão, repetência e distorção idade-série pertencem a Estados onde a permanência dos alunos na escola e os salários dos professores são menores (Saraiva, 2010).

Com relação ao número de professores/as, a rede estadual da Paraíba conta com 17.405 docentes, dentre estes, 59,3% pertencem ao sexo feminino. A docência é uma categoria composta, em sua maioria, por mulheres e essa questão da feminização do trabalho docente no Brasil é parte de um processo histórico mais amplo e complexo, o qual foi detalhadamente estudado por Hypolito (2020). Em síntese, pode-se afirmar que teve início no século XX e que está diretamente relacionado ao processo de industrialização do país, à luta das mulheres pelo direito à participação na vida política e econômica da sociedade e também à cultura machista e patriarcal que, naquele momento, permitia às mulheres o exercício de tarefas mais ligadas à maternidade e ao ambiente doméstico.

Quanto à forma de contratação, há 9.275 efetivos e 8.130 distribuídos entre prestadores de serviço, comissionados, *pró-tempore* e contrato emergencial (SIC, 2024b). Importante

destacar as diferenças entre os direitos dos/as professores/as efetivos/as e contratados/as, pois a contratação temporária colabora com a precarização do trabalho, sendo este um dos fatores que podem levar ao adoecimento do/a docente (Seixas, 2022). Geralmente, os/as docentes efetivos possuem estabilidade, acesso a um conjunto mais amplo de benefícios laborais e garantias sobre aposentadoria e progressão na carreira. Por outro lado, os/as professores/as contratados/as, devido à sua natureza temporária, lidam com um ambiente mais inseguro e instável, com contratos que podem ser renovados ou rescindidos a qualquer momento, a depender da necessidade da administração pública (Silva, 2021).

Quadro 2 - Distribuição de docentes da Rede Estadual da Paraíba segundo sexo e vínculo empregatício (2024)

Vínculo	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
Contrato Emergencial	34	19	53
Comissionado	63	30	93
Prestador	5149	2772	7921
Protempore	53	10	63
Efetivo	5015	4260	9275
Total	10.314	7.091	17.405

Fonte: SIC (2024b)

Com relação à quantidade de alunos por professor, na educação infantil são 12,8 alunos, no ensino fundamental passa para 22,3 alunos e, no ensino médio, 27 (INEP, 2023a). Esses números são importantes, pois estão ligados à qualidade e às condições de trabalho do/a docente, pois quanto mais alunos na sala de aula, maior será o esforço do/a professor/a (Seixas, 2022). Ou seja, é um fator crítico para a qualidade do ensino, pois quanto mais alunos na sala de aula, maior a dificuldade em oferecer uma atenção individualizada, adaptar estratégias pedagógicas às necessidades específicas dos alunos. Isso pode afetar diretamente a aprendizagem, já que existe um desafio maior em reconhecer as dificuldades individuais.

A educação no estado da Paraíba é pautada na lógica gerencial e mantém uma política de bonificação para os docentes, na qual a sua remuneração é baseada nos princípios do setor privado, e atribuída ao seu desempenho, responsabilizando os/as professores/as pelos resultados da educação do Estado. Os programas instituídos pela Lei n. 9.879, de 13 de setembro de 2012,

o Prêmios Escola de Valor (PEV), que paga o 14º salário aos profissionais da rede pública estadual da Paraíba, desde que cumpram metas e objetivos estipulados pelo programa e o Programa Mestres da Educação (PMEd), que paga o 15º salário aos professores/as da rede pública estadual da Paraíba que apresentem e realizem um projeto na escola, o qual será avaliado por uma comissão (Bezerra, 2022; Oliveira; Rodrigues; Silva, 2022).

Esses e outros dados serão apresentados e aprofundados ao longo dos capítulos que compõem esta dissertação, cuja estrutura se organiza da seguinte maneira: além desta introdução, que contempla os objetivos, a justificativa e bases teórico-metodológicas e contexto da pesquisa, o segundo capítulo intitulado “Neoliberalismo, pandemia e condições de saúde e trabalho docente: uma análise a partir das políticas educacionais instituídas no estado da Paraíba”, apresenta uma breve análise da conjuntura política e educacional no estado da Paraíba, com ênfase nas condições de trabalho e saúde durante o período pandêmico. Nesse mesmo capítulo, trazemos uma discussão minuciosa das políticas educacionais adotadas no estado, com base nos documentos oficiais publicados durante e após a pandemia. A discussão abrange, ainda, o processo de precarização do trabalho docente, que tem sido progressivamente submetido a lógicas de mercado, com foco em resultados mensuráveis. Tal processo tem comprometido tanto a qualidade da educação quanto a saúde, os direitos laborais e a identidade profissional dos/as professores/as. Por fim, o capítulo aborda os efeitos da precarização do trabalho docente durante e no pós-pandemia, com foco nos impactos sobre a saúde mental dos/as professores/as, as condições de trabalho e a efetividade (ou não) das políticas públicas voltadas ao cuidado psicossocial no âmbito das escolas públicas, especialmente na realidade do estado da Paraíba.

No terceiro capítulo, são analisadas as condições de trabalho docente e seus efeitos sobre a saúde mental dos/as professores/as. Para tanto, apresentaremos os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados por meio do questionário elaborado com o propósito de aprofundar as dimensões psicossociais do trabalho docente, com o objetivo de compreender a extensão e as causas do sofrimento psíquico entre os participantes da pesquisa, com ênfase nos aspectos relacionados aos transtornos mentais comuns, à relação esforço-recompensa, aos distúrbios do sono e à manifestação de sintomas depressivos e ansiosos

Finalizamos com algumas considerações finais, apontando as contribuições e limites da pesquisa realizada, bem como as perspectivas de estudos futuros sobre essa temática.

2 NEOLIBERALISMO, PANDEMIA E CONDIÇÕES DE SAÚDE E TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INSTITUÍDAS NO ESTADO DA PARAÍBA

O presente capítulo tem o objetivo de aprofundar as reflexões acerca das relações entre neoliberalismo e educação no contexto da pandemia, buscando compreender como isso tem influenciado nas condições de trabalho e de saúde das professoras e professores da rede estadual da Paraíba. Parte-se também da compreensão de que a sociedade capitalista está estruturada sob a lógica do patriarcado e que, por isso, essas repercussões afetam de formas distintas a homens e mulheres, as quais são maioria na educação básica.

De acordo com Harvey (2005), o neoliberalismo é uma teoria político-econômica que estimula as liberdades individuais humanas e que acredita que o bem-estar do homem será promovido pela sua capacidade empreendedora. Dardot e Laval (2016) trazem uma compreensão mais abrangente, ao entenderem o neoliberalismo como uma racionalidade, pautada no individualismo e na lógica da concorrência, que atua não apenas no nível da economia, por meio da racionalização e da redução dos recursos para áreas sociais, mas que afeta todas as dimensões da vida, mercantilizando as relações e consolidando práticas e subjetividades cada vez mais submetidas à lógica do mercado.

Segundo Calazans e Matozinho (2021), o neoliberalismo, com a sua ênfase na liberdade individual, transforma o indivíduo em um “empreendedor de si mesmo”, que o impulsiona a adotar uma postura competitiva para se destacar no mercado de trabalho. Portanto, existe uma pressão constante que o sujeito enfrenta para estar sempre competindo. Ao se ver como responsável pelo seu sucesso ou fracasso, é constantemente desafiado a se adaptar e competir, podendo gerar um sentimento de insegurança e ansiedade. Importante destacar que, ao valorizar o sucesso individual, o neoliberalismo negligencia as questões sociais e coletivas, intensificando as desigualdades.

Silva *et al.* (2021) debatem como o neoliberalismo molda o sujeito no Brasil, promovendo a noção de que cada pessoa é responsável pela sua própria vida, saúde, sucesso e fracasso, independentemente das condições externas e estruturais. Além disso, se sustenta através de políticas públicas focadas em uma abordagem mais técnica e individualizada dos problemas sociais. Isso naturaliza as desigualdades, reduzindo a percepção de que a responsabilidade pelo sofrimento psíquico é compartilhada com as circunstâncias sociais e econômicas.

Durante a pandemia, a ideologia neoliberal estabeleceu a noção de que a economia não

poderia ser interrompida. Com isso, a cultura do medo pressionou os/as trabalhadores/as a manterem um ritmo de trabalho constante, com receio de serem demitidos. Isso deixou o sujeito em uma posição de vulnerabilidade, com vínculos de trabalho instáveis e ausência de garantias de estabilidade e direitos. O excesso de trabalho é utilizado como estratégia para garantir a sobrevivência no mercado e controle social que mantém o/a trabalhador/a constantemente no limite da exaustão (Calazans; Matozinho, 2021).

A reestruturação do mundo do trabalho é marcada pela desregulamentação e consequente flexibilização e aumento da exploração da mão de obra em diversos setores; na educação, isso se expressa pela precarização das condições objetivas de funcionamento das escolas e na intensificação do trabalho dos/as professores/as. Segundo Antunes (2006), as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1980 acarretaram em uma maior degradação e flexibilização do trabalho, aumentando a exploração e as formas de controle do/a trabalhador/a, repercutindo também na sua subjetividade.

No campo da educação, muitas têm sido as reformas e modificações ocorridas para ajustá-la às novas demandas do sistema econômico e empresarial, bem como para preparar cidadãos cada vez mais adequados às exigências do mercado. Hypólito (2019) trata acerca de um Movimento Global de Reforma Educacional, também conhecido como GERM (*Global Education Reform Movement*), termo cunhado por Sahlberg (2015), e que denomina um processo que vem ocorrendo desde o início do século XXI articulado com a finalidade de fortalecer as políticas educacionais através do que é chamado de eficácia dos sistemas, baseado em três princípios: padronização, prestação de contas e descentralização. Para tanto, apoia-se no discurso da melhoria da qualidade da educação, no entanto, possui sérias implicações no trabalho docente.

Essa “modernização” é justificada sobre o fracasso das escolas públicas e faz parecer ser a solução adequada para melhorar a qualidade da educação, porém, exerce a função de monitorar a performance dos/as professores/as, fortalecendo a competitividade (Verger; Fontdevila; Parcerisa, 2019).

No caso brasileiro, a partir dos anos de 1990, as reformas educacionais ocasionaram mudanças radicais na configuração das responsabilidades do Estado sobre a educação, passando a reconstruir a educação pública a partir da reprodução dos modelos da iniciativa privada.

esses novos modelos de organização escolar expressam muito mais um discurso sobre a prática do que a própria realidade, melhor dizendo, a distância entre o que é propugnado nos programas de reforma educacional e o que é de fato implementado nas escolas apresenta uma grande defasagem (Oliveira, 2004, p. 1139).

Tarlau e Moeller (2020) tratam acerca da influência do setor privado na educação brasileira, trazendo o caso da Fundação Lemann¹⁹, que teve um papel relevante na elaboração, tramitação e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que visa padronizar o currículo da educação brasileira através de testes padronizados, avaliação de professores, pagamento por mérito e introdução de aulas roteirizadas.

Tudo isso ocorre devido à intensificação do modelo de gestão gerencialista, que acarreta um processo de hiperburocratização e de reordenamento do trabalho docente, aumentando o volume de atividades, aumento do controle burocrático e alienação dos fins da educação. Através dessa reestruturação, o trabalho do/a professor/a é afetado devido às novas funções e responsabilidades que lhes são impostas, gerando a ampliação da jornada de trabalho e diminuindo seu espaço de autonomia. De acordo com Newman e Clarke (2012) o gerencialismo é uma maneira de conduzir o Estado da mesma forma que o setor privado, transformando a educação em um mercado através de gerências mercadológicas, em que há maior exigência de desempenho, como em um mercado competitivo.

Esse processo de reestruturação educacional impacta significativamente no trabalho docente, gerando intensificação, na medida em que as/os professoras/es precisam realizar mais atividades em menos tempo, além de haver uma redução no tempo para o descanso, falta de tempo para atualização profissional, etc.

O trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (Oliveira, 2004, p. 1140).

Ao longo dos anos, o trabalho docente tem sido progressivamente desvalorizado, principalmente por meio da precarização das condições de trabalho e o cenário de instabilidade. O trabalho docente vem sendo tratado como flexível, resultando em rotatividade, o que dificulta a construção de uma trajetória profissional consolidada, provocando incerteza e falta de

¹⁹ Instituição filantrópica de destaque no Brasil, fundada em 2002 por Jorge Paulo Lemann, empresário e empreendedor, que refere ter como objetivo desenvolver e financiar “projetos que contribuam para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, em especial aqueles relacionados ao ensino público” (Brito; Marins, 2020).

perspectiva.

Toda essa lógica de exploração do trabalho já estava colocada muito tempo antes da pandemia, de modo que não seria justo atribuir a ela toda a responsabilidade sobre algo que está estruturalmente colocado para a sociedade em que a racionalidade neoliberal é hegemônica. Dessa forma, entende-se que a pandemia escancarou e aprofundou muitos dos problemas estruturais que já estavam colocados, tais como as desigualdades sociais, a exploração do trabalho, as deficiências e a falta de políticas públicas para conter esta que foi/é considerada uma das maiores crises sanitárias e econômicas do século XXI. A própria noção de “Estado mínimo”, tão propagada entre os neoliberais, também reforça a ausência de políticas públicas de cuidado e em prol de assegurar o direito a uma vida digna. Isso fica claro na Emenda Constitucional nº 95/2016, que compromete o financiamento dos serviços fundamentais ao impor um teto para as despesas públicas no Brasil, congelando os investimentos em educação, saúde e assistência social por 20 anos (Mariano, 2017).

Nesse sentido, o chamado “novo normal”, ao contrário da visão ingênua e do senso comum que se propagou, segundo o qual haveriam mudanças radicais na relação do ser humano com o mundo e em que as pessoas passariam a valorizar mais as relações humanas, em favor de uma educação mais comprometida com a vida e com as demandas de cada comunidade, observa-se o acirramento das políticas de padronização e de avaliação externa, assim como da lógica do *accountability*, traduzida por Afonso (2012) como um processo que se estrutura em três dimensões: avaliações externas, prestação de contas e responsabilização.

Verger, Fontdevila e Parcerisa (2019) tratam das Avaliações Nacionais em Larga Escala (ANLE) como instrumentos de governança que têm se expandido por todo o mundo nas últimas décadas. Os mesmos se configuram, em muitos casos, como mecanismos de controle e de responsabilização, contribuindo para a precarização e intensificação do trabalho dos/das professores e professoras da educação básica.

Mesmo diante de um cenário tão grave como o que vivemos com a disseminação do vírus da Covid-19 em todo o mundo, o qual também trouxe imensas dificuldades e desafios para a educação e seus profissionais, as avaliações externas em larga escala foram mantidas e fortalecidas, sem levar em conta as limitações por dificuldade de acesso aos recursos tecnológicos, principalmente por parte dos estudantes, tendo em vista que o formato de aplicação foi modificado para o digital, tornando a internet um recurso essencial, pressionando as escolas e, sobretudo, os/as professores/as.

Portanto, entende-se que, mesmo antes da disseminação do vírus da Covid-19, já havia uma “pandemia” avaliativa, com a propagação dessas políticas por todo o globo, como um

movimento que contaminou e vem sendo transferido e utilizado em diferentes contextos, com sérios impactos sobre o trabalho e a saúde dos docentes, que acabam sendo os principais responsáveis pela implementação dessas políticas no chão das escolas, sendo bastante cobrados pelo desempenho e resultados dos estudantes.

2.1 Pandemia e saúde mental das/dos docentes

A pandemia da Covid-19 acarretou consequências e perdas irreparáveis no mundo todo e, no Brasil, houve um alto índice de contaminação pelo coronavírus, assim como de óbitos. De acordo com o Ministério da Saúde, até o mês de maio de 2024, apresentavam-se os seguintes números:

Quadro 3 - Quantidade de pessoas contaminadas e de óbitos pela Covid-19

Região	Casos de contaminação	Número de Óbitos
Brasil	38.802.815	712.090
Nordeste	7.558.880	136.847
Paraíba	725.277	10.651

Fonte: Brasil (2024a)

Esses números poderiam ter sido menores, porém o Governo Federal à época postergou intencionalmente a compra das vacinas, desmereceu a utilização de máscaras, incentivou o uso de medicamentos preventivos sem eficácia e comprovação científica, baseando-se em discursos negacionistas. Além disso, propagou inúmeras *fake news* e sabotou o monitoramento dos indicadores da pandemia (Leher; Santos, 2023).

Sendo assim, podemos atribuir que tais ações estão alinhadas com a necropolítica, uma tentativa de submeter a vida ao domínio da morte. Mbembe (2018) argumenta que em determinadas sociedades o Estado não se limita a administrar a vida dos seus cidadãos, mas exerce um poder que determina quem pode viver e quem deve morrer, de forma explícita ou implícita. A necropolítica se revela por meio da violência sistêmica, extermínios, genocídios e outras formas de violência política. Piza (2022) menciona que deixar morrer, fazer viver de uma dada maneira e matar em larga escala é o modo de ser desta economia política da morte. Em diversos cenários, a gestão da pandemia afetou de maneira desigual as populações, expondo algumas vidas em risco de uma forma mais explícita.

No ano de 2021, houve aumento significativo de óbitos entre profissionais da educação no Brasil, comparado ao ano de 2020. De acordo com um balanço realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o aumento foi de quase 130%. Embora o levantamento não explicita as causas dos óbitos, aponta para uma possível associação com os casos de coronavírus, sugerindo fragilidades nos protocolos de segurança para o retorno às aulas presenciais (Oliveira, 2021).

Durante o período pandêmico, em decorrência do aumento das exigências e do medo ocasionado pela situação sanitária, entende-se que houve um maior desgaste físico e mental para os/as professores/as (Calazans; Matozinho, 2021; Carneiro Junior; Cardoso, 2023; Fernandes *et al.*, 2023).

Na realidade paraibana, foram citados pelos/as docentes participantes da pesquisa conduzida pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação da Paraíba (SINTEP-PB), os sentimentos causados pelo trabalho remoto e os que mais se sobressaíram foram: “Angústia pela sobrecarga de trabalho (57,7%), Angústia pela não separação entre trabalho e vida privada (52,1%) e Sentimento de isolamento dos meus colegas (39,1%)” (UFPB; SINTEP-PB, 2021, p. 27).

Nessa mesma pesquisa, 59,8% dos/as professores/as afirmaram ter desenvolvido algum sintoma físico ou psíquico relacionado ao trabalho durante a pandemia. A tabela abaixo apresenta esses resultados, salientando que a/o profissional poderia marcar mais de uma opção:

Tabela 1 - Sintomas desenvolvidos em decorrência do trabalho na pandemia em professores/as da rede estadual durante a pandemia, Paraíba, 2021

Sintomas	%
Estresse	69,8%
Ansiedade	63,7%
Problemas no sono	52,7%
Irritabilidade	47,9%
Mudanças bruscas de humor ou alterações de comportamento	33,7%
Depressão	15,0%

Fonte: Santana; Barbosa; Máximo, 2022

Dentro desta realidade, torna-se imprescindível destacar a questão de gênero, tendo em vista a predominância de docentes do sexo feminino na educação básica - cerca de 80% (Araújo; Pinho; Masson, 2019) - que faz levar em consideração que o aumento das exigências e da jornada de trabalho para essas profissionais durante a pandemia gerou também maior sobrecarga, algo que já está posto diante da dupla/tripla jornada de trabalho feminina, as quais além de trabalharem na escola, também são responsabilizadas pelo trabalho doméstico e pelo trabalho de cuidados. A desigualdade na divisão das tarefas em decorrência da sociedade patriarcal contribuiu para que houvesse maior dificuldade em conciliar essas atividades, principalmente por seu trabalho ter sido deslocado para o ambiente doméstico (Brito; Fernandes; Santana, 2020).

De acordo com a pesquisa intitulada “SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém no período da pandemia; 41% afirmaram que estavam trabalhando mais e 37% relataram serem as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico. Também foi citado que as mulheres dedicam mais tempo em atividades não remuneradas, principalmente as que possuem crianças pequenas. Além disso, o trabalho não remunerado dificulta o remunerado (Leão *et al.*, 2020). Esses dados corroboram com uma pesquisa realizada sobre o trabalho remoto de professoras/es da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que contou com maior participação de pessoas do sexo feminino (50,4%), na qual 57,3% dos profissionais relataram desempenhar cuidados especiais com crianças e idosos, algo que afeta mais as mulheres do que os homens, intensificado durante a pandemia, contribuindo também para o deterioramento das condições de trabalho e de saúde dessas docentes (Corteletti; Silva; Silva, 2023).

Outra questão evidenciada nas pesquisas, foi a ausência de limites entre a escola, alunos e familiares, desrespeitando o tempo de descanso das docentes, já que o trabalho estava sendo realizado no espaço de sua residência, em que as mesmas deveriam estar sempre à disposição. No estudo conduzido por Brito, Fernandes e Santana (2020), as professoras citaram que não havia uma rotina de trabalho, pois ficavam disponíveis os três turnos para conseguir manter o contato com o maior número possível de famílias, considerando os variados horários de acesso dos responsáveis pelos alunos. Essa mesma questão foi colocada na pesquisa realizada com docentes da UFCG, que mencionaram a falta de limites entre as atividades profissionais e domésticas, havendo realização de trabalho nos finais de semana e feriados (Corteletti; Silva; Silva, 2023).

Em outra pesquisa, que investigou sobre os tipos de conflitos vivenciados por três professoras da educação básica de uma escola pública, no contexto da pandemia e

distanciamento social, as professoras citam que, devido ao celular ter se tornado um instrumento de trabalho, foi necessário deixá-lo no modo silencioso para minimizar essas intercorrências (Costa, 2021). Este cenário evidencia a necessidade de definir limites mais claros entre o trabalho e o descanso, bem como a importância de políticas públicas que assegurem a qualidade de vida das profissionais da educação, respeitando as suas condições de trabalho e a sua saúde física e mental.

Mesmo antes da pandemia, dados do IBGE apontavam a diferença entre homens e mulheres quanto ao tempo total semanal dedicado ao trabalho remunerado somado aos afazeres domésticos - mulheres: 53,6 horas semanais; homens: 46,1 horas semanais (Araújo; Pinho; Masson, 2019). Ou seja, embora homens e mulheres possam trabalhar fora de casa, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com a família, acumulando uma dupla jornada.

Existe uma naturalização da sobrecarga feminina, com a argumentação de ser algo inato à mulher executar múltiplas tarefas simultaneamente, já que, supostamente, elas sempre conseguem dar conta de tudo. No entanto, se tal habilidade existe é porque foi adquirida devido a uma imposição social, na qual a mulher precisa dar conta do trabalho produtivo e reprodutivo, muitas vezes sendo colocada no papel de cuidadora em decorrência da crença em um suposto “instinto materno”, na tentativa de naturalização dessa sobrecarga de trabalho, que prejudica suas condições de saúde física e mental. O estudo de Rangel (2022) revelou que as mulheres representam a maioria nos serviços de saúde mental, são as que mais fazem uso de psicofármacos, além do aumento no diagnóstico de ansiedade e depressão entre elas em razão dessa sobrecarga de trabalho. Esse dado evidencia que a desigualdade de gênero não se reflete apenas nas condições de trabalho e na divisão desigual de tarefas, mas também nos índices de adoecimento psíquico entre as mulheres. Ademais, a utilização recorrente de psicofármacos pode indicar um processo de medicalização do sofrimento, no qual se privilegia o tratamento dos sintomas, negligenciando a abordagem das causas sociais e estruturais da sobrecarga.

Compreende-se que muitos dos desafios que as professoras enfrentaram durante a pandemia persistiram mesmo após a decretação do fim do estado de emergência, já que a transição ao retorno das aulas presenciais, aliada às questões não resolvidas, como o cansaço acumulado, a insegurança quanto à saúde e aos problemas relacionados ao ensino remoto, continuaram a afetar a sua qualidade de vida e saúde mental. Isso se deve ao estresse pós-pandemia, que pode levar à exaustão, ansiedade e outros problemas psicológicos (Carneiro Junior; Cardoso, 2023).

De acordo com a OMS, os aspectos psicossociais associados ao trabalho estão relacionados à interação subjetiva entre o trabalhador e o seu trabalho (Pereira *et al.*, 2020). Existem fatores de proteção e fatores que geram sofrimento e adoecimento. Podemos mencionar como fatores de proteção, o suporte social, o reconhecimento e a valorização salarial. Com relação aos fatores que podem levar ao adoecimento, estão contemplados a vigilância, a jornada de trabalho exaustiva, má remuneração, redução dos direitos trabalhistas, pressão para atingir os resultados, condições de trabalho inadequadas, entre outros.

Tostes *et al.* (2018) mencionam que a categoria docente é uma das que mais são propensas a apresentar sofrimento psíquico, em decorrência da precarização das condições de trabalho, que pode envolver a sobrecarga de tarefas, salários baixos, condições insatisfatórias de infraestrutura e aumento das demandas administrativas e pedagógicas. O sofrimento dos/as docentes manifesta-se através de um conjunto de sinais do corpo e da psique, como estresse, ansiedade, depressão e fadiga.

A literatura (Morais; Leão, 2017; Araújo, Pinho; Masson, 2019) tem apontado o adoecimento psíquico²⁰ como um dos principais fatores associados ao afastamento de docentes de suas atividades laborais. Seixas (2022) traz como resultados da sua investigação que o estresse e a depressão lideram os casos de licença médica entre os/as profissionais da educação. A autora também faz referência aos dados divulgados pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) em 2003, os quais permanecem recorrentes na pesquisa realizada em 2017 com docentes da rede pública de ensino em diversos estados brasileiros. Segundo a coordenadora da pesquisa, o agravamento dos transtornos mentais estaria relacionado às condições de trabalho enfrentadas pelos/as docentes. Já de acordo com o presidente da CNTE, a falta de investimento na infraestrutura escolar, aliada à desvalorização salarial, estão por trás dos quadros depressivos na categoria (CNTE, 2017). De acordo com a pesquisa *Trabalho Docente na Educação Básica*, publicada no ano de 2012, 8,8% dos/as docentes/as fazem uso de medicação para depressão, ansiedade ou nervosismo e 4,5% utilizam medicação para conseguirem dormir (Robalino, 2012).

Na pesquisa realizada por Brito (2022), observou-se que mais de 80% dos docentes, embora tenham relatado prejuízos em sua saúde mental, não buscaram acompanhamento psicológico, nem fizeram uso de medicação. A autora sugere que tal comportamento pode estar associado ao estigma social que envolve o adoecimento psíquico, o qual contribui para negação

²⁰ Os termos adoecimento psíquico e sofrimento psíquico são utilizados por alguns autores como sinônimos na atualidade (Morais; Leão, 2017). Já por outros, são considerados distintos (Moreira *et al.*, 2023; Brant; Minayo-Gomes, 2004).

ou ocultação do sofrimento. Esse estigma, conforme argumenta Safatle (2021), está atrelado à percepção do sofrimento psíquico como um obstáculo que atrapalha a produtividade, reforçando a sua invisibilização. Paradoxalmente, esse mesmo sofrimento é frequentemente resultante de pressões por desempenho e dinâmicas de produtivismo intensificadas no contexto neoliberal.

Safatle defende que a vida psíquica é um aspecto da vida social, portanto deve-se questionar como os processos sociais nos fazem sofrer (Safatle, 2021). Mediante isso, Viapiana *et al.* (2018) destacam que há uma relação entre sofrimento e adoecimento psíquico com as condições de vida e trabalho. O processo de saúde-doença ocorre no coletivo, portanto, não é possível separar a saúde do contexto sociocultural. Neste sentido, é crucial compreender as causas do sofrimento psíquico e sua relação com aspectos como a desigualdade, precarização do trabalho e ausência de suporte social.

Na presente pesquisa, considera-se importante diferenciar e aprofundar na compreensão desses conceitos, para entender os resultados que serão apresentados mais adiante. Para Moreira *et al.* (2022), o sofrimento psíquico refere-se ao estado emocional de desconforto e insatisfação experimentado pelos/as professores/as devido às condições de trabalho adversas. Já o adoecimento psíquico é compreendido como um processo mais amplo, que envolve a manifestação de transtornos mentais ou físicos que podem resultar em incapacidade de exercer suas funções profissionais. Os autores destacam que o adoecimento não é apenas uma consequência do sofrimento psíquico, mas um fenômeno complexo que está inserido nas relações sociais, políticas e econômicas do modo de produção capitalista, indicando que o sofrimento psíquico pode ser uma fase ou aspecto do processo de adoecimento mais amplo. Essa distinção reforça a necessidade de intervenções que vão além do tratamento individual, abordando as condições estruturais que geram esse sofrimento.

Neste mesmo estudo, é mencionado que os transtornos mentais comuns (TMC) representam uma preocupação significativa no contexto do adoecimento docente, apontando evidências que revelam que o principal adoecimento psíquico que surgiu nas pesquisas brasileiras entre 2010 e 2015 foi a síndrome de Burnout, acompanhada de sintomas como estresse, ansiedade, esgotamento mental e problemas relacionados ao sono. Também há prevalências de transtornos como a depressão, indicando que esses transtornos são comuns entre os/as professores/as que vivem em condições de trabalho adversas. Portanto, os TMC, em especial os sintomas ansiosos e depressivos, são reconhecidos como componentes do sofrimento psíquico associado ao exercício da docência em contextos de estresse e condições insalubres.

2.2 Análise das políticas educacionais do estado da Paraíba na pandemia e no pós pandemia

Esta seção tem por objetivo apresentar, discutir e analisar as principais medidas de natureza política adotadas em âmbito nacional e estadual, em resposta à decretação do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, instaurada em 6 de março de 2020, bem como os desdobramentos dessas ações e seu fim decretado em 22 de abril de 2022, no Brasil (Brasil, 2020a; Brasil, 2022). Além disso, busca compreender se houve ações para mitigar os efeitos entre os membros da comunidade educacional, especialmente em termos de saúde mental, que é um dos objetivos da presente pesquisa. Para tanto, propõe-se analisar as condições de trabalho e os aspectos relacionados à saúde mental dos/as docentes da rede estadual de ensino no período pós-pandêmico. Busca-se, ainda, examinar a possível intensificação dos transtornos mentais comuns em decorrência da adoção do ensino remoto e compreender as políticas de estratégias institucionais de apoio psicológico disponibilizadas aos(as) docentes, tanto durante o regime de ensino remoto quanto após o retorno às atividades presenciais.

Para minimizar a disseminação do vírus, em 17 de março de 2020 foi publicada a Portaria do MEC (Ministério da Educação) nº 343, que substituiu as aulas presenciais pelo modelo remoto em caráter emergencial enquanto durasse a pandemia da Covid-19 para as instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino. Na sequência, em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público esclarecer às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da Covid-19. Sendo assim, os Conselhos Estaduais de Educação publicaram resoluções e/ou pareceres para orientar as instituições de ensino quanto à reorganização do calendário escolar.

No estado da Paraíba, foi declarada emergência em saúde pública através o Decreto nº 40.128, publicado em 19 de março de 2020. Neste mesmo documento foi determinado um recesso escolar para a rede pública estadual de ensino no período de 19 de março de 2020 a 18 de abril de 2020. No entanto, de acordo com Silva e Albino (2020, p. 2), “a adoção desta medida, mesmo considerando o contexto de pandemia, não contemplou nenhum processo de discussão e de consulta da categoria docente e de suas organizações”. É crucial enfatizar que ao ignorar as necessidades concretas da comunidade escolar, as ações não levam em conta as condições reais de trabalho e a realidade local, o que pode resultar em medidas ineficazes ou até danosas ao processo educacional.

No dia 7 de abril de 2020, Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE/PB) publicou a Resolução CEE/PB nº 120, que estabelecia diretrizes iniciais à adaptação do ensino para assegurar a continuidade do processo educativo, regulamentava o uso das tecnologias digitais e das atividades remotas, além de orientar sobre reorganização do calendário escolar das instituições do Sistema Educacional de Educação da Paraíba, enquanto perdurassem as ações de prevenção ao Covid-19. Esta resolução foi alterada com normas complementares, pela Resolução CEE/PB nº140 em 4 de maio de 2020, que considerou a evolução da pandemia, expandindo a possibilidade do ensino híbrido. Ademais, proporcionou maior flexibilidade na organização do calendário escolar e nos processos de avaliação, possibilitando que as instituições de ensino pudessem ajustar suas estratégias conforme as necessidades do ensino remoto.

No dia 17 de abril de 2020, foi publicada a Portaria da Secretaria Estadual da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT) nº 418, que instituiu o “Regime Especial” de ensino no âmbito da rede estadual de ensino, que tinha como finalidade a “manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares”. Entre as orientações do documento, constava que os docentes deveriam produzir atividades em formato de roteiros de estudos, que deveriam ser validados pela coordenação pedagógica, levando em consideração os níveis, etapas, modalidades e o contexto socioeconômico, adaptando as atividades para os alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo disponibilizados através de ferramentas digitais, rádio, TV e meio físico. Também orientava a SEECT para promover formação aos professores/as para o uso das tecnologias (Paraíba, 2020e; Governo da Paraíba, 2020a).

Este documento é alterado pela Portaria SEECT nº481 em 11 de maio de 2020, contendo alguns acréscimos, dentre eles a orientação de que a carga horária semanal dos professores e demais membros da equipe pedagógica seja respeitada, assim como a distribuição da alimentação escolar disponibilizadas pelo Governo do Estado da Paraíba, em conformidade com a Lei nº 11.682, de 04 de maio de 2020, aos estudantes regularmente matriculados e ativos na realização das atividades remotas. Esclarece ainda que as atividades previstas no regime especial vão ser computadas como parte da carga horária anual escolar, desde que sejam cumpridas as regras determinadas na portaria (Paraíba, 2020f).

Ainda em meio a um cenário de aumento no número de casos e óbitos pela pandemia, foi publicada a Resolução CEE/PB nº 160 em 20 de agosto de 2020, adequando-se à Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, a qual estabelecia a organização do retorno às aulas presenciais de acordo com as restrições impostas pela pandemia, levando em consideração as

condições sanitárias e medidas de distanciamento. Também se concentrou na implementação de atividades pedagógicas para recuperação das perdas educacionais, além de enfatizar a importância do uso da tecnologia para manter o processo de ensino. Por fim, destacou a importância do retorno ao ensino presencial, principalmente para os estudantes sem acesso às tecnologias digitais.

Posteriormente, em 25 de setembro de 2020 foi publicado o Decreto Estadual nº 40.574 que estabeleceu as Diretrizes para o retorno às aulas presenciais - Plano Novo Normal para a Educação da Paraíba (PNNE/PB), que apresentou o processo de retomada das aulas presenciais dos Sistemas Educacionais da Paraíba e demais instituições de Ensino Superior sediadas no território paraibano. Este plano teve como objetivo assegurar o retorno seguro através de um diagnóstico prévio de retomada ao presencial, devendo assegurar proteção à saúde física e mental da comunidade escolar e dos servidores da educação. O retorno seria gradativo após o inquérito sorológico que se propôs a analisar o impacto da retomada (Paraíba, 2020h; Governo da Paraíba, 2020f).

O documento previa acolhimento e orientação socioemocional à comunidade escolar, dar continuidade à formação de professores para o uso dos recursos tecnológicos e aplicação de instrumentos avaliativos. Conforme mencionado anteriormente, há um capítulo exclusivamente dedicado aos aspectos emocionais e acolhimento psicossocial, no qual deveria haver espaços de fala e escuta qualificada e ações de acolhimento ao retorno presencial, especialmente aos estudantes e profissionais que perderam familiares para a Covid-19, assim como para os que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Aos professores, havia a recomendação de que recebessem formação e orientação para o desenvolvimento das competências socioemocionais para a retomada das atividades e como potencializar os momentos de escuta de colegas de trabalho, estudantes e familiares. Para as instituições, a proposta era de realizar o mapeamento entre os servidores, estudantes e familiares que foram acometidos pela Covid-19 e óbitos, devendo ser estabelecidas ações específicas de acolhimento.

Um detalhe que chamou atenção, neste documento, é que o capítulo dedicado aos aspectos emocionais apresenta um tamanho reduzido, contendo menos orientações, comparado aos demais. Importante também refletir sobre a responsabilização dos professores em oferecer escuta aos demais membros da comunidade escolar, pois, embora o “cuidado e a atenção são constituintes do ato educativo” (Oliveira, 2010, p.2), é necessário que haja políticas de cuidado, prevenção e promoção da saúde mental destes profissionais. Conforme citado por Araújo, Pinho e Masson (2019), por estarem acostumados a assumir tarefas de cuidado com o outro, o/a

professor/a enfrenta dificuldades para voltar o olhar para si mesmo.

É relevante destacar a Nota Técnica nº 244, publicada em julho de 2020 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), intitulada “Educação: a pandemia da Covid-19 e o debate da volta às aulas presenciais”. O documento trata das pressões exercidas para a retomada das aulas presenciais nas escolas, mesmo em um contexto de agravamento da pandemia, alertando para os riscos sanitários e sociais implicados nessa decisão. A nota enfatizava que, ainda antes do pico de contaminações, já havia uma mobilização significativa, sobretudo por parte do setor privado de ensino, impulsionada por preocupações econômicas relacionadas à inadimplência e aos pedidos de descontos nas mensalidades escolares. O DIEESE advertia que um retorno precipitado poderia acarretar consequências severas para toda a comunidade escolar, envolvendo professores/as, funcionários/as e estudantes, como a possibilidade de intensificação da disseminação do vírus entre a comunidade escolar e a sobrecarga de trabalho imposta aos profissionais de educação, que teriam a incumbência de fiscalizar o cumprimento dos protocolos sanitários, além de suas já numerosas atribuições (DIEESE, 2020).

No dia 22 de outubro de 2020 foi publicado no Diário Oficial do Estado a Resolução nº 220/2020 do CEE/PB a fim de estabelecer normas educacionais excepcionais a serem adotadas para a organização do sistema estadual de educação da Paraíba frente ao regime especial de ensino, em atendimento à Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, e ao Decreto estadual nº 40.574, de 25 de setembro de 2020. A mesma se refere às primeiras ações para reestruturar o sistema educacional, com objetivo de orientar as instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Educação da Paraíba sobre a organização pedagógica no ano de 2020 e 2021. Isso inclui a reposição da carga horária presencial ou não presencial durante o contraturno ou em dias não letivos, além da reposição presencial com intervalos para assegurar a recuperação física e mental dos professores e estudantes. Às escolas, quanto ao retorno presencial, foram orientadas a investir em atividades pedagógicas que promovam a transição da rotina domiciliar para a rotina escolar, mantendo o cuidado com os aspectos psicoemocionais dos estudantes, professores e funcionários. Em 19 de agosto de 2021 esta Resolução foi alterada pela Resolução nº 210/2021, incorporando atualizações sobre as diretrizes anteriores, levando em conta o cenário do retorno gradual e eficaz das aulas. Foi estabelecida no momento em que a vacinação estava avançando. Adiciona diretrizes mais específicas, detalhando as estratégias de acompanhamento pedagógico e a avaliação de desempenho dos estudantes, considerando o efeito da pandemia. Sugeriu medidas para recuperar o aprendizado e ajustar os conteúdos que não foram totalmente abordados no ensino remoto. Ademais, acrescentou as diretrizes para o

ensino híbrido, além do planejamento específico para comunidades escolares indígenas, quilombolas, ciganas, do campo, educação especial, educação para Jovens e Adultos e os que se encontram em privação de liberdade.

O Plano Educação para Todos em Tempos de Pandemia (PET-PB), estabelecido pelo Decreto Estadual nº 41.010 de 7 de fevereiro de 2021, dispõe o procedimento de retomada das aulas presenciais dos Sistemas Educacionais da Paraíba e demais instituições de Ensino Superior localizadas no território paraibano. O propósito é garantir o retorno gradual às aulas presenciais de forma segura, adotando o modelo híbrido, sendo dividido em 4 fases:

- I - 1ª FASE: 70% Ensino Remoto + 30% de Ensino Presencial;
- II - 2ª FASE: 50% Ensino Remoto + 50% de Ensino Presencial;
- III - 3ª FASE: 30% Ensino Remoto + 70% de Ensino Presencial;
- IV - 4ª FASE: 10% Ensino Remoto + 90% Ensino Presencial.

Quanto aos professores/as, esses deveriam ser mantidos em turmas fixas, e quando não fosse possível, a carga horária deveria ser organizada considerando semanas alternadas (ensino presencial e ensino remoto), sendo reforçada a proteção sanitária do profissional.

Esta progressão levou em consideração a avaliação quinzenal através do inquérito sorológico, a fim de garantir a segurança de todos que fazem parte da comunidade escolar. Lembrando que quando este decreto foi publicado, os/as professores/as ainda não haviam se vacinado, pois a vacinação ocorreu em etapas, sendo a primeira fase priorizando os profissionais da saúde e os indígenas aldeados; e a segunda fase, os idosos acima de 60 anos residentes em instituições e população geral acima de 75 anos (Fechine, 2021).

Os profissionais da educação da Paraíba só foram incluídos nos grupos prioritários no dia 28 de maio de 2021, através de uma Nota Técnica do Ministério da Saúde justificando a necessidade de volta às aulas presenciais, ressaltando os impactos sociais ocasionados pela Covid-19 na educação infantil, principalmente nos grupos sociais menos favorecidos e que têm dificuldade, ou mesmo inviabilidade, para uma adesão ao ensino a distância (Governo da Paraíba, 2021c).

O Decreto Estadual nº 41.396 de 2 de julho de 2021, que dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (Covid-19), em seu Art. 8º manteve a suspensão do retorno das aulas presenciais para as escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino. Enquanto isso, a Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia adotariam as medidas necessárias

para viabilizar o retorno das aulas na rede pública estadual, através do sistema híbrido, a partir do mês de setembro, nos termos do Decreto 41.010, de fevereiro de 2021.

Em 15 de setembro de 2021 foi instituído o “Programa Paulo Freire - Conectando saberes”, através da Lei Estadual nº 12.057, com o objetivo de estimular a inclusão digital dos educadores da Rede Estadual de Ensino. Consiste no lançamento de um edital no qual os professores/as da rede estadual de ensino que estivessem em efetivo exercício, poderiam se cadastrar para receber um computador portátil. De acordo com o documento, esse programa tem como objetivos:

- I - Favorecer a inclusão digital, por intermédio da aquisição de computadores portáteis e plataforma de monitoramento disponibilizados aos educadores da Rede Estadual de Ensino;
- II – Propiciar a melhoria da qualidade da educação básica;
- III - Valorizar os profissionais da educação básica;
- IV – Estabelecer ações que visem a redução da Evasão Escolar;
- V – Contribuir para a universalização do atendimento educacional;
- VI – Reduzir as desigualdades educacionais, causadas pelas limitações provenientes da pandemia de Covid – 19, em função da necessidade de distanciamento social;
- VII - Garantir a melhoria no processo de execução do Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE/PB), bem como do Plano Educação para Todos em Tempos de Pandemia (PET/PB).

A partir dessa adesão, o desempenho do educador passaria a ser monitorado através da plataforma e do Sistema Saber²¹, havendo a necessidade de cumprir as metas e condicionantes do regulamento do programa, conforme registrado no edital através da figura a seguir.

²¹ Sistema online de gerenciamento educacional desenvolvido pelo Governo do Estado da Paraíba em 2015, direcionado para o controle das escolas da rede estadual de ensino, o qual são realizadas matrículas, coordenam as atividades dos docentes, organizam os equipamentos e espaço físico das escolas, entre outras funções (Jaruzo; Oliveira, 2017).

Figura 2 - Indicadores do desempenho docente no Programa Paulo Freire - Conectando Saberes

Dimensão	Indicador	Evidências	Meta
Planejamento Pedagógico	Articulação pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> - Registro do planejamento semanal que contemplem as ferramentas do Ensino Híbrido e/ou Remoto (Classroom, MEET, TV Paraíba Educa, entre outras) - Atas de planejamento pedagógico 	90%
Participação no Ensino Remoto e/ou ao Ensino Híbrido	Regularidade do docente no Ensino Híbrido e/ou Remoto	<ul style="list-style-type: none"> - Registro de horas de atividades síncronas - Horas de aulas ministradas no MEET - Registro de atividades assíncronas - Número de postagem de atividades no Classroom - Número de atividades postadas em redes sociais - Número de atividades enviadas por roteiro impresso 	80%
Formação Continuada	Aperfeiçoamento docente	<ul style="list-style-type: none"> - Certificados de Formação Continuada ofertada pela Rede Estadual - Certificados de Formação Continuada ofertada por instituição externa 	100h

Fonte: Edital SEECT nº. 030/2021

Estas condições que foram impostas retratam a lógica mercadológica presente na educação através da padronização dos procedimentos com avaliação e o controle do trabalho docente, que levam em conta critérios quantitativos de produtividade, substituindo a lógica do conhecimento pela lógica das competências. Com isso, os/as professores/as são inundados com muitas demandas, além de terem a sua conduta padronizada com exigências profissionais que impactam diretamente na sua saúde por meio do esgotamento, fadiga, sofrimento e desencantamento (Araújo; Pinho; Masson, 2019) - adicionados à hiperconexão (Carneiro Junior; Cardoso, 2023).

Para dar continuidade ao planejamento do retorno das aulas presenciais, foi implementado o Programa Continuar Cuidando da Educação, uma ação do Governo do Estado, juntamente com o Observatório das Síndromes Respiratórias da UFPB em todas as gerências regionais de ensino (14 na época), que buscou oferecer um maior nível de confiabilidade no planejamento e retomada das atividades escolares presenciais, por meio do mapeamento da incidência do coronavírus no ambiente educacional (Governo da Paraíba, 2021e).

Para esse fim, foram realizadas testagens aleatórias com 20 estudantes e 10 professores assintomáticos de cada unidade selecionada, sorteados para participar da pesquisa. No total, mais de 15 mil pessoas contribuíram com a avaliação da segurança nas escolas paraibanas. O

inquérito contemplou instituições públicas e privadas de todos os níveis de ensino, que haviam retornado há pelo menos 15 dias. Esta iniciativa foi considerada pioneira no Brasil (Governo da Paraíba, 2021e).

Dessa forma, o resultado foi publicado a partir de Notas Técnicas divididas por etapas de ensino. Assim sendo, a Nota Técnica nº 01 referia ao Ensino Infantil, publicada em 11 de novembro de 2021, apresentou o resultado de 231 escolas de Educação Infantil em 91 municípios, sendo 141 escolas municipais e 86 da rede privada. Foram realizados testes com 1.998 crianças, das quais 0,6% testaram positivo para Covid-19, e 772 professores, apresentando resultado positivo em 0,3% (Governo da Paraíba, 2021f).

Na Nota Técnica nº 02, publicada em 22 de novembro de 2021, foram apresentados os resultados do Ensino Fundamental Anos Iniciais em 87 municípios, realizado em 233 escolas, sendo 134 da rede municipal, 59 privadas e 40 da rede estadual. As coletas foram realizadas em 3.187 crianças, que identificaram 0,7% positivo para Covid-19, assim como 943 professores com 1,4% de resultado positivo. Destes, 0,7% eram do sexo feminino e 0,7% do sexo masculino. O maior índice de infecção foi na rede estadual, com 4,3%, enquanto nas escolas municipais o resultado foi de 1,3% e na rede privada, 1,1% (Governo da Paraíba, 2021g).

Em 6 de dezembro de 2021 foi publicada a Nota Técnica nº 03, referente ao Ensino Fundamental Anos Finais em 99 municípios, com coletas em 223 escolas, sendo 101 municipais, 74 estaduais e 48 privadas. Participaram 3.072 alunos, tendo como resultado positivo 0,7% e 1.268 professores/as com 1,6% positivo para Covid-19. O maior índice de infecção foi na rede estadual, com 3,1%, enquanto na rede privada, 2,1% e nas escolas municipais o resultado foi de 0,3%. O documento ainda faz uma observação de que o maior índice de resultado positivo foi em professores/as não vacinados, evidenciando a importância da vacinação (Governo da Paraíba, 2021h).

Por fim, em 29 de dezembro de 2021 foi publicada a Nota Técnica nº 04, relativa ao Ensino Médio, realizada em 213 escolas em 115 municípios, sendo 1 da rede municipal, 4 da rede federal, 59 da rede privada e 149 da rede estadual de ensino. Teve a participação de 2.649 alunos, com 2,4% de resultados positivos e 1.131 professores/as, com 1,1% positivados. Um dado que chamou a atenção é que embora o nível de infecção ainda seja baixo, o percentual de testes positivos foi maior entre estudantes na comparação com o ensino infantil e fundamental (Governo da Paraíba, 2021i).

Mesmo assim, nas quatro Notas Técnicas os resultados foram considerados com o nível baixo de infecção, atestando um contexto de estabilidade dos casos de Covid no estado, possibilitando o retorno às aulas presenciais, desde que mantidas as medidas de prevenção no

ambiente escolar.

A partir de tais informações foram apresentados os encaminhamentos sobre as fases do plano PET-PB para o retorno presencial de forma progressiva. Conseqüentemente, no dia 31 de janeiro de 2022 foi publicada a Resolução nº 030 do CEE, que estabeleceu critérios complementares às medidas temporárias e emergenciais de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, inclusive da nova variante ômicron, no âmbito das escolas integrantes do sistema estadual de ensino.

O documento estabeleceu que a cobertura vacinal na Paraíba deveria ser especialmente dos profissionais da educação e demais integrantes da comunidade escolar, incluindo as crianças de 5 a 11 anos. Também que o retorno presencial às aulas e atividades educacionais fosse considerado como uma prioridade nas escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino da Paraíba, a fim de reverter os déficits de aprendizagem acumulados desde o ano de 2020, mantendo o ensino híbrido, desde que as condições previstas não sejam efetivamente garantidas.

A Resolução também recomendou a toda comunidade escolar a missão de conscientização referente à imunização de todas as crianças entre 5 e 11 anos. Do mesmo modo, orientou que as escolas do sistema estadual de ensino teriam de exigir a carteira de vacinação dos alunos no ato da matrícula, rematrícula e na frequência escolar. Esta decisão foi amparada pela Nota Técnica nº 02/2022 do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), por meio das Comissões Permanentes da Defesa da Saúde (COPEDES), da Infância e Juventude (COPEIJ) e da Educação (COPEDEC), da Pessoa com Deficiência e Idoso (COPEPDI) e da Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito (COPEDEH), integrantes do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), acerca da vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19.

Por fim, em 15 de fevereiro de 2022 foi publicado o Decreto Estadual nº 42.264, que dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (Covid-19) e em seu art. 4º instituiu que as escolas públicas e privadas em todo o território estadual seriam obrigadas a solicitar a apresentação, no ato da matrícula escolar, de comprovante vacinal das crianças com faixa etária já contemplada pela vacinação contra Covid-19. No entanto, a falta deste documento não deveria impossibilitar a matrícula, mas que deveria ser regularizado no prazo de 30 dias, tendo como consequência a comunicação ao Conselho Tutelar e Ministério Público, por parte das instituições de ensino.

Essa seção reflete os progressos e as falhas das políticas educacionais formuladas durante a pandemia. É possível identificar questões como a ausência de consulta e participação dos/as professores/as, resultando em soluções que não atendem adequadamente às necessidades

dos/as docentes e alunos, comprometendo as estratégias implementadas. A adaptação repentina à pandemia não foi fácil e os desafios do ensino remoto evidenciaram a desigualdade no acesso às tecnologias, afetando a participação dos estudantes.

A ausência de suporte emocional para os/as professores/as é um aspecto relevante a ser debatido, já que a adaptação rápida ao novo modelo de ensino, sem estrutura ou formação adequada e o acúmulo de tarefas, sem o apoio necessário para a sua própria saúde mental, além do desafio contínuo de enfrentar a pandemia, as perdas pessoais e as mudanças rápidas nas metodologias resultou em uma sobrecarga emocional (Carneiro Junior; Cardoso, 2023).

O ensino híbrido e a retomada gradual baseada em inquéritos sorológicos representam uma tentativa de assegurar a segurança sanitária. Contudo, demonstra a fragilidade do planejamento em face do cenário pandêmico. As medidas implementadas pelas autoridades, frequentemente não levaram em conta as realidades locais e as necessidades dos educadores, devido à centralização do processo decisório.

O ensino remoto, as iniciativas de inclusão digital e o planejamento do retorno ao ensino presencial foram imprescindíveis, porém apresentaram limitações significativas. A pandemia revelou as fragilidades do sistema educacional, que precisam ser superadas por meio de um diálogo incessante entre as autoridades, os docentes e comunidade escolar.

Diante desse contexto, torna-se fundamental enfatizar a relevância da atuação sindical, cuja função ultrapassa a defesa de direitos trabalhistas tradicionais, ao incorporar, de forma progressiva, as questões relacionadas à saúde ocupacional e coletiva como dimensão constitutiva de sua ação em favor da categoria. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de coletivizar o fenômeno do adoecimento e de estruturar respostas institucionais às demandas vinculadas à saúde e ao trabalho, evidenciando o papel estratégico dos sindicatos na visibilização, articulação e enfrentamento dos fatores de risco associados ao adoecimento docente (Gouvêa, 2016).

2.3 O programa paraíba educa: do prêmio ao adoecimento

No dia 20 de abril de 2020 foram apresentadas as estratégias de implantação do Regime Especial de Ensino (publicado no Diário Oficial do Estado através da Portaria nº 418 de 18 de abril de 2020). Dentre as estratégias, havia a formação dos professores para o uso das tecnologias. Para esse fim, foram selecionados e treinados 100 tutores entre os/as

professores/as, sendo responsáveis pela formação dos demais docentes da rede, que iriam aprender a planejar e organizar as suas aulas utilizando a tecnologia.

Também foram anunciadas as ferramentas que seriam utilizadas nesse período, citando inicialmente a Plataforma Paraíba Educa (<https://paraiba.pb.gov.br/paraibaeduca>)²² que reunia todas as informações sobre o Regime Especial de Ensino, como também os documentos legais e pedagógicos norteadores e recursos educacionais, sendo eles: o *Google Classroom*²³, Aplicativo Paraíba Educa (detalhado posteriormente), Vídeo-aulas que seriam veiculadas em canais de TV aberta e as Redes Sociais, que tinham como finalidade promover a interação entre as equipes escolares, estudantes e família, servindo também de envio de roteiro de atividades. Além disso, referia promover o contato direto entre estudantes, professores, gestores e a SEECT (Governo da Paraíba, 2020a).

O Governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, estruturou a Paraíba Educa: uma política pública capaz de permitir a continuidade dos processos de ensino e aprendizagem e segurança alimentar. A plataforma assegura, mesmo em tempo de pandemia e suspensão das aulas presenciais, o direito à “educação de qualidade, inclusiva e democrática” [...] Esta ação foi desenvolvida com o intuito de implantar em todo o território paraibano o Regime Especial de Ensino, que corresponde ao ensino remoto executado pelas unidades de ensino vinculadas à Rede Estadual [...] foram disponibilizados dados móveis gratuitos por meio do aplicativo Paraíba Educa. As estratégias pedagógicas propostas foram elaboradas e implementadas por professores da própria Rede Estadual, com alinhamento com as características do território paraibano, e estendidas às redes municipais de educação em regime de colaboração (Governo da Paraíba, 2021b).

Foi anunciado também que os gestores teriam de elaborar um Plano Estratégico Escolar, que incluiria atividades planejadas e desenvolvidas pelos/as docentes, levando em conta cada etapa e modalidade de ensino, considerando os diversos contextos socioeconômicos. Este Plano deveria ser apresentado à GRE, a qual a instituição estaria vinculada. A publicação detalha como funcionaria para cada nível de ensino, as questões de acessibilidade para estudantes com deficiência auditiva ou visual, assim como os que são impossibilitados de acessar as atividades de forma remota (Governo da Paraíba, 2020a).

Quanto ao Aplicativo Paraíba Educa, faz parte das ferramentas de ensino remoto disponibilizadas pela SEECT. O mesmo foi ofertado a partir do dia 6 de julho de 2020 para alunos e professores, além de conceder pacote de dados gratuitos. Este projeto ocorreu em

²² A plataforma não está mais disponível.

²³ Sala de aula online do Google, em que alunos e professores podem realizar encontros virtuais para a realização de aulas à distância (Techtudo, 2020).

parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA) e SEECT, através de contratos com quatro operadoras telefônicas (Oi, Vivo, Claro e TIM), com a finalidade de garantir o acesso gratuito aos estudantes do estado (Governo da Paraíba, 2020b).

De acordo com o Governo da Paraíba (2020b), através desse aplicativo, professores e alunos teriam acesso ao *Google Classroom*, ao site do Paraíba Educa e ao Sistema Saber. No entanto, para os alunos que não tinham acesso ao smartphone, as atividades foram entregues de forma impressa, juntamente com a distribuição da alimentação, assegurada pela lei 11.682/2020, elaborando estratégias para evitar aglomerações, para assim evitar a contaminação pelo vírus da Covid-19, seguindo rigorosamente as diretrizes das autoridades sanitárias (uso de máscaras, higienização das mãos, distanciamento social, etc.) (Paraíba, 2020g).

Porém, é necessário levar em consideração que mesmo com o acesso dos estudantes ao *smartphone*, este não é realizado de forma igualitária, realidade que foi apontada na pesquisa de Adrião e Domiciano (2020), na qual mencionam que o Google não é o mesmo para todos e em todos os lugares, já que há dificuldades de acesso a depender da localidade que este aluno reside. Para Silva, Hypolito e Rodrigues (2022), isso deixa evidente a precariedade da Educação Básica no país, bem como o favorecimento de didáticas e plataformas de modo improvisado. Os autores também constataram o aumento da interferência do setor privado e do *Edu-business* nas redes públicas dos estados da região Nordeste.

No final de junho, a SEECT lançou em parceria com a Assembleia Legislativa da Paraíba, a TV Paraíba Educa, cujo intuito é levar aos estudantes programação educativa por meio dos canais Rede Legislativa nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e região e Patos. A programação ficaria disponível das 8h às 20h30 nestes canais e divididos por horário para cada etapa de ensino. Para isso, foram selecionados professores da rede pública de ensino, que além de ministrar as vídeo-aulas, teriam de preparar roteiros de estudo disponibilizados na Plataforma Paraíba Educa (Governo da Paraíba, 2020c).

Já no início de Agosto de 2020 foi realizada a versão Online do *Programa Se Liga no Enem*, criado em 2018 com a finalidade de promover um espaço para revisões, práticas laboratoriais, oficinas, atividades culturais e trocas de experiências para os alunos se preparem para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As aulas ocorreram no Youtube, e foram selecionados 3.500 estudantes da 3ª série do ensino médio, assim como egressos da rede estadual de ensino. Além disso, os professores teriam de disponibilizar materiais interativos em formato de vídeos, material de apoio para estudo, desafios/games e Podcasts. Mais adiante,

essas aulas seriam expandidas para 1.500 estudantes da 1ª e 2ª série do ensino médio (Governo da Paraíba, 2020d).

Em fevereiro de 2021 a Paraíba recebeu a melhor nota do país sobre o ensino remoto, segundo uma pesquisa feita pela Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). De acordo com a publicação, foram analisados os programas das 27 unidades federativas brasileiras e as 26 capitais estaduais, de março a outubro de 2020, e como resultado a Paraíba se destacou por ter uma maior cobertura e menor demora na implementação da modalidade de ensino remoto para os alunos das Escolas Estaduais. O Estado teve a melhor avaliação com nota de eficiência 6,0, seguido do Distrito Federal (5,88) e Minas Gerais (5,83), sendo mais do que o dobro da média nacional (2,38) (Governo da Paraíba, 2021a).

No artigo publicado por Barberia, Cantarelli e Schmalz (2021), onde os autores descrevem a metodologia utilizada e os resultados alcançados, mencionam que foram gerados indicadores como a duração, o escopo, e a cobertura de políticas públicas de educação remota a partir de indicadores quantitativos. Sendo elas,

MEIOS DE TRANSMISSÃO: meios e canais utilizados para oferecer aulas à distância, vídeos ou conteúdo educacional aos estudantes, como rádio, televisão ou internet. FORMAS DE ACESSO: materiais, dispositivos e tecnologias disponibilizados para oferecer a alunos e professores acesso às aulas e aos conteúdos, como celulares, tablets, apostilas ou quaisquer formas de subsídio à internet. SUPERVISÃO DOS ALUNOS: responsabilidades de supervisionar e garantir a frequência dos alunos nas aulas, além do monitoramento das atividades propostas, se atribuídas a professores e escolas, às instituições educacionais dos governos, ou a ambos. COBERTURA: níveis educacionais cobertos, como infantil, fundamental e médio ou EJA no caso das capitais (p. 6).

Como método, o índice foi construído através dos documentos oficiais publicados por fontes governamentais, baseado em decretos publicados pelos governos estaduais e das capitais e por publicações oficiais nos sites das secretarias de educação. Os autores ainda citam que buscaram também evidências na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID19) para ilustrar a relação entre os planos e os resultados educacionais. Estas informações foram obtidas através de entrevistas realizadas por telefone em cerca de 193 mil domicílios por mês, em todo o território nacional, nas quais os participantes de todas as idades foram questionados se tiveram aulas à distância durante a pandemia e a quantidade de horas média em que eles estudaram por semana. No entanto, não foram questionados se pertenciam a uma escola pública ou privada, ou se as escolas públicas eram estaduais ou municipais,

impossibilitando a correlação exata dos dados (Barberia; Cantarelli; Schmalz, 2021).

Apesar desse resultado, a pesquisa realizada nos anos de 2020 e 2021 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), sobre a Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19, revelou que a Paraíba implementou ações insuficientes, sobretudo no acesso aos equipamentos digitais para professores/as e estudantes do ensino médio da rede estadual. O propósito dessa pesquisa foi identificar as ações de enfrentamento à crise sanitária adotadas pelas escolas brasileiras. Em razão disso, um questionário suplementar foi aplicado durante a segunda fase do Censo Escolar 2020 e de 2021 (Bezerra, 2022).

Certamente, essa divergência nos resultados das duas pesquisas ocorreu em razão dos métodos utilizados. Enquanto a pesquisa realizada pela FGV/EESP analisou a publicação de decretos dos governos estaduais e das capitais, assim como a divulgação nos sites oficiais das secretarias de educação; a pesquisa do INEP se fundamentou nas respostas dos gestores das escolas públicas e privadas (que podem ser identificadas separadamente), nas quais os dados declarados devem ter como base os registros administrativos e acadêmicos de cada instituição, assegurando a autenticidade das informações declaradas (INEP, 2021).

Em agosto do mesmo ano, após alcançar o melhor índice em educação a distância, a Plataforma Paraíba Educa tornou-se finalista do Prêmio Excelência em Competitividade 2021, promovido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), que examinou 280 políticas públicas submetidas em 2021. Em setembro, o resultado foi divulgado e a Plataforma da Paraíba foi a vencedora na categoria Boas Práticas (Governo da Paraíba, 2021b; 2021j).

Em mais uma pesquisa realizada pela RPS, dessa vez focada no retorno às aulas presenciais, a Paraíba obteve o melhor desempenho nacional em termos de segurança sanitária. Para chegar a esse resultado, foram analisados decretos, portarias e comunicados oficiais dos governos estaduais e das prefeituras das capitais, comparando as escolhas dos gestores, estabelecendo um Índice de Segurança do Retorno às Aulas Presenciais. O valor do índice variava de 0 a 100. Quanto maior a nota, mais próximas as políticas estariam das recomendações internacionais. A Paraíba atingiu 62 pontos, ocupando o topo da lista (Governo da Paraíba, 2022c).

Uma particularidade entre as premiações recebidas pelo estado da Paraíba é que a avaliação foi realizada com base no texto das políticas implementadas, e não na verificação se o que constava no conteúdo, havia sido executado. Portanto, é importante refletir sobre a forma como as políticas públicas são avaliadas e reconhecidas. O fato de as premiações recebidas terem sido quase totalmente fundamentadas apenas no conteúdo dos textos, sem levar em conta a sua real implementação, evidencia um ponto crucial sobre a lacuna entre o planejamento e a

execução.

Shiroma, Campos e Garcia (2005) destacam que a compreensão das políticas requer a leitura do que é dito, assim como o não dito, pois os textos dão margem a interpretações e reinterpretações. Isso se deve ao fato de que as “intenções políticas podem conter ambiguidades, contradições e omissões” (p. 432). Em outras palavras, a compreensão dos textos pode ser afetada por diversos elementos, tais como interesses, valores e até mesmo ideologias. Portanto, a análise crítica deve reconhecer que as políticas podem ser, ocasionalmente, contraditórias ou incompletas, podendo afetar a sua implementação e/ou os resultados esperados.

A autoras também destacam a questão do vocabulário utilizado, onde predomina uma “hegemonia discursiva”. Portanto é importante se atentar à linguagem, uma vez que desde o início dos anos 1990 a ênfase tem sido no gerencialismo, empregando termos como “qualidade, competitividade, produtividade, eficiência e eficácia”. No final desta mesma década o foco era uma política educacional mais humanitária, destacando os termos “justiça, equidade, coesão social, inclusão, *empowerment*, oportunidade e segurança” (p. 428). É evidente o impacto da linguagem na forma como as percepções e ações sobre um tema específico são moldadas. Por exemplo, os termos e conceitos predominantes nos discursos político e educacional, não são imparciais, pois possuem implicações ideológicas.

Essas mesmas autoras mencionam o método de análise proposto por Bowe e Ball (1992), que defende que para compreender uma política é necessário considerar três contextos: contexto de influência, contexto de produção de textos e contexto da prática. Destacando o último ponto, o mesmo refere à fase da implementação. Segundo Ball (1994, *apud* Shiroma; Campos; Garcia, 2005, p. 434) “quanto mais ideológica e abstrata for uma política, mais distante da concepção da prática, menor será a possibilidade de ser incorporada no contexto da prática”. Portanto, não é possível avaliar o resultado de política apenas com base no que está escrito no documento. É necessário uma análise metódica e crítica, além de ouvir os sujeitos que são afetados por ela, que frequentemente não são nem consultados durante a elaboração das mesmas.

Dito isso, na pesquisa realizada com professores/as da rede estadual da Paraíba, conduzido pela UFPB e o SINTEP/PB, ao solicitar a avaliação da experiência no ensino remoto na Paraíba, um/a participante deu como resposta:

Desgastante. Muito trabalho para pouco resultado. Além da baixa adesão dos alunos às aulas online, ainda vem as "ordens de cima" para mover todo mundo, mesmo sem a mínima participação. Para mim, isso não está ajudando a educação, mas mascarando um problema que deveria ser discutido e solucionado. **O resultado de melhor média do Brasil é totalmente**

incompatível com a realidade vivida na educação estadual da Paraíba
(Santana; Barbosa; Máximo, 2022, p. 13 – grifo nosso).

Este relato expressa um sentimento de frustração de um/a profissional ao enfrentar os desafios do trabalho remoto, sobretudo pela baixa adesão dos alunos e a pressão para movimentar as atividades escolares. Essa percepção simboliza a implementação do “ensino” remoto sem uma preparação apropriada, seja na infraestrutura ou na formação pedagógica. Isso se deve ao fato de que os/as docentes tiveram de se adaptar rapidamente ao ambiente virtual, resultando em um desgaste emocional devido à dedicação incessante destes profissionais, sem uma mudança significativa na aprendizagem dos alunos. É importante considerar que a baixa participação dos estudantes pode ter ocorrido devido à desigualdade social, intensificada pela pandemia, refletida no acesso insuficiente à internet e aos dispositivos tecnológicos, bem como o ambiente doméstico desfavorável.

Além disso, a imposição de resultados, sem considerar as condições sociais e os desafios de estudantes e docentes, indica uma gestão desconectada da realidade, ocultando o problema central - a desigualdade do acesso à educação e a limitação do ensino remoto. O relato indica que apesar dos resultados positivos do ensino remoto no estado, eles não correspondem à realidade enfrentada por professores/as e estudantes. Existe uma diferença entre os indicadores de desempenho e a realidade das escolas, especialmente nas áreas mais periféricas e com menos recursos. Este é um problema que é comum na educação pública, onde os resultados não refletem as condições reais do ensino e aprendizado.

Em outro estudo realizado com 318 docentes da rede Estadual de Ensino, atuantes nas escolas de ensino médio na cidade de Campina Grande, segundo maior município Paraibano, foram utilizados instrumentos para analisar a relação entre os elementos constituintes da Síndrome de Burnout com os fatores de suporte social no trabalho e conflitos trabalho-família. Constatou-se que o trabalho remoto resultou em uma exposição constante a estressores psicossociais, resultando em um elevado índice de esgotamento mental, apontando como resultado que 29,8% da amostra apresentou Síndrome de Burnout, sendo 24,4% de forma moderada e 5,4% na forma grave, e ainda concluiu que essa porcentagem foi superior às pesquisas anteriores, as quais são referência desse estudo (Barros, 2022).

Perante o exposto, é possível perceber que toda essa mudança trouxe consequências sociais e emocionais para comunidade escolar e, em especial, para as/os docentes, que tiveram de acrescentar mais obrigações nas suas atribuições. Sendo assim, torna-se cada vez mais necessário investigar as sequelas provocadas pela pandemia da Covid-19 a saúde mental

dessas/desses trabalhadoras/es, assim como analisar como isso vem se processando no período pós-pandemia.

2.4 Trabalho docente e adoecimento na rede estadual de ensino da Paraíba

Antes de mais nada, é importante fazer uma breve reflexão acerca da categoria trabalho dentro de uma abordagem marxiana, a partir da qual o trabalho é entendido em seu sentido ontológico, ou seja, como aquilo que nos caracteriza como humanos, posto que é por meio do trabalho que o ser humano modifica a natureza e a si mesmo, transformando tudo ao seu redor, de onde vem o sentido mais profundo de práxis (Marx; Engels, 2007; Paulo Netto; Braz, 2006). No entanto, o processo histórico e de luta de classes que culminou na hegemonia do sistema capitalista resultou na fragmentação e redução do potencial humanizador e transformador do trabalho, o qual passou a ser marcado pela exploração e pela alienação.

Antunes (2006) desenvolve uma análise profunda sobre o papel do trabalho na construção da identidade humana. O autor compreende o trabalho como uma atividade vital e ontológica, ligada à produção da vida e à sociabilidade. No entanto, no contexto do capitalismo, o trabalho concreto é progressivamente substituído pelo trabalho abstrato, alienado e fetichizado, que desumaniza o trabalhador e o distancia da sua essência.

Ao tratarmos especificamente do trabalho docente, este não pode ser comparado linearmente ao trabalho fabril, mas possui especificidades e nuances, visto que este encarrega-se da atividade educativo, a qual é entendida como “o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 1991, p. 21).

Para que isso ocorra, algumas condições são necessárias, como a formação sólida e comprometida com a emancipação humana, a liberdade de cátedra, a autonomia, a valorização entre outros aspectos. No entanto, o professor é antes de tudo um trabalhador, portanto está sujeito às determinações do sistema capitalista, e conseqüentemente vivencia processos de expropriação e alienação, de acordo com a correlação de forças de cada momento histórico.

No contexto do neoliberalismo e do gerencialismo, os docentes vivenciam diferentes formas de exploração e intensificação do trabalho, caracterizadas, muitas vezes, pelas várias funções atribuídas aos professores, sendo estes considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema educacional (Oliveira, 2010). Esse acúmulo de tarefas causa um desgaste considerável, contribuindo para a desvalorização da profissão e frequentemente para precarização das condições de trabalho.

Desde o final dos anos 1980 as políticas públicas da educação têm sido determinadas por modelos gerencialistas, baseados na lógica do setor privado, algo que decorre das mudanças no papel do Estado no contexto de avanço do neoliberalismo e que impacta diretamente nas funções desenvolvidas pelos docentes. Suas atribuições foram redefinidas, tornando suas tarefas mais complexas, o aumento do nível de exigência, tendo de se adaptar a um novo modelo de gestão escolar. Algumas dessas mudanças geraram consequências negativas, que estão relacionadas à precarização e fragmentação do trabalho docente (Gouveia; Souza, 2012).

Do ponto de vista técnico e ideológico, o trabalho docente é controlado diretamente através de instituições que estabelecem o que ensinar e sobre o que ensinar (Tarlau; Moeller, 2020). Há uma transformação da educação em mercadoria, que não pertence ao educador e o transfigura em um trabalhador alienado, se distanciando do seu “produto”, resultando em um trabalho sem satisfação alguma.

Segundo Hypolito (2010), a implementação de sistemas de avaliação da educação e do desempenho docente é crucial para essa regulação por parte do Estado, uma vez que se trata de um modelo gerencial que se baseia na qualidade e no mérito, reduzindo os problemas da educação apenas a questões técnico-gerenciais. Ao priorizar apenas a medição de desempenho, as avaliações negligenciam questões mais profundas e complexas que afetam o sistema educacional, como a desigualdade social, as condições de infraestrutura, escassez de recursos, além de questões culturais e políticas que influenciam o processo de ensino e aprendizagem.

Silva e Hypolito (2018) destacam que a implantação dos sistemas de avaliação em larga escala, sob a justificativa de aprimorar a qualidade dos sistemas educacionais, na realidade exerce um papel regulador para avaliar resultados. Contudo, não promove melhorias no processo educativo e ainda enfraquece a autonomia docente. Essas avaliações se concentram exclusivamente em números e indicadores de desempenho, desconsiderando as circunstâncias pedagógicas e sociais, que afetam diretamente o processo educativo. A autonomia docente é comprometida quando o objetivo é apenas o resultado numérico, forçando-os a adaptar o seu planejamento de acordo com os critérios de avaliação, em vez de atender às necessidades reais dos seus alunos, ajustando-se à sua realidade.

A reestruturação da educação para servir ao mercado modifica o currículo, a gestão e o trabalho docente, afetando também sua identidade. Existe uma valorização da formação em serviço que visa o desenvolvimento de competências para melhorar o desempenho das escolas focando apenas nos resultados, mas sem criticidade política. Há pouco espaço para a autonomia do docente, não havendo encorajamento para as atividades reflexivas.

Aos docentes também é atribuída a responsabilidade pela formação pessoal, o

aprendizado do aluno e o desempenho da escola. Hypolito (2012) afirma que o magistério é culpabilizado pela crise da educação, enquanto as políticas educacionais desconsideram as condições de produção do trabalho de ensinar, que de acordo com o autor, é fator crucial para o fracasso escolar. Enquanto se propõe a ideia de autonomia para os docentes, existe um controle pedagógico rigoroso, o que pode levar a um sentimento de perda da sua identidade profissional e da real autonomia.

No estado da Paraíba não é diferente, há uma regulação do trabalho docente através das políticas de bonificação, nas quais a gratificação está vinculada ao desempenho do estudante, além de não estar incorporada ao salário, havendo a necessidade de reconquistá-la a cada ano (Oliveira, Rodrigues, Silva, 2022). Realizando uma breve análise dos editais desses programas da rede estadual da Paraíba, é possível identificar algumas das exigências. Por exemplo, para concorrer ao Prêmio Mestres da Educação, é necessário desenvolver um projeto de intervenção que apresente alguma inovação que ajude a aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, que será posto em prática durante o ano letivo. Ademais, é necessário incluir um formulário de avaliação acerca da efetividade das práticas implementadas, com a opinião dos estudantes e da gestão, além da instituição ter alcançado as metas estabelecidas pelas avaliações externas (Governo da Paraíba, 2023a). Silva (2021) destaca que a maior parte da pontuação é baseada em aspectos formais e quantitativos, o que reduz a visibilidade da atuação real e desconsidera suas contribuições, que nem sempre se manifestam em aspectos quantitativos ou burocráticos. Portanto, os critérios fazem com que os/as professores/as se sintam pressionados a atingir metas quantitativas, evidenciando o quanto a sua autonomia é reduzida. Ademais, existe a questão da saúde, já que nos dois editais, os/as servidores/as que estiveram de licença por mais de 30 dias (com exceção à licença maternidade), não podem participar. Isso significa que para assegurar o recebimento do 14º ou 15º salário, o/a professor/a, além de cumprir as metas estabelecidas pelo programa, frequentemente se expõe a trabalhar doente.

Esta é uma característica da essência do capital, que amplia as formas de regulação e valoriza a competição, o individualismo, resultados, prestação de contas, e assim por diante. De acordo com Ball (2005), trata-se da cultura da performatividade, que se refere ao conjunto de práticas, políticas e valores que visam medir, monitorar e controlar o desempenho. Inclui uma avaliação constante, o controle e a pressão para alcançar resultados, forçando a buscar uma “qualidade” de ensino através de mérito e eficiência, intensificando o adoecimento.

As causas do adoecimento de professores estão relacionadas a múltiplas determinações, porém atrelada à lógica capitalista que enfatiza a produtividade e o ranqueamentos a partir das avaliações externas e contribui

para a proletarização dos professores e seu desprestígio social (Jesus; Saraiva; Silva, 2021)

O adoecimento também está ligado à perda dos direitos trabalhistas, os quais vêm sofrendo uma redução significativa, principalmente após a aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017. Sabemos que com um vínculo não efetivo na rede pública, o/a servidor/a não tem acesso a direitos indispensáveis a qualquer trabalhador/a, a exemplo do recebimento do 13º salário e as férias remuneradas, acrescidas do terço constitucional (Silva, 2023b).

Pela Constituição Federal (1988), a contratação temporária deve servir para atender às necessidades específicas e por tempo limitado. No entanto, na prática não é o que observamos. O último concurso para professores e professoras da rede estadual da Paraíba foi realizado em julho de 2019, com mil vagas. Inicialmente foram convocados os mil aprovados em janeiro de 2020. O Governador declarou que como havia anunciado que o estado iria realizar um concurso por ano com mil vagas para o magistério, devido à pandemia, houve mais 4 convocações relativas a esta seleção, ocorrendo uma convocação de 594 professores/as em novembro de 2020, na qual os/as professores/as seriam nomeados/as apenas em fevereiro de 2021. No ano de 2022 foram convocados mais 65 no mês de janeiro, 346 em maio e 312 em julho. No total, foram convocados 2.294 professores e professoras (Paraíba, 2019; Paraíba, 2020i; Governo da Paraíba, 2020e; 2022d; 2022e; 2022f). Mesmo convocando uma quantidade maior do que fora anunciado no edital, ainda assim a rede estadual da Paraíba possui grande quantidade de professores não efetivos, os quais correspondem a 46,71% do total (Quadro 2, p. 43).

Em 2019, foi apresentado o Projeto de Lei nº 5.717/2019, de autoria do Deputado Sidney Leite (PSD), que determina que os estados, municípios e Distrito Federal devem estabelecer estratégias para assegurar que pelo menos 90% dos cargos de professor/a sejam preenchidos por profissionais contratados em caráter permanente. O deputado defende que através desta medida, irá diminuir a rotatividade de docentes, além de melhorar o investimento para a capacitação destes profissionais. O texto ainda fala que os entes federados deverão substituir os profissionais temporários pelos definitivos até o final da vigência do PNE (2024) (Agência Câmara de Notícias, 2021).

Enquanto isso, a Assembléia Legislativa da Paraíba permitiu a ampliação de contratação de prestadores no estado, quando aprovou o Projeto de Lei nº 32/2023 (posteriormente sancionada como a Lei nº 12.563, em 3 de março de 2023) enviado pelo Governador João Azevedo, que permite a contratação sem concurso público nas áreas de educação, saúde, segurança e assistência social, para os casos de licença para repouso à gestante, tratamento de

saúde, por motivo de doença em pessoa da família, para trato de interesse particular, exoneração, demissão, aposentadoria e falecimento (Nunes; Cerqueira, 2023; Paraíba, 2023a).

Em maio de 2023, o governador do estado anunciou a abertura de concurso público para diversas áreas, incluindo mil vagas para professores/as. Em setembro do mesmo ano, foi anunciado que após uma análise, este número de vagas seria expandido para duas mil vagas.

Em janeiro de 2024, Tibério Limeira, secretário de Administração da Paraíba, afirmou que o edital seria publicado dentro de 90 dias (A União, 2023b; Governo da Paraíba, 2023b; Abrantes, 2024). No entanto, o edital foi publicado apenas no início de abril de 2025, por meio do Edital nº 01/2025/SEAD/SEE de 9 de abr. de 2025, com 2 mil vagas para professores/as da educação básica, distribuídas por todas as 16 GRE's da Rede Estadual da Paraíba (IDECAN, 2025). Analisando esta situação, compreende-se que o aumento no número de professores efetivos não é uma prioridade para o governo, contrariando os discursos proferidos nas notícias examinadas.

2.5 Da pandemia ao retorno presencial: a ausência de suporte do estado aos docentes

Durante o período de trabalho remoto, muitos/as docentes tiveram de arcar com os custos dos recursos utilizados para a realização do trabalho, além de ter de lidar com a pressão de cumprir com o calendário e a responsabilidade pelo aprendizado dos estudantes. A pandemia favoreceu ainda mais a precarização do trabalho docente, uma vez que tiveram sua jornada de trabalho ampliada e não remunerada.

Essa mudança repentina no cenário da educação resultou em aumento na carga de trabalho, algo que já era habitual na rotina dos/as professores/as, conforme citado por Assunção e Oliveira (2009). Elas listam as competências exigidas aos docentes, que vão além da sala de aula, abrangendo também as relações com a comunidade, planejamento pedagógico, participação nos conselhos, entre outros, e ainda se sentem responsáveis pelo desempenho dos estudantes e da instituição de ensino. Em se tratando de um contexto pandêmico, essas exigências foram intensificadas, conforme evidenciado pelos dados analisados por Oliveira e Pereira Junior (2020), que mostram que 82,4% dos/as docentes entrevistados relatam um crescimento na quantidade de horas destinadas à preparação das aulas.

Esse acréscimo na carga horária resultou em danos à saúde física e mental. Brito, Fernandes e Santana (2020) corroboram essa afirmação, indicando que 28% classificam a saúde emocional como ruim ou péssima, enquanto 30% consideram como razoável. Acerca da jornada de trabalho durante a pandemia,

67,5% afirmaram que a quantidade de atividades que realizo ultrapassa a minha carga horária de trabalho, 47,9% reconhece que atendo as demandas do meu trabalho mesmo no meu horário de lazer, 36,9% afirma estou trabalhando horas extras não remuneradas (Santana; Barbosa; Máximo, 2022, p. 16 – grifo das autoras).

Devido à urgência em dominar os recursos tecnológicos para ministrar as aulas, ocorreu um estresse, juntamente com a angústia ocasionada pela incerteza sobre o futuro, o acréscimo no tempo dedicado ao planejamento das aulas e no apoio aos alunos, além das necessidades pessoais, familiares e domésticas (Brito; Fernandes; Santana, 2020).

Importante destacar que, devido o distanciamento social, os/as docentes tiveram sua privacidade invadida, já que tanto os estudantes quanto os seus responsáveis tiveram acesso direto ao seu contato telefônico. Além disso, muitos não respeitaram o horário de descanso do/a profissional, o que ocasionou um aumento na jornada de trabalho, sobrecarregando-os/as.

Os/as professores/as que participaram da pesquisa realizada durante a pandemia no estado da Paraíba, relataram que os estudantes não compreendiam a necessidade de um horário específico para esclarecer dúvidas. Alguns entravam em contato inclusive no período da madrugada, como se por estarem em casa, tivessem de estar à disposição para o trabalho a qualquer momento. Um/a participante menciona que, mesmo alegando estar em seu período de descanso, havia o risco de serem acusados de negligência (Santana; Barbosa; Máximo, 2022). Essa realidade contradiz o art. 6, VII, g, da Portaria nº 481/2020, que afirma que a carga horária semanal dos/as professores/as deveria ser respeitada. No entanto, essa prática não se restringiu apenas ao período das aulas remotas, pois, mesmo com o retorno das aulas presenciais, isso tornou-se um hábito rotineiro na realidade educacional (Souza; Santos; Rodrigues, 2024).

Outra queixa mencionada diz respeito ao mau funcionamento da plataforma utilizada para registrar suas atividades (frequência, avaliações e aulas). Um participante chegou a citar que o Sistema Saber só funcionava no período da noite/madrugada, forçando-o a trabalhar durante seu período de descanso para alimentar o sistema. Outro/a professor/a indicou haver cobranças e envios de solicitações da gestão escolar durante seu tempo livre, demandando total dedicação a todo instante (Santana; Barbosa; Máximo, 2022).

Compreende-se, assim, que não havia um momento de desconexão, na qual o/a profissional pudesse desligar a sua mente do trabalho. Além das demandas, havia a pressão para dominar as tecnologias, a necessidade de repensar a forma de ministrar as aulas, sendo responsabilizados/as pelo engajamento dos estudantes. Além disso, havia o temor de perder o emprego para os servidores não efetivos, já que no modelo gerencialista, os/as trabalhadores/as

são avaliados pelos resultados. Tudo isso resulta em uma hiperconexão, prejudicando a sua saúde, uma vez que as pausas são essenciais para preservar a saúde mental, tendo em vista que a exaustão compromete a capacidade cognitiva (Carneiro Junior; Cardoso, 2023).

Fernandes *et. al.* (2023) apontam que tanto no período da pandemia quanto no momento subsequente provocaram no/a professor/a níveis elevados de estresse e exaustão. Embora os desafios enfrentados durante a pandemia tenham sido amplamente discutidos, o retorno às atividades presenciais também se mostrou complexo, sobretudo devido à ausência de um preparo institucional adequado. Esse retorno implicou em uma intensificação da carga horária e do volume de tarefas atribuídas aos/às professores/as, assim como a insuficiência de suporte institucional eficaz. As mudanças repentinas no cotidiano escolar e a necessidade de desenvolver estratégias para manter o engajamento dos alunos, os quais muitos retornaram às aulas presenciais com comportamentos desafiadores, contribuíram para tornar o ambiente de trabalho ainda mais estressante. As autoras enfatizam que, no contexto pós-pandêmico, as condições de trabalho tornaram-se mais exigentes, instáveis, e em diversos casos, precarizadas, o que tem contribuído para o agravamento dos impactos negativos sobre a saúde mental docente. Diante deste cenário, destaca-se a importância da implantação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental e apoio psicossocial no ambiente escolar.

No campo da educação, a saúde tem uma incidência importante no trabalho docente ou, de maneira mais específica, na forma como os docentes chegam para trabalhar, e o trabalho, por outro lado, tem uma incidência positiva e/ou negativa na saúde dos docentes em relação direta com as condições nas quais desenvolvem sua atividade laborativa (Robalino, 2012).

Em contextos de precarização do trabalho, o excesso da carga horária, escassez de recursos e cobrança constante por resultados, podem levar os/as professores/as ao esgotamento físico e mental, resultando em problemas como exaustão, depressão, burnout e outros transtornos relacionados ao estresse. Sendo assim, a saúde desses/as profissionais não pode ser analisada de maneira isolada, sem considerar as condições de trabalho, às quais estão expostos/as.

Em uma publicação da Agência Brasil, foi destacado que os/as professores/as padecem de uma variedade de males ou doenças, com predominância de transtornos mentais, como síndrome de burnout, estresse e depressão. Também menciona resultados de uma pesquisa conduzida pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, que revelou que muitos/as professores/as estão lidando com questões de saúde mental e que houve um agravamento em razão da pandemia (Cruz, 2023).

Ainda antes da pandemia, em 11 de dezembro de 2019, após uma luta de 20 anos, foi sancionada a Lei Federal nº 13.935, que regulamenta a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Na entrevista à TV Senado, o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Pedro Paulo Bicalho, destaca que essa é uma conquista histórica e que essa legislação simboliza a democratização da profissão do/a psicólogo/a, já que é mais frequente na maioria das escolas privadas, em contraste das instituições públicas. O mesmo ressalta a relevância deste profissional nas escolas, que deve realizar esse acompanhamento diariamente em articulação com as outras políticas públicas (saúde, assistência social, etc.), já que não existe saúde mental sem considerar a saúde integral, ampliando as diversas condições que afetam a vida humana (TV Senado, 2023).

Destaca-se no artigo segundo desta Lei que “os sistemas de ensino teriam 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições”. No entanto, até o presente ano, houve pouca adesão. Em 16 de janeiro de 2024 foi instituída a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, através da Lei 14.819, expandindo a legislação atual para fomentar a saúde mental de estudantes, professores/as, demais profissionais que trabalham nas escolas, pais e responsáveis. O texto enfatiza a articulação contínua da educação com a saúde e a assistência social.

Essas medidas podem ser compreendidas a partir de duas dimensões: o reconhecimento histórico da saúde mental como parte integrante do direito à educação e os desafios práticos relacionados à implementação de políticas públicas nesse campo. A promulgação da lei nº 13.935/2019 representa um marco nesse processo, ao reconhecer a importância da saúde mental no contexto educacional e estabelecer a obrigatoriedade da oferta de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica. Essa iniciativa parte do entendimento de que uma educação de qualidade pressupõe cuidado integral dos sujeitos envolvidos no processo educativo. A referida legislação também busca atenuar um desequilíbrio estrutural historicamente consolidado, tendo em vista que a presença de profissionais de saúde mental é mais comum nas instituições privadas de ensino. Por outro lado, a escola pública, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, representa, muitas vezes, o único espaço institucional acessível a crianças e adolescentes, sendo, portanto, um local estratégico para promoção do cuidado com a saúde mental. No entanto, embora a lei tenha estabelecido o prazo para a adequação dos sistemas de ensino, sua implementação ainda continua limitada em diversas regiões do país. A presença de psicólogos/as nas escolas públicas ainda é exceção e, em muitos estados, como é o caso da rede estadual da Paraíba, não foi realizado concurso público ou medidas estruturais suficientes para garantir o cumprimento da legislação, o que será analisado

com maior precisão posteriormente.

Com a pandemia, houve um aumento significativo nos índices de transtornos mentais em escala global, com destaque para o crescimento de 25% nos casos de ansiedade e depressão, bem como uma redução expressiva na qualidade do sono da população. Esses efeitos foram atribuídos a diversos fatores, como isolamento social, a sobrecarga de informações veiculadas pelos meios de comunicação e o impacto econômico, que contribuíram para um agravamento no adoecimento psíquico coletivo (Betancur *et al.*, 2022). Nesse contexto, tornou-se ainda mais necessário considerar a saúde mental como uma dimensão essencial no ambiente escolar, especialmente diante das profundas transformações na dinâmica das instituições de ensino durante e após o período pandêmico. Essas mudanças repercutiram diretamente sobre todos os membros da comunidade escolar, evidenciando a necessidade de políticas e práticas institucionais voltadas ao cuidado psicossocial no âmbito educacional.

Pensando nisso, foi publicado no dia 25 de setembro de 2020 o Decreto nº 40.574, que estabelece as “Diretrizes para o retorno às aulas presenciais - Plano Novo Normal para a Educação da Paraíba (PNNE/PB)”. Seus capítulos tornaram-se Guias, contendo procedimentos para o processo de retomada das aulas presenciais, organizados didaticamente em quatro eixos. O Guia 04 aborda os Aspectos Socioemocionais e Acolhimento Psicossocial, fornecendo diretrizes para a reestruturação escolar e socioafetiva dos estudantes, que tiveram suas rotinas completamente modificadas, sofrendo efeitos emocionais durante o período de isolamento social (Paraíba, 2020h; Governo da Paraíba, 2020f).

O documento em questão destaca a importância da implementação de estratégias para minimização do estresse e da ansiedade no contexto escolar, reconhecendo os impactos emocionais causados pelo isolamento social e pela suspensão das atividades presenciais durante a pandemia. O texto oficial reconhece que o cenário epidêmico gerou sofrimento psíquico significativo e perdas emocionais marcantes entre os membros da comunidade escolar, sobretudo entre estudantes e professores/as que vivenciaram o luto pela perda de familiares ou se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Dentre as propostas inclui-se a criação de espaços destinados à escuta e à fala, que poderia ser presencial ou de forma remota, bem como a formação de docentes para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais nas suas práticas e no acolhimento dos alunos. Também era recomendada a articulação com os serviços públicos de saúde e assistência social para garantir uma atenção psicossocial mais ampla e estruturada. Além disso, foi sugerido o mapeamento dos casos e perdas no âmbito escolar, com o objetivo de orientar medidas de acolhimento para o luto coletivo (Paraíba, 2020h).

No entanto, apesar da importância das propostas, o documento apresenta algumas limitações relevantes. Em primeiro lugar, por não se tratar de obrigações e sim apenas de recomendações, sua efetividade depende da disposição e das condições institucionais de cada escola para colocá-las em prática. Diante de um cenário histórico de desvalorização da saúde mental, há um risco concreto de que tais ações não sejam implementadas. Soma-se isso a escassez de profissionais especializados em saúde mental na rede estadual, que compromete a realização de uma escuta qualificada e ética. Outro ponto preocupante refere-se a sobrecarga dos/as docentes com responsabilidades emocionais para as quais não possuem formação. Quanto ao mapeamento das perdas, o documento carece de orientações claras, não detalhando quais seriam as ações concretas de acolhimento, havendo risco da iniciativa se tornar meramente burocrática e sem impacto real, caso não seja acompanhada de sensibilidade e estrutura adequada (Paraíba, 2020h).

Além disso, observa-se a ênfase nas competências socioemocionais, que no contexto de políticas educacionais alinhadas a lógica neoliberal, tende a reduzir essas competências a um conjunto de habilidades a serem desenvolvidas com o propósito de formar sujeitos autônomos, resilientes e adaptáveis às exigências de um mercado competitivo. Essa perspectiva reforça uma responsabilização individual pelo bem-estar psíquico, desconsiderando determinantes sociais, econômicos e institucionais que influenciam a saúde mental. Tal concepção contribui para a psicologização da educação, ao tratar os problemas emocionais como fenômenos individuais e descontextualizados, negligenciando as raízes estruturais e coletivas que os produzem. Nesse sentido, o ensino das competências socioemocionais torna-se instrumentalizado para atender às demandas de produtividade e autorregulação, impostas por uma racionalidade neoliberal, limitando seu potencial transformador. Ao invés de promover uma educação crítica, emancipatória e voltada para o bem-estar coletivo, essa visão tende a reforçar a conformidade dos estudantes a um modelo de eficiência e desempenho, subordinando os processos formativos às dinâmicas do mercado (Ribeiro *et al.*, 2025).

Com o decreto oficial do fim da pandemia e consequente retorno integral às atividades escolares presenciais, tornaram-se ainda mais evidentes as lacunas existentes no que se refere ao suporte institucional à saúde mental no ambiente educacional. Esse cenário evidenciou a urgência da formulação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde integral e à valorização dos/as profissionais da educação. A precarização das condições de trabalho, aliada à sobrecarga emocional vivenciada por docentes e demais integrantes da comunidade escolar, reforça a necessidade de ações que promovam o bem-estar coletivo e favoreçam um ambiente educacional mais saudável.

Diante desse contexto, no dia 18 de setembro de 2023 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.681, estabelecendo a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Sua criação responde à crescente preocupação com o bem-estar dos/as educadores/as, sobretudo após os desafios impostos pela pandemia da Covid-19, que evidenciaram a necessidade de políticas públicas focadas na saúde integral e na valorização dos/as profissionais da educação. Tal política versa sobre os seguintes temas: qualidade de vida no trabalho e bem-estar no ambiente de trabalho, promovendo a saúde integral, valorização do profissional da educação e redução dos índices de absenteísmo (Brasil, 2023b).

A partir de uma observação mais criteriosa, foram encontradas algumas limitações importantes quanto à sua efetividade. Trata-se de uma legislação de natureza orientativa, sem a previsão de mecanismos legais que obriguem os entes federativos a implementá-la integralmente. Embora estabeleça o prazo de um ano, a partir de sua publicação, para a elaboração dos respectivos planos, a lei não define prazos ou metas específicas para a execução das etapas previstas. Além disso, a ausência de sanções em caso de descumprimento compromete seu poder normativo, abrindo margem para que se configure como uma “lei das intenções”, com potencial limitado para transformar a realidade cotidiana das escolas. Outro ponto refere-se à indefinição sobre o financiamento necessário à implementação das medidas propostas, indicando que os estados e municípios terão de aplicar a medida com os recursos já disponíveis, sendo assim, pode não se concretizar por falta de condições técnicas e financeiras.

Por fim, embora a legislação valorize aspectos relevantes como o clima organizacional, a escuta ativa e o bem-estar da comunidade escolar, ela não aborda com profundidade questões estruturais que impactam diretamente a saúde mental dos/as profissionais da educação. Entre elas, destacam-se a precarização do trabalho docente, a sobrecarga de tarefas administrativas, a violência nas escolas e a carência de estrutura básica em muitas unidades educacionais (Gasparini; Barreto; Assunção, 2006). Essas lacunas revelam uma abordagem parcial e superficial dos problemas enfrentados no cotidiano escolar. No estado da Paraíba, foi sancionada, em 21 de julho de 2023, a Lei Estadual nº 12.696, que institui o Programa de Saúde Mental para comunidade escolar na Paraíba. A referida legislação tem como objetivo promover o bem-estar emocional dos estudantes, docentes, gestores, funcionários e familiares, ao reconhecer a saúde mental como um componente fundamental para o desenvolvimento integral dos sujeitos e para a construção de um ambiente escolar saudável. Embora a iniciativa represente um avanço no reconhecimento institucional da importância da saúde mental no contexto educacional, a lei apresenta algumas lacunas que podem comprometer a sua

efetividade. Em primeiro lugar, não são previstas fontes específicas de financiamento para a execução das ações propostas, o que pode limitar sua implementação, principalmente em municípios com recursos orçamentários limitados. Além disso, o texto legal não menciona os mecanismos específicos de monitoramento e avaliação, que permitam acompanhar a eficácia do programa, identificar as suas fragilidades e promover ajustes contínuos.

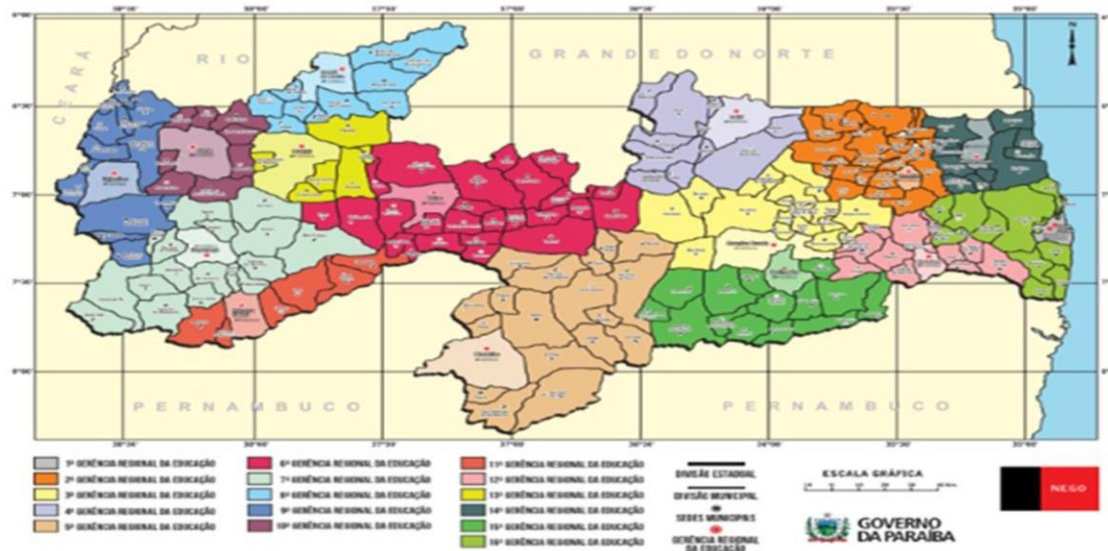
Um aspecto relevante é a insuficiência de equipes multidisciplinares capacitadas para lidar com as demandas psicossociais no ambiente escolar. De acordo com dados obtidos via Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), atualmente apenas 33 psicólogo/as, atuam na rede estadual de ensino da Paraíba, sendo 14 servidores/as efetivos/as e 19 contratados/as (SIC, 2024d). Considerando-se que o estado possui 223 municípios e 597 instituições de ensino da rede estadual, esse número revela a carência de profissionais especializados para atender às necessidades da comunidade escolar, de forma qualificada e contínua. Apesar desse déficit, o portal oficial do Governo da Paraíba apresenta diversas notícias sobre a implementação do “Serviço de Saúde Emocional” nas escolas públicas estaduais. No entanto, uma dessas publicações chama atenção ao informar que a proposta prevê a designação de apenas um/a psicólogo/a e um/a assistente social por Gerência Regional de Ensino (GRE), com exceção da 1ª e 3ª GRES, que devido ao maior número de escolas, contarão com dois profissionais de cada área (Governo da Paraíba, 2023c). Essa distribuição evidencia um modelo de atuação que, embora represente um avanço de reconhecimento de saúde emocional no contexto escolar, ainda está aquém das demandas reais da rede, especialmente considerando a diversidade e complexidade dos contextos educacionais atendidos.

Quadro 4 - Distribuição de escolas por GRE no estado da Paraíba

GRE	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª
Qtde Escolas	88	58	81	19	26	43	30	22	33	28	16	23	14	31	22	63

Fonte: SIC (2024d)

Figura 3 - Mapa das Gerências Regionais da Educação do Estado da Paraíba



Fonte: see.pb.gov.br (2023)

Considerando a atual distribuição de psicólogos/as por GRE, mesmo que esses profissionais estivessem presentes em uma instituição por dia letivo, a execução de um trabalho eficaz em todas as escolas da rede revela-se impraticável. Essa limitação decorre do fato de que as ações em saúde mental exigem, inicialmente, a identificação das demandas específicas de cada unidade escolar, uma vez que não é possível aplicar intervenções padronizadas em contextos educacionais distintos. Como ressalta Neves (2018), no âmbito da prevenção de doenças e promoção da saúde, e aqui podemos incluir a saúde mental, o mapeamento dos riscos constitui uma etapa fundamental. Tal diagnóstico contextualizado permite a construção de estratégias preventivas ajustadas à realidade local, possibilitando intervenções contínuas e efetivas, capazes de minimizar a incidência e a gravidade de fatores adversos antes que se agravem. Desse modo, esse mapeamento é uma etapa fundamental para a elaboração de políticas de saúde realmente eficazes, que considerem o contexto social, ambiental e institucional de cada território.

É fundamental destacar que o papel do/a psicólogo/a no contexto escolar não deve ser confundido com a prática do atendimento clínico individual. Como argumenta Colucci (2024), a atuação da psicologia escolar tem sido historicamente influenciada por abordagens individualizantes, muitas vezes alinhadas à lógica neoliberal, que tende a enfatizar a responsabilidade individual e a competitividade. Em contraponto com essa perspectiva, a autora

defende uma reorientação da prática psicológica no ambiente educacional, propondo que o/a psicólogo/a escolar atue como agente de transformação social, comprometido/a com a justiça social e a emancipação coletiva. Tal atuação demanda uma compreensão ampliada do sofrimento e adoecimento psíquico, articulada às condições sociais, econômicas e institucionais que influenciam o cotidiano escolar, ultrapassando a mera regulação emocional. Também ressalta a importância de uma formação crítica e comprometida para os/as profissionais de psicologia, de modo que estejam aptos/as para identificar e enfrentar as contradições do sistema educacional. Essa formação deve possibilitar a construção de práticas que fortaleçam a coletividade, em oposição às abordagens que reforçam o individualismo e a competição, contribuindo, assim, para a consolidação de uma escola democrática, inclusiva e acolhedora.

Além da relevância da oferta de suporte especializado em saúde mental no contexto escolar, torna-se imprescindível refletir sobre os determinantes estruturais que contribuem para a produção do sofrimento psíquico. Neste sentido, Safatle, Silva Junior e Dunker (2021) apontam a lógica performativa do neoliberalismo como um elemento central na constituição desse sofrimento. Os autores argumentam que, no interior do sistema capitalista contemporâneo, o neoliberalismo não apenas gera condições propícias ao adoecimento psíquico, como também o transforma em uma força funcional ao próprio sistema, ao convertê-lo em elemento de produtividade e autoexploração.

Portanto, não adianta fornecer suporte psicológico aos profissionais, se os mesmos estão constantemente sob pressão do modelo neoliberal, que os obriga a agir de forma altamente produtiva e competitiva, sempre em busca de resultados. No sistema capitalista neoliberal o sofrimento, o estresse e a exaustão mental podem ser manipulados e utilizados como uma estratégia para potencializar a produtividade e o desempenho. Cria uma nova maneira de sentir e pensar, e esse novo processo de subjetivação origina novas patologias, como a depressão, na qual o sujeito deve performar incansavelmente, provocando uma autocobrança e a percepção de que nada do que faz é suficiente. O sofrimento passa a ser visto como algo individual, sem considerar o contexto político, econômico e social (Safatle, 2021).

Com o avanço tecnológico, a conexão se intensifica e o tempo se acelera, transformando esse indivíduo em alguém que está sempre precisando se superar, estando constantemente cansado e inseguro, pela incerteza sobre o futuro, considerando que ele deve ser responsável por seu próprio gerenciamento, sem a necessidade de direitos trabalhistas e a proteção social, devendo sempre buscar superar-se. Dessa maneira, desenvolve a depressão e a ansiedade, que o levam a recorrer a medicamentos para melhorar a sua performance, já que no capitalismo a economia não pode parar (Safatle, 2021).

De fato, a pandemia ampliou os casos de ansiedade e depressão entre docentes, devido ao crescimento de fatores estressores, como o uso mais intensificado da tecnologia durante o ensino remoto emergencial, o receio dessa nova enfermidade letal e a sobrecarga de trabalho. O aumento dos sintomas de ansiedade e depressão em professores/as, diante da necessidade de manter a vida em andamento, fez com que 59,8% destes profissionais declarassem ter desenvolvido algum sintoma físico ou psíquico durante a pandemia (Freitas *et al.*, 2021b; Santana; Barbosa; Máximo, 2022).

Conforme estudos mencionados (Duarte; Hypolito, 2020; Siva, 2023; Castro; Amaral, 2023), observamos que durante a pandemia, além de lidar com um vírus biológico letal, presenciamos o crescimento da desigualdade social e a pressão para os/as trabalhadores/as continuarem a produzir, a fim de que a economia não fosse prejudicada. Em particular, a classe dos/as professores/as se viu pressionada a responder às exigências, enfrentando um controle da subjetividade que molda a sua identidade, o/a transformando/a em um/a mero/a aplicador/a de conteúdo, onde sua autonomia é suprimida. Além de serem responsabilizados/as pela atratividade das aulas, deveriam estar disponíveis constantemente para atender as necessidades da gestão, estudantes e suas famílias, assim como cumprir as metas quantitativas estabelecidas pela rede, visando alcançar os melhores resultados, ignorando o momento crítico que estávamos atravessando.

Sendo assim, este sujeito sente-se constantemente pressionado a produzir, acreditando que não atingir as expectativas esperadas é um problema individual. Isso provoca um sentimento de fracasso, que o impulsiona a produzir ainda mais, culminando em um adoecimento psíquico devido a incapacidade de produzir mais.

Portanto, para realmente abordar o adoecimento psíquico, é imprescindível ir além do suporte especializado, é crucial questionar as bases do sistema que gera e perpetua esse sofrimento. A crítica ao neoliberalismo e sua lógica de exploração da saúde mental em prol da produtividade precisa ser aprofundada. Para criar condições que favoreçam a saúde mental dos/das profissionais, faz-se necessário incorporar transformações sociais e econômicas, como o fortalecimento de políticas públicas que visam assegurar condições de trabalho dignas, em vez de pressionar os/as trabalhadores/as a serem mais produtivos.

3. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DA PARAÍBA

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados obtidos por meio do questionário aplicado com os/as docentes da rede estadual de ensino da Paraíba, no período de setembro de 2024 a fevereiro de 2025, em um estudo do tipo transversal e quantitativo. A construção do instrumento foi orientada a partir das referências da pesquisa, com o objetivo de investigar a atual conjuntura das condições de trabalho docente e os seus efeitos sobre a saúde mental da categoria. O questionário foi estruturado em 5 blocos temáticos. O primeiro bloco, composto por 13 questões, abordou características sociodemográficas dos/as participantes. O segundo bloco, incluiu 9 questões relativas às condições de trabalho durante o período pandêmico (2020 a 2022), enquanto o terceiro, também com 9 questões, concentrou-se nas condições atuais do trabalho (referente ao ano de 2024). O quarto bloco, por sua vez, abordou aspectos relacionados à saúde mental, por meio de 6 questões direcionadas. O quinto e último bloco foi constituído por 5 escalas psicométricas validadas, empregadas com o intuito de avaliar os impactos dos fatores psicossociais sobre a saúde mental dos/as professores/as da rede estadual. Ressalta-se que a aplicação de escalas psicométricas exige rigor metodológico, especialmente no que se diz respeito à validade e à confiabilidade dos instrumentos utilizados. A confiabilidade refere-se à capacidade do instrumento de produzir resultados consistentes ao longo do tempo e em diferentes contextos, enquanto a validade assegura que o instrumento realmente avalie de forma precisa o que se propõe. A observância desses critérios é fundamental, para garantir resultados fidedignos e a integridade ética da pesquisa (Souza; Alexandre; Guirardello, 2017).

O questionário foi disponibilizado na metade do mês de setembro de 2024 e quinzenalmente eram realizados levantamentos sobre a sua adesão. A divulgação inicial se deu através da colaboração com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) e com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP-PB), das quais solicitamos o envio para os/as profissionais através de e-mail ou aplicativo de mensagens instantâneas, diretamente nos grupos dos professores. Em meados do mês de outubro notamos que apesar de muitos/as professores/as terem acessado a pesquisa, havia um número considerável de participantes que não estavam respondendo integralmente. Provavelmente, a coleta de dados foi impactada pelas demandas intensas dos professores no final do ano letivo, como avaliações, encerramento de atividades e preparação para o início de um novo ciclo escolar. Além disso, os/as professores/as estavam sobrecarregados/as com a

execução de diversos projetos e programas do Estado, incluindo os editais Mestres da Educação, Escola de Valor e a Pesquisa de Acompanhamento e Desenvolvimento Integral, que exigiram seu tempo e atenção, prejudicando a disponibilidade para responder ao questionário. Durante esse período, as estratégias de divulgação foram aprimoradas, sendo realizadas visitas em algumas escolas da rede para reforçar a divulgação da pesquisa e enfatizar a relevância da participação.

Embora tenha sido disponibilizada para um amplo público de docentes, a pesquisa foi acessada por 207 participantes, dos quais 103 responderam por completo. Esse número, apesar de significativo, sinaliza para um grande número de respostas incompletas, que pode ser reflexo dos fatores já indicados, como a disponibilidade de tempo dos docentes ou o próprio engajamento com a pesquisa. Na análise diagnóstica, os dados objetivos foram examinados através de estatísticas descritivas, utilizando o software Excel. Apesar de ser uma ferramenta básica, o software oferece recursos suficientes para o processamento inicial dos dados, principalmente quando se trata de um conjunto de informações de baixa complexidade. De acordo com Burder *et al.* (2018), o Microsoft Excel é uma ferramenta válida para análise de dados, mesmo existindo opções mais sofisticadas, pois utilizado de forma adequada não compromete a integridade dos resultados.

3.1 Características sociodemográficas das/dos participantes da pesquisa

A análise das características sociodemográficas dos respondentes visa compreender o perfil dos participantes e as possíveis conexões entre as variáveis demográficas e os resultados alcançados. Busca investigar as especificidades desse grupo, considerando fatores como idade, gênero, raça, formação acadêmica, tipo de escola onde trabalha, vínculo com a rede, carga horária semanal, tempo de atuação na rede e outros fatores que podem influenciar as percepções acerca do tema em questão. A partir dessa análise foi possível identificar as tendências e as limitações no processo da coleta de dados, proporcionando uma perspectiva mais detalhada e crítica sobre os perfis dos participantes envolvidos na pesquisa.

Tabela 2 - Dados sociodemográficos da amostra

Variáveis	n	%
Sexo		
Masculino	58	56,3
Feminino	42	40,8
Não informou	3	2,9
Faixa etária		
26 a 34 anos	13	12,6
35 a 53 anos	74	71,8
54 a 67 anos	16	15,5
Cor/raça		
Parda	60	58,3
Branca	33	32,0
Preta	10	9,7
Nível de escolaridade		
Graduação	15	14,6
Especialização	54	52,4
Mestrado	29	28,2
Doutorado	5	4,9
Vínculo com a rede		
Efetivo	75	72,8
Não efetivo	28	27,2
Carga Horária		
30h	41	39,8
40h	47	45,6
Outras	15	14,6
Tipo de escola		
Escola integral	48	46,6

Escola Regular	55	53,4
Tempo de vínculo		
1 a 4 anos	14	13,6
5 a 10 anos	28	27,2
11 a 16 anos	26	25,2
17 a 23 anos	19	18,4
25 a 30 anos	9	8,7
> 30 anos	7	6,8

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Em termos sociodemográficos, a média de idade dos/as participantes foi de 45,6 anos. Essa faixa etária é amplamente representada, com destaque para o grupo de 35 a 53 anos, que corresponde a 71,8% do total de participantes. Este dado indica uma predominância de docentes com experiência considerável na carreira, assim como no desenvolvimento das habilidades pedagógicas. Portanto, pode representar um grupo com uma estabilidade maior na carreira e que contribui significativamente com o desenvolvimento dos estudantes. Também pode influenciar na maneira como percebem e interagem com o objeto da pesquisa. Por outro lado, os/as professores de 54 a 67 anos, representam 15,5%, um número relevante de profissionais que podem estar próximos da aposentadoria. Representa um grupo com valiosa experiência, mas também um desafio para a rede, que precisará renovar o quadro nos próximos anos. Por fim, o grupo entre 26 a 34 anos corresponde a 12,6%, indicando uma pequena parcela que pode representar novos profissionais, possivelmente com uma formação recente.

Souza (2013) destaca uma quantidade considerável de docentes acima de 40 anos, ou seja, a maioria dos/as professores/as da educação básica do Brasil apresenta uma experiência de trabalho significativa e, apesar das novas contratações, muitos/as professores/as estão permanecendo mais tempo na profissão. Essa realidade pode ser resultado da reforma da previdência, que estabeleceu novos critérios de aposentadoria, causando efeitos diretos na permanência dos/as docentes, já que muitos não atendem aos novos requisitos para se aposentar. O autor também ressalta que, além de obrigar os/as professores/as a trabalharem por mais tempo, tais reformas parecem ter provocado o retorno de alguns docentes já aposentados, pois os valores pagos pela aposentadoria seriam insuficientes para arcar com custos de vida, forçando-os/as a voltar ao mercado de trabalho.

A pesquisa indica uma maior participação do sexo feminino, com 56,3%, em comparação aos 40,8% do sexo masculino. Esse dado reflete a realidade do campo educacional, no qual as mulheres historicamente têm uma presença mais expressiva, particularmente na educação básica. No entanto, a diferença percentual entre os gêneros é relativamente pequena, uma vez que as escolas da rede estadual abrangem o ensino fundamental (anos finais) e o ensino médio, em que se observa uma quantidade considerável de professores do sexo masculino. Isso pode ser constatado nos dados do Censo Escolar de 2023, conforme o quadro abaixo:

Tabela 3 - Distribuição de professores/as no Brasil segundo sexo e etapa da educação básica

	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ed. Infantil	96,2%	3,8%
Ensino Fundamental Anos Iniciais	87,7%	12,3%
Ensino Fundamental Anos Finais	66,2%	33,8%
Ensino Médio	58,6%	41,4%

Fonte: INEP, 2024

Quanto à questão de cor/raça, 58,3% dos/as professores/as se identificaram como pardos, seguidos por 32% de docentes que se identificam como brancos e 9,7% como pretos. Esses dados indicam uma diversidade racial, porém com uma predominância de pessoas classificadas como pardas. Isso se reflete na composição étnico-racial da população do estado da Paraíba. De acordo com dados do último censo, 55,5% da população se autodeclarou parda, 35,8% como branca e 8% como preta (IBGE, 2022b). A porcentagem de docentes brancos é significativa, contudo a proporção de docentes pretos/as, ainda é bastante inferior. Isso pode refletir as desigualdades históricas no acesso à formação superior para a população negra. A presença de professores/as negros é importante para a construção de uma educação mais inclusiva, além de servir como um modelo para os estudantes, sobretudo em uma sociedade marcada por desigualdades raciais estruturais.

Senkevics, Machado e Oliveira (2016) destacam que o método de autodeclaração possibilita aos participantes identificar sua cor ou raça, sendo fundamental para compreender as disparidades raciais no âmbito educacional. Reforçam que essas informações auxiliam na identificação e análise das desigualdades raciais entre os/as professores/as, possibilitando a criação políticas públicas e ações afirmativas para fomentar uma maior igualdade na educação. Adicionalmente, permite avaliar a efetividade de políticas de inclusão e de diversidade nas

instituições de ensino. Além disso, possibilita o acompanhamento e análise de políticas voltadas para a promoção da igualdade racial no âmbito educacional, auxiliando na compreensão se as ações estão gerando os resultados esperados. Ademais, a representatividade racial entre os/as educadores/as pode impactar positivamente na formação dos alunos. Portanto, a caracterização racial dos/as professores/as é uma ferramenta essencial para combater as desigualdades educacionais e promover um ambiente de ensino mais inclusivo e diverso.

Com relação ao nível de escolaridade, a maior parte dos docentes participantes da pesquisa (52,4%), possui especialização, indicando um grupo com um nível considerável de aperfeiçoamento. Isso pode ser interpretado como uma etapa intermediária entre a graduação e os níveis mais elevados de formação acadêmica, respondendo diretamente à necessidade dos educadores de se especializarem em áreas específicas e de atualizarem suas práticas pedagógicas. Este dado demonstra uma busca por um aperfeiçoamento contínuo e um compromisso com o aprimoramento das habilidades necessárias para atender às exigências da sala de aula. Observa-se um percentual considerado significativo com titulação de mestrado (28,2%), dado que evidencia uma postura de valorização da educação e da pesquisa, relevante em um contexto educacional que exige profissionais capacitados para lidar com as rápidas transformações e as novas demandas educacionais. Por outro lado, 14,6% dos participantes têm apenas graduação, o que indica a existência de profissionais com a formação básica necessária para o exercício da docência. Este grupo pode estar vinculado a professores em início de carreira ou aqueles que, por diversas razões, não buscaram aperfeiçoamento acadêmico adicional.

Por fim, apenas 4,9% dos respondentes possuem doutorado, refletindo a baixa adesão da categoria a uma formação acadêmica de alto nível, a qual, muitas vezes, ainda não é devidamente valorizada nos planos de carreira dos profissionais da educação básica. Ainda assim, a presença de doutores no corpo docente em uma rede de ensino estadual indica a existência de uma política que estimula a permanência de profissionais com um elevado grau de formação acadêmica, os quais possuem a capacidade de contribuir com uma visão mais ampla e crítica acerca dos desafios e problemas educacionais.

No geral, a distribuição da formação acadêmica dos/as professores/as da rede estadual da Paraíba indica um perfil de docentes com um currículo acadêmico diversificado. A maior parte dos/as professores/as têm investido em sua formação profissional, com a especialização e o mestrado sendo as modalidades de formação mais comuns. Podemos deduzir que esses profissionais valorizam a formação contínua, o que contribui para o aprimoramento da qualidade da educação. Ademais, é importante lembrar que o governo estadual possui uma política de bonificação que acaba incentivando essa busca por formação continuada. Destaca-

se aqui o "Programa Paulo Freire - Conectando Saberes", que tem como objetivo promover a inclusão digital aos educadores/as da rede estadual de ensino, disponibilizando computadores portáteis e plataformas de monitoramento (detalhado na página 61). De acordo com o Edital nº. 007/2024/SEE, um dos critérios para a distribuição da cessão de uso dos notebooks seria a maior titulação acadêmica registrada na ficha funcional ou disponibilizada no ato da solicitação.

Outro dado relevante é que 72,8% da amostra é composta por profissionais efetivos, sugerindo que a qualificação profissional também está associada à progressão salarial. Isso é assegurado no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR (Lei 7.419/2003), que define as regras e orientações para estruturar a carreira dos profissionais do magistério estadual, garantindo um sistema de desenvolvimento profissional e remuneração mais justa. A progressão na carreira considera fatores como formação profissional, experiência e tempo de serviço dos/as docentes. É garantida com base na qualificação, como a obtenção de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Quanto à remuneração, é estabelecida com base nos critérios como a titulação, tempo de serviço e desempenho nas funções. Em relação à titulação, aqueles que possuem especialização obtêm um acréscimo de 10% no salário base, aqueles com mestrado recebem 15%, e os com doutorado, 20%. Esses dados são cumulativos, isto é, os/as professores/as com mais de uma qualificação podem somar os percentuais, a depender do nível de titulação.

A tabela abaixo ilustra essa relação, considerando o perfil dos participantes da pesquisa.

Tabela 4 - Distribuição do vínculo empregatício dos/as professores/as da rede estadual da Paraíba, segundo a titulação máxima, Paraíba, 2024.

Titulação Máxima	Efetivo/a	Não Efetivo/a
Graduação	5,8%	8,7%
Especialização	36%	16,5%
Mestrado	26,2%	1,9%
Doutorado	4,9%	-

Fonte: dados coletados (2025)

Os dados apresentados revelam que os/as professores/as que não são efetivos geralmente possuem uma formação com um nível mais básico. A maioria possui especialização, contudo, poucos possuem mestrado e nenhum possui doutorado. Por outro lado, os/as professores/as efetivos possuem maior qualificação, com uma distribuição equilibrada entre

mestrado e especialização, além de haver docentes com doutorado. Essas distribuições podem refletir as exigências e características de cada tipo de vínculo contratual, com os/as professores/as efetivos, geralmente, apresentando uma melhor formação acadêmica, seja pela estabilidade ou pela progressão salarial.

Kuenzer (2024) ressalta que os/as docentes contratados não dispõem dos mesmos direitos trabalhistas que os efetivos. Além disso, observa-se um crescimento no número de professores/as com contratos temporários em algumas redes estaduais de ensino, em que há mais professores/as contratados/as do que concursados/as. Isso está diretamente ligado à precarização das condições de trabalho na educação. Muitos docentes são dispensados após um breve período de trabalho, especialmente em um cenário onde a lei permite a terceirização e a flexibilização dos contratos, pois o sistema educacional atual tende a priorizar a redução de custos e a eficiência na qualidade do ensino, resultando em uma formação docente adaptada a essas exigências. Isso compromete a construção de uma carreira docente estável e valorizada.

A expressiva participação de docentes efetivos entre os/as respondentes (superior a 72%), mesmo não representando a maioria no quadro funcional da rede estadual, pode revelar a presença de um viés na amostragem relacionado à segurança institucional, o que pode favorecer o engajamento em iniciativas como pesquisas acadêmicas, principalmente as que envolvem reflexões críticas sobre o ambiente de trabalho. Nesse contexto, docentes com vínculo estável podem sentir-se mais seguros para contribuir sem receio de eventuais consequências negativas. Por outro lado, devido a um maior índice de rotatividade entre os/as docentes não efetivos, pode haver uma limitação da sua disponibilidade ou interesse em participar de pesquisas que envolvam diagnóstico institucional. Essa tendência foi evidenciada no estudo de Camargo e Medeiros (2023), no qual dos 14 professores/as contratados/as convidados a participar, apenas 6 aceitaram colaborar com a pesquisa. Além disso, a instabilidade relacionada à permanência no cargo, pode provocar receios quanto à manifestação de opiniões críticas, mesmo em contextos de anonimato, como no caso de um questionário virtual. Essa insegurança tende a inibir a participação mais livre e espontânea, uma vez que os/as docentes com vínculos temporários podem temer possíveis repercussões indiretas decorrentes de sua exposição, ainda que mediada por instrumentos sigilosos.

Quanto à carga horária, 45,6% dos/as docentes trabalham 40h semanais. Essa carga horária é mais intensa e com uma rotina de trabalho mais desgastante, sobrando pouco tempo para as atividades pedagógicas não ligadas à sala de aula, reduzindo ainda mais o tempo para as questões pessoais. Enquanto isso, 39,8% dos/as docentes indicaram cumprir uma carga horária de 30 horas semanais, um quantitativo que se configura como padrão em diversas

instituições de ensino. Esta jornada possibilita uma organização mais equilibrada entre as atividades docentes e as demandas profissionais, como o planejamento, correção de atividades, participação em reuniões pedagógicas e até mesmo a busca por qualificação. Também permite uma maior disponibilidade para as atividades pessoais. Contudo, entre os/as docentes que atuam sob esse regime, 63,4% relataram manter um vínculo profissional adicional.

Este dado pode revelar um cenário de sobrecarga e possíveis insuficiências na remuneração oferecida por esta jornada, o que pode comprometer tanto a qualidade do ensino, quanto o bem-estar do/a docente, já que a necessidade de múltiplos vínculos tende a reduzir o tempo disponível para a dedicação exclusiva a uma única instituição, podendo impactar negativamente em seu trabalho e na sua vida pessoal. Ademais, sugere uma precarização do trabalho docente, pois mesmo com uma carga horária considerada equilibrada, não parece ser suficiente para garantir uma estabilidade financeira. Por fim, 14,6% dos/as docentes indicaram possuir cargas horárias semanais variando entre 20 e 70 horas semanais. Dentre esse grupo, 53,3% relataram cumprir uma jornada semanal de 20 horas, enquanto 13,3% declararam trabalhar 60 horas por semana.

Observou-se, ainda, uma distribuição uniforme de 6,7% entre aqueles/as cuja jornada semanal corresponde a 22, 34, 44, 50 e 70 horas. Destes com jornadas variáveis, 66,7% possuem outro vínculo empregatício, seja na área da docência ou em outra área. Tal dado reforça a hipótese de que a docência exercida isoladamente não é suficiente para assegurar a subsistência financeira ou atender às expectativas profissionais desta categoria. Essa realidade pode acarretar jornadas exaustivas, comprometendo o tempo dedicado ao planejamento pedagógico, à preparação das aulas, bem como a participação em atividades formativas. Este cenário sugere a necessidade da execução de políticas públicas que promovam a valorização da carreira docente, a unificação dos regimes de trabalho e a garantia de condições que viabilizem o exercício da docência em uma única instituição, de forma digna, com remuneração adequada e tempo suficiente para o desenvolvimento das práticas educativas.

De acordo com Silva (2022), a jornada padrão dos profissionais da educação na rede pública estadual da Paraíba é de 30 horas semanais. No entanto, com a implementação do Regime de Dedicação Docente Integral (RDDI), foi ampliada para 40 horas semanais, sendo uma adesão voluntária. O RDDI foi estabelecido juntamente com as Escolas Cidadãs Integrais, com o objetivo de assegurar a presença dos/as docentes nos dois turnos nas atividades escolares. Além das aulas das disciplinas tradicionais (português, matemática, história, etc.), os/as professores/as também têm a responsabilidade de ensinar componentes do currículo diversificado. Esses componentes incluem estudo orientado, projeto de vida e práticas

experimentais. Adicionalmente, devem organizar disciplinas eletivas, oferecidas de forma interdisciplinar, que devem envolver pelo menos dois professores de áreas diferentes, reorganizadas a cada semestre.

Contudo, essa nova demanda de ensino representa um grande desafio para os/as professores/as, uma vez que muitos não possuem formação específica para lecionar as disciplinas que não fazem parte do currículo tradicional e exigem métodos de ensino inovadores. Isso se torna um desafio para os/as docentes, que precisam se adaptar a essas novas demandas. Para enfrentar esse desafio, são promovidas formações continuadas, porém com uma duração reduzida, apresentando experiências e orientações superficiais, não capacitando adequadamente os/as educadores/as. Em última análise, a formação continuada está limitada às ofertas da SEECT, implicando que a formação que recebem para atender a essas novas demandas, depende das oportunidades disponibilizadas pelo governo estadual, o que pode restringir o acesso a uma formação mais sólida e especializada.

Silva (2022) também destaca que muitos desses docentes aceitam esses processos e mudanças sem questionar as diretrizes e métodos, devido ao receio de perder o emprego. Mesmo assim, existe uma alta rotatividade de professores/as devido ao grande número de contratos temporários, o que provoca uma constante entrada e saída de docentes nas escolas. Isso compromete a continuidade do trabalho pedagógico, especialmente nas instituições de ensino de tempo integral, onde a estabilidade é fundamental para o progresso do projeto educacional. A mudança constante de docentes dificulta a execução das ações educativas de forma coesa e integrada, além disso, dificulta o acompanhamento dos estudantes e a implementação de estratégias pedagógicas a longo prazo.

O fato de 46,6% dos/as participantes da pesquisa terem declarado que trabalham em escolas de tempo integral contribui para compreender o motivo de uma parcela considerável exercer uma carga horária de 40h semanais. Conforme já apresentado, neste modelo de ensino os estudantes têm uma jornada ampliada, exigindo que os/as docentes estejam disponíveis em ambos os turnos, desempenhando diversas funções, além das aulas regulares. Esta extensa carga horária pode gerar um impacto que reflete na qualidade de vida e bem-estar dos/as docentes, o que é fundamental para o desempenho das suas funções e efetividade do processo educativo.

No que se refere ao tempo de vínculo com a rede estadual de ensino, a maior parte dos/as professores/as, representados por 27,2%, têm entre 5 e 10 anos, o que indica uma quantidade significativa de docentes em fase intermediária da carreira, na qual já dominam o trabalho, mas com espaço para o desenvolvimento. A segunda maior proporção encontra-se entre 11 e 16 anos de vínculo, com 25,2%, sugerindo uma experiência consolidada e estabilidade na carreira. Já

18,4% dos/as professores estão na rede entre 17 a 23 anos, equivalente a uma vasta experiência. Enquanto que 8,7% dos/as docentes se encontram na faixa de 25 a 30 anos de vínculo. Por fim, a menor proporção se concentra na faixa de 31 a 39 anos de vínculo, um número esperado. Esses dados sugerem que a maioria dos/as professores/as estão na rede entre 5 a 16 anos, representando 52,4%, indicando um quadro relativamente experiente e estável.

A análise dos dados sociodemográficos destaca aspectos significativos. É possível identificar que o quadro docente da rede estadual de ensino da Paraíba é composto por profissionais qualificados. No entanto, observou-se que os/as docentes com contratos de trabalho temporários possuem uma formação acadêmica inferior aos efetivos, apontando uma necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas para a qualificação desses/as profissionais, assegurando que todos tenham acesso a uma formação continuada e adequada.

3.2 Características do trabalho docente na pandemia e no pós pandemia

A pandemia da Covid-19 ocasionou transformações significativas na sociedade e na educação, tornando o trabalho docente ainda mais desafiador. Os/as professores/as tiveram de ajustar a metodologia do ensino e ainda lidar com as incertezas desse cenário inédito. No período pós-pandemia, apesar do retorno gradual, as alterações que foram estabelecidas demandaram uma reflexão sobre as novas características do trabalho docente. Sendo assim, nos Blocos II e III do questionário, buscou-se compreender a percepção destes profissionais acerca das especificidades do trabalho docente durante o período da pandemia (2020 a 2022) e na atualidade (2024).

Como resultado, aproximadamente 85% declararam ter sido impactados pelas novas demandas surgidas na pandemia, indicando que a maioria dos/as docentes foram afetados/as pelas mudanças no contexto educacional. Esse dado corrobora com a literatura e a análise dos documentos oficiais, que apontam para a implementação de novas ferramentas de trabalho (Governo da Paraíba, 2020a). Essa mudança repentina gerou um mal-estar nos/as professores/as, em virtude de uma série de desafios impostos pela pandemia. Podemos destacar: a pressão para o manuseio das tecnologias digitais; a necessidade de se reinventar, buscando novas metodologias de ensino eficazes para manter o engajamento e aprendizado no formato remoto; e a necessidade de acompanhar o trabalho além do horário ou espaço profissional (Carneiro Junior; Cardoso, 2023). Ou seja, a transição para o ensino remoto, aliada à pressão para implementação das novas metodologias e tecnologias, resultou em desgaste e sobrecarga para os/as professores/as.

Sobre o cumprimento da carga horária semanal, 52,4% afirmaram que foi cumprida, portanto, indicando que para essa parcela dos/as professores/as as novas demandas se ajustaram dentro dos limites da carga horária estabelecida. Isso pode sugerir que em certas instituições houve um planejamento adequado e uma gestão eficaz do tempo de trabalho. Enquanto isso, 45,6% afirmaram que não houve o cumprimento da carga horária semanal, sugerindo que os/as docentes tiveram de trabalhar além do previsto. Pode ser o reflexo das dificuldades surgidas na pandemia, como a adaptação ao ensino remoto, aumento das demandas pedagógicas, necessidade de novas estratégias de ensino, que exigiam tempo e esforço maior que o habitual. Portanto, embora mais da metade tenham afirmado o respeito à carga horária, uma porcentagem considerável relatou o contrário, apontando para um desafio enfrentado por muitos docentes durante a pandemia. Essa sobrecarga pode ser um fator contribuinte para o estresse e o esgotamento entre os/as professores/as.

Em uma pesquisa realizada na Paraíba, ainda durante a pandemia, grande parte dos professores/as afirmaram que o volume de atividades excedia a jornada de trabalho. Além disso, não havia recebido horas extras, e por continuar a trabalhar mesmo fora do horário dedicado ao trabalho, não conseguia usufruir do tempo livre, o que vinha a afetar o equilíbrio entre sua vida profissional e pessoal (Santana, Barbosa, Máximo, 2022). Ademais, Carneiro Junior e Cardoso (2023), acrescentam que no formato remoto, os/as docentes passaram a ser vistos como “sempre presentes”, o que resultou na percepção de que estariam constantemente disponíveis para atender às demandas do trabalho. Havia um entendimento de que os/as professores/as não possuíam horários de trabalho claramente definidos e fixos, portanto, supunha-se que deveriam estar acessíveis o dia todo para se ajustarem à disponibilidade dos estudantes e familiares. Dessa forma, os horários de trabalho tornaram-se imprevisíveis devido a fatores externos, como acesso à internet e as condições climáticas, que afetam a qualidade da conexão em determinadas regiões. Frequentemente, isso indicava que os/as professores/as estavam trabalhando mais do que o previsto, sem a devida compensação ou planejamento adequado, resultando em desgaste e exaustão (Brito; Fernandes; Santana, 2020).

Analisando a questão sobre a formação oferecida aos professores/as pela rede de ensino, para as aulas remotas, 67% afirmaram ter recebido a formação, indicando que de uma forma geral, a rede estadual capacitou os/as profissionais durante esse período. No entanto, 33% relatou não receber formação, o que se trata de uma porcentagem significativa, sugerindo que alguns professores não receberam suporte adequado, levando a dificuldade de adaptação ao novo formato de ensino. Ao serem questionados/as sobre a adequação da formação recebida, entre os/as participantes que afirmaram ter passado por esse processo, 63,3% consideram que a

mesma não foi adequada, revelando uma percepção negativa em relação à qualidade do treinamento. Podendo indicar que a formação não foi suficientemente aprofundada ou não atendeu às reais necessidades dos/as docentes. Isso pode ter gerado dificuldades adicionais no processo de adaptação ao trabalho remoto, afetando diretamente a eficácia do ensino e a saúde mental destes profissionais.

No estudo realizado por Brito, Fernandes e Santana (2020), muitos professores/as relataram ter aprendido a utilizar as ferramentas tecnológicas de forma improvisada, contando com ajuda de amigos e familiares. Os autores citam o resultado de uma pesquisa realizada pela revista *Nova Escola*, em que mais da metade dos/as docentes revelaram não terem recebido treinamento ou formação específica das suas redes de ensino ou gestores para lidarem com o ensino remoto. Esse dado se repete na pesquisa de Fernandes *et al.* (2023), que revela que a maioria das redes de ensino não ofereceu treinamento formal ou estruturado para que os/as professores/as aprendessem a lidar com as plataformas de ensino, bem como os aspectos técnicos e a adaptação das estratégias pedagógicas para o ambiente digital. Com base nesses dados, é possível identificar os desafios que os/as professores/as enfrentaram para se adaptarem ao ensino remoto. Devido à ausência de um suporte institucional e de uma formação apropriada, os/as docentes tiveram de aprender a utilizar as tecnologias digitais, muitas vezes, de forma autônoma e sem uma estrutura adequada para executar o seu trabalho de uma maneira eficaz.

Com relação a isso, foi perguntado se os/as docentes foram consultados durante a fase de elaboração das estratégias pedagógicas para o ensino remoto e a grande maioria (75,7%) declarou que não participou do processo de criação ou adaptação dessas estratégias durante a pandemia. Considerando que os/as docentes são os/as principais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, a ausência de uma participação ativa destes sugere que as estratégias pedagógicas não foram ajustadas às necessidades e realidades das escolas nem dos estudantes. Esse resultado corrobora as análises apresentadas por Silva e Albino (2020) acerca do regime especial de ensino na rede estadual da Paraíba. A falta de participação da maioria dos/as professores/as na elaboração das estratégias pedagógicas, reforça a percepção de que a transição para o ensino remoto foi conduzida de maneira centralizada, sem levar em conta a realidade do cotidiano escolar e as particularidades de cada instituição educacional. Isso evidencia uma falha na implementação de uma política educacional mais inclusiva e participativa, o que pode ter afetado na qualidade do ensino, assim como no bem-estar dos/as docentes durante esse período desafiador. Costa (2021) ressalta a ausência do envolvimento direto dos professores nas decisões relativas ao seu trabalho e à educação em geral. Os/as docentes são essenciais para o sistema educacional. Contudo, frequentemente não são consultados, nem considerados nas

discussões e decisões que afetam a sua carreira. Costa (2021) ainda destaca que, historicamente, o magistério tem sido silenciado na educação brasileira, pois, na maioria das vezes, as decisões sobre a educação são tomadas por especialistas, sem envolvimento direto em sala de aula. É fundamental que os/as docentes sejam reconhecidos/as como participantes ativos no processo decisório, principalmente nos contextos de mudanças significativas, de modo que as decisões correspondam às necessidades reais da comunidade educativa. Os/as participantes também foram questionados sobre como as mudanças decorrentes da pandemia afetaram a sua percepção sobre a docência. Os resultados são mostrados na tabela abaixo:

Tabela 5 - Percepção dos/as Professores/as acerca do Exercício da Docência

As mudanças decorrentes da pandemia alteraram sua percepção sobre a docência?	%
Apesar das dificuldades, eu continuo convicta(o) da minha escolha profissional.	44,7%
Sim, alterou um pouco. Tenho refletido sobre minha escolha profissional	36,9%
Sim, alterou. Tenho pensado em abandonar a profissão	12,6%
Não, definitivamente não alteraram minha percepção	5,8%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa (2025)

Quase 45% dos professores afirmaram que, apesar das dificuldades enfrentadas, continuam convictos/as da sua escolha profissional. Uma pequena parcela (5,5%) declarou que a pandemia não alterou a sua percepção sobre a docência. Esses/as docentes podem ter se sentido menos impactados ou conseguiram encontrar outras formas de se adaptar. Cerca de 12% afirmaram que a pandemia teve um impacto tão significativo que chegaram a considerar abandonar a profissão. Esse resultado sugere que a carga emocional, o estresse e os desafios do período pandêmico foram intensos o suficiente para que estes/as profissionais reavaliassem a sua carreira, o que pode ser resultado da sobrecarga de trabalho, da falta de suporte institucional ou das dificuldades de adaptação ao ensino remoto. Por fim, uma proporção significativa de aproximadamente 37%, afirmou que a pandemia alterou parcialmente a sua percepção sobre a docência. Isso sugere que, embora não pensem em abandonar a carreira, a pandemia os fez reconsiderar alguns aspectos da docência, ponderando sobre os desafios e as potencialidades da profissão.

Paparelli (2009) explica a complexidade e as contradições que os/as professores/as encontram no ambiente educacional, especialmente em relação à desistência de muitos/as profissionais da docência. Descreve como esses profissionais, muitas vezes, se veem obrigados a executar políticas educacionais com as quais não concordam, e como essas políticas estão

longe de solucionar os problemas estruturais da educação. Também indica que a estrutura da educação pública brasileira enfrenta sérias limitações, tais como a falta de recursos e o desgaste do trabalho docente. Esses elementos passam a afetar os/as professores, que transitam de um entusiasmo inicial para o cansaço, a angústia e o desânimo. Sendo assim, a desistência dos/as professores/as pode estar relacionada à frustração com as condições de trabalho, a falta de suporte, e a ineficácia das políticas educacionais, que não atendem às reais necessidades das instituições de ensino.

Foi divulgado pela CNTE o resultado de uma pesquisa recente, realizada pelo Instituto Semesp²⁴ no mês de março de 2024. Os números revelam um cenário preocupante, no qual 79,4% dos/as professores/as consultados já pensaram em abandonar a carreira da docência, sendo que 74,8% apontaram a falta de valorização e estímulo na carreira como um fator determinante para esse desânimo. Isso evidencia os desafios que muitos enfrentam, tais como baixos salários e péssimas condições de trabalho. Além disso, quase 70% expressam insegurança quanto ao seu futuro profissional, sentindo-se desanimados ou frustrados (CNTE, 2024).

O fato de quase 50% dos/as professores da rede estadual da Paraíba relatarem uma mudança significativa em sua percepção sobre a profissão, sugere um considerável desgaste profissional intensificado pela pandemia, apontando para a urgência de implementar as políticas de suporte psicológico e melhorar as condições de trabalho. A reflexão de uma parcela considerável de docentes sobre a sua escolha profissional, sem a intenção de abandonar a carreira, sugere que é necessário fortalecer as políticas de saúde mental e reconhecer os desafios que os/as docentes enfrentam. Além disso, investir na formação contínua e proporcionar um maior suporte institucional para enfrentar os desafios educacionais.

Quanto ao sentimento relacionado ao retorno às aulas presenciais após um longo período de aulas remotas, pouco mais de 40% dos/as docentes sentiram alegria em retornar para a rotina presencial. Esta sensação pode estar relacionada às dificuldades do ensino remoto, com o pouco engajamento dos estudantes. Enquanto que 63,1% referiram ter sentido medo/angústia, o que indica que esse retorno foi desafiador, pois o contexto pós-pandemia trouxe consigo uma série de preocupações que afetaram diretamente a saúde mental dos/as docentes. Esses dados reforçam a importância de estratégias de adaptação ao novo modelo educacional para facilitar a transição para o retorno ao ambiente presencial. Importante ressaltar que havia a opção de assinalar as duas alternativas simultaneamente. Sendo assim, 3,9% experienciaram os dois

²⁴ Centro de inteligência analítica criado pelo Semesp (entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil), que desenvolve estudos, pesquisas, indicadores e análises estatísticas referentes ao ensino superior.

sentimentos concomitantemente, sugerindo uma ambivalência emocional. Por um lado, a alegria relacionada ao retorno ao cotidiano escolar, tendo em vista que as aulas presenciais são mais interativas. Ao mesmo tempo, havia preocupações com a saúde, adaptação ao chamado novo normal, que não seria o mesmo de antes da pandemia.

Fernandes *et al.* (2023), mencionam que no retorno às aulas presenciais os/as professores/as vivenciaram uma variedade de emoções, incluindo a ansiedade e o nervosismo, principalmente levando em conta as mudanças significativas na dinâmica de ensino e a necessidade de lidar com alunos que regressaram com dificuldades emocionais e comportamentais. Além disso, existia o temor de contrair a doença. As autoras destacam também, que apesar da expectativa de restaurar as interações presenciais e a dinâmica habitual das aulas, havia o receio de como isso poderia acontecer, considerando o comportamento alterado dos estudantes e suas próprias emoções fragilizadas.

Outro ponto a ressaltar é que 65,1% dos participantes afirmaram que após o término das aulas remotas houve um aumento no controle do trabalho por parte da gestão e 56,7% declararam que isso afetou a sua saúde mental. Este resultado sugere que o aumento da pressão, da responsabilidade e da vigilância, pode ter causado mais estresse, ansiedade, e outros problemas emocionais. Esses dados apontam que, após o retorno das aulas presenciais, os/as docentes enfrentaram um cenário de maior controle e aumento das responsabilidades, gerando uma sobrecarga de trabalho, afetando diretamente a sua saúde mental. Fernandes *et al.* (2023) citam que no retorno às aulas presenciais os/as professores/as se depararam com um aumento considerável nas exigências relacionadas à sua prática, visto que não se tratou apenas de voltar ao ambiente da sala de aula, mas um processo repleto de desafios. Eles/as precisaram adaptar suas metodologias de ensino para se adequar ao novo contexto, caracterizado pela combinação do ensino presencial e os aprendizados do ensino remoto. Também tiveram suas jornadas de trabalho ampliadas, já que além de lecionar presencialmente, muitos tiveram de oferecer suporte adicional aos alunos fora do ambiente escolar.

Na pesquisa conduzida por Souza, Santos e Rodrigues (2024), os/as professores/as destacam as dificuldades e as pressões vivenciadas durante e no pós-pandemia. Em um dos relatos, é mencionada a intensificação das cobranças no período pós-pandemia. Embora tenham sido sempre cobrados, atualmente a pressão é mais intensa, havendo uma exigência de resultados imediatos e concretos. No referido relato, utiliza-se termos como “cansativo” e “massacrante”, que expressa o esgotamento físico e emocional que sente diante dessa sobrecarga. Um outro relato critica como a pandemia foi utilizada para transferir responsabilidades do poder público para os/as profissionais da educação, pressionando os/as

professores/as para resolver os problemas gerados pela crise sanitária, atribuindo a responsabilidade aos docentes pela recuperação do aprendizado dos estudantes. Diante disso, a categoria se depara com exigências excessivas, muitas vezes sem considerar as limitações e desafios impostos pela pandemia.

Em relação ao volume de demanda de trabalho e o tempo para conseguir resolvê-las de forma satisfatória, obtivemos o resultado abaixo:

Tabela 6 - Relação entre as demandas de trabalho e o tempo disponível para atendê-las

Demandas do trabalho e o tempo para atendê-las	%
O volume de demandas é elevado e o tempo disponível para realizá-lo é insuficiente	70,9%
O volume de demandas é elevado mas o tempo disponível para realizá-lo é satisfatório	26,2%
O volume de demandas é baixo e o tempo disponível para realizá-lo é satisfatório	2,9%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa (2025)

Grande parte dos/as docentes (70,9%) indicou uma realidade preocupante, em que o volume de demandas é elevado e o tempo disponível para atendê-las é insuficiente. Esta informação indica um excesso de trabalho com acúmulo de tarefas. A falta de tempo para cumprir com as demandas de trabalho está diretamente relacionada à exaustão, estresse e potenciais problemas de saúde mental. Silva *et al.* (2023b) destacam que com o passar do tempo, a carga de trabalho dos/as professores/as tem se intensificado e se tornado mais complexa. Além das suas funções pedagógicas, também têm de lidar com tarefas administrativas, burocráticas e organizacionais (planejamento de aula, correção de atividades, elaboração de relatórios, participação em reuniões e atividades extracurriculares). Essas atividades exigem tempo e energia adicionais, que podem contribuir para o adoecimento e o estresse da categoria.

Com relação à mudança na carga horária semanal após o retorno das aulas presenciais, aproximadamente 43% dos/as docentes afirmaram ter mantido a mesma carga que desempenhavam durante o período pandêmico. Esse dado pode indicar que o volume de trabalho durante a pandemia já era elevado, de modo que o retorno ao formato presencial não representou, para esses/as profissionais, uma mudança significativa nesse aspecto. Fernandes

et al. (2023) corroboram essa interpretação ao relatarem que, para parte dos/as professores/as não houve a percepção de alteração da carga horária, uma vez que durante a pandemia, houve um aumento expressivo na dedicação ao trabalho. Tal ampliação da jornada incluiu não apenas o apoio pedagógico remoto aos estudantes, mas também a elaboração de estratégias de ensino adaptadas ao novo formato e o enfrentamento das diversas exigências decorrentes das mudanças que surgiram nesse período. Já aproximadamente 42% afirmaram que houve a necessidade de aumentar o tempo de dedicação ao trabalho.

Os dados acima apontam que, para a maioria, o retorno ao presencial não trouxe alívio para a sobrecarga, pois a mesma ou foi mantida ou aumentou. Apenas uma minoria (15,5%) relatou uma redução na carga horária após o retorno ao presencial. Souza, Santos e Rodrigues (2024) abordam a transformação do trabalho docente devido ao uso das tecnologias digitais, um fenômeno intensificado com a pandemia, destacando a introdução da “hora tecnológica”, um período em que os/as docentes se dedicam ao trabalho além do horário laboral. Este conceito evidencia uma mudança estrutural significativa nas condições de trabalho dos/as professores/as, que embora existisse antes, se intensificou com a pandemia. Mencionam também o termo “plataformização do trabalho”, uma tendência em que os limites entre o tempo de trabalho e o tempo livre estão cada vez mais fluidos. A constante conexão e a expectativa de disponibilidade geram uma percepção de um ambiente de trabalho contínuo e sem descanso, considerando que os/as professores/as são obrigados a atender as demandas da escola até mesmo nos fins de semana. Por fim, os autores citam que a constante necessidade de adaptação às novas tecnologias pode gerar um desgaste cumulativo, apresentando risco à saúde desta categoria.

3.3 Características das condições de saúde mental dos docentes

Nesta seção, tentaremos identificar os fatores que estão contribuindo para o agravamento da condição psicológica dos/as docentes, tendo em vista que a realização do trabalho docente exige dedicação, interação constante com os estudantes, responsabilidade pela formação deles e o enfrentamento das adversidades cotidianas.

As condições de saúde dos/as professores/as são essenciais para o bem-estar desses profissionais, além de influenciarem diretamente na qualidade do ensino. No âmbito da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, as alterações significativas provocadas pela pandemia resultaram em um aumento dos fatores de estresse e ansiedade (Santana; Barbosa; Máximo, 2022). Adicionalmente aos fatores já mencionados, a necessidade da adaptação ao ensino remoto, a incerteza sobre o futuro, a ausência de uma preparação adequada para lidar com as

novas demandas, resultaram em níveis elevados de estresse, ansiedade e exaustão. Embora tenha havido um retorno gradual às atividades presenciais, os reflexos da pandemia na saúde mental dos/as professores persistem no pós-pandemia, evidenciando uma nova realidade que exige atenção e apoio contínuo. Portanto, é fundamental compreender as especificidades das condições de saúde mental destes professores/as, para elaboração e implementação de políticas públicas que assegurem o cuidado e o suporte necessários para esta categoria.

Aos participantes da pesquisa foi questionado se notaram alguma mudança na sua saúde mental após a pandemia. Cerca de 56% responderam afirmativamente, ou seja, para mais da metade dos/as professores/as, a saúde mental sofreu impacto considerável, o que pode ser reflexo de fatores como o aumento do estresse, ansiedade, a sobrecarga do trabalho, entre outros desafios relacionados à adaptação à nova realidade imposta pela crise sanitária. Esse percentual significativo destaca a necessidade de suporte psicológico e de políticas públicas que promovam a saúde mental destes profissionais, sobretudo no cenário pós-pandemia, em que muitos ainda lidam com as consequências emocionais em decorrência desse período.

Este resultado corrobora com o estudo de Fernandes *et al.* (2023), que refletem sobre como a pandemia exacerbou condições como ansiedade, depressão e a síndrome de *burnout*, afetando profundamente o bem-estar dos/as professores/as. Esses transtornos não são novidade, no entanto, a pandemia os intensificou. A ansiedade está relacionada à incerteza sobre o futuro, a constante necessidade de adaptação ao ensino remoto, além do medo da Covid-19. A depressão surgiu devido ao isolamento social, a sobrecarga de tarefas e a falta de suporte institucional. O *Burnout*, caracterizado pela exaustão extrema, pois o trabalho docente se tornou ainda mais desafiador e emocionalmente exigente neste período. Os/as docentes foram profundamente impactados emocionalmente durante a pandemia, pelos desafios relacionados ao trabalho, somados aos pessoais e familiares. O equilíbrio entre vida pessoal e profissional tornou-se ainda mais difícil, intensificando o estresse e a ansiedade. No retorno ao presencial, os/as professores enfrentaram a mudança de comportamento dos estudantes, que os viam não apenas como educadores, mas como figuras de apoio emocional. Este fator, acrescentado aos demais citados, aumentou ainda mais a sobrecarga para os/as docentes, que passaram a lidar com as questões emocionais dos estudantes ao mesmo tempo que estavam enfrentando uma situação desgastante para si próprios. Os reflexos dessa sobrecarga continuam sendo sentidos até hoje.

Ao serem questionados sobre possuir algum diagnóstico como depressão, distúrbio do sono, transtorno de ansiedade, estresse pós-traumático, entre outros, 70,9% referiram não possuir. Por outro lado, 29,1% mencionam terem sido diagnosticados/as com alguns destes

transtornos. Esse dado pode ser um reflexo das exigências cotidianas, que podem ser exacerbados por fatores como a sobrecarga de trabalho e a pressão constante em decorrência das condições de trabalho dos docentes, da pressão por resultados e por adaptação às reformas educativas neoliberais. Apesar da proporção de profissionais diagnosticados ser inferior a $\frac{1}{3}$, um número significativo de professores/as, representando 56,3% da amostra total, relatou ter sentido algum sintoma de ordem psicológica nos últimos meses. Em relação ao agravamento dos sintomas em decorrência da pandemia, 42,7% confirmaram o agravo, o que demonstra que a crise sanitária afetou diretamente a saúde mental de uma parcela significativa dos/as docentes. A pandemia pode ter intensificado o impacto emocional em vários/as docentes, destacando a urgência de colocar em prática as políticas de suporte à saúde mental no ambiente escolar, além de melhorar as condições de trabalho desta categoria.

A pesquisa de Fernandes *et al.* (2023) evidencia como a pandemia da Covid-19 aprofundou questões psicológicas já existentes nos/as docentes, e como esses fatores continuam afetando a profissão docente, o que traz à tona a urgência de estratégias de apoio psicológico para os/as docentes, a adequação das condições de trabalho e a valorização desta categoria, que também precisa de cuidado para desempenhar a sua função de maneira saudável, pois a saúde mental dos/as professores/as é um dos fatores que contribuem para a qualidade de ensino.

Sobre o uso de medicação para lidar com a rotina de trabalho, 67% afirmaram não recorrer a medicamentos, enquanto 33% utilizam alguma medicação para enfrentar a rotina laboral. Este resultado é equivalente ao da pesquisa de Silva *et al.* (2023b), realizada com professores/as de escolas públicas do interior do Rio Grande do Sul. Os autores destacam que trata-se de um fenômeno relevante, que reflete uma tendência de medicalização no contexto escolar, no qual os desafios são patologizados e tratados com medicamentos, em vez de abordar as causas subjacentes relacionadas às condições de trabalho. Também ressaltam que essa prática pode ser influenciada por uma cultura que prioriza soluções rápidas e biomédicas, ao invés de promover um suporte adequado e mudanças estruturais no ambiente educacional para melhorar a saúde mental dos/as professores/as.

Com base nos dados apresentados, a semelhança entre os resultados dessa pesquisa e os da pesquisa citada, evidencia que $\frac{1}{3}$ da amostra precisa de assistência farmacológica para lidar com a rotina laboral. Isso sugere que uma parcela significativa da categoria está enfrentando dificuldades que impactam na sua saúde mental e qualidade de vida, reforçando a necessidade de um olhar mais atento para essa questão, já que o uso de medicamentos pode sinalizar situações mais graves de estresse ou transtornos psicológicos, que exigem cuidados contínuos. Além disso, essa prática tende a ocultar os problemas estruturais que afetam a saúde mental

do/a docente. Portanto, é fundamental repensar o modo como o sofrimento psíquico no trabalho é tratado, com o objetivo de desenvolver estratégias coletivas que efetivamente contribuam para o bem-estar destes/as profissionais.

Araújo e Ramos (2023), em um estudo acerca da saúde dos/as docentes, destacam que existe uma quantidade considerável de professores/as que recorrem à medicação para lidar com questões de saúde mental. Do total de respondentes, 8,7% afirmaram fazer uso para tratar das questões emocionais e 4,5% para distúrbios do sono, o que pode indicar um alto nível de estresse ou sobrecarga entre esses/as profissionais. Souza, Santos e Rodrigues (2024) enfatizam o aumento do uso de medicamentos para tratar sintomas de ansiedade e depressão entre os/as docentes. Indicam que a reorganização do trabalho, sobretudo em decorrência da pandemia, tem gerado novos estressores para os/as professores/as, aumentando o desgaste mental desta categoria, resultando em um fator de risco para o adoecimento psíquico. Apontam, ainda, a urgência de reavaliar as condições de trabalho desses profissionais, principalmente diante dos novos desafios impostos pela pandemia, a fim de evitar o agravamento dos problemas de saúde mental e o aumento do uso de medicamentos.

Ao realizarmos um cruzamento dos dados, dentre os 29,1% que possuem diagnóstico de algum transtorno psicológico, 83,6% não utilizam medicação, enquanto que dos 70,9% que não possuem diagnóstico, 73,3% referiram fazer uso de medicação para lidar com a sua rotina laboral. Esta informação reflete um comportamento interessante e contraditório sobre a saúde mental dos/as docentes. Sendo assim, dos/as profissionais que possuem diagnóstico para algum transtorno mental, a grande maioria não faz uso de medicação. Isso pode ocorrer por vários motivos, o transtorno pode estar em um estágio menos grave, a preferência por outros tratamentos (psicoterapia, técnicas de relaxamento, etc.), ou até mesmo a falta de acesso a um tratamento farmacológico mais adequado. Por outro lado, dos mais de 70% que não possuem algum transtorno diagnosticado, quase 74% recorrem a ajuda farmacológica. Isso pode indicar que mesmo sem um diagnóstico formal, os sintomas são suficientemente intensos, para que sintam a necessidade de recorrer a medicamentos. Pode ser um reflexo de uma automedicação ou prescrição médica para os sintomas que afetam o desempenho laboral e/ou o bem-estar deste profissional.

Rocha, Soares e Rossetto (2024) destacam que a medicação, no contexto do trabalho docente, tem se tornado uma estratégia comum para lidar com o sofrimento psíquico. Contudo, essa prática é vista como um mecanismo que contribui para a precarização das condições psicológicas, além de reforçar uma visão reducionista do sofrimento, que passa a ser tratado

apenas sob uma perspectiva biomédica, ignorando os fatores sociais, ambientais e institucionais, que também influenciam na saúde mental dos/as professores/as.

Estes dados podem indicar uma subnotificação de transtornos mentais, gerando um cenário no qual os/as professores/as não possuem um diagnóstico formal, mas lidam com sintomas que necessitam da medicação para aliviá-los. Esse comportamento pode refletir a normalização do estresse e das dificuldades emocionais no contexto profissional, onde muitos professores não reconhecem ou não querem reconhecer o impacto de sua saúde mental, mas ainda buscam soluções medicinais para lidar com o desgaste psicológico relacionado ao trabalho. Seixas (2022) destaca que os/as professores, muitas vezes, não percebem que estão adoecendo, por estarem imersos na sua rotina de trabalho, naturalizando a sua condição de sofrimento. Por isso, demoram a buscar ajuda, fazendo apenas quando já não conseguem mais suportar o mal-estar, chegando ao ponto de exaustão insuportável, às vezes até incapacitante. Diante disso, fazem o uso da medicação, até sem acompanhamento médico, para tentar “mascarar” o sofrimento e continuarem “produzindo”. Além disso, pode apontar para a falta de acompanhamento adequado, evidenciando a importância de um olhar mais atento para a saúde mental dos/as professores/as, tanto para um acompanhamento adequado, como também para as mudanças das condições de trabalho.

Com base no exposto, o uso de medicação entre docentes, não deve ser visto apenas como uma estatística, mas como um indicativo de que algo precisa ser urgentemente revisto na estrutura de trabalho desses/as profissionais. Sem a devida implementação das políticas públicas que priorizem a saúde mental no ambiente escolar, que promova ações preventivas, acolhimento psicológico e melhoria nas condições de trabalho, o risco de agravamento nos quadros de adoecimento psíquico e a dependência de medicamentos, tende a aumentar, afetando a qualidade de vida dos/as docentes, e conseqüentemente, a qualidade da educação oferecida.

Quando perguntados sobre como gerenciam a saúde mental, o resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 7 - Práticas Adotadas pelos/as Docentes para o Cuidado com a Saúde Mental

Como cuida da sua saúde mental?	%
Autocuidado	57,3%
Não cuida	26,2%
Acompanhamento com psicólogo/a	24,3%

Acompanhamento com psiquiatra	13,6%
-------------------------------	-------

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa (2025)

A maioria dos/as professores/as estão adotando o autocuidado como principal estratégia para lidar com a sua saúde mental, o que sugere uma busca de aliviar o estresse e o cuidado com o seu bem-estar de forma independente. Por outro lado, mais de 26% referem não cuidar ativamente da sua saúde mental, que pode ser uma falta de conscientização sobre a importância do cuidado psicológico, falta de tempo ou recursos para buscar ajuda, ou até mesmo por não apresentarem nenhum sintoma no momento. Uma parte significativa recorre a profissionais de saúde mental, refletindo a conscientização crescente sobre a importância do cuidado psicológico, principalmente para lidar com problemas mais graves. Sendo assim, 24,3% recorre à psicoterapia para lidar com as questões psicológicas. A busca por psicólogos pode indicar um reconhecimento da importância da saúde mental e da eficácia do acompanhamento psicológico. Enquanto 13,6% realizam acompanhamento com psiquiatra, um número relativamente menor, podendo indicar que a maioria dos/as profissionais não sente a necessidade de um tratamento médico especializado. O acesso a serviços de saúde mental, além das políticas públicas que promovam o cuidado integral do/a professor/a, são fundamentais para melhorar as condições de trabalho e a saúde mental desta categoria.

Como exemplos de autocuidado, podemos destacar atividades de lazer e atividade física, fatores importantes para o cuidado com a saúde mental. Ao serem questionados sobre a prática de alguma atividade de lazer, com a finalidade de se distrair ou relaxar, aproximadamente 69% responderam afirmativamente, sugerindo o reconhecimento da importância de se envolver em atividades que favoreçam a desconexão das pressões de uma rotina de trabalho exaustiva.

Historicamente, as discussões sobre lazer começaram após a revolução industrial, quando se percebeu a necessidade de proporcionar qualidade de vida aos trabalhadores, que enfrentavam jornadas longas e precárias (Padovan, 2022). Desfrutar de momentos de lazer pode ser visto como uma forma positiva de autocuidado e proteção emocional, tendo em vista que o lazer pode melhorar a qualidade de vida e prevenir os transtornos mentais. Padovan (2022) aborda a relação entre o lazer e a saúde mental, enfatizando que a subtração de horas dedicadas ao lazer em favor do trabalho ou de obrigações sociais, contribui para o aumento de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão, crises de pânico e estresse.

Quase $\frac{1}{3}$ dos participantes da pesquisa afirmaram que não têm o hábito de praticar atividades de lazer, o que é preocupante, pois a falta de tais atividades pode estar relacionada a uma maior vulnerabilidade ao estresse crônico, burnout e outras questões de saúde mental. Na

pesquisa conduzida por Santana, Barbosa e Máximo (2022), as autoras destacam o impacto do ensino remoto durante a pandemia na saúde mental e na qualidade de vida dos/as professores/as, principalmente das mulheres, que frequentemente acumulam as responsabilidades de trabalho e domésticas, resultando em um esgotamento constante e na falta de tempo para cuidar de si mesmas e desfrutar de um descanso real. A ausência de lazer pode ser um reflexo da sobrecarga de trabalho ou da falta de tempo para cuidar de si mesmo, aumentando a importância de políticas de apoio à qualidade de vida do/a docente.

Padovan (2022) destaca o lazer como um direito que está sendo ameaçado na sociedade neoliberal. Isso ocorre porque os direitos dos/as trabalhadores/as são frequentemente desrespeitados, resultando em uma quebra de direitos e na diluição do conceito de lazer, que deveria servir para promover o bem-estar e a qualidade de vida dos sujeitos. No capitalismo, que valoriza o lucro e a competitividade, o lazer é frequentemente convertido em mercadoria, acessível apenas para uma minoria privilegiada, priorizando o consumo em vez do real valor de lazer como um espaço de descanso. O autor defende que é essencial transformar a visão do lazer por meio de políticas públicas que garantam o seu acesso a todos, independentemente da classe social, propondo que o lazer não se torne um instrumento de consumo, mas um direito humano.

Já com relação à prática de atividade física semanal, outro fator que tem um impacto positivo para a saúde mental, 21,4% realizam entre 2h30min a 5h de atividade física moderada por semana. Esta quantidade é significativa e está alinhada com a recomendação oficial da OMS para a manutenção de uma boa saúde física e mental (WHO, 2024). Observa-se que 28,16% afirmaram praticar atividades físicas intensas entre 1h15min a 2h30min. As atividades físicas intensas são altamente benéficas para a saúde mental, pois ajudam na liberação de endorfina, hormônio responsável pela sensação de prazer e bem-estar. Ajuda também na redução de estresse, ansiedade e depressão (Lima; Oliveira; Vasconcelos, 2024). No entanto, 50,5% indicaram que não praticam nenhuma atividade física, um dado preocupante, pois a falta de atividade física regular pode estar relacionada a vários problemas de saúde, incluindo o aumento de estresse, ansiedade e até mesmo sintomas depressivos (Lima; Oliveira; Vasconcelos, 2024).

Os dados mostram uma preocupação mista, pois por um lado, quase 50% pratica algum nível de atividade regular. Por outro, pouco mais da metade não se dedica a esta prática, representando uma lacuna importante em relação à promoção do bem-estar físico e mental desta categoria. De acordo com Seixas (2022), o cuidado pessoal, físico ou emocional é visto como algo secundário por muitos docentes. Essa falta de cuidado consigo reflete a desvalorização do trabalho docente, em que os mesmos são vistos como figuras incansáveis e imunes ao desgaste.

A dedicação extrema, sem pausas para o autocuidado, é naturalizada e o sofrimento psíquico se torna uma parte quase invisível do cotidiano escolar.

A construção simbólica do professor/a como herói/heroína contribui para a romantização da precarização e da sobrecarga de trabalho, ao naturalizar a ideia de que o/a bom/oa profissional é aquele/a que continua exercendo a sua função mesmo em condições adversas, retirando a responsabilidade do Estado e das instituições educacionais pelas condições precárias vivenciadas no cotidiano escolar. Além disso, invisibiliza o sofrimento psíquico real, individualizando as consequências do adoecimento e atribuindo ao sujeito a responsabilidade quando adoece, reforçando o estigma em torno da saúde mental do/a docente. Além disso, o sistema educacional, cada vez mais ancorado em exigências neoliberais, pressiona os/as docentes para manterem um alto nível de desempenho, agravando ainda mais o quadro de exaustão e adoecimento.

Lima, Oliveira e Vasconcelos (2024) constataram que a pandemia causou uma diminuição significativa na prática de atividade física, levando ao aumento do tempo em frente às telas. A ausência desta prática é um fator de risco para a saúde mental, pois pode contribuir para o agravamento de sintomas de estresse e outras questões emocionais. Destacam também que a atividade física é uma estratégia terapêutica que pode ajudar na reintegração social e resultar em uma melhora significativa da saúde mental. Sendo assim, é importante que políticas públicas e estratégias institucionais incentivem a prática de atividade física, oferecendo possibilidades para o/a professor/a conciliar a sua rotina de trabalho com os cuidados com a saúde. Na Lei nº 14.681/2023, a promoção da saúde integral e a prevenção ao adoecimento são tratadas de forma genérica, sem uma menção explícita à prática de atividade física como elemento fundamental para atingir esses objetivos. Tendo em vista que a rotina do/a professor/a é bastante corrida e sobrecarregada, é necessário criar meios concretos, como horários flexíveis, programas de saúde e espaços adequados.

Sobre afastamento, 58,3% já consideraram se afastar da docência em decorrência do desgaste mental. Este é um indicativo de que a saúde mental dos/as professores/as precisa ser mais valorizada e atendida por políticas públicas adequadas. O desgaste mental entre professores pode ser causado pela sobrecarga de trabalho, pressão por resultados, falta de apoio institucional e as dificuldades com as demandas diárias. Sobre os/as docentes que já precisaram se afastar por conta do adoecimento psíquico, 81,6% referiram não ter se afastado, o que pode ter várias interpretações. Podem não ter chegado a um ponto crítico, que os/as impedisse de continuar exercendo as atividades laborais, falta de reconhecimento ou aceitação de que o problema é sério o suficiente para justificar o afastamento, ou ainda para não perder a(s)

bonificação(ões) existente(s) na rede, como o Prêmio Mestres da Educação e Escolas de Valor, que equivalem ao 14º e 15º salários, tendo em vista que um dos requisitos para recebê-los é que não tenha havido licença acima de 30 dias. Do total, 18,5% revelaram ter se afastado do trabalho, o que sugere que o trabalho docente tem um impacto significativo na saúde mental dos/as professores/as, e que uma parte considerável já enfrentou ou está enfrentando algum problema psicológico intenso. Dos que se afastaram, embora a maioria referiu não ter sofrido consequências diretas após o afastamento, uma parcela significativa, representado por quase 13%, referiram ter sofrido algum tipo de consequência no trabalho em decorrência do afastamento, o que pode incluir o estigma, falta de apoio ao retorno ou dificuldades no relacionamento com os colegas e/ou a gestão. As consequências de um afastamento por questões de saúde mental podem afetar o desempenho, a motivação e o bem-estar do/a professor/a ao retornar ao ambiente de trabalho.

Na pesquisa conduzida por Araújo e Ramos (2023), a quantidade de solicitação de afastamento é considerada relativamente baixa (14,8%) - um percentual que se aproxima do resultado do nosso estudo. No entanto, dos que se afastaram, 41,6% apontaram depressão, ansiedade ou nervosismo como as razões para os afastamentos. Além disso, debatem que a baixa incidência de afastamentos pode estar relacionada à pressão que os/as professores sentem para comparecer ao trabalho, mesmo quando estão doentes. Isso pode significar que muitos podem adiar ou não solicitar oficialmente uma licença, ocultando a real condição de saúde dos/as docentes.

O aumento dos casos de adoecimento e de afastamento de professores/as tem contribuído para a compreensão da atividade docente como um trabalho de elevado risco psicossocial, na medida em que as condições precárias e intensificadas de trabalho se configuram como fatores determinantes do adoecimento psíquico. Conforme discutem Moreira *et al.* (2022), tais condições favorecem a emergência do sofrimento psíquico, o qual se associa a desdobramentos relevantes no âmbito laboral, como licenças médicas, afastamentos prolongados e, em situações mais graves, à incapacidade para o trabalho.

Para enriquecer os dados dessa pesquisa, conforme mencionado anteriormente, solicitamos através do SIC, informações sobre os afastamentos relacionados à saúde mental dos/as professores/as da rede estadual de ensino, no período de 2019 a 2023. O objetivo era analisar se houve variação significativa nos afastamentos antes, durante e após o fim da pandemia. Contudo, não foi possível obter esse resultado através deste canal, que nos direcionou para solicitar à Junta Médica Oficial. No entanto, através de uma ligação telefônica, fomos informadas de que estes dados haviam sido perdidos, após uma reestruturação no sistema

do referido órgão. Em seguida, o processo da solicitação foi arquivado (Anexo D). Esta informação revela a ausência de cuidado, transparência e prioridade da gestão destes dados. A perda dessas informações aponta uma falta de planejamento e de segurança na gestão de informações que são fundamentais para o monitoramento da saúde dos/as docentes. Portanto, essa situação não se trata apenas de um problema técnico, mas representa uma dimensão política do descaso com a categoria docente, sugerindo que o adoecimento dos/as professores/as não é devidamente acompanhado e nem tratados como prioridade nas políticas educacionais do Estado. Ademais, é um reflexo da precarização do trabalho docente e da ausência de um cuidado por quem está na linha de frente da educação estadual. A perda ou inexistência desses dados inviabiliza diagnósticos mais precisos sobre a condição de saúde dos/as docentes, dificultando a elaboração e implementação de ações preventivas e até mesmo corretivas. Além disso, invisibiliza o sofrimento destes profissionais, tornando mais difícil a luta pela melhoria nas condições de trabalho.

Essa ausência de compromisso com a saúde mental dos/as professores/as da rede, pode ser observado nas respostas obtidas neste estudo, que aponta uma percepção majoritariamente negativa em relação ao cuidado com a saúde mental por parte da rede educacional, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 8 - Percepção dos/as Professores/as sobre o Acolhimento e Cuidado em Saúde Mental pela Rede de Ensino

Houve cuidado com a saúde mental por parte da rede de ensino?	% Não
Durante a pandemia	93,2%
Retorno às aulas presenciais	83,5%
Atualmente (2024)	73,8%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa (2025)

Esses dados contradizem algumas medidas, tais como o Decreto Estadual nº 40.574/2020 que, ao definir as orientações para o retorno às aulas presenciais, afirmava garantir proteção à saúde física e mental de toda a comunidade escolar, por meio de acolhimento e orientação socioemocional, proporcionando espaços de fala e escuta qualificada. Fernandes *et al.* (2023), ressaltam a crescente necessidade de um suporte psicológico adequado para os/as professores/as na rede de ensino, reconhecendo o impacto significativo que a pandemia exerceu sobre a sua saúde mental. Souza, Santos e Rodrigues (2024) destacam a importância de

estabelecer sistemas de apoio psicológico nas escolas. Esses serviços devem ser vistos como um componente essencial, a fim de proporcionar um ambiente escolar saudável, no qual professores/as e estudantes possam buscar ajuda quando sentirem necessidade. Os autores também destacam a importância das organizações sindicais como um instrumento da luta para a melhoria nas condições de trabalho e, conseqüentemente, na saúde mental docente. Considera-se que o Programa de Saúde Mental para a comunidade escolar (Lei nº 12.696/2023), que inclui ações voltadas para o bem-estar e a qualificação profissional dos/as docentes e trabalhadores da educação, com ênfase na saúde mental, possa ter surtido algum efeito, dado que o percentual de respostas negativas é um pouco menor no momento presente, ainda que os dados revelem grande carência em termos de políticas de cuidado com a saúde mental dos profissionais.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou recentemente que, a partir de 26 de maio deste ano (2025), as empresas brasileiras deverão incluir a avaliação de riscos psicossociais em seus processos de gestão e de Segurança do Trabalho (SST). Essa exigência integra a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR1), através da Portaria nº 1.419 de 27 de agosto de 2024. Os riscos psicossociais referem-se a fatores relacionados à organização do trabalho e às interações no ambiente de trabalho. Inclui aspectos como metas excessivas, jornadas de trabalho extensas, ausência de suporte, assédio moral, conflitos interpessoais e falta de autonomia no trabalho. Os aspectos citados podem provocar estresse, ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental nos/as trabalhadores/as (Brasil, 2024c; 2024d).

Esta mudança pode representar um avanço no reconhecimento do sofrimento psíquico como resultado das condições precárias do trabalho, uma vez que na maioria dos casos é vista como um problema individual, que patologiza o sofrimento, desvinculado das condições laborais. Essa medida pode ser compreendida como uma ação tardia, porém é extremamente necessária às condições do sistema capitalista, que precariza o trabalho e ignora os seus efeitos sobre a saúde mental dos/as trabalhadores/as. O/a docente, enquanto trabalhador/a, pode ser afetado/a por essa norma, que deverá responsabilizar as instituições pelo cuidado com os/as seus/as profissionais.

3.4 Análise das questões psicossociais do trabalho docente

Este tópico está estruturado a partir de dados empíricos coletados através de instrumentos psicométricos validados que analisam como os fatores psicossociais impactam a saúde mental dos/as professores da rede estadual da Paraíba. A primeira escala é conhecida

como SQR-20 (Self Reporting Questionnaire), que avalia fatores como ansiedade, insônia, fadiga, irritabilidade, etc. Esses sintomas, quando persistentes, são indicativos de transtornos mentais comuns, que não são graves, mas que podem comprometer a saúde, a produtividade e a qualidade de vida. Seu objetivo é verificar a prevalência de sofrimento psíquico leve/moderado. A segunda, será a ERI (Effort-Reward Imbalance), que avalia o quanto o/a trabalhador/a sente que o esforço despendido do trabalho não é compensado (salário, reconhecimento, estabilidade, etc.). Em seguida, o MSQ (Mini Sleep Questionnaire), que avalia a qualidade subjetiva do sono e possíveis distúrbios do sono. E, por fim, as escalas PHQ-9 e GAD-7, que identificam a intensidade de sintomas depressivos e ansiosos, respectivamente (Silveira *et al.*, 2021; Oliveira; Araújo, 2018; Freitas *et al.*, 2021a; Souza *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2023a).

3.4.1 Transtornos Mentais Comuns

Transtornos Mentais Comuns (TMC) referem-se a um conjunto de condições psicopatológicas caracterizadas por sintomas não psicóticos, tais como insônia, fadiga persistente, alterações do apetite, dificuldades cognitivas, alterações no humor e manifestações somáticas (Goldberg; Huxley, 1992). Embora não envolvam perda de contato com a realidade, os TMC podem comprometer significativamente o funcionamento cotidiano e o bem-estar subjetivo. Essas condições são relativamente prevalentes na população geral e estão frequentemente associadas a prejuízos na qualidade de vida, redução na produtividade e aumento de risco de comportamentos suicidas (Silveira *et al.*, 2021). A identificação e o acompanhamento precoce desses transtornos são fundamentais para a prevenção de agravamentos dos sintomas e a promoção da saúde mental, sobretudo em contextos profissionais de alta demanda, como o magistério.

Tabela 9 - Distribuição dos/as docentes com pontuação acima do ponto de corte para TMC segundo variáveis sociodemográficas e laborais

Variáveis	Categorias	Percentual acima do ponto de corte (%)
Resultado geral	Total da amostra	62,1

Gênero	Mulheres	32,0
	Homens	29,1
	Não informado	1,0
Faixa etária (anos)	26 a 34	9,7
	35 a 53	42,7
	54 a 67	4,9
Raça/cor autodeclarada	Pardos(as)	35,9
	Branco(s)	17,5
	Pretos(as)	4,9
Vínculo empregatício	Efetivos(as)	44,7
	Não efetivos(as)	13,6
Carga horária semanal	40 horas	27,2
	30 horas	19,4
	Outras cargas horárias	9,7
Atuação em escola de tempo integral	Não atua	30,1
	Atua	28,2
Tempo de vínculo com a rede (anos)	5 a 10	20,4
	11 a 16	14,6
	17 a 23	6,8

25 a 30	3,9
Mais de 30	3,9

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa (2025)

Como resultado geral, 62,1% da amostra obtiveram pontuações superiores ao ponto de corte estabelecido, com média geral de 8,3 pontos. Tal resultado indica uma expressiva proporção de profissionais com indícios compatíveis com o adoecimento psíquico, corroborando a hipótese de risco elevado para TMC entre os/as docentes analisados. Esse dado está próximo ao percentual de docentes que responderam apresentar sintomas relacionados à saúde mental (56,3%). Além disso, podem estar associados à sobrecarga de trabalho, pressão por resultados, especialmente considerando que 42% dos/as participantes relataram aumento do tempo dedicado às atividades profissionais e 71% mencionaram o crescimento no volume das demandas e tempo disponível insuficiente para realizá-las.

No estudo conduzido por Gasparini, Barreto e Assunção (2006), com docentes da rede municipal de Belo Horizonte, verificou-se a prevalência de transtornos mentais em 50,3% da amostra investigada. Entre os principais fatores associados a esse quadro, destacam-se o histórico de exposição a situações de violência, condições precárias do ambiente de trabalho, a restrição da autonomia profissional e o tempo insuficiente para preparação das atividades pedagógicas. As autoras ressaltam a necessidade urgente de melhoria nas condições de trabalho, como medida fundamental para promoção da saúde mental dos/as docentes.

Com base nos dados apresentados, foi analisado o percentual dos/as docentes que ultrapassaram o ponto de corte (≥ 7) por categoria, com o objetivo de identificar os grupos mais vulneráveis ao adoecimento psíquico. Em relação ao gênero, 32,0% das mulheres e 29,1% dos homens que responderam ao questionário, atingiram ou superaram esse limite. Esses percentuais embora distintos, são expressivos em ambos os grupos, indicando que o adoecimento psíquico afeta os/as docentes, independentemente do sexo. No entanto, a maior incidência entre mulheres está em consonância com a maioria das pesquisas que apontam maior ocorrência de transtornos como ansiedade e depressão em mulheres, muitas vezes associados à dupla jornada de trabalho, sobrecarga emocional e pressões sociais. Corroborando com essa perspectiva, Moreira *et al.* (2022) destacam que estudos apontam uma maior vulnerabilidade das mulheres ao adoecimento psíquico, atribuída a fatores como desigualdade de gênero e a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado, que se somam às demandas do trabalho docente.

Assim, reforçam a necessidade de considerar a dimensão de gênero como um determinante relevante na análise da saúde mental dos/as profissionais de educação, além de apontarem para a urgência de políticas que reconheçam e minimizem essas desigualdades.

Docentes com idade entre 35 a 53 anos apresentam a maior proporção de casos acima do ponto de corte para TMC (42,7%), seguidos pelos/as profissionais com idade de 26 a 34 anos (9,7%) e, por fim, pelos/as pertencentes à faixa etária de 54 a 67 anos (4,9%). O grupo etário intermediário demonstra maior vulnerabilidade ao adoecimento psíquico, possivelmente em função do período corresponder ao auge da carreira, quando se acumulam maiores responsabilidades profissionais e pessoais, além do desgaste físico e emocional acumulado. Já os/as docentes mais jovens e os/as mais experientes apresentaram índices inferiores, o que pode estar relacionado, respectivamente, ao início da trajetória profissional, com menor exposição prolongada ao estresse ocupacional, e a proximidade da aposentadoria, quando há, potencialmente, uma redução das pressões laborais. Esse resultado corrobora com os resultados apresentados por Lima *et al.* (2024), que destacam, com base na literatura, uma maior prevalência de TMC entre adultos acima de 40 anos. Contudo, em estudo anterior conduzido por Gasparini, Barreto e Assunção (2006), observou-se uma maior suscetibilidade entre os/as docentes mais jovens. Essa vulnerabilidade pode estar relacionada a fatores como a sobrecarga de trabalho, a limitação da experiência profissional e as dificuldades inerentes ao processo de adaptação às exigências e dinâmicas do ambiente escolar. Assim, os dados evidenciam que diferentes faixas etárias podem apresentar riscos distintos, mediados por aspectos contextuais e experiências acumuladas ao longo da trajetória docente.

No que se refere à cor/raça, observou-se que os/as docentes que se autodeclararam pardos/as apresentaram o maior percentual de risco para o adoecimento psíquico (35,9%), seguidos pelos/as docentes brancos/as (17,5%) e pretos/as (4,9%). A expressiva prevalência entre docentes pardos/as chama atenção para intersecções de raça, condições de trabalho e saúde mental, indicando que marcadores sociais da diferença, como racialização, influenciam significativamente os processos de adoecimento. Embora o grupo de docentes preto/as tenha apresentado menor percentual no estudo, esse dado pode estar relacionado ao tamanho da amostra autodeclarada preta. Na pesquisa conduzida por Smolen (2016), a autora problematiza a escassez de investigações voltadas às desigualdades em saúde mental no Brasil, com ênfase nas relações entre raça/cor da pele e transtornos psíquicos. Embora a saúde mental represente uma das principais causas de incapacitação, poucos estudos exploram a associação entre a raça/cor da pele e adoecimento psíquico no contexto brasileiro. Atribui essa lacuna a múltiplos fatores, entre eles, a ausência de variáveis raciais nos instrumentos de coleta de dados e a

persistência do mito da democracia racial, que contribui para a invisibilização das desigualdades étnico-raciais. Além disso, destaca que a maioria dos estudos sobre essa temática foi realizada em contextos internacionais, especialmente nos Estados Unidos, cujas realidades sociais, culturais e históricas diferem significativamente da brasileira.

Em relação ao vínculo com a rede de ensino, docentes efetivos/as apresentaram maior prevalência de adoecimento psíquico (44,7%), em comparação aos não efetivos/as (13,6%). Embora, em um primeiro momento, esse resultado pode parecer contraditório, considerando que a estabilidade funcional é comumente associada a uma maior segurança no trabalho e, teoricamente, a melhores condições de saúde mental, evidencia a complexidade das dinâmicas presentes no cotidiano escolar. Isso sugere que a estabilidade no cargo embora represente um direito importante, não constitui, por si só, um fator protetivo suficiente frente aos riscos psicossociais vivenciados pelos/as docentes. Dessa forma, reitera-se a necessidade de se compreender o adoecimento psíquico como um fenômeno multifatorial, exigindo intervenções que contemplem o suporte emocional, a valorização profissional e a melhoria das condições laborais, independentemente do vínculo com a rede de ensino.

No que se diz respeito à carga horária semanal, observou-se que 27,2% dos/as docentes com jornada de 40 horas semanais ultrapassam o ponto de corte indicativo para sintomas de TMC. Entre aqueles com jornada de 30 horas, esse percentual foi de 19,4%, enquanto 9,7% dos/as docentes com outras cargas horárias, apresentam sintomas compatíveis com o TMC. Os resultados apontam uma relação proporcional entre a extensão da jornada laboral e o aumento do risco de manifestação de sintomas de TMC, corroborando com a literatura, que evidencia uma maior prevalência de TMC entre profissionais com cargas horárias mais extensas (Lima *et al.*, 2024). Cabe destacar, ainda, que a jornada de trabalho docente não se restringe ao tempo dedicado à sala de aula, uma vez que atividades como planejamento, correção de avaliações e participação em reuniões pedagógicas ampliam significativamente a carga real de trabalho, frequentemente não registrada formalmente nos contratos e em muitos casos, não reconhecida ou remunerada (Gasparini; Barreto; Assunção, 2006).

A análise da variável à atuação em escola de tempo integral, revela que 30,1% dos/as que não trabalham nesse modelo de escola, ultrapassaram o ponto de corte para o TMC, enquanto entre os/as que trabalham em escola de tempo integral, o percentual foi ligeiramente inferior, atingindo 28,2%. Essa diferença pouco expressiva sugira que a modalidade “escola de tempo integral”, embora a organização do trabalho em tempo integral seja frequentemente associada a maiores demandas pedagógicas e administrativas, esse fator, isoladamente, não se mostrou determinante para o aumento do risco de TMC na amostra analisada. A proximidade

dos percentuais aponta para a influência de outros elementos estruturais e organizacionais do trabalho docente, tais como a carga horária total, intensificação das atividades, condições de trabalho e suporte institucional, que podem exercer maior impacto sobre a saúde mental dos professores do que o tipo de escola em que atuam.

Em uma pesquisa realizada por Silva (2022), foram identificados os impactos da implantação da Política de Educação Integral para o Ensino Médio em Tempo Integral na Paraíba (PEIPB), que introduziu uma série de mudanças na organização do trabalho docente, incluindo a ampliação da jornada de trabalho e novas demandas pedagógicas e administrativas. O autor destaca, ainda, que a autonomia docente passou a ser associada ao desempenho discente em avaliações externas, resultando em restrições à liberdade pedagógica. Além disso, os/as docentes expressaram descontentamento quanto à remuneração e ao plano de carreira, os quais, segundo os relatos, não refletiam uma política de valorização profissional. Por outro lado, é relevante destacar que entre os/as docentes que não atuam sob essa modalidade, 61,8% relataram a existência de múltiplos vínculos empregatícios. A fragmentação da jornada laboral, associada a sobrecarga de demandas da necessidade de conciliar diferentes contratos, pode representar um fator relevante na intensificação do desgaste psíquico, contribuindo de maneira significativa para o risco de adoecimento psíquico na categoria.

A análise do risco de adoecimento psíquico em relação ao tempo de atuação na rede de ensino revela uma tendência decrescente na prevalência de sintomas de TMC com o avanço da carreira docente. Foi observado um maior percentual em docentes com entre 5 a 10 anos de vínculo, dos quais 20,4% ultrapassaram o ponto de corte indicativo para sintomas de TMC. Esse resultado pode refletir o impacto das exigências intensas do exercício docente nos primeiros anos de estabilização na carreira. Entre os/as docentes com 11 a 16 anos de atuação, o percentual de risco é um pouco menor (14,6%), mas ainda elevado, indicando que o desgaste emocional pode se manter ao longo do tempo, especialmente se persistirem condições adversas de trabalho. No entanto, houve uma queda acentuada nos grupos com maior tempo de atuação, sendo: 6,8% entre os/as que possuem 17 a 23 anos de vínculo, e enquanto o grupo com 25 a 30 anos de atuação e os com mais de 30 anos, registraram igualmente 3,9%. Esse resultado contraria os achados de Lima *et al.* (2024), os quais destacam que docentes com maior tempo de atuação na carreira podem estar expostos a desafios decorrentes do desgaste profissional acumulado, o que pode favorecer o desenvolvimento de TMC. Por outro lado, os autores também reconhecem que a experiência adquirida ao longo dos anos pode contribuir para o aprimoramento das estratégias de enfrentamento diante das adversidades do cotidiano escolar. Dessa forma, a relação entre tempo de exercício profissional e a saúde mental docente revela-

se complexa e multifatorial, sendo mediada por aspectos individuais, institucionais e contextuais.

Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019) apontam que o magistério tem se consolidado como uma ocupação marcadamente suscetível ao adoecimento psíquico. Sugerem que as intensas exigências laborais e as condições precárias em que frequentemente se desenvolve no trabalho docente se configuram como fatores de risco relevantes para a saúde mental dos/as professores/as. Além disso, enfatizam que variáveis como satisfação no trabalho, faixa etária, nível de escolaridade e religiosidade exercem influência significativa sobre os níveis de adoecimento psíquico entre os docentes.

Rocha, Soares e Rossetto (2023) enfatizam a relevância de uma compreensão ampliada acerca do sofrimento psíquico entre docentes, destacando que tal fenômeno não deve ser interpretado unicamente como uma experiência individual, mas como resultado das condições socioculturais e estruturais que permeiam o exercício do trabalho docente. Argumentam que processos como a desvalorização profissional e a precarização das condições de trabalho exercem um papel central na produção do adoecimento psíquico entre os/as professores/as. Neste sentido, defendem a necessidade de uma abordagem crítica, contextualizada e interdisciplinar para a análise e o enfrentamento do sofrimento e do adoecimento psíquico na prática docente.

Os dados analisados revelam uma elevada prevalência de TMC entre os/as docentes da rede estadual de ensino, configurando um cenário preocupante de sofrimento psíquico nessa categoria. Tal achado reforça a compreensão de que o exercício da docência constitui um fator de risco significativo para a saúde mental, em virtude da sobrecarga de trabalho, da pressão por resultados, da multiplicidade de demandas e das condições laborais, frequentemente precárias.

Ademais, observa-se que a estabilidade no cargo, geralmente associada a maior segurança institucional, não se configura como fator protetivo absoluto, uma vez que docentes efetivos/as apresentaram maior prevalência de sintomas. Esses resultados indicam que o sofrimento psíquico não deve ser interpretado como uma experiência exclusivamente individual, mas como expressão de condições institucionais, socioculturais e estruturais do trabalho.

3.4.2 Desequilíbrio esforço-recompensa

O desequilíbrio entre esforço e recompensa configura uma condição de estresse ocupacional com potencial significativo para desencadear o adoecimento psíquico entre os

trabalhadores. Tal situação ocorre quando os esforços realizados no exercício profissional não são compensados pelas recompensas recebidas, que podem abranger aspectos como remuneração, reconhecimento, segurança no emprego ou condições adequadas de trabalho (Oliveira; Araújo, 2018). As autoras ressaltam ainda que situações caracterizadas por altos níveis de esforço e baixa recompensa estão associadas a risco elevado de desenvolvimento de estresse crônico e transtornos mentais comuns (TMC). O desequilíbrio entre esforço e recompensa tem sido consistentemente relacionado ao aumento da prevalência de TMC, conforme estudos citados pelas autoras (Tomasi *et al.*, 2008); Nascimento Sobrinho *et al.* (2006); Araújo *et al.* (2016), que apontam prevalências elevadas de TMC em trabalhadores que vivenciam essa condição.

Tabela 10 - Índice médio de Esforço–Recompensa (ERI) segundo características sociodemográficas e laborais dos/as docentes

Variáveis	Categorias	Índice ER
Resultado geral	Média da amostra	1,28
Gênero	Homens	1,31
	Mulheres	1,27
	Branco(as)	1,28
Raça/cor autodeclarada	Pardos(as)	1,28
	Pretos(as)	1,29
	26 a 34	1,31
Faixa etária (anos)	35 a 53	1,31
	54 a 67	1,15
Vínculo empregatício	Efetivos(as)	1,33
	Não efetivos(as)	1,15

Carga horária semanal	40 horas	1,38
	Jornadas variáveis	1,24
	30 horas	0,69
	Tempo integral	1,37
Tipo de escola	Não integral	1,21
	5 a 10	1,27
	11 a 16	1,33
	Tempo de atuação na docência (anos)	17 a 23
	25 a 30	1,18
	Acima de 30	1,22

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa (2025)

Os resultados deste estudo revelam que, na amostra analisada, o um valor médio do índice de esforço-recompensa (ER) foi a 1,28, caracterizando uma condição de desequilíbrio entre os níveis de esforço e recompensa. Tal configuração representa um indicativo de exposição a riscos psicossociais no ambiente de trabalho. Conforme apontado por Sousa e Araújo (2024), esse desequilíbrio pode desencadear diversas consequências adversas para os trabalhadores. Especificamente, a literatura associa que essa condição pode levar ao aumento do estresse psicossocial, que pode levar ao desenvolvimento de TMC e outros problemas de saúde mental. O investimento elevado de esforço, quando não acompanhado por recompensas adequadas, tende a gerar respostas emocionais desagradáveis, redução da autoestima, percepção de desvalorização, e, conseqüentemente, impactos significativos no bem-estar psicológico e na qualidade de vida geral.

Ao analisar por gênero, foi identificado que tanto o sexo feminino quanto o masculino apresentaram ER superior a 1, com homens levemente mais expostos (ER=1,31) em comparação às mulheres (ER=1,27), sugerindo que o desequilíbrio psicossocial é uma condição presente de foma generalizada, embora com pequena variação entre os gêneros. No que diz

respeito aos grupos raciais, os valores foram muito próximos entre brancos ($ER=1,28$), pardos ($ER=1,28$) e pretos ($ER=1,29$), indicando um padrão uniforme de desequilíbrio psicossocial entre os diferentes grupos étnicos-raciais da amostra. A pesquisa realizada por Sousa e Araújo (2024) evidenciou que o desequilíbrio esforço-recompensa, caracterizado por alta exigência no trabalho e baixa recompensa, apresenta forte associação com o aumento da prevalência de TMC. O estudo destaca, em particular, que entre mulheres negras submetidas a esse desequilíbrio, a prevalência de TMC foi quatro vezes maior em comparação aos homens brancos em condições de equilíbrio esforço-recompensa. Esses resultados evidenciam que a interseção entre gênero, raça e condições de trabalho desfavoráveis potencializa o risco de adoecimento psíquico. Tal achado reforça a relevância de se considerar o modelo de esforço-recompensa como um fator crítico na análise das desigualdades em saúde mental, especialmente quando analisado sob uma perspectiva interseccional, que articule relações baseadas em gênero, raça e condições de trabalho.

Quanto à faixa etária, os grupos de 26 a 34 anos e 35 a 53 anos apresentaram os mesmos níveis de desequilíbrio ($ER=1,31$), indicando uma percepção semelhante de sobrecarga nessa fase da carreira docente. Já entre os/as docentes de 54 a 67 anos, o ER foi menor ($ER=1,15$), embora acima de 1, sugerindo menor exposição relativa, possivelmente associada a maior estabilidade ou adaptação ao contexto ocupacional. Podemos observar que as fases iniciais e intermediárias da carreira se apresentaram como mais vulneráveis ao estresse ocupacional. Mohn, Costa e Silva (2023) destaca que a variável faixa etária constitui um elemento relevante na análise dos ciclos da carreira docente, uma vez que ela se correlaciona com diferentes estágios de experiência profissional, autoridade, possibilidades de desenvolvimento e crescimento na carreira, bem como as perspectivas de desligamento ou aposentadoria da atividade docente.

Quanto ao vínculo com a rede, os/as professores/as efetivos/as apresentaram maior desequilíbrio ($ER=1,33$) do que os/as não efetivos/as ($ER=1,15$). Importante destacar que docentes com vínculo efetivo tendem, em geral, a apresentar maior tempo de atuação na carreira, o que é comprovado pelos dados deste estudo, segundo os quais 79% dos/as docentes com mais de 10 anos de exercício profissional possuem vínculo efetivo. Com o avanço da trajetória docente, observa-se uma transformação nas percepções e expectativas em relação à valorização profissional, ao plano de carreira e ao reconhecimento institucional. No entanto, a não concretização dessas expectativas pode resultar em sentimentos de frustração e contribuir para a intensificação da percepção de desequilíbrio entre o esforço desempenhado na prática docente e a escassez de recompensas materiais e simbólicas.

No que se refere à jornada de trabalho, professores/as com carga horária semanal de 40 horas apresentaram maior nível de desequilíbrio ($ER=1,38$), indicando uma percepção de elevado esforço no exercício da docência, não acompanhado por recompensas proporcionais. Docentes com jornadas semanais variáveis, apresentaram um índice de $ER=1,24$, também demonstrando desequilíbrio, embora em menor grau. Cabe destacar que, em sua maioria, esses/as profissionais atuam em diferentes instituições de ensino, o que acarreta deslocamentos constantes, dificuldade na organização do tempo e ausência de vínculo mais consolidado com um único espaço escolar. A instabilidade e a fragmentação da jornada configuram, portanto, elementos adicionais de desgaste. Em contraste, os/as docentes com jornada semanal de 30 horas apresentaram um índice de $ER=0,69$, caracterizando-se como um único grupo com equilíbrio favorável entre esforço e recompensa, o que pode estar associado a melhores condições de organização do tempo de menor sobrecarga. Souza (2010) enfatiza a centralidade atribuída ao tempo mensurável na docência, comumente representado pela hora-aula e/ou jornada contratual de trabalho. A autora argumenta que esse tempo cronológico, linear e quantificável não abrange a totalidade do tempo dedicado às múltiplas atividades docentes. Além disso, aponta para estratégias institucionais que promovem a intensificação do trabalho docente por meio da extensão do tempo de ensino, como a redução dos períodos de recesso, a antecipação do calendário letivo e a limitação ao absenteísmo. Tais medidas resultam na densificação do tempo de trabalho, frequentemente sem a correspondente valorização simbólica ou material das funções desempenhadas pelos/as professores/as.

Docentes vinculados/as a escolas de tempo integral apresentaram um índice mais elevado de desequilíbrio ($ER=1,37$), em comparação àqueles/as vinculados/as a escolas não integrais ($ER=1,21$). Esse resultado sugere que a maior permanência na escola pode estar associada a uma percepção ampliada de sobrecarga laboral, sem que haja, necessariamente, uma compensação proporcional em termos de reconhecimento, remuneração ou condições de trabalho. A maior exposição ao ambiente escolar, sem contrapartidas adequadas, tende a gerar desgaste físico e mental, refletindo-se nos altos índices de esforço não recompensados.

Por fim, quando verificado pelo tempo de atuação, foi observado um maior desequilíbrio entre professores/as com 11 a 16 anos de atuação ($ER=1,33$), o que pode indicar um ponto crítico de desgaste na trajetória profissional. Apesar de pequenas variações, todos os subgrupos por tempo de atuação apresentaram $ER>1$ (5 a 10 anos: $ER=1,27$; 17 a 23 anos: $ER=1,26$; acima de 30 anos: $ER=1,22$ e 25 a 30 anos: $ER=1,18$), sugerindo exposição generalizada ao risco psicossocial ao longo da carreira. Mohn, Costa e Silva (2023) propõem uma análise do ciclo da carreira docente, a partir da segmentação em fases, destacando os principais marcos ao longo

da trajetória profissional dos/as professores/as. A fase inicial da carreira é caracterizada pelos primeiros anos de exercício docente, sendo marcada por experiências de sobrevivência, descoberta e frequente sensação de instabilidade e insegurança.

Em seguida, a “Fase de adaptação”, geralmente entre o 4º e o 6º ano de atuação, é assinalada por um aumento do comprometimento profissional, conquista de uma maior autonomia e reconhecimento das competências pedagógicas. A fase da diversificação, compreende aproximadamente do 7º e o 25º ano de carreira, é descrita como um período de busca por novos desafios, inovação nas práticas pedagógicas e ampliação das atividades desempenhadas no contexto escolar. No entanto, também pode ser um momento de reflexões e questionamentos sobre o percurso profissional e o sentido da docência.

Por fim, a fase do desinvestimento ou declínio, situada entre o 35º ao 40º ano de carreira, tende a ser caracterizada por progressivo afastamento do envolvimento com o trabalho docente, com maior direcionamento à vida pessoal e social, e eventualmente, o desejo de afastamento da vida docente. Os autores enfatizam, contudo, que tais fases não seguem um padrão rígido, linear ou universal. Elas podem manifestar-se de maneira não sequencial, sobreposta ou combinada, variando conforme fatores individuais, o contexto de trabalho e o período histórico, bem como pelas condições concretas do trabalho vivenciadas por cada professor/a. Diante disso, foi possível observar que o risco psicossocial perpassa toda carreira docente, mas se intensifica na fase intermediária da sua trajetória, que pode estar relacionado ao acúmulo de carga emocional, expectativas e responsabilidades institucionais.

Segundo Oliveira e Araújo (2018), diversos fatores contribuíram para o desequilíbrio entre esforço e recompensa identificado na amostra investigada. Entre os principais elementos destacados pelas autoras estão a extensão da jornada de trabalho, a precariedade dos vínculos empregatícios, a ausência de reconhecimento e de valorização profissional, o acúmulo de demandas laborais, a carência de suporte institucional, as condições de trabalho inadequadas, bem como a idade inferior ou menor tempo exercício profissional. Ainda que se trate de públicos distintos, a relação entre os achados da pesquisa mencionada e os resultados do presente estudo evidencia convergências relevantes. Ambas as categorias profissionais estão inseridas no campo do cuidado e do serviço público, que tradicionalmente são marcadas por elevadas exigências laborais e pouco reconhecimento. Além disso, compartilham padrões estruturais de precarização das condições de trabalho, o que contribui para a reprodução de sobrecarga, desgaste psicossocial e desequilíbrio entre esforço e recompensa.

Chávez *et al.* (2020) argumentam que as exigências decorrentes das políticas educacionais, frequentemente, não são acompanhadas por um suporte institucional adequado

aos/as professores/as, o que resulta em um desequilíbrio entre as demandas institucionais e os recursos disponibilizados para enfrentá-las. Essa disparidade contribui para o desenvolvimento de uma lacuna entre o trabalho prescrito, que são as ações que devem ser realizadas conforme as diretrizes oficiais, e o trabalho realizado no cotidiano escolar. Essa dissonância pode provocar uma percepção de esvaziamento do sentido do trabalho, além de impor desafios que demandam capacidades individuais e coletivas de enfrentamento, muitas vezes não contempladas pelas políticas educacionais vigentes.

A análise dos resultados deste instrumento evidencia que o desequilíbrio, caracterizado por alta exigência no trabalho sem contrapartida proporcional em reconhecimento, remuneração, estabilidade ou boas condições de trabalho, representa um fator crítico de risco psicossocial, intensificando significativamente a probabilidade de adoecimento psíquico entre os/as docentes. Os dados indicam que a precarização das condições de trabalho, a ausência de políticas de valorização pessoal e de suporte institucional, além da discrepância entre o trabalho prescrito e o efetivamente realizado, constituem elementos centrais para a perpetuação desse desequilíbrio. Tais fatores não apenas comprometem o desempenho profissional, mas também contribuem de maneira substancial para o adoecimento psíquico dos/as docentes.

3.4.3 Distúrbios do sono

A má qualidade do sono está fortemente associada a prejuízos na saúde mental, sendo reconhecida como um fator de risco relevante para o desenvolvimento de transtornos psicológicos. Dificuldades para iniciar ou manter o sono, tempo insuficiente de descanso, ou sono não reparador, podendo resultar, ainda, em aumento dos níveis de estresse, irritabilidade, dificuldades de concentração, alterações de humor e comprometimento do funcionamento cognitivo. Tais condições, quando persistentes, tendem a intensificar a vulnerabilidade de transtornos psiquiátricos, como ansiedade e depressão (Freitas *et al.*, 2021a). Dessa forma, o agravamento da qualidade do sono contribui significativamente para o adoecimento psíquico. A má qualidade do sono é um fator que compromete a saúde mental, o que torna uma preocupação importante no contexto do trabalho docente.

Tabela 11 - Distribuição dos/as docentes com má qualidade do sono segundo variáveis sociodemográficas e laborais

Variáveis	Categorias	Percentual de má qualidade do sono (%)
Resultado geral	Total da amostra	78,7
Gênero	Feminino	42,7
	Masculino	34,0
Faixa etária (anos)	26 a 34	9,7
	35 a 53	59,2
	54 a 67	8,7
Raça/cor autodeclarada	Pardos(as)	46,6
	Branco(s)	24,3
	Pretos(as)	8,7
Vínculo empregatício	Efetivos(as)	61,2
	Não efetivos(as)	17,5
Carga horária semanal	40 horas	35,0
	30 horas	30,1
	Outras cargas horárias	11,7
Tipo de escola	Tempo integral	35,9
	Regular	42,7

Tempo de atuação na docência (anos)	5 a 10	23,3
	11 a 16	21,4
	17 a 23	11,7
	25 a 30	3,9
	Mais de 30	4,9

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa (2025)

Os resultados gerais da amostra indicam que 78,7% foram classificados com qualidade de sono ruim. Esse resultado revela um cenário preocupante no que se refere ao bem-estar psicofisiológico desses/as profissionais, que de acordo com a literatura e os dados já analisados neste mesmo estudo, sugere-se que a má qualidade do sono pode estar relacionada a fatores como a sobrecarga laboral, jornadas de trabalho extensas ou fragmentadas, bem como as demandas inerentes à atividade docente. Freitas *et al.* (2021a), em um estudo realizado com docentes universitários, destacam a elevada prevalência de má qualidade do sono entre os/as participantes, com 61,3% apresentando escores indicativos de sono inadequado. As autoras associam essa condição a diversos fatores relacionados ao trabalho, incluindo a manutenção de múltiplos vínculos empregatícios, a limitação do tempo disponível para atividades de lazer, a redução das horas de sono, bem como a elevada exigência psicológica combinada à pouca autonomia no ambiente de trabalho. Além disso, o estudo aponta que a má qualidade do sono repercute negativamente em múltiplos aspectos de saúde dos/as docentes, afetando tanto o desempenho profissional, quanto o bem-estar físico e emocional desses/as trabalhadores/as.

Ao analisar a qualidade do sono considerando o gênero, os dados indicam que 42,7% das docentes do sexo feminino ultrapassaram o ponto de corte, indicando má qualidade do sono. Entre os docentes do sexo masculino, esse percentual foi de 34%, demonstrando também um impacto relevante, ainda que inferior ao observado entre as mulheres. Essa diferença, embora não acentuada, reafirma achados recorrentes na literatura, segundo os quais as mulheres apresentam maior propensão a distúrbios do sono (Freitas *et al.*, 2020; Gajardo *et al.*, 2021; Betancur *et al.*, 2022). Tal vulnerabilidade pode estar associada a múltiplos fatores psicossociais e estruturais, como a sobrecarga decorrente da dupla jornada de trabalho, a responsabilização desproporcional pelas tarefas de cuidado e maior exposição a estressores

emocionais. Por outro lado, o fato de mais de um terço dos homens também relatarem má qualidade do sono reforça a hipótese de que o exercício da docência, independentemente do gênero, está inserido em condições laborais que afetam negativamente o ciclo do sono.

No que se refere a análise segundo a faixa etária, observou-se um padrão não linear, mas revelador. O grupo de docentes com idade entre 35 a 53 anos, apresentou um percentual mais elevado de má qualidade do sono (59,2%), um dado bastante expressivo, sobretudo comparado aos mais jovens (26 a 34 anos: 9,7%) e os mais velhos (54 a 67 anos: 8,7%). Tal achado sugere que a má qualidade do sono tende a se intensificar nas fases mais ativas da carreira docente, possivelmente em função do acúmulo de responsabilidades, da sobrecarga laboral e da conciliação entre demandas profissionais e pessoais. Essa condição pode afetar o desempenho laboral, a capacidade de concentração e tomadas de decisão, e de maneira mais ampla, a saúde física e mental, elevando o risco de quadros como burnout, ansiedade e depressão.

A análise a partir da variável raça/cor, evidencia desigualdades significativas na qualidade do sono entre os diferentes grupos raciais dos/as docentes. Os resultados indicam que 46,6% dos/as docentes que se autodeclararam pardos/as, ultrapassaram o ponto de corte indicativo para má qualidade do sono, seguidos por 24,3% dos/as brancos/as e 8,7% dos/as pretos/as. A elevada prevalência observada entre os/as docentes pardos/as merece atenção, principalmente por refletir marcadores de vulnerabilidade historicamente associados à racialização no contexto brasileiro, marcada por desigualdades estruturais e acesso desigual de direitos. Importante ressaltar que o grupo de docentes pardos/as representa uma significativa parcela da amostra, conforme demonstrado na seção 3.1. Por outro lado, a menor proporção de docentes pretos/as, que reportaram má qualidade do sono, pode estar relacionada ao número reduzido de respondentes autodeclarados pretos/as, que pode comprometer a representatividade estatística. Em uma das raras investigações que abordam a relação entre a etnia e a qualidade do sono, Kondo (2022) examinou a influência de fatores étnicos-genéticos e sociodemográficos nos padrões de sono, utilizando como metodologia a polissonografia associada à análise genética de ancestralidade. Os participantes foram agrupados segundo três categorias étnicas: africanos, caucasianos e nativo-americanos. Os principais achados do estudo indicaram que o grupo com ancestralidade africana apresentou o menor tempo total de sono e a pior eficiência do sono, ao passo que o grupo caucasiano demonstrou maior tempo total de sono e melhor eficiência. Esses achados sugerem a existência de uma possível relação entre determinantes genéticos e fatores sociais na conformação da qualidade do sono, ressaltando a necessidade de abordagens interdisciplinares que considerem não apenas os marcadores biológicos, mas os contextos sociais na análise das desigualdades em saúde.

A análise referente ao vínculo com a rede de ensino indica que docentes com vínculo efetivo apresentam uma prevalência significativamente mais elevada de má qualidade do sono (61,2%) em comparação àqueles/as com vínculo não efetivo (17,5%). De modo semelhante aos resultados obtidos por meio do SQR-20, esses dados sugerem que a estabilidade contratual, embora possa oferecer maior segurança institucional, não se configura, por si só, um fator protetivo frente à exaustão decorrente do exercício da docência. Os achados reforçam a compreensão de que o desgaste docente não decorre apenas da insegurança contratual, mas está associado a um modelo de gestão educacional que negligencia as condições de trabalho e o bem-estar do/a profissional. Dessa forma, é importante analisar as dinâmicas institucionais que produzem e sustentam os processos de adoecimento docente, mesmo em contextos de aparente estabilidade.

A análise da qualidade do sono relacionada à carga horária semanal evidenciam uma associação proporcional entre o aumento da jornada de trabalho docente e a piora nos indicadores de sono. Os dados indicam que a prevalência de má qualidade do sono foi de 35% entre docentes com jornada semanal de 40 horas, 30,1% entre aqueles/as com carga horária de 30 horas, e 11,7% entre os/as que relataram outras cargas horárias. Esses resultados sugerem que docentes submetidos/as a jornadas mais extensas, estão significativamente mais expostos/as ao comprometimento do sono. Tal achado aponta para o impacto da intensificação da jornada laboral sobre a qualidade do descanso, considerando que a ampliação da carga horária reduz o tempo disponível para atividades extraclasse, bem como para práticas de autocuidado, contribuindo para o desgaste físico e psíquico da categoria.

A análise dos dados revela que tanto docentes que atuam em escolas de tempo integral quanto aqueles/as vinculados a instituições que não funcionam nesse modelo, apresentam índices elevados de má qualidade do sono, com 35,9% e 42,7%, respectivamente, ultrapassando o ponto de corte estabelecido para indicadores de sono inadequado. Embora os percentuais sejam relativamente próximos, observa-se um agravamento sutil, porém relevante, na qualidade do sono entre aqueles que não atuam em escola de tempo integral. Essa diferença pode estar associada aos múltiplos vínculos empregatícios, conforme já discutido anteriormente.

Souza (2010) propõe uma análise crítica sobre a discrepância entre o tempo formalmente atribuído à docência e o tempo dedicado às múltiplas atividades que integram o exercício profissional docente. A autora distingue entre o “tempo de ensino”, entendido como o período em que o/a professor/a está oficialmente em sala de aula e o “tempo de trabalho”, que abrange um conjunto mais amplo de tarefas realizadas, tanto dentro, como fora da sala de aula. Este último inclui atividades como planejamento de aulas, correção de avaliações, participação

em reuniões pedagógicas, organização de eventos e outras demandas extracurriculares. Souza argumenta que esse tempo ampliado é de difícil mensuração e, frequentemente, não é reconhecido institucionalmente, contribuindo para a invisibilização de parte significativa do trabalho docente. Assim, os resultados sugerem que a deterioração da qualidade do sono entre docentes não está exclusivamente vinculada ao tempo formal de permanência na escola, mas decorre, sobretudo das condições estruturais e organizacionais do trabalho docente, como a fragmentação da jornada e a intensificação do trabalho.

No que se refere à relação entre a qualidade do sono relacionada e tempo de atuação na rede de ensino, os dados revelam uma tendência não linear, mas com tendência de maior comprometimento do sono entre professores/as em estágios intermediários de carreira.

O grupo de docentes entre 5 a 10 anos de atuação, apresenta a maior prevalência de má qualidade do sono (23,3%), seguidos de perto pelo grupo com 11 a 16 anos de serviço (21,4%), os com 17 a 23 anos (11,7%). Os/as docentes com maior tempo de carreira apresentaram menores índices de comprometimento do sono. O grupo mais de 30 anos de carreira apresentou o percentual de 4,9%, enquanto os e de 25 a 30 anos, 3,9%. Esses resultados sugerem que os períodos mais da trajetória profissional docente, correspondem aos momentos de maior vulnerabilidade quanto ao descanso e a recuperação física e mental. Observa-se uma redução nos indicadores de má qualidade do sono nos grupos mais experientes, que pode estar ligado a fatores como uma maior adaptação à rotina e as exigências da profissão, maior estabilidade emocional e financeira e até à questão da aproximação da aposentadoria. No entanto, é importante destacar que embora os índices se apresentem inferiores entre os/as profissionais com mais tempo de serviço, não implica necessariamente ausência de sofrimento psíquico ou sobrecarga acumulada, mas sim, possíveis transformações no modo de lidar com o trabalho e as expectativas em relação à carreira.

Corrêa, Carvalho e Simon (2024) observam que docentes da rede pública apresentam maior vulnerabilidade a fatores que comprometem a qualidade do sono, em decorrência de elevados níveis de estresse, múltiplos vínculos empregatícios e falta de tempo para atividades de lazer. Tais condições exercem impactos negativos sobre a saúde física e mental desses profissionais. Os autores destacam a importância da qualidade do sono para a saúde física e mental dos/as docentes. Ressaltam que o sono é essencial para a recuperação do organismo, influenciando diretamente no desempenho profissional e o bem-estar geral. Além disso, o estresse foi identificado em mais da metade dos/as docentes participantes da amostra, configurando-se como um dos principais fatores associados ao comprometimento da qualidade do sono. Quando não gerenciado adequadamente, o estresse torna-se um elemento determinante

para o agravamento de distúrbios relacionados ao sono entre professores/as. A análise estatística realizada no estudo demonstrou que a presença de estresse eleva 3,32 vezes a probabilidade de ocorrência de alterações significativas no padrão de sono dos/as docentes, evidenciando a estreita relação entre saúde mental e descanso adequado no contexto da prática docente.

A má qualidade do sono entre os/as docentes da rede estadual da Paraíba configura-se como um indicador preocupante, tendo em vista que quase 80% da amostra apresentou escores indicativos de padrões de sono inadequados. Essa condição compromete diretamente o bem-estar físico, cognitivo e emocional dos/as professores/as, ampliando a vulnerabilidade a transtornos mentais, como ansiedade, depressão e burnout. Os dados revelam que a má qualidade do sono não se restringe a um único perfil docente, mas é influenciada por uma combinação de fatores laborais, sociais e demográficos, entre os quais se destacam a sobrecarga e a intensidade da jornada laboral, a precarização das condições de trabalho, o acúmulo de responsabilidades profissionais e pessoais, e a invisibilização do tempo real dedicado às atividades docentes.

3.4.4 Sintomas depressivos

De acordo com Souza *et al.* (2021), os sintomas depressivos são definidos com base nos critérios estabelecidos pelo Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V), os quais incluem humor deprimido, perda de interesse ou prazer nas atividades diárias, distúrbios do sono, fadiga, sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva, dificuldades de concentração, bem como pensamentos recorrentes de morte ou ideação suicida. Com o objetivo de identificar esses sintomas de forma padronizada, foi desenvolvido o *Patient Health Questionnaire-9* (PHQ-9), instrumento amplamente utilizado na triagem e no monitoramento da depressão.

Tabela 12 - Distribuição dos/as docentes com sintomas compatíveis com depressão moderada ou grave segundo variáveis sociodemográficas e laborais

Variáveis	Categorias	Percentual (%)
Resultado geral	Total da amostra	51,5
Gênero	Feminino	29,1

	Masculino	21,4
Faixa etária (anos)	26 a 34	9,7
	35 a 53	35,0
	54 a 67	4,9
Raça/cor autodeclarada	Pardos(as)	31,1
	Branco(s)	17,5
	Pretos(as)	2,9
Vínculo empregatício	Efetivos(as)	40,8
	Não efetivos(as)	10,7
Carga horária semanal	40 horas	25,2
	30 horas	17,5
	Jornada variável	8,7
Tipo de escola	Regular	27,2
	Tempo integral	24,3
Tempo de atuação na docência (anos)	5 a 10	14,6
	11 a 16	14,6
	17 a 23	4,9
	25 a 30	3,9
	Acima de 30	2,9

Os dados obtidos por meio do instrumento revelaram um cenário preocupante em relação à saúde mental dos/as docentes participantes da pesquisa. Observou-se que 51,5% dos/as respondentes apresentaram sintomas compatíveis com quadro de depressão moderada ou grave, conforme os critérios de classificação. Esse achado indica uma prevalência significativa de adoecimento psíquico, um resultado preocupante, o que configura um indicativo de alerta para a necessidade de intervenções efetivas.

A análise dos resultados por gênero revelou índices expressivos de sintomas depressivos em ambos, destacando-se maior prevalência entre as mulheres (29,1%) em comparação aos homens (21,4%). Embora a diferença entre os grupos seja relativamente pequena, a diferença observada entre os gêneros reitera os achados de estudos anteriores que apontam para uma maior vulnerabilidade das mulheres a sintomas de depressão e outros TMC. O estudo de Oliveira (2010) identificou uma maior prevalência de sintomas depressivos entre as mulheres, ainda que reconheça que essa diferença não pode ser atribuída exclusivamente ao fator de gênero. O autor adota uma abordagem multifatorial, considerando variáveis de ordem biológica, psicológica e sociocultural para compreender tal disparidade. No que se refere aos aspectos socioculturais, destaca-se a sobrecarga associada às atribuições tradicionalmente conferidas às mulheres, como a conciliação entre trabalho remunerado, responsabilidades domésticas e cuidado com os filhos. Além disso, o estudo aponta a menor valorização profissional das mulheres, bem como a maior exposição a formas de violência de gênero, incluindo abuso psicológico, físico e sexual, como fatores agravantes. Por fim, ressalta-se a expectativa social de que as mulheres sejam emocionalmente disponíveis e resilientes, que pode contribuir ao silenciamento ou naturalização do sofrimento psíquico, dificultando o seu reconhecimento e enfrentamento adequado.

A distribuição dos sintomas depressivos entre docentes, de acordo com a faixa etária, revela um padrão de prevalência marcante concentrado no grupo de 35 a 53 anos, no qual 35% dos respondentes apresentaram pontuações indicativas de sintomas depressivos. Esse percentual é significativamente superior aos observados entre os docentes de 26 a 34 anos (9,7%) e de 54 a 67 (4,9%), apresentando um quadro preocupante do sofrimento psíquico entre os/as profissionais na fase intermediária da carreira. Em contrapartida, a pesquisa conduzida por Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019) identificou níveis mais elevados de ansiedade e depressão entre professores/as mais jovens. Esses resultados podem indicar que a etapa inicial da trajetória profissional pode representar um período crítico para saúde mental dos/as docentes.

A análise da variável cor/raça revela disparidades significativas na prevalência de sintomas depressivos moderados a grave, com destaque para docentes pardos/as, entre os quais

31,1% ultrapassaram o ponto de corte estabelecido pelo instrumento. Esse percentual é considerado superior ao observado entre docentes brancos/as (17,5%) e pretos/as (2,9%), indicando a necessidade de uma reflexão aprofundada sob a perspectiva das desigualdades raciais estruturais e seus impactos na saúde mental dos/as docentes. Esse resultado corrobora com a tendência observada anteriormente no que se refere aos TMC.

A análise dos resultados segundo o vínculo com a rede de ensino revela que professores/as efetivos/as, apesar da estabilidade, apresentam maior prevalência de sintomas depressivos (40,8%) em comparação aos não efetivos/as, cuja taxa foi de 10,7%. Esse resultado reforça a tendência observada também nos escores do SQR-20, relativos aos TMC, em que docentes efetivos/as demonstram maior propensão ao adoecimento psíquico. A convergência entre os altos índices de TMC e sintomas depressivos entre os/as efetivos/as, pode indicar uma maior probabilidade de desenvolvimento de quadros depressivos nesse grupo, enquanto entre os/as não efetivos/as, os sintomas podem estar mais associados a outros tipos de transtornos.

Em relação aos dados relativos à carga horária semanal, há evidências de uma associação significativa entre o tempo dedicado ao exercício da docência e a intensificação do sofrimento psíquico, especialmente no que se refere à manifestação de sintomas depressivos. Docentes com jornada semanal de 40 horas apresentam a maior prevalência de sintomas compatíveis com depressão (25,2%), seguidos por aqueles com carga horária de 30 horas semanais (17,5%). Por outro lado, docentes com carga horária variável, registram um percentual inferior (8,7%). Esses resultados apontam uma relação direta entre a extensão da jornada de trabalho e a ocorrência de sintomas depressivos, corroborando os achados observados na aplicação do instrumento SQR-20. Ressalta-se que, embora a carga horária de 40 horas semanais esteja formalmente institucionalizada, ela não contempla a totalidade das demandas laborais, tendo em vista que uma parte substancial do trabalho docente, como planejamento, correção de atividades e participação em reuniões, é realizada extraclasse. No caso das demais jornadas, embora possam funcionar como moderadoras dos efeitos adversos, não eliminam os riscos à saúde mental, uma vez que o adoecimento psíquico também está relacionado à qualidade das condições de trabalho e não apenas à sua duração formal.

No que se refere à atuação em escolas de tempo integral, os dados evidenciam uma proximidade nos percentuais de docentes que apresentaram sintomas depressivos, independentemente do modelo institucional em que exercem suas atividades: 27,2% dos/as que não trabalham em escolas de tempo integral e 24,3% entre os/as que estão vinculados a instituições de tempo integral. Tal proximidade percentual sugere a existência de um cenário de adoecimento psíquico amplamente disseminado no magistério, não limitando ao regime de

funcionamento da escola. Corroborando essa perspectiva, Silva (2022) observa que o trabalho docente tem se intensificado progressivamente, ainda que o/a professor/a esteja vinculado formalmente em uma única unidade escolar. O autor ressalta que as exigências da função frequentemente ultrapassam a carga horária oficialmente contratada, abrangendo atividades que não são integralmente contempladas no tempo remunerado. Ademais, é importante considerar que, segundo os dados da presente pesquisa, aproximadamente 62%, dos/as docentes vinculados a escolas regulares, mantêm vínculos adicionais com outras instituições, o que acarreta uma ampliação da carga de trabalho e nas demandas laborais. Tal acúmulo de funções constitui um fator relevante na intensificação do adoecimento psíquico no exercício da docência.

Os dados apresentados indicam que a prevalência de sintomas depressivos entre docentes varia de forma significativa ao longo da trajetória profissional. Observa-se um pico de comprometimento psíquico na fase intermediária da carreira, especialmente entre 5 a 16 anos de atuação, seguido por uma redução expressiva com 17 a 23 anos de serviço, o que pode configurar um período de adaptação e estabilização. Ao comparar esses achados, com os resultados obtidos pelo SQR-20, nota-se uma tendência semelhante; maior prevalência de adoecimento psíquico entre docentes com 5 a 16 anos de vínculo. Já entre os grupos de 17 a 23 anos e de 25 a 30 anos, os percentuais se mantiveram bem próximos entre os dois instrumentos, reforçando a consistência dos dados referente a oscilação do adoecimento psíquico ao longo do tempo de atuação.

Na pesquisa realizada por Silva, Bolsoni-Silva e Loureiro (2018), o tempo de exercício na docência e idade foram identificados como possíveis fatores protetores, uma vez que docentes com maior experiência apresentaram menores níveis de sintomas depressivos. Em contrapartida, o estudo apontou que altas demandas emocionais, ausência de reconhecimento profissional e dificuldades no ambiente laboral foram apontadas como elementos que contribuem significativamente para o adoecimento. Dessa forma, a ocorrência de quadros depressivos entre docentes é compreendida como um reflexo das condições laborais adversas às quais esses profissionais estão expostos.

Souza (2021) discute a crescente incidência de transtornos depressivos entre profissionais da educação no Brasil, destacando a alta vulnerabilidade dos/as docentes ao sofrimento psíquico, com ênfase nos quadros depressivos em distintos níveis de gravidade. A autora aponta que fatores como elevados níveis de estresse, precarização das condições laborais e ausência de apoio institucional, contribuem significativamente para o adoecimento psíquico nesta categoria. Ressalta que o comprometimento da saúde mental impacta diretamente a

qualidade de vida dos/as professores/as, podendo levar ao afastamento do trabalho e prejuízo ao exercício da docência. Diante deste cenário, a autora defende a necessidade de se reconhecer a depressão entre os/as docentes como um problema de saúde pública, enfatizando a urgência da implementação de políticas institucionais voltadas à valorização, ao bem-estar e à promoção da saúde mental dos/as profissionais da educação.

Dunker (2021) apresenta uma análise crítica da centralidade da depressão como principal forma de sofrimento psíquico na contemporaneidade, vinculando a sua ascensão ao contexto histórico e social do neoliberalismo. Observa que ao longo do século XX, a depressão substituiu as neuroses como principal diagnóstico em saúde mental, emergindo em um cenário de maior flexibilidade normativa, caracterizado pela exigência de desempenho individual. Essa mudança reflete uma transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de desempenho, na qual o sofrimento psíquico passa a ser internalizado como fracasso pessoal diante das demandas sociais. Dunker argumenta que o neoliberalismo, ao incentivar uma lógica de autogerenciamento e responsabilização individual, promove um ambiente favorável à depressão. A constante autoavaliação, a busca incessante por produtividade e a internalização da culpa pelo fracasso, contribuem para intensificação de quadros depressivos. Nesse contexto, a depressão deixa de ser vista como uma condição exclusivamente biológica ou subjetiva e passa a ser compreendida como um sintoma social, em resposta ao modelo econômico neoliberal.

3.4.5 Sintomas ansiosos

Conforme Silva *et al.* (2023a), a ansiedade configura-se como um transtorno mental comum, porém altamente impactante, exercendo efeitos significativos sobre a saúde mental da população. Os autores ressaltam que o contexto da pandemia da Covid-19 - marcado por incertezas, distanciamento social, instabilidade econômica, etc. - contribuiu de forma expressiva para o aumento dos níveis de ansiedade na população em geral. Destacam ainda que os sintomas ansiosos estão frequentemente associados a prejuízos no funcionamento social, ocupacional e físico, além de estarem vinculados a uma redução na qualidade de vida, maior incidência de pensamentos suicidas e risco aumentado de comorbidades, especialmente a depressão, com a qual frequentemente coexistem. Os autores acrescentam que o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) apresentou índices elevados no contexto brasileiro, conforme evidenciado no estudo conduzido em 2020, no qual 56,4% dos participantes relataram sintomas de ansiedade em níveis moderados a severos durante o período da coleta dos dados.

Tabela 13 - Distribuição dos(as) docentes com escores indicativos de ansiedade moderada ou grave ($GAD-7 \geq 10$) segundo variáveis sociodemográficas e laborais

Variáveis	Categorias	Percentual (%)
Resultado geral	Total da amostra ($GAD-7 \geq 10$)	45,5
	Ansiedade moderada	15,5
	Ansiedade grave	30,0
Gênero	Feminino	25,2
	Masculino	19,4
Faixa etária (anos)	26 a 34	8,7
	35 a 53	33,0
	54 a 67	3,9
Raça/cor autodeclarada	Pardos(as)	26,2
	Branco(s)	15,5
	Pretos(as)	3,9
Vínculo empregatício	Efetivos(as)	38,8
	Não efetivos(as)	4,9
Carga horária semanal	40 horas	24,3
	30 horas	15,5
	Outras jornadas	5,8
Tipo de escola	Regular	23,3

	Tempo integral	22,3
Tempo de atuação na rede (anos)	5 a 10	11,7
	11 a 16	12,6
	17 a 23	6,8
	25 a 30	2,9
	Acima de 30	1,9

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa (2025)

Os resultados obtidos nesta pesquisa revelam que 45,5% dos/as docentes avaliados apresentaram escores iguais ou superiores a 10 no GAD-7, valor indicativo de sintomas ansiosos significativos. Dentre esses, 15,5% apresentaram sintomas de ansiedade em nível moderado, enquanto 30% demonstraram sinais compatíveis com ansiedade grave. Esses resultados configuram um quadro preocupante em termos de saúde mental no contexto docente, uma vez que níveis elevados de ansiedade podem comprometer significativamente a capacidade funcional, o desempenho pedagógico e, sobretudo, o bem-estar geral desses/as profissionais.

A análise dos resultados do GAD-7 segundo a variável de gênero revelou que as mulheres apresentaram uma prevalência ligeiramente superior de sintomas ansiosos clinicamente significativos (25,2%) em comparação com os homens (19,4%). Esses dados evidenciam que tanto docentes do sexo masculinos quanto do sexo feminino estão substancialmente expostos níveis moderados a grave de ansiedade. No entanto, há uma prevalência ligeiramente superior dos sintomas em mulheres, corroborando com os estudos anteriores sobre desigualdade de gênero.

A distribuição dos níveis moderados a graves de ansiedade, conforme mensurado pelo GAD-7, revela uma maior prevalência entre docentes com idade entre 35 a 53 anos (33%), em comparação com os grupos etários mais jovens, de 26 a 34 anos (8,7%), e mais velhos, de 54 a 67 anos (3,9%). Esses dados corroboram com os padrões observados na aplicação do SQR-20, indicando que a faixa etária intermediária tende a apresentar maior vulnerabilidade ao adoecimento psíquico.

A análise da prevalência de sintomas ansiosos clinicamente significativos evidencia desigualdades marcantes entre os diferentes grupos raciais. Os/as docentes autodeclarados

pardos/as apresentaram a maior proporção de sintomas moderados a graves de ansiedade (26,2%), seguidos pelos/as autodeclarados brancos/as (15,5%). Já o grupo de docentes autodeclarados/as pretos/as registrou uma prevalência de 3,9%. Esse resultado pode ser um reflexo da interseccionalidade entre raça, classe e condições de trabalho, que historicamente expõem essa população a maiores níveis de vulnerabilidade social e até estresse contínuo.

Os resultados obtidos por meio do GAD-7, no que se refere ao vínculo dos/as docentes com a rede de ensino, revela uma diferença expressiva na prevalência de sintomas ansiosos entre os/as docentes com vínculo efetivo (38,8%) e aqueles com vínculo não efetivos (4,9%). Tal achado corrobora a tendência observada nos instrumentos anteriores, onde se verificou uma maior proporção de adoecimento psíquico entre os/as docentes efetivos/as.

Com relação à carga horária de trabalho, os dados indicam que docentes com jornada semanal de 40 horas apresentaram o maior prevalência de sintomas ansiosos clinicamente significativos (24,3%). Em comparação, docentes com carga horária de 30 horas semanais (15,5%) e os com jornada variável (5,8%). Os resultados revelam uma relação diretamente proporcional entre o aumento da carga horária e a prevalência de sintomas ansiosos clinicamente significativos. Esse padrão evidencia que a intensidade da carga de trabalho é um fator crítico para o adoecimento psíquico docente, sobretudo ao transtorno de ansiedade.

No que se refere ao tipo de instituição de ensino - escolas de tempo integral ou parcial - os dados revelam percentuais semelhantes de sintomas ansiosos clinicamente significativos entre docentes vinculados/as a escolas regulares (23,3%) e àqueles/as atuantes em instituições de tempo integral (22,3%). A proximidade entre os índices sugere que o modelo organizacional da escola, isoladamente, não constitui um fator determinante para o aumento ou redução significativa dos sintomas de ansiedade entre docentes. Embora a prevalência entre docentes de escola de tempo integral seja ligeiramente inferior, é relevante considerar que neste estudo, a maior parte dos/as docentes vinculados a escolas regulares possui múltiplos vínculos empregatícios, o que acarreta a fragmentação da jornada laboral em diferentes instituições. Tal condição pode intensificar a sobrecarga de trabalho, influenciando negativamente a saúde mental desses/as profissionais. Já com relação aos profissionais que atuam sob o regime de escola integral, Henrique (2020) enfatiza os desafios substanciais enfrentados pelos/as docentes na implementação e manutenção desse modelo de escola. Entre os principais obstáculos identificados, destacam-se a insuficiência de apontadas estão a insuficiência de infraestrutura física, a carência de recursos pedagógicos adequados e a exigência contínua de adaptação às novas diretrizes curriculares. Tais fatores impactam significativamente sobre a prática docente, exigindo dos/as professores/as níveis elevados de flexibilidade, comprometimento e dedicação

para atender às demandas ampliadas da proposta de tempo integral. A autora também observa que muitos/as docentes relataram sentimentos de sobrecarga em suas atividades diárias, decorrentes da ausência de suporte institucional, o que contribui para o desgaste físico e psíquico.

Os resultados do GAD-7, quando analisados em função do tempo de atuação, revelam que os níveis de ansiedade entre docentes não seguem uma trajetória linear ao longo dos anos de exercício profissional. Observa-se um pico de prevalência de sintomas ansiosos entre os/as docentes que atuam entre 11 e 16 anos, enquanto os menores índices foram registrados entre aqueles/as acima de 30 anos de atuação, conforme apresentado no quadro a seguir.

Tal padrão reforça a hipótese de que o adoecimento psíquico apresenta uma estreita relação com o estágio da carreira docente, refletindo as demandas específicas que caracterizam cada fase do percurso profissional.

Brito (2022) destaca que a ansiedade constitui uma das principais manifestações do adoecimento psíquico entre docentes, sobretudo no contexto da pandemia da Covid-19. A autora identifica a ansiedade como uma consequência relevante do contexto pandêmico, evidenciada tanto na literatura quanto nos relatos dos/as próprios/as docentes. Destaca-se ainda, que a ansiedade pode atuar como precursor de outros quadros psicopatológicos, como o estresse crônico e a depressão. Brito também observa que, apesar da expressiva presença de sintomas ansiosos entre docentes, uma parcela considerável não busca apoio especializado. Neste sentido, a autora enfatiza a importância de reconhecer a ansiedade como um dos reflexos emocionais da crise sanitária, reforçando a necessidade de implementação de estratégias institucionais voltadas à promoção de saúde mental e ao suporte psicossocial dos/as docentes.

3.5 Análise integrada da saúde mental dos/das docentes da rede estadual da Paraíba no pós-pandemia

Ao proceder uma análise integrada dos resultados obtidos por meio dos instrumentos aplicados: Self Reporting Questionnaire (SQR-20), utilizado para aferir a prevalência dos Transtornos Mentais Comuns (TMC); o *Effort-Reward Imbalance* (ERI), voltado para a mensuração do desequilíbrio esforço e recompensa no ambiente de trabalho; o *Mini Sleep Questionnaire* (MSQ), que avaliou a qualidade do sono; e os instrumentos *Patient Health Questionnaire-9* (PHQ-9) e o *Generalized Anxiety Disorder* (GAD-7), direcionados para a identificação da intensidade dos sintomas depressivos e ansiosos, respectivamente; foi possível traçar um panorama abrangente do estado de saúde mental dos/as docentes participantes.

Essa abordagem integrada possibilita não apenas a compreensão da prevalência isolada de cada condição avaliada, mas também a identificação das correlações entre os distintos indicadores psicossociais analisados. Dessa forma, contribui para uma compreensão mais ampla e contextualizada dos processos de sofrimento e adoecimento psíquico associados ao exercício da docência, considerando a complexidade das dinâmicas laborais e institucionais que permeiam o cotidiano profissional dos/as docentes.

Os resultados evidenciam uma convergência significativa entre os diferentes indicadores de saúde mental analisados, com alta prevalência de sintomas ansiosos (45,5%), sintomas depressivos (51,5%), transtornos mentais comuns (58,4%), distúrbios do sono (78,7%) e desequilíbrio esforço-recompensa ($ER=1,28$). Embora avaliadas por instrumentos distintos, apontam para uma mesma direção diagnóstica: o exercício da docência tem ocorrido em condições que favorecem o sofrimento psíquico contínuo e, muitas vezes, invisibilizado. Corrêa, Carvalho e Simon (2024) evidenciam que a depressão e a ansiedade apresentam uma associação significativa com a qualidade do sono entre docentes da rede pública. Os autores reforçam que condições de saúde mental, em especial quadros ansiosos e depressivos, constituem importantes fatores de risco para o comprometimento da qualidade do sono, contribuindo para um ciclo de retroalimentação que pode afetar negativamente tanto a saúde física quanto a mental dos/as docentes.

A correlação entre os instrumentos também revelou a presença de fatores de vulnerabilidade recorrentes entre os/as docentes. Observou-se que as mulheres apresentaram índices mais elevados de adoecimento psíquico, o que evidencia os efeitos da sobrecarga de gênero e as desigualdades estruturais que atravessam a prática docente. A faixa etária de 35 a 53 anos, bem como o tempo de carreira de 11 a 16 anos, configuram-se como períodos críticos, com maior prevalência de sintomas em todos os instrumentos analisados. Esses achados sugerem que a fase intermediária da trajetória profissional está associada a níveis mais intensos de estresse, frustração e esgotamento.

Além disso, o vínculo efetivo, tradicionalmente compreendido como fato de estabilidade, não demonstrou oferecer proteção psíquica. Pelo contrário, foi associado a uma maior incidência de sintomas ansiosos, depressivos e distúrbios do sono, indicando que a estabilidade contratual, quando dissociada de reconhecimento ou valorização profissional e condições adequadas de trabalho, não configura um fator protetivo. A jornada de trabalho de 40 horas semanais esteve relacionada aos piores indicadores em todos os instrumentos aplicados, evidenciando uma relação direta entre intensificação das demandas laborais e o adoecimento psíquico. Por fim, os/as docentes vinculados/as a escolas regulares, sendo a

maioria com múltiplos vínculos, enfrentam uma sobrecarga adicional, agravando distúrbios do sono e intensifica o desequilíbrio na relação esforço-recompensa.

A comorbidade entre os sintomas de ansiedade e depressão, identificada pela aplicação simultânea dos instrumentos SQR-20, PHQ-9 e GAD-7, evidencia a complexidade do sofrimento psíquico vivenciado pelos/as docentes. Moreira *et al.* (2022) apontam que os transtornos de natureza psíquica, como ansiedade, depressão e síndrome de Burnout, estão entre as principais causas de afastamento do trabalho docente. Tais evidências indicam que o sofrimento psíquico compromete não apenas a saúde individual dos/as professores/as, mas também interfere na sua capacidade de permanência ativa na profissão. Neste sentido, essa sobreposição sintomatológica indica a necessidade de abordagens interdisciplinares que integrem o cuidado com a saúde mental, o fortalecimento do suporte institucional e reestruturação das condições laborais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a investigar de que maneira as condições de trabalho vivenciadas durante e após a pandemia da Covid-19 têm impactado a saúde mental dos/as docentes da Rede Estadual da Paraíba, bem como analisar em que medida esses/essas profissionais vêm sendo acometidos por transtornos mentais comuns, tais como sintomas ansiosos e depressivos, estresse e distúrbios relacionados ao sono. Sendo assim, teve como finalidade analisar as condições de trabalho e de saúde mental dos/as docentes da Rede Estadual da Paraíba no contexto pós-pandêmico, considerando os impactos da pandemia. Para tanto, buscou-se examinar os efeitos do ensino remoto emergencial na intensificação de transtornos mentais comuns e compreender as políticas institucionais e as estratégias de apoio psicológico ofertadas aos/às docentes durante e após a pandemia. Além disso, buscou analisar os aspectos psicossociais que atravessam o trabalho docente, com ênfase nas condições laborais, de saúde mental e na qualidade do sono dessa categoria profissional, fazendo o cruzamento desses dados com as suas condições de trabalho.

Nesse estudo, as categorias analíticas do materialismo histórico-dialético mostraram-se essenciais para a análise mais aprofundada do objeto investigado, permitindo compreendê-lo inserido nos contextos histórico, social, econômico e político. Tais categorias contribuíram para a compreensão crítica da realidade, ao possibilitarem uma leitura totalizante e contextualizada da educação no estado da Paraíba, permitindo apreender a dinâmica dialética entre as condições impostas ao trabalho docente e as contradições que revelam as desigualdades estruturais que atravessam o exercício da docência.

Dentre as contradições encontradas, podemos destacar o fato de que as premiações atribuídas à Rede Estadual de Ensino da Paraíba contrastam com as profundas desigualdades estruturais existentes no estado. Observou-se que esses reconhecimentos foram fundamentados apenas na intencionalidade das políticas educacionais aprovadas durante a pandemia, sem a devida verificação quanto a sua real implementação, evidenciando uma lacuna significativa entre o planejamento e a execução das ações.

No que se refere ao ensino remoto, foi identificado que, embora as diretrizes oficiais afirmem ter havido a oferta de formação para os/as docentes, os resultados revelaram que uma parcela significativa dos docentes não recebeu qualquer tipo de capacitação. Entre as/os docentes que participaram das formações, mais de 60% não as consideraram adequadas. Além disso, na literatura foi relatado que durante o período pandêmico, as plataformas digitais disponibilizadas para o registro das atividades docentes funcionavam apenas no período

noturno ou na madrugada, impondo, indiretamente os/as professores/as a trabalharem em horários destinados ao descanso, contribuindo para o agravamento do desgaste físico e psíquico.

Outra contradição relevante, refere-se ao discurso institucional sobre o cuidado com a saúde física e mental dos/as profissionais da educação. Apesar de alguns documentos oficiais e o portal do governo estadual, mencionarem essa preocupação, o que foi encontrado na prática foi o fortalecimento dos mecanismos de controle sobre o trabalho docente, inclusive no período pandêmico, como a manutenção das avaliações em larga escala. Esse cenário contribuiu para o aumento das cobranças por resultados quantitativos, ignorando as desigualdades regionais e socioeconômicas no acesso às tecnologias da informação e comunicação e o impacto da pandemia com relação às condições de aprendizagem enfrentadas neste período. Ao mesmo tempo, os dados da pesquisa demonstraram que houve uma ampliação das demandas laborais. Soma-se a isso, a ausência das condições de trabalho adequadas, o desrespeito ao limite da carga horária contratual, aspecto relatado por mais da metade dos/as participantes, e a escassez de profissionais de saúde mental na rede de ensino.

Por fim, no que diz respeito ao uso de medicação psicotrópica, a maioria dos/as docentes que relataram não possuir diagnóstico formal de transtornos mentais, afirmou fazer uso regularmente de medicamentos. Enquanto que entre aqueles com diagnóstico estabelecido, prevalece a ausência do uso de medicação. Esse dado revela uma possível combinação entre automedicação, dificuldade de acesso a tratamentos adequados e a normalização do adoecimento psíquico no exercício da docência.

Este estudo revela um cenário intenso de desgaste físico, emocional e psíquico na saúde mental entre docentes, intensificado pelo ensino remoto emergencial e pelo aumento do controle e das exigências relacionadas à produtividade. Porcaro e Neves (2020) destacam que a implementação de políticas neoliberais, como a flexibilização das relações de trabalho e a priorização da produtividade, contribui para a precarização das condições laborais, afetando diretamente a saúde física e mental dos/as trabalhadores/as. A intensificação do trabalho docente, associada às multiplicidade de tarefas e a escassez de tempo para o seu cumprimento, tem contribuído significativamente para o sofrimento e adoecimento psíquico da categoria.

Os dados empíricos sobre as condições de trabalho e de saúde dos docentes da rede estadual da Paraíba no pós-pandemia confirmam uma realidade marcada por sintomas de ansiedade e depressão em níveis moderados a graves, associados à má qualidade do sono, ao acúmulo de funções, à jornada excessiva de trabalho e à insegurança profissional. Esses aspectos psicossociais foram compreendidos levando em consideração o conceito ampliado de saúde mental, que não deve ser pensada de forma individualizada, dissociada do contexto social,

histórico, econômico e político em que os sujeitos estão inseridos, pois é um fenômeno complexo e multifatorial, influenciado pelas condições de vida e trabalho. Sendo assim, deve ser compreendida como um processo social, dinâmico e coletivo, e não apenas como uma condição individual ou meramente clínica.

Neste sentido, é fundamental distinguir os conceitos de sofrimento psíquico, como uma resposta subjetiva a situações adversas; e o adoecimento psíquico, entendido como uma condição clínica que pode comprometer o funcionamento e o desempenho do sujeito. Contudo, ambos estão enraizados em determinantes sociais e estruturais, não devendo ser tratados como a expressão de uma fragilidade individual.

A partir das considerações de Viapiana *et al.* (2018), é fundamental reconhecer que a saúde mental é construída no coletivo, sendo profundamente impactada por fatores como desigualdade social, precarização das relações laborais e ausência de políticas de cuidado e suporte. Somente ao problematizar esses aspectos estruturais será possível promover intervenções eficazes e transformadoras.

A elevada prevalência de sintomas ansiosos e depressivos entre docentes, com destaque para mulheres, profissionais autodeclarados/as pardos/as, e aqueles/as com jornadas extensas, evidencia que o adoecimento não se manifesta de forma homogênea, sendo atravessada por desigualdades de gênero, raça, faixa etária e vínculos institucionais. O comprometimento da qualidade do sono, a automedicação e a comorbidade entre os sintomas apresentados reforçam a gravidade do quadro. Ademais, os dados revelam que a estabilidade do cargo, por si só, não representa um fator protetivo, sugerindo que a precarização está ligada à própria lógica de funcionamento do sistema educacional e das características do trabalho docente.

O trabalho docente tem sido profundamente impactado pelas transformações impostas pela lógica de mercado na educação, sobretudo com a reestruturação das políticas educacionais voltadas para obtenção de resultados mensuráveis e de desempenho padronizado. Essa dinâmica modifica, significativamente, o papel do/a professor/a, afetando diretamente sua identidade profissional. Isso se evidencia no fato de que quase metade dos/as participantes relataram que as mudanças impostas pela pandemia alteraram a sua percepção sobre a docência, levando-os/as a refletir sobre a sua escolha profissional, sendo que alguns chegaram, inclusive a considerar abandonar a profissão. Para Antunes (2006), no contexto do capitalismo contemporâneo, o trabalho tem se tornado cada vez mais desprovido de sentido e significado e essa transformação afeta a identidade do/a trabalhador/a. Esse rompimento de vínculos entre a atividade laboral e a realização subjetiva, pode contribuir para adoecimento físico e psíquico. Entre os principais elementos adoecedores, destaca-se a ênfase excessiva na formação voltada para o

desenvolvimento das competências técnicas, orientadas por interesses mercadológicos e pela lógica da produtividade, em detrimento de uma formação crítica, ética e reflexiva. Como consequência disso, sua autonomia torna-se limitada e com espaço reduzido para reflexão crítica sobre o seu fazer educativo.

Diante do contexto analisado, percebeu-se que a intensificação do trabalho docente durante a pandemia, foi marcada pela hiperconexão e pela falta de limite entre os espaços doméstico e profissional, contribuiu para a ampliação da carga laboral e a não separação entre o tempo de trabalho e o tempo de descanso. A expectativa da disponibilidade contínua e o uso intensivo das tecnologias digitais, perduraram mesmo após o retorno às aulas presenciais, configurando como novas formas de exploração do trabalho na educação, conforme apontado no presente estudo. Este cenário tem implicado níveis crescentes de desgaste físico e psíquico entre os/as docentes, criando condições favoráveis ao adoecimento, tendo em vista que a ausência de uma desconexão compromete a saúde mental do/a trabalhador/a, conforme mencionado por Carneiro Junior e Cardoso (2023).

Além disso, observa-se uma intensificação da responsabilização individual do/a docente pelo fracasso ou sucesso escolar, incluindo o desempenho dos alunos, a gestão da aprendizagem e até a imagem institucional da escola. Hypolito (2010) aponta que esse processo é acompanhado por um movimento de culpabilização da categoria docente pela crise da educação, ignorando as reais condições materiais e simbólicas do trabalho docente. Portanto, ao ignorar as condições objetivas do trabalho, tais como a infraestrutura precária, a sobrecarga de tarefas, a ausência de apoio institucional e a constante pressão por metas, reforça-se um ambiente de trabalho marcado pela insegurança, pela desvalorização e pelo desgaste emocional, o que configura um cenário propício para a fragilização da saúde mental e para o adoecimento psíquico dos/as professores/as.

Neste contexto, torna-se cada vez mais urgente que as políticas públicas intersetoriais sejam pautadas a partir de uma abordagem preventiva e sensível às especificidades etárias, de gênero, raça e condições laborais. Essas políticas devem promover uma reestruturação dos ambientes de trabalho, visando o fortalecimento de uma cultura de cuidado e proteção à saúde mental. Para tanto, é essencial que essas ações não se limitem a meras recomendações genéricas, mas sejam configuradas como diretrizes obrigatórias, acompanhadas de orientações claras, com mecanismos de monitoramento, responsabilização e sanções em caso de descumprimento, além da definição explícita de fontes e estratégias de financiamento para sua implementação. Somente por meio de uma perspectiva estrutural, coletiva, intersetorial e interseccional será possível enfrentar as causas profundas do sofrimento psíquico docente, assegurando condições

de trabalho dignas e de bem-estar, prevenindo processos de adoecimento que tem afetado de forma crescente essa categoria.

A compreensão do sofrimento e do adoecimento psíquico docente exige uma abordagem crítica e interdisciplinar, que rompa com a lógica patologizante e individualizante, que ainda é dominante. Isso implica reconhecer a docência como uma profissão exposta a múltiplas formas de vulnerabilidade, geradas por políticas educacionais orientadas por metas e resultados quantitativos, que tendem a intensificar a pressão, a responsabilização individual e o desgaste emocional.

Diante desse contexto, não basta apenas a presença de profissionais da saúde mental no ambiente educacional. Estes devem assumir um papel reflexivo, contextualizado e transformador, conforme propõe o Conselho Federal de Psicologia. A psicologia escolar deve ser pensada como uma aliada na construção de espaços de escuta e resistência, atuando no apoio aos docentes e na promoção de práticas educativas contextualizadas, comprometidas com a realidade sociocultural local e valorização dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Essa atuação deve posicionar-se criticamente frente às diretrizes das políticas educacionais de cunho neoliberal, que tendem a reforçar as desigualdades e desconsiderar os determinantes históricos e sociais que permeiam o cotidiano escolar.

Portanto, para enfrentar de forma estrutural o adoecimento psíquico no magistério, é necessário uma análise crítica das condições reais de trabalho e das políticas educacionais vigentes. Apenas por meio de políticas públicas sustentadas por uma abordagem coletiva, crítica e comprometida com a justiça social, será possível promover a saúde mental dos/as profissionais da educação.

Perante o exposto, reconhecemos que, embora a presente pesquisa contribua de forma significativa para a compreensão da saúde mental dos/as docentes da rede estadual da Paraíba, ela apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na análise e interpretação dos resultados. Entre essas limitações, destaca-se o tamanho reduzido da amostra em relação ao total de docentes da rede, que limita a possibilidade de generalização dos achados para a categoria no âmbito estadual. Além disso, a ausência de estudos prévios comparativos entre docentes atuantes em escolas de tempo integral e escolas regulares representou um desafio que dificultou uma análise mais profunda sobre os impactos relacionados ao regime de trabalho escolar. Todavia, isso não invalida a relevância diagnóstica e interpretativa dos dados coletados e analisados nesta pesquisa.

Também identificamos lacunas em algumas variáveis sociodemográficas, que merecem aprofundamento em investigações posteriores, tendo em vista a relevância para a compreensão

das desigualdades que atravessam o adoecimento psíquico na docência. Outro fator limitante, foi a indisponibilidade dos dados oficiais sobre afastamentos por motivo de saúde mental, devido a alegação da perda de informações decorrente da reestruturação nos sistemas internos dos órgãos estaduais. Tal ausência compromete uma análise mais precisa sobre os impactos concretos da saúde mental na permanência e desempenho profissional dos/as professores/as.

Diante dos achados, sugere-se que futuras investigações ampliem a abordagem metodológica adotada, incorporando estratégias que possibilitem o acesso à experiência subjetiva dos/as docentes. Durante as visitas às escolas, realizadas para a divulgação da presente pesquisa, foram identificados relatos informais de professores/as que evidenciaram a necessidade de espaços de escuta e acolhimento emocional, o que reforça a relevância de metodologias participativas capazes de captar o sofrimento psíquico em sua complexidade e inserção no contexto social.

Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas subsequentes adotem uma abordagem dialógica, que vá além da quantificação dos sintomas e promova uma compreensão aprofundada dos sentidos e das vivências atribuídas ao adoecimento no exercício da docência. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, verificou-se que muitos/as docentes demonstraram maior disposição para compartilhar suas angústias em conversas informais do que para responder ao questionário estruturado. Tal comportamento pode estar relacionado ao desgaste gerado pelas múltiplas demandas institucionais, bem como a recorrência de solicitações para o preenchimento de formulários no cotidiano escolar, fatores que podem contribuir para a resistência ou desinteresse em participar de pesquisas baseadas exclusivamente em instrumentos padronizados.

REFERÊNCIAS

- A UNIÃO. Aulas voltam a ser 100% presenciais na Rede Estadual de Ensino. João Pessoa, 19 abr. 2022, 9:01. **A União**. Disponível em: https://www.auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/aulas-voltam-a-ser-100-presenciais-na-rede-estadual-de-ensino. Acesso em: 29 set. 2023.
- A UNIÃO. Paraíba abrirá 2.380 vagas em concursos. João Pessoa, 16 maio 2023, 9:29. **A União**. 2023b Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/paraiba-abrira-2-380-vagas-em-concursos. Acesso em: 13 maio 2024.
- A UNIÃO. Uso da internet cresce e chega a 87,7% das casas. João Pessoa, 11 nov. 2023, 8:44. **A União**. 2023a Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/noticias/geral/uso-da-internet-cresce-e-chega-a-87-7-das-casas?>. Acesso em: 20 maio 2025.
- ABRANTES, Leonardo. Edital de concurso com duas mil vagas para professor na PB sairá em até 90 dias. João Pessoa, 22 jan. 2024, 19:08. **Mais PB**. Disponível em: <https://www.maispb.com.br/701889/edital-para-concurso-com-duas-mil-vagas-para-professor-na-pb-saira-em-ate-90-dias.html>. Acesso em: 13 maio 2024.
- ADRIÃO, Thereza; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 668–684, 2021. Doi: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1223>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- AFONSO, Almerindo Janela. Para uma conceituação alternativa de *accountability* em educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 471-484, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VPqPJdyZ5qBRKWVfZfDQ3m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2024.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto prevê 90% de professores efetivos em estados e municípios até 2024. Brasília, 25 nov. 2021, 11:05. **Câmara Federal**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/831135-projeto-preve-90-de-professores-efetivos-em-estados-e-municipios-ate-2024>. Acesso em: 11 maio 2024.
- AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. **O homem e a serpente**: outras histórias para a loucura e a psiquiatria [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, 142 p. ISBN 978-85-7541-327-2. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575413272>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/prmpv>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- ALMEIDA FILHO, Naomar; COELHO, Maria Thereza Ávila; PERES, Maria Fernanda Tourinho. O conceito de saúde mental. **Revista USP**, n. 43, p. 100-125, 1999. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28481/30335>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- ANES, Rodrigo Roncato Marques; BERNARDES, Cyntia Aparecida de Alves; FERREIRA, Ione Mendes Silva. A Categoria Historicidade nas Pesquisas sobre Professores no Centro-Oeste. InterMeio: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, v. 18, n. 36, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2376>. Acesso em: 11 dez. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARAÚJO, Tânia Maria; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cad. Saúde Pública**, n. 35, Sup 1, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BYh8RV9xyw6N6kdJSqqHkLg/?lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ARAÚJO, Carolina Maia; RAMOS, Michael Daian Pacheco. Condições de trabalho docente na cidade de serrolândia-bahia: uma análise sobre a saúde dos docentes. **Cenas Educacionais**, v. 6, n.e14869, p.1-20, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/14869>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, v. 30, n. 107, 349-372, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fdCjfWkF8XYXTfyXGcgCbGL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BALL, Stephen. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sHk4rDpr4CQ7gb3XhR4mDwL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BARBERIA, Lorena G.; CANTARELLI, Luiz G. R.; SCHMALZ, Pedro Henrique de Santana. **Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19**. FGV/EESP Clear, 2021. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/artigos/uma-avaliacao-dos-programas-de-educacao-publica-remota-dos-estados-e-capitais-brasileiros-durante-a-pandemia-do-covid-19/>. Acesso em: 8 maio 2024.

BARROS, Kaíza Rafaella Lucas Martins. **Síndrome de burnout, suporte social no trabalho e conflito trabalho-família em docentes no contexto da pandemia da Covid-19**. Campina Grande, 2022. 70 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde-CCBS. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/4452>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BARROS, Matheus Monteiro de Luna *et al.* Uso do REDCAP em pesquisa clínica: a experiência do nutricardio/faculdade de nutrição/universidade federal de alagoas. **GEPNEWS**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 170-175, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/13999/9890>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BETANCUR, Heber Nehemías Chui *et al.* Salud mental y calidad de sueño en los docentes de educación básica regular. **Revista de Investigación en Salud**, v. 5, n. 15, p. 865-873, septiembre-diciembre 2022. Disponível em: <https://revistavive.org/index.php/revistavive/article/view/246/649>. Acesso em: 16 maio 2025.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n.1, p.213-223, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/SgPP3VNzNprFXRKQjr9gqWD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2025.

BEZERRA, Liana Bastos. **As políticas adotadas na rede estadual de ensino da Paraíba durante a pandemia de Covid-19: afirmação ou negação do direito à educação?**. Campina Grande, 2022. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Disponível em:

http://www.ppped.ufcg.edu.br/index.php/Disserta%C3%A7%C3%B5es_2022. Acesso em: 4 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 9394 de 23 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Seção 1, Brasília, DF, p. 27.839, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 9.057/2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2027.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019.

BRASIL. **Portaria n. 343, 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília, 2020a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 7 maio 2023.

BRASIL. **Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, 2020b.

BRASIL. **Portaria GM/MS Nº 913, de 22 de abril de 2022**. Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria-913-22-MS.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.681 em 18 de setembro de 2023**. Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

BRASIL. **Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024**. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Brasília, 2024b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil**. Brasília, 2024a. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria 1.419, de 27 de agosto de 2024**. Aprova a nova redação do capítulo “1.5 Gerenciamento de riscos ocupacionais” e altera o “Anexo I - Termos e definições” da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Brasília, 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2024/portaria-mte-no-1-419-nr-01-gro-nova-redacao.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Empresas brasileiras terão que avaliar riscos psicossociais a partir de 2025: Atualização da NR-1 reforça a gestão de segurança e saúde no trabalho. Brasília, 29 nov. 2024, 11h. **gov.com.br**, 2024d. Disponível: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/empresas-brasileiras-terao-que-avaliar-riscos-psicossociais-a-partir-de-2025>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRITO, Alane Renali Ramos Toscano. **A pandemia de Covid-19 e o impacto na saúde mental de docentes**. João Pessoa, 2022. 80f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências da Saúde. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25200?locale=pt_BR. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRITO, Silvia Helena Andrade; MARINS, Guilherme Afonso Monteiro de Barros. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. **Dossiê - Processos de privatização da educação em países latino-americanos. Educ. rev.**, vol. 36, 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77558>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vgVG6Hk63XFCVvH5Sxk7QLv/?lang=pt#>. Acesso em 5 maio 2024.

BRITO, Tatiane Novais; FERNANDES, Marinalva Nunes; SANTANA, Jaime de Jesus. Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios. Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10278>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/10278/18034>. Acesso em 8 abr. 2023.

BRUDER, Matheus Percário *et al.* Integridade de dados obtidos por análises com o Microsoft Excel. **7ª Jornacitec**, 2018. Disponível em: <http://www.jornacitec.fatecbt.edu.br/index.php/VIIJTC/VIIJTC/paper/viewFile/1369/2087>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CALAZANS, Roberto; MATOZINHO, Christiane. **Pandemia e Neoliberalismo: a**

melancolia sobre o novo normal. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

CAMARGO, Mayara Rabe; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso. A prática pedagógica de professores temporários da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná. **Revista Leia Escola**, v. 23, n. 2, p. 125–140, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10445832. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/leia/article/view/2139>. Acesso em: 4 maio. 2025.

CARNEIRO JUNIOR, José Airton; CARDOSO, Maura Lúcia Martins. “Sinto que estou sempre a falhar”: o dano existencial decorrente da hiperconexão do teletrabalhador docente. **Educ. Pesqui.**, v. 49, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/VgLSMqq5Vj5Sd5k4BhXYpwj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 6 maio de 2024.

CASTRO, Marcela Moraes; AMARAL, Daniela Patti. Educação pública em tempo de pandemia: o ensino remoto como efeito da política de oportunismo de ocasião do estado do Rio de Janeiro. **Educar em Revista**, v. 39, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.80838>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/jXMzfJcmLtg67MttLMK4wbS/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2024.

CFP-CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

CHÁVEZ, Rodrigo Cornejo; QUIÑÓNEZ, Marcela. Factores asociados al malestar/bienestar docente. una investigación actual. **REICE-Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 5, n. 5, diciembre, 2007, pp. 75-80. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/551/55121025011.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

CNTE-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Transtornos emocionais são as principais causas de afastamento de professores. Brasília, 5 dez. 2017, 9h54. **CNTE**. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/transtornos-emocionais-sao-as-principais-causas-de-afastamento-de-professores-832c>. Acesso em: 09 ago. 2024.

CNTE-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Pesquisa mostra desencanto de professores com profissão. Brasília, 15 maio 2024, 15h44. **CNTE**. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/pesquisa-mostra-desencanto-de-professores-com-profissao-0f4d>. Acesso em: 6 abr. 2025.

COLUCCI, Tayná Santos. **Do Controle Emocional à Emancipação Coletiva: A Psicologia Escolar em Tempos de Neoliberalismo**. Uberlândia, 2024. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/44516/3/ControleEmocionalEmancipa%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.

CORRÊA, Anderson Desbessel; CARVALHO, Lucimar Maria Fossatti; SIMON, Tiago Teixeira. Percepção da qualidade do sono dos professores numa rede pública de saúde. **Revista Foco**, [S. l.], v. 17, n. 11, p. e6645, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n11-139. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6645>. Acesso em: 24

maio 2025.

CORTELETTI, Roseli de Fátima; SILVA, Luciana Leandro; SILVA, Filipe Gervásio Pinto. Políticas neoliberais, trabalho remoto e reflexos na saúde de docentes universitários. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, ano 33, n. 71, p. 22-37, fev/2023. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/e875e7e52fc41cc69641d6c2238fb693_1675701740.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

COSTA, Míriam Fernanda. **Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras da educação básica no contexto da pandemia**. Juiz de Fora, 2021. 326 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12687?locale=pt_BR. Acesso em: 4 jan. 2024.

CRUZ, Elaine Patricia. Saúde mental é principal problema para os professores, aponta pesquisa: distúrbios com a voz e os musculares vêm em seguida. **Agência Brasil**, São Paulo, 15 out. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/saude-mental-principal-problema-para-os-professores-aponta-pesquisa>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2000.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Educação: a pandemia da Covid-19 e o debate da volta às aulas presenciais. **Nota Técnica nº 244**, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec244covidEducacao.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

DINIZ, Nelson. Reestruturação do trabalho docente e desigualdades educacionais em tempos de crise sanitária, econômica e civilizatória. **Rev. Tamoios**, ano 16, n. 1, Especial COVID-19. p. 138-144, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50253>. Acesso em: 4 jun. 2023.

DUARTE, Alexandre William Barbosa. HYPOLITO, Álvaro Moreira. Docência em tempos de Covid-19: uma análise das condições de trabalho em meio a pandemia. **Revista Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 736-753, 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 7 abr. 2023.

DUNKER, Cristian. A hipótese depressiva. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru: EDUSC, 1999.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e**

políticas educacionais. Campinas: Alínea, 2012. v. 1, p. 52-71.

FECHINE, Dani. Enfermeira é a primeira vacinada contra Covid-19 na PB: 'lembrem-se que a pandemia não acabou'. João Pessoa, 19 jan. 2021, 08h11. **G1 Paraíba.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/01/19/paraiba-comeca-a-vacinar-contr-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2024.

FERNANDES, Lorena Campos Camargo *et al.* O impacto da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos professores. **Cuadernos de educación y desarrollo**, v. 15, n. 10, p. 12659-12679, 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n10-139. Disponível em: <http://ojs.europublications.com>. acesso em: 17 maio 2024.

FERNANDES, Vânia Claudia. Fundação Getúlio Vargas: a imbricação entre o público e o privado. **33 Reunião ANPED, GT 14**, Rio de Janeiro, p. 1-16, 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT14-5954--Int.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson. Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental. **Pro-Posições**, v. 30, e20160143, 2019. disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/prLXmmdXG3hdQWTSBgm6JZD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2025.

FIOCRUZ. **Por que a doença causada pelo novo coronavírus recebeu o nome de covid-19?** Rio de Janeiro, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19>. Acesso em: 4 jul. 2024.

FREIRE, Arlane Markely dos Santos. **Políticas de *accountability* nas redes municipais de ensino do Cariri cearense:avaliação externa, prestação de contas e responsabilização de docentes (2007-2019).** Campina Grande, 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Disponível em: http://www.ppped.ufcg.edu.br/images/2/27/Dissertacao_Arlane_Markely_versao_final.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

FREITAS, Aline Macedo Carvalho *et al.* Qualidade do sono e fatores associados entre docentes de educação superior. **Rev Bras Saúde Ocup.**, v. 46, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000018919>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/CXYcKyCzLxwX3ZSsNKCZq4n/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

FREITAS, Ronilson Ferreira *et al.* Prevalência e fatores associados aos sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores universitários durante a pandemia da COVID-19. **Jornal Bras Psiquiatr.**, v. 70, n. 4, p. 283-292, 2021b. Doi: 10.1590/0047-2085000000348. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/8DKtKHH8xFrMjSjTr7X93Lt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2024.

GAINO, Loraine Vivian *et al.* O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. **SMAD-Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.**, v. 14, n. 2, p. 108-116, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v14n2/07.pdf>. Acesso em 21 maio 2024.

GAJARDO, Yanka Zanoló *et al.* Problemas com o sono e fatores associados na população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 601-610, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.08412020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TBGCzH43FP8w3JgLNg54CCF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2025.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p.2679-2691, dez, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001200017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/PHJS4FcB5TdMrGNh6gwHJ8m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2025.

GESTRADO. Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Base de dados. **Trabalho docente em tempos de pandemia**. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/ResumoTecnico_PesquisaTrabalhoDocenteECovid_07julho.pdf. Acesso em: 7 maio 2023.

GESTRADO. **Observatório da Educação Básica**: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente (Capes, 2022 – em andamento). Belo Horizonte: UFMG, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://gestrado.net.br/observatorio-da-educacao-basica-impactos-da-pandamia-sobre-o-direito-a-educacao-e-a-reconfiguracao-do-trabalho-docente/#>. Acesso em: 7 jul. 2024.

GESTRADO-INCT-Instituto Nacional de Política Educacional e Trabalho Docente. Quem somos. **GESTRADO**. 2025. Disponível em: <https://gestrado.net.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

GOLDBERG, D; HUXLEY, P. Common mental disorders: a bio-social model. London; New York: Tavistock; Routledge, 1992. 194p.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 64-78, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/69759>. Acesso em: 24 ago. 2023.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde Debate**, v. 40, n. 111, p. 206-219, out-dez 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2016.v40n111/206-219/pt>. Acesso em: 26 dez. 2025.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura panorâmica. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (orgs.) **Trabalho na Educação Básica**: a condição docente em sete estados brasileiros (19-42). Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOVERNO DA PARAÍBA. Secretaria de Educação anuncia Regime Especial de Ensino para a Rede Estadual durante a pandemia. João Pessoa, 20 abr. 2020, 20:16. **Paraíba.pb.gov.br**.

2020a Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/secretaria-de-educacao-anuncia-regime-especial-de-ensino-da-rede-estadual-durante-pandemia-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Secretaria de Educação lança TV Paraíba Educa com programação para estudantes em canais legislativos. João Pessoa, 26 jun. 2020, 11:50. **Paraiba.pb.gov.br**. 2020c. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/secretaria-de-educacao-lanca-tv-paraiba-educa-com-programacao-para-estudantes-em-canais-legislativos>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Secretaria de Educação disponibiliza aplicativo com dados patrocinados para alunos e professores da Rede Estadual de Ensino. João Pessoa, 6 jul. 2020, 13:10. **codata.pb.gov.br**. 2020b Disponível em: <https://codata.pb.gov.br/noticias/secretaria-de-educacao-disponibiliza-aplicativo-com-dados-patrocinados-para-alunos-e-professores-da-rede-estadual-de-ensino#wrapper>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Programa Se liga no Enem PB Revisão Online realiza aula inaugural no próximo sábado (01) em canal no youtube. João Pessoa, 30 jul. 2020, 12:07. **Paraiba.pb.gov.br**. 2020d. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/programa-se-liga-no-enem-pb-revisao-online-realiza-aula-inaugural-no-proximo-sabado-01-em-canal-no-youtube>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Governo convoca mais 594 professores de Educação Básica aprovados em concurso público. João Pessoa, 14 nov. 2020e, 12:11. **Paraiba.pb.gov.br**. 2020 Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-convoca-mais-594-professores-de-educacao-basica-aprovados-em-concurso-publico>. Acesso em: 5 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Governo divulga ‘Diretrizes para o retorno às aulas presenciais - Plano Novo Normal para a Educação da Paraíba (PNNE/PB)’. João Pessoa, 25 set. 2020, 9:04. **Paraiba.pb.gov.br**. 2020f Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/governo-divulga-2018diretrizes-para-o-retorno-as-aulas-presenciais-plano-novo-normal-para-a-educacao-da-paraiba-pnne-pb-2019>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Paraíba obtém a melhor nota do país sobre ensino remoto, segundo a FGV. João Pessoa, 18 fev. 2021, 17:50. **Paraiba.pb.gov.br**. 2021a. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-obtem-a-melhor-nota-do-pais-sobre-ensino-remoto-segundo-a-fgv>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Vacinação dos trabalhadores da educação começa em toda Paraíba. João Pessoa, 29 maio 2021, 19:08. **Paraiba.pb.gov.br**. 2021c. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/vacinacao-dos-trabalhadores-da-educacao-comeca-em-toda-paraiba>. Acesso em: 28 abr. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Plataforma Paraíba Educa é finalista do Prêmio Excelência em Competitividade 2021. João Pessoa, 4 ago. 2021, 9:49. **Paraiba.pb.gov.br**. 2021j. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-recebe-premio-do-clp-em-sao-paulo-como-destaque-da-paraiba-em-educacao>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Edital nº. 030/2021/SEECT**, de 25 de agosto de 2021. Programa Paulo Freire - Conectando Saberes, 2021d. Disponível em:

https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/arquivos/edital-n-030_2021_seect-adesao-programa-paulo-freire-conectando-saberes.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

GOVERNO DA PARAÍBA. João Azevêdo recebe prêmio do CLP, em São Paulo, como destaque da Paraíba em Educação. João Pessoa, 30 set. 2021, 11:54. **Paraiba.pb.gov.br**. 2021b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-recebe-premio-do-clp-em-sao-paulo-como-destaque-da-paraiba-em-educacao>. Acesso em: 7 maio 2023.

GOVERNO DA PARAÍBA. Continuar Cuidando Educação: começa pesquisa sobre a incidência do coronavírus nas escolas. João Pessoa, 25 out. 2021, 16:44. **Paraiba.pb.gov.br**. 2021e. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/continuar-cuidando-educacao-comeca-pesquisa-sobre-a-incidencia-do-coronavirus-nas-escolas#:~:text=A%20Para%C3%ADba%20iniciou%2C%20na%20manh%C3%A3,do%20coronav%C3%ADrus%20no%20ambiente%20educacional>. Acesso em: 1 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Nota técnica nº 01/2021**, de 11 de novembro de 2021. Divulgação dos Resultados do Inquérito Epidemiológico do Programa Continuar Cuidando Educação no Ensino Infantil, 2021f. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos-1/nota-tecnica/nota-tecnica_01_2021_ie_continuar-cuidando-educacao_ensino-infantil-1.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Nota técnica nº 02/2021**, de 22 de novembro de 2021. Divulgação dos Resultados do Inquérito Epidemiológico do Programa Continuar Cuidando Educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 2021g. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/nota-tecnica_02_2021_ie_continuar-cuidando-educacao-1.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Nota técnica nº 03/2021**, de 6 de dezembro de 2021. Divulgação dos Resultados do Inquérito Epidemiológico do Programa Continuar Cuidando Educação nos anos finais do Ensino Fundamental, 2021h. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/NotaTcnica_03_2021_IE_ContinuarCuidandoEducacao_EnsinoFundamentalAnosFinais.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Nota técnica nº 04/2021**, de 29 de dezembro de 2021. Divulgação dos Resultados do Inquérito Epidemiológico do Programa Continuar Cuidando Educação nos Ensino Médio, 2021i. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/nota-tecnica_04_2021_ie_continuar-cuidando-educacao.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Governo convoca mais 65 professores de Educação Básica aprovados em concurso público. João Pessoa, 6 jan. 2022, 16:29. **Paraiba.pb.gov.br**. 2022d. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-convoca-mais-65-professores-de-educacao-basica-aprovados-em-concurso-publico>. Acesso em: 5 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Rede Estadual de Ensino da Paraíba inicia ano letivo de 2022 em formato híbrido. João Pessoa, 14 fev. 2022, 12:53. **Paraiba.pb.gov.br**. 2022b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/rede-estadual-de-ensino-da-paraiba-inicia-ano-letivo-de-2022-em-formato-hibrido#:~:text=A%20Rede%20Estadual%20deu%20in%C3%ADcio,642%20escolas%20esta>

duais%20da%20Para%C3%ADba. Acesso em: 29 set. 2023.

GOVERNO DA PARAÍBA. Educação da Paraíba obtém o melhor índice do Brasil em segurança nas aulas presenciais. João Pessoa, 11 mar. 2022, 12:03. **Paraiba.pb.gov.br**. 2022c. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/educacao-da-paraiba-obtem-o-melhor-indice-do-brasil-em-seguranca-nas-aulas-presenciais>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. João Azevêdo lança investimentos de R\$ 115,6 milhões em editais da Educação e convoca 346 professores do concurso do Magistério. João Pessoa, 31 maio 2022, 15:54. **Paraiba.pb.gov.br**. 2022e. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-lanca-investimentos-de-r-115-6-milhoes-em-editais-da-educacao-e-convoca-346-professores-do-concurso-do-magisterio>. Acesso em: 5 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Governo do Estado convoca mais 312 professores de Educação Básica para atuarem na Rede Estadual de Ensino. João Pessoa, 16 jul. 2022, 9:07. **Paraiba.pb.gov.br**. 2022f. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/governo-do-estado-convoca-mais-312-professores-de-educacao-basica-para-atuarem-na-rede-estadual-de-ensino>. Acesso em: 5 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Regime de Colaboração. GRE. João Pessoa, 2023. **see.pb.gov.br**. 2023. Disponível em: <https://sites.google.com/see.pb.gov.br/regimedecolaboracao/in%C3%ADcio/gres>. Acesso em 20 jun. 2025.

GOVERNO DA PARAÍBA. Educação da Rede Estadual da Paraíba cresce no IDEB 2021 no Ensino Médio e Fundamental. João Pessoa, 16 set. 2023, 16:08. **Paraiba.pb.gov.br**. 2022a. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/educacao-da-rede-estadual-da-paraiba-cresce-no-ideb-2021-no-ensino-medio-e-fundamental>. Acesso em: 29 set. 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Governo do Estado lança edital do prêmio Mestres da Educação 2023. João Pessoa, 18 out. 2023, 12:20. **Paraiba.pb.gov.br**. 2023a. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-do-estado-lanca-edital-do-premio-mestres-da-educacao-2023>. Acesso em: 15 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. João Azevêdo anuncia ampliação para 2 mil vagas no concurso da Educação. João Pessoa, 18 set. 2023, 15:29. **Paraiba.pb.gov.br**. 2023b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-anuncia-ampliacao-para-2-mil-vagas-no-concurso-da-educacao>. Acesso em: 5 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação implanta Serviço de Saúde Emocional para escolas públicas estaduais. João Pessoa, 4 jul. 2023, 16:36. **Paraiba.pb.gov.br**. 2023c. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/secretaria-de-estado-da-educacao-implanta-servico-de-saude-emocional-para-escolas-publicas-estaduais>. Acesso em 5 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Edital nº. 007/2024/SEE**, de 27 de março de 2024. Programa Paulo Freire - Conectando Saberes, 2024. Disponível em: <https://sites.google.com/see.pb.gov.br/programapaulofreire>. Acesso em: 15 mar. 2025.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

HENRIQUE, Maria Cláudia Coutinho. **Escola cidadã integral de ensino médio do estado da Paraíba**: projeto de vida para o cidadão competente ou para o indivíduo emancipado? Campina Grande, 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Disponível em:
http://www.ppped.ufcg.edu.br/images/2/29/Dissertacao_Versao_para_deposito_-_Maria_Cl%C3%A1udia_Coutinho_Henrique.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

HYPOLITO, A M. Políticas curriculares, estado e regulação. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/7Wj4ZqtJgQDm55nTFxx3PrN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2025.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente na educação básica no Brasil: as condições de trabalho. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga (orgs.). **Trabalho na educação básica**: a condição docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global E Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./maio 2019. DOI:
<https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.995>. Disponível em:
<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995>. Acesso em: 21 maio 2024.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. 2. ed. [E-book]. São Leopoldo: Oikos, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021**. PNAD Contínua. Rio de Janeiro, IBGE, 2022a. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963_informativo.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos**. Rio de Janeiro, IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=38698&t=resultados>. Acesso em: 11 mar. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama da Paraíba**. Paraíba, IBGE, 2023a. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 15 fev. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa Estadual da Paraíba**. Paraíba, IBGE, 2023b. Disponível em:
https://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/politico/paraiba.pdf. Acesso em: 1 maio 2024.

IDECAN. Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistência Nacional. **Edital**

nº. 01/2025/SEAD/SEE, de 9 de abril de 2025. Concurso público para a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, 2025. Disponível em: <https://idecan.selecao.net.br/informacoes/85/>. Acesso em 21 abr. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Orientações para o preenchimento do Questionário**: Resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/orientacoes_preenchimento_questionario_resposta_educacional_pandemia_covid19_educacao_basica.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Educacionais**. Brasília: Inep, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 21 maio 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília: INEP, 2024. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 11 mar. 2025.

JARUZO, Pablo Henrique Rodrigues; OLIVEIRA, Jorge Miguel Lima. Um estudo sobre a usabilidade do sistema saber. **Anais IV CONEDU**. Campina Grande: Realize, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/38734>. Acesso em: 12 abr. 2024.

JESUS, Mykaella Soares; SARAIVA, Deise Avelina Felipe; SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro. Adoecimento de professores que atuam na educação básica da rede pública do Distrito Federal. *In: Anais do Encontro Estadual de Didática e Práticas de Ensino (EDIPE)*. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ixedipe/406932-adoecimento-de-professores-que-atuam-na-educacao-basica-da-rede-publica-do-distrito-federal>. Acesso em: 06 maio 2024.

KONDO, Júlia. **Padrões de sono de acordo com etnia e características sociodemográficas na população de São Paulo**. São Paulo, 2022. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biomedicina) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/2d9cb2a9-23bf-4b8a-a1b2-b9a8cd0d7cba>. Acesso em: 17 maio 2025.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. *In: FRIGOTTO, G. (Org.), Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 5-75.

KUENZER, Acácia Zeneida. Formação docente: novos ou velhos desafios? As diretrizes curriculares e a institucionalização da precarização da formação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 24, 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17282>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LEÃO, Natália *et al.* Trabalho e vida das mulheres na pandemia. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (orgs). **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. Brasília: Positiva, 2020, p. 289-309.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosemary Soares. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. *In*: LEHER, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

LIMA, Gleisson Ferreira; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa. “Nada do que foi será”: benefícios da atividade física para promoção da saúde mental. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 25, n. 00, e024006, 2024. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v25i00.18845>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/18845>. Acesso em: 23 mar. 2025.

LIMA, Paulo Vinícius Pereira *et al.* Formação de professores em tempos de pandemia da Covid-19: um olhar para a avaliação formativa a partir da gamificação nos formulários Google. **JNT-Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 36, p. 725-753, 2022. Disponível em: <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/1601/1089>. Acesso em: 27 nov. 2022.

LIMA, Beatriz Roberta Mingarelli *et al.* Fatores associados aos transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n.8, e15374, 2024. <https://doi.org/10.25248/reas.e15374.2024>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/15374>. Acesso em: 16 maio 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Rev. Investig. Const.** v. 4, n. 1, p. 259-281, Jan-Abr., 2017. DOI: <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrcWkDrp/?lang=pt>. Acesso em 21 set. 2024.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOHN, Rodrigo Fideles Fernandes; NÁVIA Regina Ribeiro Da Costa; KÁTIA Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva. Ciclo da carreira e do desenvolvimento profissional docente: conceitos, definições e modelos. **Fragments de Cultura**, v. 33, n. 1, p. 52-66, 2023. DOI 10.18224/frag.v3i1.13671. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/13671/6415>. Acesso em: 16 maio 2025.

MORAIS, Sílvia Raquel Santos; LEÃO, Giselle Dark Batista. Compreensões de adoecimento

psíquico segundo educadora afastada do trabalho em Juazeiro-BA. **REVASF**, v. 7, n. 12, p. 80-99, abr., 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/24/32>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MOREIRA, José António; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, 2020, v. 20, 63438. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10642/1/Doc.UFG_Onlife.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

MOREIRA, Paulo Cesar *et al.* Adoecimento docente e sofrimento psíquico em tempos de Pandemia de Covid 19. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 5, p. 33541–33555, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n5-060. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47441>. Acesso em: 15 maio 2025.

NEVES, Tiago Iwasawa. **Dimensões da cura em psicanálise: clínica, política e transformação**. Curitiba: CRV, 2018.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

NUNES, Angélica; CERQUEIRA, Laerte. AL aprova ampliação de hipóteses de contratações de prestadores na Paraíba. **Jornal da Paraíba**, 28 fev. 2023, 13:02. disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/alpb-regras-contratacao-prestadores>. Acesso em: 13 maio 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho docente. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário de Verbetes: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/429-1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

OLIVEIRA, Ana Maria Neta; ARAÚJO, Tânia Maria. Situações de desequilíbrio entre esforço-recompensa e transtornos mentais comuns em trabalhadores da atenção básica de saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 243-262, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/yWmKZ8vbFnTFySk9L9wpyYp/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 719–734, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1212>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1212/pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

OLIVEIRA, Elida. Nº de mortes de trabalhadores na área da educação sobe 128% de janeiro a

abril, aponta Dieese. **G1**, 30 jun. 2021, 12:00. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/30/numero-de-desligamentos-por-morte-na-educacao-cresce-128percent-de-janeiro-a-abril-aponta-dieese.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2024.

OLIVEIRA, Josilene Maria; RODRIGUES, Jonas da Silva; SILVA, Andréia Ferreira. Políticas de Bonificação e a Regulação do Trabalho Docente na Paraíba e em Pernambuco. **Revista Educação Básica em Foco**, v. 3, n. 3, julho a setembro de 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375717679_politicas_de_bonificacao_e_a_regulacao_do_trabalho_docente_na_paraiba_e_em_pernambuco. Acesso em: 12 abr. 2024.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. paho.org, 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PADOVAN, Erick. Lazer e trabalho contemporâneos: uma perspectiva crítica. **Licere**, v. 25, n. 1, mar/2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.39116>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/39116/30205>. Acesso em 13 abr. 2025.

PAPARELLI, Renata. **Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar**. São Paulo, 2009. 192 f. Tese. (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.47.2009.tde-07122009-145916>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07122009-145916/pt-br.php>. Acesso em: 4 abr. 2025.

PARAÍBA. Lei nº 7.419, de 15 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para o Grupo Ocupacional Magistério do Estado da Paraíba**. João Pessoa, 2003. Disponível em: <https://sintep.pb.com.br/wp-content/themes/sintep/files/compilacao-da-lei.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.

PARAÍBA. **Lei nº 10.488 de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/institucional/diretorias-2/PlanoEstadualdeEducao20152025.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

PARAÍBA. Diário Oficial do Estado. **Edital de Abertura de inscrições nº 01/2019**. João Pessoa, nº 16.853, p. 9-20, 20 abr. 2019. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2019/abril/diario-oficial-20-04-2019.pdf>. Acesso em: 5 maio 2024.

PARAÍBA. Diário Oficial do Estado. **Edital de Convocação nº 01/2020**. João Pessoa, nº 17.028, p. 3-13, 4 jan. 2020. João Pessoa, 2020j. Disponível em: <https://www.auniao.pb.gov.br/servicos/doe/janeiro/janeiro/diario-oficial-04-01-2020.pdf>. Acesso em: 5 maio 2024.

PARAÍBA. **Decreto nº 40.128 de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de

prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual. João Pessoa, 2020a Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pb/decreto-n-40128-2020-paraiba-dispoe-sobre-a-adocao-no-ambito-da-administracao-publica-direta-e-indireta-de-medidas-temporarias-e-emergenciais-de-prevencao-de-contagio-pelo-Covid-19-novo-coronavirus-bem-como-sobre-recomendacoes-aos-municipios-e-ao-setor-privado-estadual>. Acesso em: 7 mai 2023.

PARAÍBA. Resolução n.º 120, de 07 de abril de 2020. Conselho Estadual de Educação, 2020b. Disponível em: <https://www.cee.pb.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Re120-2020.pdf>. Acesso em: 8 maio 2023.

PARAÍBA. Portaria n. 418, de 17 de abril de 2020. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da rede pública estadual de ensino da Paraíba, do regime especial de ensino, como medida preventiva à disseminação do COVID-19, e dá outras providências. João Pessoa, 2020e. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/janeiro/abril/diario-oficial-18-04-2020-suplemento.pdf>. Acesso em 7 maio 2023.

PARAÍBA. Lei Estadual n.º 11.682, de 4 maio de 2020. Obriga a manutenção do fornecimento de alimentação escolar aos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino quando declarado Estado de Calamidade Pública com suspensão de aulas nas Escolas Públicas estaduais, e dá outras providências. João Pessoa, 2020g. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pb/lei-ordinaria-n-11682-2020-paraiba-obriga-a-manutencao-do-fornecimento-de-alimentacao-escolar-aos-estudantes-da-rede-publica-estadual-de-ensino-quando-declarado-estado-de-calamidade-publica-com-suspensao-de-aulas-nas-escolas-publicas-estaduais-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 maio 2023.

PARAÍBA. Resolução n.º 140, de 07 de maio de 2020. Conselho Estadual de Educação, 2020c. Disponível em: <https://www.cee.pb.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Re140-2020.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.

PARAÍBA. Portaria n. 481, de 11 de maio de 2020. Altera e estabelece normas complementares ao que dispõe a Portaria nº418/2020 que orienta a adoção, no âmbito da rede pública estadual de ensino da Paraíba, do regime especial de ensino, como medida preventiva à disseminação do COVID-19. João Pessoa, 2020f. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doi/2021/maio/diario-oficial-11-05-2021.pdf>. Acesso em 7 maio 2023.

PARAÍBA. Resolução 160/2020, de 20 de agosto de 2020. Altera as Resoluções 120/2020 e 140/2020 e estabelece novas normas que orientam o regime especial de ensino no que tange à reorganização das atividades curriculares assim como dos calendários escolares e processos avaliativos das instituições do Sistema Estadual de Educação da Paraíba, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao COVID-19. Conselho Estadual de Educação, 2020d. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=404322>. Acesso em: 8 maio 2023

PARAÍBA. Decreto n.º 40.574, de 24 de setembro de 2020. Estabelece as Diretrizes para o retorno às aulas presenciais – Plano Novo Normal para a Educação da Paraíba (PNNE/PB), que dispõe sobre o processo de retomada das aulas presenciais dos Sistemas Educacionais da Paraíba e demais instituições de Ensino Superior sediadas no território paraibano. João

Pessoa, 2020h. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/janeiro/setembro/diario-oficial-25-09-2020.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2023.

PARAÍBA. **Resolução n. 220, de 22 de outubro de 2020**. Conselho Estadual de Educação, 2020i. Disponível em: <https://www.cee.pb.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Re220-2020-Normativa-Regime-Especial-de-Ensino.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

PARAÍBA. **Decreto n° 41.010, de 07 de fevereiro de 2021**. Estabelece o Plano Educação Para Todos em Tempos De Pandemia - PET-PB, que dispõe sobre o processo de retomada das aulas presenciais dos Sistemas Educacionais da Paraíba e demais instituições de Ensino Superior sediadas no território paraibano. João Pessoa, 2021b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/DiarioOficial07022021.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

PARAÍBA. **Decreto n° 41.396, de 2 de julho de 2021**. Dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19). Definiu a retomada das aulas presenciais para setembro de 2021. João Pessoa, 2021c. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos-1/decretos-e-leis/Decreto41.39603dejulho2021.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023

PARAÍBA. **Resolução n° 210/2021, de 19 de agosto de 2021**. Altera a Resolução CEE/PB n° 220/2020 e estabelece normas educacionais excepcionais e complementares ao ensino híbrido, a serem adotadas para a organização do Sistema Estadual de Ensino da Paraíba, dentro do regime especial de ensino, enquanto permanecerem as medidas de prevenção à covid-19. Conselho Estadual de Educação, 2021a. Disponível em: <https://www.auniao.pb.gov.br/servicos/doi/2021/setembro/diario-oficial-24-09-2021.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

PARAÍBA. **Lei Estadual n.º 12.057, de 15 de setembro de 2021**. Institui o “Programa Paulo Freire – Conectando Saberes”, de estímulo à inclusão digital dos educadores da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências. João Pessoa, 2021d. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2021/setembro/diario-oficial-16-09-2021-1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

PARAÍBA. **Resolução n° 030, de 31 de janeiro de 2022**. Conselho Estadual de Educação, 2022f. Estabelece critérios complementares às medidas temporárias e emergenciais de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, inclusive da nova variante ômicron, no âmbito das escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. João Pessoa, 2022a. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2022/fevereiro/diario-oficial-10-02-2022.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024

PARAÍBA. **Decreto n° 42.264, de 15 de fevereiro de 2022**. Dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19). Paraíba. João Pessoa, 2022b. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doi/2022/fevereiro/diario-oficial-16-02-2022.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PARAÍBA. **Lei n° 12.563, de 03 de março de 2023**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público na Administração Estadual, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e do

inciso XIII do art. 30 da Constituição Estadual e dá outras providências. João Pessoa,, 2023a. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doi/2023/marco/diario-oficial-04-03-2023.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

PARAÍBA. **Lei nº 12.696, de 21 de junho de 2023**. Cria o Programa de Saúde Mental para a comunidade escolar nas unidades escolares públicas do Estado da Paraíba. João Pessoa,, 2023b. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pb/lei-ordinaria-n-12696-2023-paraiba-cria-o-programa-de-saude-mental-para-a-comunidade-escolar-nas-unidades-escolares-publicas-do-estado-da-paraiba>. Acesso em: 15 maio 2024.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PBDoc Consultas. **Processo Número: SAD-CAP-2024/07479-A**. Solicitação de afastamentos dos/as professores/as da rede estadual da Paraíba. Disponível em: https://consultas.pbdoc.pb.gov.br/consulta#state=ad626b1f-f898-4396-ab9d-5ca12731b05e&session_state=1cee7861-3d2f-479f-8fe8-7d7800398c75&code=b5504b9f-d0bd-45f1-acb0-59764c1d6f11.1cee7861-3d2f-479f-8fe8-7d7800398c75.d899eab5-386e-4248-9b13-ac1884ff5bab. Acesso em: 29 set. 2024.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos *et al.* Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. **Rev Bras Saude Ocup**, v. 45, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/Yj4VrBQcQ3tgQgHcnnGkC6F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2024.

PIZA, Suze. Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para a leitura de um texto. **Trans/Form/Ação**, v. 45, n. 3, p. 129-148, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.08.p129>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/NrF7PcGmQCF4vP6KPpmjhRs/?lang=pt>. Acesso em 25 jun. 2023.

PIZZINGA, Vivian Heringer. Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas. **Rev. bras. saúde ocup.**, v. 46, 2021. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000025020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/8GBS7nSVTGR3NyGcnMSsC6v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14 maio 2024.

PORCARO, Luiza Almeida; NEVES, Tiago Iwasawa. Impactos da Gestão Neoliberal Sobre a Saúde do Trabalhador. **Rede de Estudos do Trabalho**, Ano X, n. 24, p. 119-135, 2020. Disponível em: http://www.criticadocapital.org/rret%2024/rret24_6.pdf. 15 maio 2025.

RANGEL, Sabrina Proença Azevedo. **Saúde mental, onde se colocam as questões de gênero?** Mulheres cisgênero na saúde mental. 2022. 73 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

RIBEIRO, Elizama Lopes *et al.* Neoliberalismo e competências socioemocionais: interlocuções à saúde mental de adolescentes na escola. **Amazônica - Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, v. 18 n. 1, p. 299-327, 2025. Disponível

em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/17505>. Acesso em: 10 maio 2025.

ROBALINO, Magali. A saúde e o trabalho docente: um desafio para as políticas públicas da educação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (orgs.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ROCHA, Geovane Dos Santos; SOARES, Nandra Martins; ROSSETTO, Elisabeth. Saúde mental e as relações de trabalho: um estudo sobre o adoecimento psíquico de professores. **CONEDU - Educação Emocional** (v. 2). Campina Grande: Realize Editora, 2024. Doi: Doi:10.46943/ix.conedu.2023.gt18.014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/378284846_saude_mental_e_as_relacoes_de_trabalho_um_estudo_sobre_o_adoecimento_psiquico_de_professores. Acesso em: 10 maio 2025.

RODRIGUES, Raphaela Barbosa de Farias; PENHA, Jonas Marques. Condições do trabalho docente no contexto das escolas cidadãs integrais da rede estadual de ensino da Paraíba. **Revista Ensino de Geografia**, v. 5, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51359/2594-9616.2022.251458>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/251458>. Acesso em: 22 set. 2024.

SAFATLE, Vladimir. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. **Scientiæ Studia**, v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/VfqSSxvQ7WBQyrKKbJwjpWx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2024.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SAHLBERG, P. **Finnish Lessons 2.0: What can the world learn from educational change in Finland?**. New York: Teachers College Press, 2015.

SANTANA, Daniely; BARBOSA, Valéria; MÁXIMO, Thais Augusta. Vida que segue em tempos de pandemia: a relação saúde e trabalho docente na Paraíba. **Revista Trabalho En(cena)**, v. 7, 2022. DOI: 10.20873/2526-1487e022022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/14071>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes *et al.* Avaliação de um instrumento de mensuração de morbidade psíquica: estudo de validação do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). **Rev. Baiana de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 544-560, 2010. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/54/54>. Acesso em: 26 dez. 2025.

SANTOS, Franck Wirten Quadros; NASCIMENTO, Yuri Nascimento. O ensino híbrido e o

trabalho pedagógico em tempos de pandemia: revisão de literatura. **Desleituradas — Literatura Filosofia Cinema e Outras Artes**, v. 9, n. 9, p. 85-102, 2022. Doi: <https://doi.org/10.26893/desleituradas.v9i9.120>. Disponível em: <https://desleituradas.com/desleituradas/article/view/120/148>. Acesso em 28 abr. 2024.

SARAIVA, Ana Maria Alves. Distorção idade-série. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário de Verbetes: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/237-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

SARMENTO, Dirléia Fanfa; FERREIRA, Rute Henrique da Silva; AROSSI, Gustavo. PNE 2014-2024: (não) cumprimento das metas e a efetividade do direito à educação. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 35, Artigo e10590, 2024. <https://doi.org/10.18222/ae.v35.10590>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ae/v35/0103-6831-ae-35-e10590.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12463/9500>. Acesso em: 3 maio 2024.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Revista Universidade e Sociedade**. ANDES. ano XXI. n. 67. Pandemia da COVID-19: trabalho e saúde docente. Janeiro de 2021. P. 36-49. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf Acesso em: 15 ago. 2023

SEIXAS, Marisa Fernandes. **Condições de trabalho docente, questões emocionais e o adoecimento psíquico em professores/as de Santa Maria da Vitória-BA**. Vitória da Conquista, 2022. 115f. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2023/05/Vers%C3%A3o-final-da-disserta%C3%A7%C3%A3o-PDF.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza; MACHADO, Taís de SantAnna; OLIVEIRA, Adolfo Samuel. **A Cor ou Raça nas Estatísticas Educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do Inep**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3880/3556>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO. **Protocolo 00099.000360/2024-5**: Solicitação do quantitativo de docentes na rede estadual da Paraíba, 2024b. Disponível em: https://sic.pb.gov.br/sicpb/temp/00099.0003602024-5_5_SIC000360.pdf. Acesso em 25 fev. 2024.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO. **Protocolo 00099.000813/2024-4**:

Solicitação do quantitativo de escolas da rede pública estadual da Paraíba, 2024a. Disponível em: https://sic.pb.gov.br/sicpb/temp/00099.0008132024-4_3_SIC000813.pdf. Acesso em 09 abr. 2024.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO. **Protocolo 00099.001014/2024-9**: Mapa da composição das Gerências Regionais da Educação, 2024c. Disponível em: https://sic.pb.gov.br/sicpb/temp/00099.0010142024-9_5_Regionais%20de%20Ensino1.pdf. Acesso em 30 abr. 2024.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO. **Protocolo 00099.001111/2024-8**: Quantidade de psicólogos da rede estadual da Paraíba, 2024d. Disponível em: <https://sic.pb.gov.br/paginas-sicpb/acompanhe>. Acesso em 15 maio 2024.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769/8999>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SIEGRIST, Johannes *et al.* The measurement of effort–reward imbalance at work: European comparisons. **Social Science & Medicine**, v. 58, p. 1483–1499, 2004. Doi:10.1016/S0277-9536(03)00351-4. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&id=W2047319975>. Acesso em: 22 maio 2025.

SILVA, Amanda Moreira. Trabalho docente, pandemia de Covid-19 e investidas contra os direitos trabalhistas. In: LEHER, Roberto (org.). **Educação no governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2023a.

SILVA, Andréia Ferreira; ALBINO, Angela Cristina Alves. Rede estadual de ensino da Paraíba: educação em “regime especial” em tempos de COVID-19. **Rev. Educação Básica em Foco**, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://educacaobasicamfoco.net.br/01/Artigos/Rede-Estadual-de-Ensino-da-Paraiba-Andreia-Silva-Angela-Albino.pdf>. Acesso em 6 maio 2023.

SILVA, Daniel Pereira *et al.* Matrizes Psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SILVA, Hedgard Rodrigues. **A regulação do trabalho no programa de educação integral da Paraíba: a percepção dos docentes**. João Pessoa, 2022. 233 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27057?locale=pt_BR. Acesso em: 6 out. 2023.

SILVA, Jefferson Peixoto; FISCHER, Frida Marina. Trabalho e Saúde dos Professores: uma ambiguidade a resolver – ou o desafio da intervenção. In: LIMA, Cleiton Faria, *et al.* (orgs.). **Seminários: trabalho e saúde dos professores: precarização, adoecimento e caminhos a mudança**. São Paulo: Fundacentro, 2023.

SILVA, Jerto Cardoso *et al.* Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, 2023b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-242262>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/pnKjTfs7s9VrzJGMhTsMPSG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 6 abr. 2025.

SILVA, Jonnathan Amaro Monteiro. **A nulidade dos contratos temporários no serviço público para servidores contratados após a Constituição Federal de 1988**. Maceió, 2023b, 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/11741/1/A%20nulidade%20dos%20contratos%20tempor%C3%A1rios%20no%20servi%C3%A7o%20p%C3%BAblico%20para%20servidores%20contratados%20ap%C3%B3s%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20de%201988.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

SILVA, Luana dos Santos *et al.* Propriedades psicométricas da GAD-7 no Brasil. **Psico**, v. 54, n.1, 2023a. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.39902>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/39902>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SILVA, Luciana Leandro; HYPOLITO, Alvaro Moreira; RODRIGUES, Alan Nascimento. Políticas Educacionais na Região Nordeste do Brasil em tempos de Pandemia: oportunidade para Edu-business? **Rev. Espanhola de Educação Comparada**, v. 42, p. 173-192, 2022. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/REEC/article/view/34308>. Acesso em: 7 maio 2023.

SILVA, Luciana Leandro; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Avaliação, Estado e regulação: repercussões da Prova Brasil na (con)formação dos profissionais e no gerencialismo nas escolas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. X, 2018. DOI: 10.14507/epaa.26.3710. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3710>. Acesso em: 21 maio. 2024.

SILVA, Luiz Sérgio; BARRETO, Sandhi Maria. Adaptação transcultural para o português brasileiro da escala effort-reward imbalance: um estudo com trabalhadores de banco. **Rev Panam Salud Publica**, v. 27, n. 1, p. 32–6, 2010. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rpsp/2010.v27n1/32-36/pt>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SILVA, Marcos Antônio Félix. **Remuneração variável: política de desmantelamento da carreira do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino da Paraíba (2011-2018)**. Campina Grande, 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFCG_699455fa09e48528e08cc73d0b0e9b51. Acesso em: 15 maio 2024.

SILVA, Nilson Rogério; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini; LOUREIRO, Sonia Regina. Burnout e depressão em professores do ensino fundamental: um estudo correlacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230048, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230048>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/jRq5tQN8ybDDg4BQ73mqVrx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2025.

SILVEIRA, Liége Barbieri *et al.* Uso do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) para Identificação de Grupo Clínico e Predição de Risco de Suicídio. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 4, out./dez. 2021, p. 49-61. DOI: doi: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v13i4.1219>. Disponível em: <https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/1219/1300>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SMOLEN, Jenny Rose. **Raça/cor da pele, gênero e Transtornos Mentais Comuns na perspectiva da interseccionalidade**. Feira de Santana, 2016. 121 f. Dissertação. (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/414#preview-link0>. Acesso em: 15 maio de 2025.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83. 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2336/1441>. Acesso em: 17 out. 2023.

SOUSA, Camila Carvalho; ARAÚJO, Tânia Maria. Efeitos combinados de gênero, raça e estressores ocupacionais na saúde mental. **Rev Bras Saúde Ocup**, v. 49, 2024. Doi: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/15222pt2024v49edepi12>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/jVXFPznjXsBxJ3vzv7yFwmv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio de 2025.

SOUZA, Ana Cláudia; ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; GUIRARDELLO, Edinêis de Brito. Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, v. 26, n. 3, p. 649-659, jul-set 2017. Doi: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000300022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/v5hs6c54VrhmjvN7yGcYb7b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

SOUZA, Ângelo Ricardo. O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 53-74, abr./jun. 2013. Editora UFPR. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/FngnXxdLgh8tdkL4qs93QLS/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SOUZA, Aparecida Neri. Tempo de ensino e tempo de trabalho. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2020. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2020. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/429-1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

SOUZA, Jeane Mendes Pinheiro. A depressão entre docentes no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 6, ed. 6, v. 12, p. 128-141. Junho de 2021. ISSN: 2448-0959. DOI: [10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/depressao-entre-docentes](https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/depressao-entre-docentes). Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/depressao-entre-docentes>. Acesso em: 25 maio 2025.

SOUZA, Katia Reis; SANTOS, Gideon Borges; RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos. A

educação no retorno às aulas pós-pandemia: a visão de professores em exercício de direção sindical. **Interface**, v. 28, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.240035>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/4p5my4ddPGZZDMkQwPKpySw/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SOUZA, Rodrigo *et al.* Rastreamento de sintomas de depressão em policiais penais: Estudo de validação do PHQ-9. **Revista Brasileira Multidisciplinar-REBRAM**, v. 24, n. 2, p. 180-190, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2021.v24i2.980>. Disponível em: <https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/980>. Acesso em: 7 jan. 2025.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

TECHTUDO. **Como funciona o Google Classroom?** Saiba tudo sobre a sala de aula online. 07 abr. 2020, 06h01. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/04/como-funciona-o-google-classroom-saiba-tudo-sobre-a-sala-de-aula-online.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2024.

TOSTES, Maiza Vaz *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde Debate**, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2024.

TV SENADO. Escolas públicas de ensino básico tem obrigação legal de contratar psicólogos e assistentes sociais. Cidadania. Brasília, 8 set. 2023. **senado.leg.br**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2023/09/escolas-publicas-de-ensino-basico-tem-obrigacao-legal-de-contratar-psicologos-e-assistentes-sociais#:~:text=A%20presen%C3%A7a%20de%20psic%C3%B3logos%20em,norma%20at%C3%A9%20setembro%20de%202023>. Acesso em: 17 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA; SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. **Pesquisa:** Trabalho e Saúde Docente na Pandemia - Relatório de dados. Jul. 2021.

VERGER, Antoni; FONTDEVILA, Clara; PARCERISA, Luís. Reformando a governança através de instrumentos de políticas públicas: como e em que medida padrões, teses e accountability na educação se espelham pelo mundo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellari; RODRIGUES, Cibele Maria Lima. (Org) **A política educacional em contexto de desigualdade:** uma análise das redes públicas de ensino da região nordeste. Campinas: Mercado das letras, 2019.

VIAPIANA, Vitória Nassar, GOMES, Rogério Miranda, ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde doença. **Saúde Debate**, v. 42, n. Especial 4, p. 175-186, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Y36fDqvZL5Js4nnWpXrYpBb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2024.

WACHOWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 2, n. 3, p. 171-181, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118142012.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

WHO. World Health Organization. **Physical activity**. 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/physical-activity>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO DA SEE/PB PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA



CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **Cinthy Karina Ventura de Macêdo**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **Condições de trabalho e saúde das professoras e professores da rede estadual da paraíba no pós-pandemia**, que está sob a coordenação/orientação da Prof.^a Dra. Luciana Leandro da Silva cujo objetivo é analisar as mudanças ocorridas no trabalho e na saúde das professoras e professores da Rede Estadual de Educação da Paraíba.

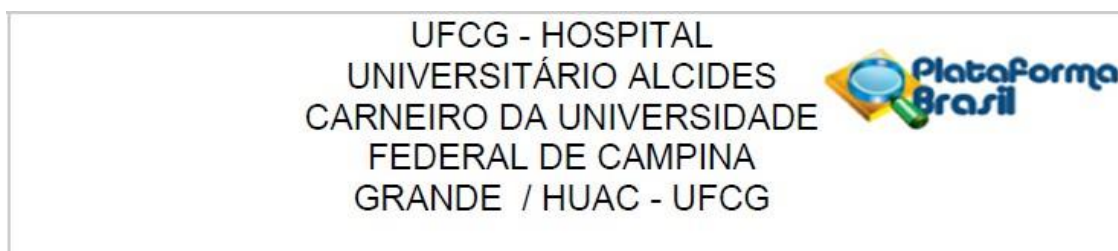
Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Campina Grande, em 08 março de 2024

Maria do Socorro de S. Cordão
MARIA DO SOCORRO DE SOUZA CORDÃO
Gerente Regional

Maria do Socorro de S. Cordão
Gerente da 3ª Gerência
Regional da Educação
Matrícula: 158.890-7

ANEXO B - PARECER FAVORÁVEL DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA NO PÓS-PANDEMIA

Pesquisador: Cinthya Karina Ventura de Macêdo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 78969724.7.0000.5182

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.831.645

ANEXO C - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Assunto: Quantitativo de professores e professoras da rede estadual de ensino da Paraíba e vínculo e de afastamentos por motivo de saúde durante a após a pandemia

Protocolo
00099.000360/2024-5

Anexos [SIC000360.pdf](#)

Histórico				
Forma de Recebimento	Órgão/Requerente	Data de Tramitação	Situação	Descrição da Solicitação
	SEECT	19/02/2024 10:29	ATENDIDA	CLIQUE AQUI PARA VISUALIZAR A RESPOSTA
SIC (SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO)	OKARINA	13/02/2024 17:53	CADASTRAMENTO	ESTOU DESENVOLVENDO UMA PESQUISA SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS/AS PROFESSORES/AS DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA NO (PÓS)PANDEMIA E PRECISO DOS DADOS ATUALIZADOS DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA, COM INDICAÇÃO DE QUANTOS EFETIVOS, PRESTADORES E COM CONTRATO TEMPORÁRIO. COM DETALHE SOBRE A QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES. ASSIM COMO DA QUANTIDADE DOS QUE FAZEM PARTE DAS ESCOLAS CIDADÃS. PARA FINALIZAR, OS DADOS SOBRE AFASTAMENTO DE PROFESSORES POR MOTIVOS DE SAÚDE, DURANTE E APÓS A PANDEMIA.

Resposta

VINCULO	SEXO	PROFESSOR	QUANTIDADE
CNT.EMERGENC	F	S	34
COMISSIONADO	F	S	63
EFETIVO	F	S	5015
PRESTADOR	F	S	5149
PROTEMPORE	F	S	53
CNT.EMERGENC	M	S	19
COMISSIONADO	M	S	30
EFETIVO	M	S	4260
PRESTADOR	M	S	2772
PROTEMPORE	M	S	10

SITUACAO	PANDEMIA	PÓS-PANDEMIA
LICENCA TRATAMENTO DE SAUDE	85	112

Assunto: Quantidade de escolas da rede estadual há na Paraíba, por gerência regional de ensino, e deste total, quantas são escolas cidadãs integrais

Protocolo
00099.000813/2024-4

Anexos [SIC000813.pdf](#)

Histórico				
Forma de Recebimento	Órgão/Requerente	Data de Tramitação	Situação	Descrição da Solicitação
	SEECT	29/03/2024 10:23	EM ANÁLISE	GOSTARIA DE SABER A QUANTIDADE DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL HÁ NA PARAÍBA, POR GERÊNCIA REGIONAL DE ENSINO, E DESTE TOTAL, QUANTAS SÃO ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS.
	SEECT	08/04/2024 10:28	ATENDIDA	CLIQUE AQUI PARA VISUALIZAR A RESPOSTA
SIC (SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO)	CKARINA	29/03/2024 15:35	CADASTRAMENTO	GOSTARIA DE SABER A QUANTIDADE DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL HÁ NA PARAÍBA, POR GERÊNCIA REGIONAL DE ENSINO, E DESTE TOTAL. QUANTAS SÃO ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS.

Resposta

Regional	Escolas	Escolas Cidadãs Integrais
01ª GRE	88	38
02ª GRE	58	29
03ª GRE	81	37
04ª GRE	19	14
05ª GRE	26	19
06ª GRE	43	30
07ª GRE	30	19
08ª GRE	22	12
09ª GRE	33	17
10ª GRE	28	10
11ª GRE	16	7
12ª GRE	23	14
13ª GRE	14	7
14ª GRE	31	13
15ª GRE	22	15
16ª GRE	63	23

Assunto: Relação atualizada dos municípios que compõem cada regional (município sede e os municípios abrangentes)

Protocolo
00099.001014/2024-9

Anexos _Regionais de Ensino1.pdf

Histórico				
Forma de Recebimento	Órgão/Requerente	Data de Tramitação	Situação	Descrição da Solicitação
	SEECT	26/04/2024 19:59	EM ANÁLISE	GOSTARIA DE SABER A RELAÇÃO ATUALIZADA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM CADA REGIONAL (MUNICÍPIO SEDE E OS MUNICÍPIOS ABRANGENTES) E O MAPA ATUALIZADO (2024).
	SEECT	30/04/2024 10:23	ATENDIDA	CLIQUE AQUI PARA VISUALIZAR A RESPOSTA
SIC (SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO)	CKARINA	26/04/2024 20:03	CADASTRAMENTO	GOSTARIA DE SABER A RELAÇÃO ATUALIZADA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM CADA REGIONAL (MUNICÍPIO SEDE E OS MUNICÍPIOS ABRANGENTES) E O MAPA ATUALIZADO (2024).

Resposta:

Atualiza... do Pedido: x Serviço de Informação ao Ci... x 00099.0010142024-9_5_Re... x Pasta3 x Pasta3 x + -

sic.pb.gov.br/paginas-sicpb/acompanhe

O Google Chrome não é o seu navegador preferido. [Predefinir](#)

Anexos _Regionais de Ensino1.pdf

VISUALIZAR RESPOSTA / INFORMAÇÕES DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO: EM RESPOSTA A SOLICITAÇÃO, SEGUIE ANEXO A LISTA DAS REGIONAIS E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS.
LOCAL DE ENTREGA: NÃO INFORMADO.
CUSTO: R\$ 0,00

Fechar

Histórico

Forma de Recebimento	Órgão/Requerente	Data de Tramitação	Situação	Descrição da Solicitação
	SEECT	26/04/2024 19:59	EM ANÁLISE	GOSTARIA DE SABER A RELAÇÃO ATUALIZADA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM CADA REGIONAL (MUNICÍPIO SEDE E OS MUNICÍPIOS ABRANGENTES) E O MAPA ATUALIZADO (2024).
	SEECT	30/04/2024 10:23	ATENDIDA	CLIQUE AQUI PARA VISUALIZAR A RESPOSTA
SIC (SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO)	CKARINA	26/04/2024 20:03	CADASTRAMENTO	GOSTARIA DE SABER A RELAÇÃO ATUALIZADA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM CADA REGIONAL (MUNICÍPIO SEDE E OS MUNICÍPIOS ABRANGENTES) E O MAPA ATUALIZADO (2024).

Avalie a resposta da sua solicitação

Sua avaliação para esta solicitação foi

★★★★★

Voltar

Pesquisar

27°C

POR PTB 18:29 21/02/2025

Ref: **Diário Oficial da Paraíba**, 3 out. 2023, p. 10-12. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2023/outubro/diario-oficial-03-10-2023.pdf/view>. Acesso 30 abr. 2024

Assunto: Quantidade de psicólogos e vínculo

Protocolo
00099.001111/2024-8

Histórico				
Forma de Recebimento	Órgão/Requerente	Data de Tramitação	Situação	Descrição da Solicitação
	SEECT	11/05/2024 18:02	EM ANÁLISE	GOSTARIA DE SABER A QUANTIDADE DE PSICÓLOGOS QUE FAZEM PARTE DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA, DESTES, QUANTOS SÃO EFETIVOS E QUANTOS SÃO CONTRATADOS E DE QUAIS GERÊNCIA REGIONAL DE ENSINO QUE FAZEM PARTE. GRATA.
	SEECT	15/05/2024 10:05	ATENDIDA	CLIQUE AQUI PARA VISUALIZAR A RESPOSTA
SIC (SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO)	CKARINA	11/05/2024 18:02	CADASTRAMENTO	GOSTARIA DE SABER A QUANTIDADE DE PSICÓLOGOS QUE FAZEM PARTE DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA, DESTES, QUANTOS SÃO EFETIVOS E QUANTOS SÃO CONTRATADOS E DE QUAIS GERÊNCIA REGIONAL DE ENSINO QUE FAZEM PARTE. GRATA.

Resposta:

Protocolo
00099.001111/2024-8

Histórico				
Forma de Recebimento	Órgão/Requerente	Data de Tramitação	Situação	Descrição da Solicitação
	SEECT	11/05/2024 18:02	EM AN	<p>VISUALIZAR RESPOSTA / INFORMAÇÕES DE PAGAMENTO</p> <p>DESCRIÇÃO: EM RELAÇÃO A SOLICITAÇÃO REGISTRADA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC, CUJO PROTOCOLO É O DE NÚMERO Nº 00099.001111/2024-BAPÓS EFETUARMOS ANÁLISE CUMPRE-NOS INFORMAR QUE: RESPOSTA: CONSIDERANDO DADOS CADASTRAIS E FUNCIONAIS DO MÊS ABRIL/2024 DA SEE/PB, INFORMAMOS QUE 14 POSSUEM REGIME ESTATUTÁRIO E 19 (DEZENOVE) FORAM RECRUTADOS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. TODOS ESTÃO EM EFETIVO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES. LOCAL DE ENTREGA: NÃO INFORMADO. CUSTO: R\$ 0,00</p> <p>Fechar</p>
	SEECT	15/05/2024 10:05	ATEND	
SIC (SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO)	CKARINA	11/05/2024 18:02	CADAS	

Assunto: Quantitativo de afastamento (atestados ou licenças) de professores/as da rede estadual de ensino, por questões de saúde mental (com o CID), por ano, de 2019 a 2023

Protocolo
00099.001567/2024-4

Histórico				
Forma de Recebimento	Órgão/Requerente	Data de Tramitação	Situação	Descrição da Solicitação
	SEECT	24/07/2024 08:24	EM ANÁLISE	PRECISO DO QUANTITATIVO DE AFASTAMENTO (ATESTADOS OU LICENÇAS) DE PROFESSORES/AS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, POR QUESTÕES DE SAÚDE MENTAL (COM O CID), POR ANO, DE 2019 A 2023. GRATA.
	SEECT	31/07/2024 08:15	ATENDIDA	CLIQUE AQUI PARA VISUALIZAR A RESPOSTA
SIC (SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO)	CKARINA	24/07/2024 08:52	CADASTRAMENTO	PRECISO DO QUANTITATIVO DE AFASTAMENTO (ATESTADOS OU LICENÇAS) DE PROFESSORES/AS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, POR QUESTÕES DE SAÚDE MENTAL (COM O CID), POR ANO, DE 2019 A 2023. GRATA.

Resposta:

Protocolo				
00099.001567/2024-4				
Histórico				
Forma de Recebimento	Órgão/Requerente	Data de Tramitação	Situação	Descrição da Solicitação
	SEECT	24/07/2024 08:24	EM A	OS OU LICENÇAS) DE PROFESSORES/AS DE MENTAL (COM O CID), POR ANO, DE
	SEECT	31/07/2024 08:15	ATE	OS OU LICENÇAS) DE PROFESSORES/AS DE MENTAL (COM O CID), POR ANO, DE
SIC (SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO)	CKARINA	24/07/2024 08:52	CAD	OS OU LICENÇAS) DE PROFESSORES/AS DE MENTAL (COM O CID), POR ANO, DE

VISUALIZAR RESPOSTA / INFORMAÇÕES DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO: EM RELAÇÃO A SOLICITAÇÃO REGISTRADA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC, CUJO PROTOCOLO É O DE NÚMERO Nº 00099.001567/2024-4, APÓS EFETUARMOS ANÁLISE CUMPRE-NOS INFORMAR QUE, RECEBIDOS DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS RESPOSTA, REFERENTE A SOLICITAÇÃO: O REQUERENTE DEVE EFETUAR A SUA SOLICITAÇÃO À JUNTA MÉDICA ESTADUAL DA PARAIBA QUE POSSUI A COMPETÊNCIA DE PROCEDER COM A ANÁLISE CLÍNICA E VALIDAÇÃO DE AFASTAMENTOS POR LICENÇA SAÚDE. LOCAL DE ENTREGA: NÃO INFORMADO. CUSTO: R\$ 0,00

ANEXO D - PROCESSO DA SOLICITAÇÃO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PARAÍBA

PBdoc GOVERNOS Formulários Consulta de Processos Minhas Demandas Olá, Cinthya

Número do Processo

SAD-CAP-2024/07479

Consultar

Limpar

PROCESSO NÚMERO: SAD-CAP-2024/07479-A

Data da última movimentação	19/09/2024 09:36:01	Órgão Atual	SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO / GERÊNCIA OPERACIONAL DE SEGURANCA E SAÚDE DO TRABALHO
Data de cadastro	28/08/2024 15:19:22	Órgão criador	SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO / GERÊNCIA OPERACIONAL DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS
Situação	ARQUIVADO	Classificação	06.01.10.03 - OFICIO, CARTA, REQUERIMENTO, MOÇÃO OU VOTO, ABAIXO-ASSINADO

APÊNDICE A - ARTIGOS PUBLICADOS NO PORTAL SCIELO

TÍTULO	AUTOR(ES)	REVISTA / ANO / INSTITUIÇÃO
Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios.	ARAÚJO, Tânia Maria; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz	Cadernos de Saúde Pública / 2019 / Fiocruz
Intensificação do trabalho e saúde dos professores.	ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila. Andrade	Educação e Sociedade / 2009 / Unicamp
Para uma conceituação alternativa de <i>accountability</i> em educação.	AFONSO, Almerindo Janela	Educação e Sociedade / 2012 / Unicamp
Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade	BALL, Stephen	Cadernos de Pesquisa / 2005 / FCC
Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais	BRITO, Silvia Helena Andrade; MARINS, Guilherme Afonso Monteiro de Barros	Educar em revista / 2020 / UFPR
Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios. Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios.	BRITO, Tatiane Novais; FERNANDES, Marinalva Nunes; SANTANA, Jaime de Jesus	Revista Brasileira de Educação do Campo / 2020 / UFNT
“Sinto que estou sempre a falhar”: o dano existencial decorrente da hiperconexão do teletrabalhador docente.	CARNEIRO JUNIOR, José Airton; CARDOSO, Maura Lúcia Martins	Educação e Pesquisa / 2023 / USP
Educação pública em tempo de pandemia: o ensino remoto como efeito da política de oportunismo de ocasião do estado do Rio de Janeiro	CASTRO, Marcela Moraes; AMARAL, Daniela Patti	Educar em Revista / 2023 / UFPR

Qualidade do sono e fatores associados entre docentes de educação superior.	FREITAS, Aline Macedo Carvalho; ARAÚJO, Tânia Maria; PINHO, Paloma de Souza; SOUSA, Camila Carvalho; OLIVEIRA, Paula Caroline Santos; SOUZA, Fernanda de Oliveira	Rev Bras Saúde Ocup / 2021 / Fundacentro
Prevalência e fatores associados aos sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores universitários durante a pandemia da COVID-19.	FREITAS, Ronilson Ferreira; RAMOS, Daniel Santos; FREITAS, Tahiana Ferreira; SOUZA, Gleydson Rocha; PEREIRA, Éryka Jovânia; LESSA, Angelina do Carmo	Jornal Brasileiro de Psiquiatria / 2021 / UFRJ
Políticas curriculares, estado e regulação.	HYPOLITO, Álvaro Moreira	Educação & Sociedade / 2010 / Cedes
Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre.	MARIANO, Cynara Monteiro	Rev. Investig. Const / 2017 / UFPR
A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização	OLIVEIRA, Dalila Andrade	Educação & Sociedade / 2004 / Cedes
Situações de desequilíbrio entre esforço-recompensa e transtornos mentais comuns em trabalhadores da atenção básica de saúde.	OLIVEIRA, Ana Maria Neta; ARAÚJO, Tânia Maria	Trab. Educ. Saúde / 2018 / Fiocruz
Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho	PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SOUZA, Heloisa Aparecida; LUCCA, Sérgio Roberto; IGUT, Aparecida Mari	Rev Bras Saúde Ocup. / 2020 / Fundacentro
Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde	PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SOUZA, Heloisa Aparecida; LUCCA, Sergio Roberto; IGUT, Aparecida Mari	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional / 2020 / Fundacentro

mental relacionada ao trabalho.		
Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para a leitura de um texto.	PIZA, Suze	Trans/Form/Ação / 2022 / Unesp
Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas.	PIZZINGA, Vivian Heringer	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional / 2021 / Fundacentro
O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem.	SAFATLE, Vladimir	Scientiæ Studia / 2011 / USP
Adaptação transcultural para o português brasileiro da escala effort-reward imbalance: um estudo com trabalhadores de banco.	SILVA, Luiz Sérgio; BARRETO, Sandhi Maria	Rev Panam Salud Publica / 2010 / OPS/OMS
A educação no retorno às aulas pós-pandemia: a visão de professores em exercício de direção sindical.	SOUZA, Katia Reis; SANTOS, Gideon Borges; RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos	Interface / 2024 / Unileão
Sofrimento mental de professores do ensino público	TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti; SILVA, Marcelo José de Souza; PETERLE, Ricardo Rasmussen	Saúde em Debate / 2018 / UERJ
Saúde mental, adoecimento e trabalho docente	SILVA, Jerto Cardoso; LEAL, Luiza Tamara Almeida; SCHMIDT, Stefanie; FUHR, Maiara da Silva; SARAIVA, Eduardo Steindorf	Psicologia Escolar e Educativa / 2023 / Abrasco
O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho.	SOUZA, Ângelo Ricardo	Educar em Revista / 2013 / UFPR
A transformação do sofrimento em adoecimento:	BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos	Ciência & Saúde Coletiva / 2004 / Abrasco

do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho.		
Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental	FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson	Pro-Posições / 2019 / Unicamp
Problemas com o sono e fatores associados na população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013	GAJARDO, Yanka Zanoló; RAMOS, Juliana Nunes; MURARO, Ana Paula; MOREIRA, Naiara Ferraz; FERREIRA, Marcia Gonçalves; RODRIGUES, Paulo Rogério Melo.	Ciência & Saúde Coletiva / 2021 / Abrasco
Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.	GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila	Cad. Saúde Pública / 2006 / Fiocruz
Burnout e depressão em professores do ensino fundamental: um estudo correlacional.	SILVA, Nilson Rogério; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini; LOUREIRO, Sonia Regina.	Revista Brasileira de Educação / 2018 / Anped
Efeitos combinados de gênero, raça e estressores ocupacionais na saúde mental.	SOUSA, Camila Carvalho; ARAÚJO, Tânia Maria	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional / 2024 / Fundacentro
Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade.	SOUZA, Ana Cláudia; ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; GUIRARDELLO, Edinêis de Brito.	Epidemiol. Serv. Saúde / 2017 / RESS
As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical.	GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco.	Saúde Debate / CEBES / 2016

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

APÊNDICE B - ARTIGOS PUBLICADOS EM DEMAIS BASES DE DADOS

TÍTULO	AUTOR(ES)	REVISTA / ANO / INSTITUIÇÃO
Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais	ADRIÃO, Thereza; DOMICIANO, Cassia Alessandra	Retratos da Escola / 2021 / CNTE
O conceito de saúde mental	ALMEIDA FILHO, Naomar; COELHO, Maria Thereza Ávila; PERES, Maria Fernanda Tourinho	Revista USP / 1999
A Categoria Historicidade nas Pesquisas sobre Professores no Centro-Oeste	ANES, Rodrigo Roncato Marques; BERNARDES, Cyntia Aparecida de Alves; FERREIRA, Ione Mendes Silva	Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação / 2016 / UFMS
Uso do REDCAP em pesquisa clínica: a experiência do nutricardio/faculdade de nutrição/universidade federal de alagoas	BARROS, Matheus Monteiro de Luna; SILVA, Laysa Caetano de Azevedo; SANTOS, Jordane Gomes; PEREIRA, Micnéias Robert; FERREIRA, Raphaela Costa; VASCONCELOS, Sandra Mary Lima	GEPNEWS / 2022 / UFAL
Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios. Educação do Campo na conjuntura da pandemia: alcances, impactos e desafios	BRITO, Tatiane Novais; FERNANDES, Marinalva Nunes; SANTANA, Jaime de Jesus	Revista Brasileira de Educação do Campo / 2020 / UFT
Reestruturação do trabalho docente e desigualdades educacionais em tempos de crise sanitária, econômica e civilizatória	DINIZ, Nelson	Rev. Tamoios 2020 / UERJ
Políticas neoliberais, trabalho remoto e reflexos na saúde de docentes universitários	CORTELETTI, Roseli de Fátima; SILVA, Luciana Leandro;	Universidade e Sociedade / 2023 / Andes

	SILVA, Filipe Gervásio Pinto	
Docência em tempos de Covid-19: uma análise das condições de trabalho em meio a pandemia	DUARTE, Alexandre William Barbosa. HYPOLITO, Álvaro Moreira	Revista Retratos da Escola / 2020 / CNTE
Fundação Getúlio Vargas: a imbricação entre o público e o privado	FERNANDES, Vânia Claudia	GT 14 / 2010 / Anped
O impacto da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos professores	FERNANDES, Lorena Campos Camargo; CAZEMIRO, Jenifer Ester Pinto; VASCONCELOS, Sara Silvia Costa; SANTOS, Shirley Cristina Rocha; ROCHA, Andreza Silva; QUEIROZ, Natasha Moraes	Cuadernos de educación y desarrollo / 2023
O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo	GAINO, Loraine Vivian; SOUZA, Jacqueline; CIRINEU, Cleber Tiago; TULIMOSKY, Talissa Daniele	SMAD-Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. / 2018 / USP
O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais	GOMIDE, Denise Camargo, JACOMELI, Mara Regina Martins	Políticas Educativas / 2016 / UFRGS
BNCC, Agenda Global E Formação Docente	HYPOLITO, Álvaro Moreira	Revista Retratos da Escola / 2019 / CNTE
Um estudo sobre a usabilidade do sistema saber	JARUZO, Pablo Henrique Rodrigues; OLIVEIRA, Jorge Miguel Lima	Anais IV Conedu / 2017 / Realize
Adoecimento de professores que atuam na educação básica da rede pública do Distrito Federal	JESUS, Mykaella Soares; SARAIVA, Deise Avelina Felipe; SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro	Anais do Encontro Estadual de Didática e Práticas de Ensino / 2021 / Even3

Formação de professores em tempos de pandemia da covid-19: um olhar para a avaliação formativa a partir da gamificação nos formulários Google	LIMA, Paulo Vinícius Pereira; SOUSA, Luciane Alves Rodrigues; SANTOS, Hélio Rodrigues; MOREIRA, Geraldo Eustáquio	JNT-Facit Business and Technology Journal / 2022 / Facit
Compreensões de adoecimento psíquico segundo educadora afastada do trabalho em Juazeiro-BA	MORAIS, Sílvia Raquel Santos; LEÃO, Giselle Dark Batista	REVASF / 2017 / Univasf
Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife	MOREIRA, José António; SCHLEMMER, Eliane	Revista UFG / 2020 / UFG
Gerencialismo	NEWMAN, Janet. CLARKE, John	Educ. Real. 2012 / UFRGS
Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira	OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antônio	Retratos da Escola / 2021 / CNTE
Políticas de Bonificação e a Regulação do Trabalho Docente na Paraíba e em Pernambuco	OLIVEIRA, Josilene Maria; RODRIGUES, Jonas da Silva; SILVA, Andréia Ferreira	Revista Educação Básica em Foco / 2022 / Anpae
Condições do trabalho docente no contexto das escolas cidadãs integrais da rede estadual de ensino da Paraíba	RODRIGUES, Raphaela Barbosa de Farias; PENHA, Jonas Marques	Revista Ensino de Geografia 2022 / UFPE
Vida que segue em tempos de pandemia: a relação saúde e trabalho docente na Paraíba	SANTANA, Daniely; BARBOSA, Valéria; MÁXIMO, Thais Augusta	Revista Trabalho En(cena) / 2022 / UFT
O ensino híbrido e o trabalho pedagógico em tempos de pandemia: revisão de literatura	SANTOS, Franck Wirlen Quadros; NASCIMENTO, Yuri Nascimento	Desleitura — Literatura Filosofia Cinema e Outras Artes / 2022
O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural	SAVIANI, Dermeval	Germinal: Marxismo e Educação em Debate / 2015 / UFBA
Educação na pandemia: a falácia do	SAVIANI, Dermeval;	Revista Universidade

“ensino” remoto	GALVÃO, Ana Carolina	e Sociedade / 2021 / Andes
Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos	SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso	Perspectiva / 2005 / UFSC
Rede estadual de ensino da Paraíba: educação em “regime especial” em tempos de COVID-19	SILVA, Andréia Ferreira; ALBINO, Angela Cristina Alves	Rev. Educação Básica em Foco / 2020 / Anpae
Propriedades psicométricas da GAD-7 no Brasil	SILVA, Luana dos Santos; LEITE, Michelle de Farias; FEITOSA, Amanda Lima Barros; FARO, André	Psico / 2023 / PUCRS
Políticas Educacionais na Região Nordeste do Brasil em tempos de Pandemia: oportunidade para Edu-business?	SILVA, Luciana Leandro; HYPOLITO, Alvaro Moreira; RODRIGUES, Alan Nascimento	Rev. Espanhola de Educação Comparada / 2022 / SEEC
Avaliação, Estado e regulação: repercussões da Prova Brasil na (con)formação dos profissionais e no gerencialismo nas escolas	SILVA, Luciana Leandro; HYPOLITO, Álvaro Moreira	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas / 2018 / ASU
Uso do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) para Identificação de Grupo Clínico e Predição de Risco de Suicídio	SILVEIRA, Liége Barbieri; KROEFF, Chrystian da Rosa; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; BANDEIRA, Denise Ruschel	Revista Psicologia e Saúde / 2021 / UCDB
A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos	SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário	Cadernos da Fucamp / 2021 / Fucamp
Rastreamento de sintomas de depressão em policiais penais: Estudo de validação do PHQ-9	SOUZA, Rodrigo; FEITOSA, Fabio Biasotto; RODRÍGUEZ, Tomás Dabiel Menéndez; MISSIATTO, Leandro	Revista Brasileira Multidisciplinar- REBRAM / 2021 / Uniará

	Aparecido Fonseca	
O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil	TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn	Currículo sem Fronteiras / 2020 / OJS
Condições de trabalho docente na cidade de serrolândia-bahia: uma análise sobre a saúde dos docentes.	ARAÚJO, Carolina Maia; RAMOS, Michael Daian Pacheco	Cenas Educacionais / 2023 / Uneb
Formação docente: novos ou velhos desafios? As diretrizes curriculares e a institucionalização da precarização da formação.	KUENZER, Acácia Zeneida.	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / 2024 / IFRN
“Nada do que foi será”: benefícios da atividade física para promoção da saúde mental.	LIMA, Gleisson Ferreira; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa	Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação / 2024 / UNESP
Lazer e trabalho contemporâneos: uma perspectiva crítica.	PADOVAN, Erick	Licere / 2022 / UFMG
Salud mental y calidad de sueño en los docentes de educación básica regular.	BETANCUR, Heber Nehemías Chui; HUANCA, Edgar Octavio Roque; GARCÍA, Esther Lidia Jinez; ARGOLLO, Katia Pérez; LUJAN, Juan Richard Castro; MENDIZABAL, Brenda Karen Salas.	Revista de Investigación en Salud / 2022 / Univalle
Integridade de dados obtidos por análises com o Microsoft Excel	BRUDER, Matheus Percário; PEREIRA; Gustavo Tarrafíl Souza; BARRIOS, Kevin; ANGELIS, André Franceschi; BRUDER, Edson Marcelo	7ª Jornacitec / 2018 / FATEC BT
A prática pedagógica de professores temporários da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.	CAMARGO, Mayara Rabe; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso	Revista Leia Escola / 2023 / UFCG
Factores asociados al malestar/bienestar docente. una investigación actual.	CHÁVEZ, Rodrigo Cornejo; QUIÑÓNEZ,	REICE-Revista Iberoamericana sobre

	Marcela	Calidad, Eficacia y Cambio en Educación / 2007 / UAM
Percepção da qualidade do sono dos professores numa rede pública de saúde.	CORRÊA, Anderson Desbessel; CARVALHO, Lucimar Maria Fossatti; SIMON, Tiago Teixeira	Revista Foco / 2024 / Editora Foco
Fatores associados aos transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental	LIMA, Beatriz Roberta Mingarelli; OLIVEIRA, Vanessa da Silva Cajango Camargo; SANTOS, Edíalida Costa; SOUSA, Raymara Melo; VALIM, Marília Duarte	Revista Eletrônica Acervo Saúde / 2024
Ciclo da carreira e do desenvolvimento profissional docente: conceitos, definições e modelos	MOHN, Rodrigo Fideles Fernandes; NÁVIA Regina Ribeiro da Costa; KÁTIA Augusta Curado Pinheiro Cordeiro Da Silva	Fragmentos de Cultura / 2023
Adoecimento docente e sofrimento psíquico em tempos de Pandemia de Covid 19	MOREIRA, Paulo Cesar; OLIVEIRA, Daniele Lopes; OLIVEIRA, Heloisy Lopes; LAUDARES, Terezinha das Graças; MOREIRA, Stephânia de Oliveira Laudares; MOREIRA, Augusto Cesar Malta Laudares; MACIEL, Mateus Paulus Ribeiro de Moraes; CARDOSO, Júlio Roquete; DI OLIVEIRA, Eduardo Pires	Brazilian Journal of Development / 2022
Neoliberalismo e competências socioemocionais: interlocuções à saúde mental de adolescentes na escola.	RIBEIRO, Elizama Lopes; HOLANDA, Rochelly Rodrigues; BARBOSA, Vilkiene Natércia Malherme; ROCHA, André Sousa; EL KHOURI, Mauro	Amazônica - Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação / 2025 / UFAM

	Michel; RODRIGUES, Francisco Evalderson Teixeira; GOMES, João Victor de Castro; ARAÚJO, Maria Auxiliadora Ferreira.	
Saúde mental e as relações de trabalho: um estudo sobre o adoecimento psíquico de professores.	ROCHA, Geovane Dos Santos; SOARES, Nandra Martins; ROSSETTO, Elisabeth	Conedu: Educação Emocional / 2024 / Realize
PNE 2014-2024: (não) cumprimento das metas e a efetividade do direito à educação.	SARMENTO, Dirléia Fanfa; FERREIRA, Rute Henrique da Silva; AROSSI, Gustavo	Estudos em Avaliação Educacional / 2024 / FCC
The measurement of effort–reward imbalance at work: European comparisons.	SIEGRIST, Johannes; STARKE, Dagmar; CHANDOLA, Tarani; GODIN, Isabelle; MARMOT, Michael; NIEDHAMMER, Isabelle; PETER, Richard	Social Science & Medicine / 2004
A depressão entre docentes no Brasil: uma revisão de literatura.	SOUZA, Jeane Mendes Pinheiro	Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento / 2021
Impactos da Gestão Neoliberal Sobre a Saúde do Trabalhador	PORCARO, Luiza Almeida; NEVES, Tiago Iwasawa	Rede de Estudos do Trabalho / 2020 / RET
Avaliação de um instrumento de mensuração de morbidade psíquica: estudo de validação do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20)	SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes; ARAÚJO, Tânia Maria; PINHO, Paloma de Sousa; SILVA, Ana Cláudia Conceição	Rev. Baiana de Saúde Pública / SESAB / 2010

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

APÊNDICE C - TRABALHOS ACADÊMICOS

TÍTULO	AUTORIA	ANO / TRABALHO / INSTITUIÇÃO
Síndrome de burnout, suporte social no trabalho e conflito trabalho-família em docentes no contexto da pandemia da Covid-19	BARROS, Kaíza Rafaelle Lucas Martins	2022 / Dissertação / UEPB
As políticas adotadas na rede estadual de ensino da Paraíba durante a pandemia de covid-19: afirmação ou negação do direito à educação?	BEZERRA, Liana Bastos	2022 / Dissertação / UFCG
A pandemia de Covid-19 e o impacto na saúde mental de docentes	BRITO, Alane Renali Ramos Toscano	2022 / Dissertação / UFPB
Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras da educação básica no contexto da pandemia	COSTA, Míriam Fernanda	2022 / Dissertação / UFJF
Saúde mental, onde se colocam as questões de gênero? Mulheres cisgênero na saúde mental	RANGEL, Sabrina Proença Azevedo	2022 / Dissertação / Fiocruz
Condições de trabalho docente, questões emocionais e o adoecimento psíquico em professores/as de Santa Maria da Vitória-BA	SEIXAS, Marisa Fernandes	2022 / Dissertação / UESB
A nulidade dos contratos temporários no serviço público para servidores contratados após a Constituição Federal de 1988	SILVA, Jonnathan Amaro Monteiro	2023 / Trabalho de Conclusão de Curso / UFAL
Remuneração variável: política de desmantelamento da carreira do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino da Paraíba (2011-2018)	SILVA, Marcos Antônio Félix	2021 / Dissertação / UFCG

A regulação do trabalho no programa de educação integral da Paraíba: a percepção dos docentes. João Pessoa	SILVA, Hedgard Rodrigues	2022 / Tese / UFPB
Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar	PAPARELLI, Renata	2009 / Tese / USP
Raça/cor da pele, gênero e Transtornos Mentais Comuns na perspectiva da interseccionalidade	SMOLEN, Jenny Rose	2016 / Dissertação / UEFS
Padrões de sono de acordo com etnia e características sociodemográficas na população de São Paulo	KONDO, Júlia	2022 / Trabalho de Conclusão de Curso / Unifesp
Escola cidadã integral de ensino médio do estado da Paraíba: projeto de vida para o cidadão competente ou para o indivíduo emancipado?	HENRIQUE, Maria Claudia Coutinho	2020 / Dissertação / UFCG
Políticas de <i>accountability</i> nas redes municipais de ensino do Cariri cearense: avaliação externa, prestação de contas e responsabilização de docentes (2007-2019)	FREIRE, Arlane Markely dos Santos	2020 / Dissertação / UFCG
Do Controle Emocional à Emancipação Coletiva: A Psicologia Escolar em Tempos de Neoliberalismo	COLUCCI, Tayná Santos	2024 / Trabalho de Conclusão de Curso / UFU

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

**APÊNDICE D - POLÍTICAS EDUCACIONAIS A NÍVEL NACIONAL
RELACIONADAS AO CENÁRIO PANDÊMICO (2020 A 2022)**

Documento	Data da Publicação	Ementa
Portaria MEC n° 343	17 de março de 2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19
Medida Provisória n° 934	1° de abril de 2020	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020
Parecer CNE/CP n° 5/2020	28 de abril de 2020	Dispõe da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19
Parecer CNE/CP n.º 9	8 de junho de 2020	Reexame do Parecer CNE/CP n.º 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19
Parecer CNE/CP n° 11/2020	07 de julho de 2020	Orientações educacionais para realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da Pandemia;
Lei n° 14.040	18 de agosto de 2020	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009
Parecer CNE/CP n.º 15/2020	6 de outubro de 2020	Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020

Parecer CNE/CP n.º 16/2020, aprovado em	9 de outubro de 2020	Reexame do item 8 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP n.º 11, de 7 de julho de 2020, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia
Parecer CNE/CP n.º 19/2020	8 de dezembro de 2020	Reexame do Parecer CNE/CP n.º 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020
Resolução CNE/CP n.º 2	10 de dezembro de 2020	Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020
Resolução CNE/CP n.º 2	5 de agosto de 2021	Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar
Diretrizes Gerais Sobre Aprendizagem Híbrida	16 de dezembro de 2021	Diretrizes sobre aprendizagem híbrida inclusive nos pós pandemia. Proposta de resolução sobre o tema
Lei complementar n.º 191	8 de março de 2022	Altera a Lei Complementar n.º 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19)
Portaria GM/MS N.º 913	22 de abril de 2022	Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020

Fonte: Elaboração da autora adaptado de Bezerra (2022)

**APÊNDICE E - POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DA PARAÍBA
RELACIONADAS AO CENÁRIO PANDÊMICO (2020 A 2022)**

Documento	Data da Publicação	Ementa
Decreto Estadual nº 40.122	13 de março de 2020	Declara situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde
Resolução n.º 120 CEE/PB	7 de abril de 2020	Orienta o regime especial de ensino no que tange à reorganização das atividades curriculares assim como dos calendários escolares das instituições do Sistema Estadual de Educação da Paraíba, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao COVID-19
Portaria nº 418/2020 SEECT	17 abril 2020	Dispõe sobre a adoção, no âmbito da rede pública estadual de ensino da Paraíba, do regime especial de ensino, como medida preventiva à disseminação do COVID-19, e dá outras providências
Lei Estadual nº 11.682	4 de maio de 2020	Obriga a manutenção do fornecimento de alimentação escolar aos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino quando declarado Estado de Calamidade Pública com suspensão de aulas nas Escolas Públicas estaduais, e dá outras providências
Resolução nº 140/2020 Conselho Estadual de Educação (CEE/PB)	4 maio de 2020	Altera e estabelece normas complementares ao que dispõe a Resolução nº 120/2020, que orienta o regime especial de ensino no que tange à reorganização das atividades curriculares assim como dos calendários escolares das instituições do sistema estadual de educação da paraíba, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao COVID-19
Portaria nº 481/2020 SEECT	11 maio De 2020	Altera e estabelece normas complementares ao que dispõe a Portaria nº 418/2020 que orienta a

		adoção, no âmbito da rede pública estadual de ensino da Paraíba, do regime especial de ensino, como medida preventiva à disseminação do COVID-19, e dá outras providências.
Contrato n.º 027/2020 - Cestas Básicas	9 de junho de 2020	Celebração de contrato entre a SEECT/PB e a empresa Mais do Dia Supermercados LTDA para aquisição de cestas básicas
Contrato n.º 028/2020	10 de junho de 2020	Celebração de contrato entre a SEECT/PB e a empresa MB Comércio Atacadista Varejista LTDA
Contrato n.º 026/2020	10 de junho de 2020	Celebração de contrato entre a SEECT/PB e a empresa DAE – Xtream Solutions Serviços LTDA, para exibição de aulas na televisão
Contrato n.º 029/2020	12 de junho de 2020	Celebração de contrato entre a SEECT/PB e a empresa Cardoso da Costa e Cia LTDA
Contrato 025/2020 – OI	10 de junho de 2020	Celebração de contrato entre a SEECT/PB e a empresa Oi Móvel S/A, para o fornecimento de <i>chips com internet</i>
Contrato n.º 024/2020 – VIVO	12 de junho de 2020	Celebração de contrato entre a SEECT/PB e a empresa Telefonica Brasil S/A, para o fornecimento de <i>chips com internet</i>
Contrato n.º 022/2020 – TIM	25 de junho de 2020	Celebração de contrato entre a SEECT/PB e a empresa TIM S/A, para o fornecimento de <i>chips com internet</i>
Contrato 023/2020 – CLARO	25 de junho de 2020	Celebração de contrato entre a SEECT/PB e a empresa Claro S/A, para o fornecimento de <i>chips com internet</i>
Resolução n.º 160, Conselho Estadual de Educação (CEE/PB), Altera as resoluções 120/2020 e 140/2020	20 de agosto de 2020	Estabelece novas normas que orientam o regime especial de ensino no que tange a reorganização das atividades curriculares assim como dos calendários escolares e processos avaliativos das instituições do sistema estadual de educação da Paraíba, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de prevenção a COVID-19
Decreto n.º 40.574	24 setembro de 2020	Estabelece as Diretrizes para o retorno às aulas presenciais - Plano Novo Normal para a Educação da Paraíba (PNNE/PB), que dispõe sobre o processo de retomada das aulas

		presenciais dos Sistemas Educacionais da Paraíba e demais instituições de Ensino Superior sediadas no território paraibano
Edital TV Paraíba Educa /SEECT-PB n.º 015/2020	15 de outubro de 2020	Edital de chamada pública para selecionar bolsistas para compor o projeto TV Paraíba Educa
Resolução n.º 220/2020 CEE/PB	22 de outubro de 2020	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas para a organização do Sistema Estadual de Educação da Paraíba frente ao regime especial de ensino em atendimento à Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, e ao Decreto estadual n.º 40.574, de 24 de setembro de 2020, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao COVID-19
Decreto n.º 41.010	7 de fevereiro de 2021	Estabelece o Plano educação para todos em tempos de pandemia - PET-PB, que dispõe sobre o processo de retomada das aulas presenciais dos Sistemas Educacionais da Paraíba e demais instituições de Ensino Superior sediadas no território paraibano
Decreto n.º 41.396	2 de julho de 2021	Dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19). Definiu a retomada das aulas presenciais para setembro de 2021
Resolução n.º 210/2021	19 de agosto de 2021	Altera a Resolução CEE/PB n.º 220/2020 e estabelece normas educacionais excepcionais e complementares ao ensino híbrido, a serem adotadas para a organização do Sistema Estadual de Ensino da Paraíba, dentro do regime especial de ensino, enquanto permanecerem as medidas de prevenção à Covid-19
Lei n.º 12.057	15 de setembro de 2021	Institui o “Programa Paulo Freire – Conectando Saberes”, de estímulo à inclusão digital dos educadores da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências
Nota técnica 01/2021- Programa Continuar Cuidando – Educação	11 de setembro de 2021	Divulgação dos resultados do inquérito epidemiológico do Programa Continuar Cuidando Educação no Ensino Infantil
Nota técnica 02/2021- Programa	22 de novembro de 2021	Divulgação dos resultados do inquérito epidemiológico do Programa Continuar

Continuar Cuidando – Educação		Cuidando Educação nos anos Iniciais do Ensino Fundamental
Nota técnica 03/2021- Programa Continuar Cuidando – Educação	6 de dezembro de 2021	Divulgação dos resultados do inquérito epidemiológico do Programa Continuar Cuidando Educação nos anos finais do Ensino Fundamental
Nota técnica 04/2021- Programa Continuar Cuidando – Educação	29 de dezembro de 2021	Divulgação dos resultados do inquérito epidemiológico do Programa Continuar Cuidando Educação no Ensino Médio
Resolução n.º 030/2022	31 de janeiro de 2022	Estabelece critérios complementares às medidas temporárias e emergenciais de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, inclusive da nova variante ômicron, no âmbito das escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências
Decreto nº 42.264/2022	15 de fevereiro de 2022	Dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Fonte: Elaboração da autora adaptado de Bezerra (2022)

**APÊNDICE F - MUNICÍPIOS SEDES E MUNICÍPIOS QUE ABRANGEM AS GRE'S
NO ESTADO DA PARAÍBA**

Regional	Municípios Sede	Municípios que abrange	
1ª GRE	João Pessoa	1. João Pessoa	
2ª GRE	Guarabira	1. Alagoinha 2. Araçagi 3. Arara 4. Araruna 5. Areia 6. Bananeiras 7. Belém 8. Borborema 9. Cacimba de Dentro 10. Caiçara 11. Casserengue 12. Cuitegi 13. Dona Inês 14. Duas estradas	15. Guarabira 16. Lagoa de Dentro 17. Logradouro 18. Mulungu 19. Pilões 20. Pilõezinhos 21. Pirpirituba 22. Riachão 23. Serra da Raiz 24. Serraria 25. Sertãozinho 26. Solânia 27. Tacima
3ª GRE	Campina Grande	1. Alagoa Grande 2. Alagoa Nova 3. Algodão de Jandaíra 4. Areal 5. Boa Vista 6. Campina Grande 7. Esperança 8. Lagoa Seca 9. Massaranduba	10. Matinhas 11. Montadas 14. Puxinanã 15. Remígio 16. São Sebastião de Lagoa de Roça 17. Soledade 18. Serra Redonda
4ª GRE	Cuité	1. Baraúna 2. Barra de Santa Rosa 3. Cubati 4. Cuité 5. Damião 6. Frei Marinho	7. Nova Floresta 8. Nova Palmeira 9. Pedra Lavrada 10. Picuí 11. São Vicente do Seridó 12. Sossego
5ª GRE	Monteiro	1. Amparo 2. Camalaú 3. Caraúbas 4. Congo 5. Coxixola 6. Gurjão 7. Livramento 8. Monteiro 9. Ouro Velho	11. Prata 12. Santo André 13. São João do Cariri 14. São João do Tigre 15. São José dos Cordeiros 16. São Sebastião do Umbuzeiro 17. Serra Branca 18. Sumé 19. Zabelê

		10. Parari	
6ª GRE	Patos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Areia de Baraúnas 2. Assunção 3. Cacimba de Areia 4. Cacimbas 5. Catingueira 6. Desterro 7. Emas 8. Juazeirinho 9. Junco do Seridó 10. Malta 11. Mãe D'água 12. Matureia 13. Passagem 	<ol style="list-style-type: none"> 14. Patos 15. Quixabá 16. Salgadinho 17. Santa Luzia 18. Santa Terezinha 19. São José de Espinharas 20. São José do Bonfim 21. São José do Sabugi 22. São Mamede 23. Taperoá 24. Tenório 25. Teixeira 26. Várzea
7ª GRE	Itaporanga	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aguiar 2. Boa Ventura 3. Conceição 4. Coremas 5. Cural Velho 6. Diamante 7. Ibiara 8. Igaracy 9. Itaporanga 	<ol style="list-style-type: none"> 10. Nova Olinda 11. Olho D'água 12. Pedra Branca 13. Piancó 14. Santa Inês 15. Santana de Mangueira 16. Santana dos Garrotes 17. São José de Caiana 18. Serra Grande
8ª GRE	Catolé do Rocha	<ol style="list-style-type: none"> 1. Belém do Brejo do Cruz 2. Bom Sucesso 3. Brejo do Cruz 4. Brejo dos Santos 5. Catolé do Rocha 	<ol style="list-style-type: none"> 6. Jericó 7. Lagoa 8. Mato Grosso 9. Riacho dos Cavalos 10. São Bento 11. São José do Brejo do Cruz
9ª GRE	Cajazeiras	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bernardino Batista 2. Bom Jesus 3. Bonito de Santa Fé 4. Cachoeira dos Índios 5. Cajazeiras 6. Carrapateira 7. Joca Claudino 8. Monte Horebe 	<ol style="list-style-type: none"> 9. Poço Dantas 10. Poço de José de Moura 11. Santa Helena 12. São José de Piranhas 13. São João do Rio do Peixe 14. Triunfo 15. Uiraúna
10ª GRE	Sousa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aparecida 2. Lastro 3. Marizópolis 4. Nazarezinho 5. Santa Cruz 	<ol style="list-style-type: none"> 6. São Francisco 7. São José da Lagoa Tapada 8. Sousa 9. Vieirópolis
11ª GRE	Princesa Isabel	<ol style="list-style-type: none"> 1. Água Branca 2. Imaculada 3. Juru 	<ol style="list-style-type: none"> 5. Princesa Isabel 6. São José de Princesa 7. Tavares

		4. Manaíra	
12ª GRE	Itabaiana	1. Caldas Brandão 2. Gurinhém 3. Ingá 4. Itabaiana 5. Juripiranga 6. Mogeiro 7. Pedras de Fogo	8. Pilar 9. Riachão do Bacamarte 10. Salgado de São Félix 11. São José dos Ramos 12. São Miguel de Taipu 13. Itatuba 14. Juarez Távora
13ª GRE	Pombal	1. Cajazeirinhas 2. Condado 3. Paulista 4. Pombal	5. São Bentinho 6. São Domingos 7. Vista Serrana
14ª GRE	Mamanguape	1. Baía da Traição 2. Capim 3. Cuité de Mamanguape 4. Curral de Cima 5. Itapororoca 6. Jacaraú	7. Mamanguape 8. Marcação 9. Mataraca 10. Pedro Régis 11. Rio Tinto
15ª GRE	Queimadas	1. Alcantil 2. Aroeiras 3. Barra de Santana 4. Barra de São Miguel 5. Boqueirão 6. Cabaceiras 7. Caturité 8. Fagundes	9 Gado Bravo 10. Natuba 11. Queimadas 12. Riacho de Santo 13. Antônio 14. Santa Cecília 15. São Domingos do Cariri 16. Umbuzeiro
16ª GRE	João Pessoa	1. Alhandra 2. Bayeux 3. Caaporã 4. Cabedelo 5. Conde 6. Cruz do Espírito Santo 7. Lucena	8. Marí 9. Pitimbu 10. Riachão do Poço 11. Santa Rita 12. Sapé 13. Sobrado

Fonte: SIC (2024)

APÊNDICE G - SOLICITAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SOLICITAÇÃO

À Chefe do Núcleo Administrativo da 3ª GRE

Lucicleide Rodrigues da Silva

Venho por meio deste, solicitar o envio do questionário para os/as docentes da Rede Pública Estadual da Paraíba para contribuir com os dados da pesquisa intitulada: **CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA NO PÓS-PANDEMIA**, que está sendo desenvolvida por mim, Cinthya Karina Ventura de Macêdo, CPF nº 044.512.614-06, telefone nº 83. 9 8856-9344, mestranda vinculado a Linha 1. História, Política e Gestão Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Professora Dra. Luciana Leandro da Silva.

A pesquisa propõe analisar as condições de saúde mental dos/as docentes da Rede Estadual da Paraíba no pós-pandemia. Tem como benefício a caracterização do trabalho docente no retorno às atividades presenciais e, principalmente, conhecer seus impactos na saúde mental da categoria.

A mesma foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande – PB, conforme parecer nº6.831.645 CAAE: 78969724.7.0000.5182.

Link do questionário: <https://redcap.ufpb.edu.br/surveys/?s=YFWMJ3H97>

Agradecemos antecipadamente,



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SOLICITAÇÃO

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba

Venho por meio deste, solicitar o envio do questionário para os/as docentes da Rede Pública Estadual da Paraíba para contribuir com os dados da pesquisa intitulada: **CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA NO PÓS-PANDEMIA**, que está sendo desenvolvida por mim, Cinthya Karina Ventura de Macêdo, CPF nº 044.512.614-06, telefone nº 83. 9 8856-9344, mestranda vinculado a Linha 1. História, Política e Gestão Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Professora Dra. Luciana Leandro da Silva.

A pesquisa propõe analisar as condições de saúde mental dos/as docentes da Rede Estadual da Paraíba no pós-pandemia. Tem como benefício a caracterização do trabalho docente no retorno às atividades presenciais e, principalmente, conhecer seus impactos na saúde mental da categoria.

A mesma foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande – PB, conforme parecer nº6.831.645 CAAE: 78969724.7.0000.5182.

Link do questionário: <https://redcap.ufpb.edu.br/surveys/?s=YFWMJA3H97>

Agradecemos antecipadamente,

APÊNDICE H - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE AFASTAMENTO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SOLICITAÇÃO

Ao Secretário de Administração do Estado da Paraíba

Venho por meio deste, solicitar o número de afastamento dos/as docentes da Rede Pública Estadual da Paraíba por questões de saúde mental, dos anos de 2019 a 2023 (quantidade por ano), para contribuir com os dados da pesquisa intitulada: **CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA NO PÓS-PANDEMIA**, que está sendo desenvolvida por mim, Cinthya Karina Ventura de Macêdo, CPF nº 044.512.614-06, telefone nº 83. 9 8856-9344, mestranda vinculado a Linha 1. História, Política e Gestão Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Professora Dra. Luciana Leandro da Silva, que será realizada com os/as professores/as da rede pública estadual da Paraíba.

A pesquisa propõe analisar as condições de saúde mental dos/as docentes da Rede Estadual da Paraíba no pós-pandemia. Tem como benefício a caracterização do trabalho docente no retorno às atividades presenciais e, principalmente, conhecer seus impactos na saúde mental da categoria.

A mesma foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande – PB, conforme parecer nº6.831.645 CAAE: 78969724.7.0000.5182.

Agradecemos antecipadamente,

APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

ESTUDO: “CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA NO PÓS PANDEMIA”

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

A mesma será desenvolvida pelo Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGE/UFGC) sob a responsabilidade da mestranda Cinthya Karina Ventura de Macêdo e da Profa. Dra. Luciana Leandro da Silva. Todo o processo desta pesquisa será pautado pelas Resoluções CNS nº 510/2016 e complementares, que tratam dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos e da garantia do sigilo, anonimato e privacidade, referente às informações de todas as suas etapas. Esta pesquisa é financiada pela CAPES e pretende contribuir com uma pesquisa mais ampla e em rede intitulada “Observatório da Educação Básica: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente”. Também tem o apoio do Núcleo de Epidemiologia (NEPI) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e pelo Núcleo de Saúde, Educação e Trabalho (NSET) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e é direcionada para professores(as) da Rede Pública Estadual do Estado da Paraíba.

Eu, _____ (inserir o nome, profissão, residente e domiciliado na _____), portador da Cédula de identidade, RG _____, e inscrito no CPF/MF _____ nascido(a) em ____/____/____, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo “CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA NO PÓS PANDEMIA”. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

O objetivo desta pesquisa é analisar as condições de trabalho e de saúde mental dos/as docentes da Rede Estadual da Paraíba durante e no pós pandemia e se justifica pelo potencial em contribuir com a pesquisa mais ampla acerca dos impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente no Brasil, e também pela pertinência de analisar como as políticas educativas adotadas durante a pandemia repercutiram no trabalho e na saúde mental dos docentes do Estado da Paraíba, buscando compreender os reflexos disso no período pós-pandêmico. Portanto, esta pesquisa tem como benefício a caracterização do trabalho docente no retorno às atividades presenciais e, principalmente, conhecer seus impactos na saúde mental e no trabalho docente. Assim, para melhor entender o que está ocorrendo, gostaríamos de contar com sua participação. Esta pesquisa inclui professoras e professores da Rede Estadual da Paraíba. A coleta de dados será realizada com a aplicação de um questionário estruturado com perguntas objetivas (ou de múltipla escolha), que poderá ser respondido através de um formulário eletrônico on-line, por meio do Software *Red Cap*, para gerenciamento e segurança dos dados obtidos. O tempo estimado para responder tais perguntas é de 20 minutos. Este questionário possui perguntas sobre o perfil sociodemográfico, características do trabalho docente no cenário das aulas remotas e híbridas,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO



assim como retorno às atividades presenciais, condições de saúde mental (como se sente psicologicamente com relação ao seu trabalho) e hábitos de vida. A amostra será censitária e os critérios de inclusão para participação no estudo serão: ser docente ativo (efetivo ou contratado) e ter passado pela transição das aulas presenciais para as aulas remotas e, posteriormente, para as aulas em formato híbrido, até o retorno integral para o presencial.

Por estar sendo realizada em ambiente remoto, via formulário eletrônico, pode haver riscos característicos do ambiente virtual, ou meio eletrônico, em função das limitações das tecnologias utilizadas, como por exemplo o acesso à internet, e dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação. Para minimizar tais riscos, as respostas poderão ser respondidas de qualquer dispositivo e a qualquer momento, quando o(a) senhor(a) tiver internet com livre acesso; o(a) participante poderá também retirar-se a qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo; não será necessário informar nenhum dado que possa identificá-lo(a) (como nome ou números de documentos pessoais); todos os cuidados, no que diz respeito ao armazenamento e transferência das informações de cada participante serão de total responsabilidade das pesquisadoras, que terão o cuidado com o sigilo, a fim de evitar vazamento de informações e possível constrangimento ao(a) participante; as pesquisadoras utilizarão senhas privadas para acesso ao sistema RedCap ou ao banco de dados; após o término da pesquisa, o link disponível para acesso será removido; e quando a coleta de dados for concluída, será realizado o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, de forma a apagar todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Os resultados da pesquisa serão armazenados em banco de dados sob a responsabilidade exclusiva das coordenadoras do projeto. As análises e produções científicas com este material serão realizadas apenas com autorização das coordenadoras do projeto.

O convite para o(a) senhor(a) participar dessa pesquisa será realizado por meio de e-mail ou mensagem instantânea individual, a fim de evitar identificação dos demais convidados, e tampouco a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc.) por terceiros.

Será possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do consentimento de utilização dos seus dados da pesquisa. Para isso, entre em contato conosco através do e-mail ou endereço indicado abaixo. Você receberá um e-mail resposta com ciência da sua desistência. Ressaltamos que caso aceite participar, é importante guardar uma cópia deste documento eletrônico em seus arquivos. Ressalta-se que todos os dados coletados durante o estudo serão identificados apenas através de um número, garantindo a sua confidencialidade e o sigilo nas informações coletadas, assim como a identidade pessoal.

Você não receberá benefícios financeiros para participar da pesquisa, ela tem caráter voluntário; contudo, se você se sentir prejudicado(a) por qualquer tipo de complicações e danos, você tem o direito de buscar indenização e ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação de acordo com as normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Caso seja percebido qualquer risco ou dano significativo para o(a) participante, as coordenadoras da pesquisa se responsabilizarão em realizar a comunicação imediata para o sistema CEP/CONEP, bem como avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender a pesquisa.

Durante sua participação, pode ainda existir risco de constrangimento frente a perguntas que podem ser percebidas como desconfortáveis e causar algum tipo de mal-estar. Para minimizar esse tipo de risco e assegurar a plena liberdade da sua participação, o(a) senhor(a) terá garantido o direito de optar em não responder as perguntas que lhe causem desconforto, bem como, recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer dano e/ou prejuízo para você e para a sua atividade docente.

Quando a coleta de dados for concluída, será realizado o download dos dados coletados para



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**



dispositivo eletrônico local, de forma a apagar todo e qualquer registro da plataforma virtual. As análises e produções científicas com este material serão realizadas apenas com autorização das coordenadoras do projeto.

Após a leitura deste termo de consentimento e, caso concorde em participar, será considerado amênia quando você responder ao formulário online. Você terá a opção de fazer download de uma cópia deste TCLE com a assinatura da pesquisadora responsável no início do preenchimento do questionário online do *Red Cap*. A divulgação dos resultados será feita por publicações de artigos e apresentações em eventos científicos, sendo garantida, em qualquer meio de divulgação, a confidencialidade das informações e o anonimato dos(as) participantes.

Caso você deseje mais informações ou esclarecimentos, você poderá nos contactar por e-mail: cinthya.karina@estudante.ufcg.edu.br e no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGEd/UFCG), na Rua Aprígio Veloso, 882, Bloco BC-II, Sala 203 - Bairro Universitário - CEP 58429-900 - Campina Grande/PB - Telefone (83) 2101-1493. Você pode contactar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFCG que estará à disposição para esclarecimentos e dúvidas sobre os aspectos éticos desta pesquisa, pelo e-mail: cep@huac.ufcg.edu.br ou no endereço: Rua Dr. Carlos Chagas, s/ nº, edifício do Hospital Universitário Alcides Carneiro, Bairro São José, Campina Grande – PB, CEP: 58401 - 490. Telefone: (83) 2101 – 5545.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que porventura possam surgir. Muito Obrigada!

Campina Grande - PB, _____ de _____ de 2024.

Nome do Estudo: Condições de saúde mental das professoras e professores da rede estadual da paraíba no pós pandemia

Pesquisador(a) Responsável: Cinthya Karina Ventura de Macêdo e Luciana Leandro da Silva

Vínculo Institucional: Universidade Federal de Campina Grande

Telefone para Contato com o pesquisador(a) responsável: (83) 9 8856-9344

E-mail do pesquisador(a) responsável: cinthya.karina@estudante.ufcg.edu.br

APÊNDICE J - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

INQUÉRITO SOBRE CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA NO PÓS PANDEMIA

Olá, prezado(a) professor(a)

O objetivo desta pesquisa é analisar as condições de trabalho e de saúde mental dos/as docentes da Rede Estadual da Paraíba durante e no pós pandemia. A mesma está sendo desenvolvida pelo Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGE/UFGC), com financiamento da CAPES e pretende contribuir com uma pesquisa mais ampla e em rede intitulada “Observatório da Educação Básica: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente”

Solicitamos sua participação, respondendo a este questionário.

Para ser incluído na pesquisa, você precisará manifestar concordância em participar da mesma, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) na opção de “aceite” disponível abaixo.

A pesquisa foi submetida ao comitê de ética e aprovada conforme parecer nº6.831.645 CAAE: 78969724.7.0000.5182. Os dados fornecidos serão confidenciais e todas as informações serão divulgadas sem identificação pessoal, sendo plenamente garantidos o anonimato e sigilo dos/as participantes

Agradecemos muito a sua disponibilidade e atenção. Sua participação é fundamental.

Se você puder, pedimos que nos ajude a compartilhar o link desta pesquisa via e-mail WhatsApp e redes sociais, com os colegas da sua instituição de trabalho.

Abraço virtual

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Fui informado do objetivo desta pesquisa e ACEITO participar.

Não quero participar desta pesquisa.

BLOCO I - CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E GERAIS DO TRABALHO

1. A escola que você leciona é Integral () Sim () Não
2. Mora na mesma cidade que leciona? () Sim () Não
3. Qual o seu vínculo com a Rede de Ensino? () Efetivo () Contrato temporário () Outro
4. Qual a sua carga horária de trabalho docente? () 30 horas () 40 horas () Outro
5. Qual é a sua titulação máxima? () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado
6. Há quantos ANOS você trabalha como professor(a) na Rede Estadual? _____
7. Possui outro vínculo empregatício? () Não () Sim, trabalho em outra escola () Sim, trabalho fora da área da docência
8. Quanto ao gênero, como você se identifica?
() Mulher Cis () Homem Cis () Mulher trans ou transgênera () Homem trans ou transgênero
() Travesti () Pessoa não binária () Prefiro não informar () Outro _____
9. Qual a sua idade? _____
10. Qual a sua situação conjugal? () Solteiro(a) () Casado(a) () União estável () Divorciado(a) () Viúvo(a)
11. Possui filhos? () Sim () Não
12. Qual a sua raça/cor da pele? () Branca () Parda () Preta () Amarela (asiática) () Indígena

13. CONTANDO COM VOCÊ, quantas pessoas vivem na sua casa?

Resposta em número R: _____

BLOCO II - TRABALHO DOCENTE ENTRE OS ANOS DE 2020 A 2022

Neste bloco, inserir informações exclusivamente referentes ao período das aulas remotas/híbridas

1. Sentiu algum impacto relacionado às novas exigências durante o trabalho remoto durante a pandemia?

Não

Sim

Se sim, qual? _____

2. Houve respeito à carga horária semanal de trabalho?

Não

Sim

3. Houve algum cuidado por parte da rede de ensino, relacionado à proteção da saúde mental dos/das professores/as (acolhimento psicossocial e/ou escuta qualificada)?

Não

Sim

Se sim, qual(is)? _____

4. A rede estadual de ensino ofereceu formação aos professores para o desenvolvimento do ensino remoto durante a pandemia?

Não

Sim

Se sim, considera ter sido adequada?

5. Os/as docentes foram ouvidos/as na elaboração de estratégias pedagógicas para o ensino durante o trabalho remoto?

Não

Sim

6. As mudanças decorrentes da pandemia alteraram sua percepção sobre a docência?

Não, definitivamente não alteraram minha percepção.

Não, apesar das dificuldades, eu continuo convicta(o) da minha escolha profissional.

Sim alterou um pouco, tenho refletido sobre minha escolha profissional.

Sim alterou, tenho pensado em abandonar a profissão.

7. Durante a pandemia, você viveu a experiência da perda por óbito de algum parente, amigo, colega de trabalho e/ou aluno?

Não

Sim

8. Como você se sentiu no momento do retorno às aulas presenciais:

Medo /Angústia

Alegria, já estava há muito tempo em afastamento

9. Você teve diagnóstico de COVID-19?

- Não
 Sim

9.1 Se teve diagnóstico de COVID-19 ficou com alguma sequela?

- Não
 Sim

Qual? _____

BLOCO III - TRABALHO DOCENTE ATUAL (2024)

Neste bloco, inserir informações exclusivamente referentes ao momento atual (2024)

1. Você considera que, mesmo após o fim das aulas remotas, houve um aumento no controle do seu trabalho por parte da gestão?

- Não
 Sim

1.1 Se sim, isso afetou negativamente a sua saúde mental?

- Não
 Sim

Se sim, como? _____

2. Após o retorno das atividades presenciais, houve manutenção de alguma atividade remota?

- Não
 Sim

Se sim, qual? _____

3. Desde que as aulas presenciais retornaram, houve mudança no tempo/carga horária que você dedica semanalmente ao trabalho?

- NÃO, continuei mantendo o MESMO tempo/carga horária semanal que estava tendo durante a pandemia.
 SIM, houve mudança. Eu estou dedicando tempo/carga horária MENOR do que estava dedicando durante a pandemia.
 SIM, houve mudança. Eu estou dedicando tempo/carga horária MAIOR do que estava dedicando durante a pandemia.

4. Sobre a relação demandas do trabalho e o tempo para atendê-las:

- O volume de demandas é baixo e o tempo disponível para realizá-lo é satisfatório
 O volume de demandas é elevado, mas o tempo disponível para realizá-lo é satisfatório
 O volume de demandas é elevado e o tempo disponível para realizá-lo é insuficiente

5. Houve algum cuidado por parte da Rede de ensino com a saúde mental dos/as docentes durante a transição do ensino remoto para o presencial?

- Sim

Se sim, quais? _____

- Não

- Não sei

6. Atualmente a instituição/rede de ensino oferece programas, serviços de cuidados e atenção à saúde mental para docentes?

- Sim
- Não
- Não sei

7. Sente alguma mudança na sua saúde mental após a pandemia?

- Não
- Sim

Se sim, o que mudou? _____

8. Já pensou em se afastar da docência devido ao desgaste mental?

- Não
- Sim

9. Como cuida da sua saúde mental?

- Acompanhamento com psicólogo/a
- Acompanhamento com psiquiatra
- Acompanhamento com os dois
- Autocuidado
- Não cuida

BLOCO IV - CARACTERÍSTICAS DA SITUAÇÃO DE SAÚDE MENTAL

1. Você possui algum DIAGNÓSTICO MÉDICO/PSICOLÓGICO para algum transtorno mental (depressão, distúrbio do sono, transtorno de ansiedade generalizada, estresse pós-traumático, outros)?

- Não
- Sim

Se sim, qual? _____

2. Você tem sentido algum SINTOMA nos últimos meses?

- Não
- Sim

Se sim, qual? _____

3. Algum sintoma destes teve agravamento em decorrência da pandemia?

- Não
- Sim

Se sim, qual? _____

4. Já precisou se afastar das atividades laborais por conta de adoecimento psíquico (sintomas ansiosos ou depressivos, distúrbios do sono, ideação suicida, medo, etc.)?

- Não
- Sim

Se sim, por quanto tempo e qual motivo? _____

5. Sente que sofreu alguma consequência no trabalho em decorrência do afastamento?

- Não
- Sim

Se sim, qual? _____

6. Para lidar com a rotina de trabalho você faz uso de alguma medicação?

Não

Sim

Se sim, qual? _____

BLOCO V - ESCALAS PARA ANÁLISE DAS QUESTÕES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO

SELF REPORTING QUESTIONNAIRE (SRQ-20)

Caso esteja respondendo por um smartphone, para ver todas as respostas, role o cursor para direita ou coloque o celular na horizontal

As próximas questões estão relacionadas a situações que você pode ter vivido nos **ÚLTIMOS 30 DIAS**. Se vivenciou a situação, responda **SIM**, se não vivenciou responda **NÃO**.

	Não	Sim
Tem dores de cabeça frequentemente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem falta de apetite?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dorme mal?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assusta-se com facilidade?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem tremores nas mãos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem má digestão?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem dificuldade de pensar com clareza?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem se sentido triste ultimamente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem chorado mais do que de costume?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Encontra dificuldade de realizar, com satisfação, suas tarefas diárias?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem dificuldade para tomar decisões?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seu trabalho diário lhe causa sofrimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem perdido o interesse pelas coisas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Você se sente pessoa inútil em sua vida?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem tido ideia de acabar com a vida?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sente-se cansado(a) o tempo todo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem sensações desagradáveis no estômago	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Você se cansa com facilidade?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ESCALA DESEQUILÍBRIO ESFORÇO-RECOMPENSA (ERI)

ESFORÇO

Considerando as características do trabalho docente em geral, como você percebe a sua situação de trabalho.

	Discordo fortemente	Discordo	Concordo	Concordo fortemente
Constantemente, eu me sinto pressionado(a) pelo tempo por causa da carga pesada de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Frequentemente eu sou interrompido(a) e incomodado(a) no trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eu tenho muita responsabilidade no meu trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Frequentemente, eu sou pressionado(a) a trabalhar depois da hora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Meu trabalho exige muito esforço físico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nos últimos anos, meu trabalho passou a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

exigir cada vez mais de mim				
-----------------------------	--	--	--	--

RECOMPENSA

Com relação ao reconhecimento e apoio:

	Discordo fortemente	Discordo	Concordo	Concordo fortemente
Eu tenho o respeito que mereço dos meus chefes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eu tenho o respeito que mereço dos meus colegas de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No trabalho, eu posso contar com apoio em situações difíceis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No trabalho, eu sou tratado(a) injustamente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eu vejo poucas possibilidades de ser promovido no futuro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No trabalho, eu passei ou ainda posso passar por mudanças não desejadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Minha segurança/estabilidade e no trabalho é ruim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A posição que ocupo atualmente no trabalho está de acordo com a minha formação e treinamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No trabalho, levando em conta todo o meu esforço e conquistas, eu recebo o respeito e o reconhecimento que mereço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Minhas chances futuras no trabalho estão de acordo com meu esforço e conquistas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Levando em conta todo o meu esforço e conquistas, meu	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

agitado (mudanças constantes de posição ou movimentos de perna/braços)?							
---	--	--	--	--	--	--	--

2. Quantas horas de sono, em média, você tem dormido durante a noite? (sem contar cochilos e o descanso durante o dia)

- Entre 1 a 2 horas
 Entre 2 a 3 horas
 4 horas
 5 horas
 6 horas
 7 horas
 8 horas
 Mais de 8 horas.

3. Atualmente, na sua rotina diária (sem contar as horas de sono noturno), quanto tempo você tem dedicado para descanso ou relaxamento?

- Até uma hora por dia
 De uma a duas horas por dia
 Mais de duas horas por dia
 Não consegue ter uma rotina de descanso diário durante a semana

Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9)

Caso esteja respondendo por um smartphone, para ver todas as respostas, role o cursor para direita ou coloque o celular na horizontal DURANTE AS DUAS ÚLTIMAS SEMANAS, com que frequência você foi incomodado(a) pelos problemas abaixo?

	Nenhum dia	Poucos dias	Mais da metade dos dias	Quase todos os dias
Pouco interesse ou pouco prazer em fazer as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sente-se triste, deprimido(a) ou desesperançado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldade para pegar no sono ou	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

permanecer dormindo, ou dormir mais do que de costume				
Se sentir cansado(a) ou com pouca energia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falta de apetite ou comendo demais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sentir-se mal consigo mesmo(a); ou pensar que você é um fracassado(a), ou que desapontou você mesmo(a) ou a sua família.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldade para se concentrar nas coisas, como ler o jornal ou ver televisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lentidão para se movimentar ou falar, a ponto das outras pessoas perceberem, ou ao contrário, esteve tão agitado(a) ou inquieto(a) que você fica andando de um lado para o outro mais do que de costume.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensar em se ferir de alguma maneira ou que seria melhor estar morto(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

General Anxiety Disorder-7 (GAD-7)

Caso esteja respondendo por um smartphone, para ver todas as respostas, role o cursor para direita ou coloque o celular na horizontal

DURANTE AS DUAS ÚLTIMAS SEMANAS, com que frequência você foi incomodado(a) por qualquer um dos problemas abaixo?

	Nenhuma vez	Vários dias	Mais da metade dos dias	Quase todos os dias
Sentir-se nervoso(a), ansioso(a), ou muito tenso(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não ser capaz de impedir ou de controlar as preocupações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preocupar-se muito com diversas coisas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldade para relaxar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ficar tão agitado(a) que se torna difícil permanecer sentado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ficar facilmente aborrecido(a) ou irritado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sentir medo como se algo horrível fosse acontecer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Agradecemos pela participação! Esperamos seguir contando com a sua colaboração! :)

Nós continuaremos investigando a situação de saúde de professores e professoras. Você gostaria de continuar colaborando conosco? Se SIM, pedimos que nos deixe um contato de e-mail ou telefone (Whatsapp) para contato:

R: _____

Você gostaria de fazer algum comentário, sugestão ou observação? Se desejar, fique à vontade para descrever abaixo.

R: _____